

EID&A

Nº8

REVISTA ELETRÔNICA DE ESTUDOS
INTEGRADOS EM DISCURSO
E ARGUMENTAÇÃO

1st
LSC
argume
cote
análisis do curso topo
parh s logos etho
teorias
corpus humani



Universidade Estadual de Santa Cruz

Reitora: Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro
Vice-Reitor: Evandro Sena Freire



Departamento de Letras e Artes

Diretor: Isaías Francisco de Carvalho
Vice-Diretor: Fernando José Reis de Oliveira

Rodovia Jorge Amado (BA-415), km 16
Campus Soane Nazaré de Andrade
CEP 45662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil
Endereço eletrônico: letras@uesc.br
Sítio eletrônico: <http://www.uesc.br/dla/index.php>
Fone/Fax: 55 73 3680-5088



EID&A

Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

ISSN 2237-6984

Editores

Eduardo Lopes Piris
Emília Mendes
Isabel Cristina Michelan de Azevedo
Moisés Olímpio Ferreira
Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Endereço eletrônico: revista.eidea@gmail.com
Sítio eletrônico: <http://www.uesc.br/revistas/eidea>

Indexada em:



EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

Editores: Eduardo Lopes Piris • Emília Mendes • Isabel Cristina Michelan de Azevedo •
Moisés Olímpio Ferreira • Paulo Roberto Gonçalves Segundo •

Conselho editorial

Álvaro Antônio Caretta (UNIFESP)
Ana Lúcia Tinoco Cabral (UNICSUL)
Ana Zandwais (UFRGS)
Angela Maria da Silva Corrêa (UFRJ)
Anna Flora Brunelli (UNESP)
Benedito Gomes Bezerra (UPE)
Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha (UFU)
Carlos Piovezani (UFSCar)
Carolina Assunção e Alves (CEUnB)
Christian Plantin (ICAR/CNRS)
Cristian Tileaga (U.Loughborough)
Christiani Margareth de Menezes e Silva (UESC)
Daniele de Oliveira (UFBA)
Dylia Lysardo-Dias (UFOP)
Eduardo Chagas Oliveira (UEFS)
Edvânia Gomes da Silva (UESB)
Eliana Alves Greco (UEM)
Eliana Amarante de Mendonça Mendes (UFMG)
Eugenio Pagotti (UFS)
Evandra Grigoletto (UFPE)
Fabiana Cristina Komesu (UNESP)
Fabiele Stockmans de Nardi (UFPE)
Frédéric Hailon (U.François-Rabelais)
Galia Yanoshevsky (U.Tel-Aviv)
Gilberto Nazareno Teles Sobral (UNEB)
Grenissa Bonvino Stafuzza (UFG)
Guylaine Martel (U. Laval)
Gustavo Ximenes Cunha (UNIFAL)
Helena Nagamine Brandão (USP)
Helson Flavio da Silva Sobrinho (UFAL)
Iran Ferreira de Melo (UPE)
Iraneide Santos Costa (UFBA)
Ivo José Dittrich (UNIOESTE)
Janice Helena Chaves Marinho (UFMG)
Jerônimo Coura Sobrinho (CEFET/MG)
João Bôsko Cabral dos Santos (UFU)
John E. Richardson (U.Newcastle)
José Niraldo de Farias (UFAL)
Juan Eduardo Bonnin (UBA)
Juan Marcelo Columba-Fernández (UPEA)
Juciane dos Santos Cavalheiro (UEA)
Leiva de Figueiredo Viana Leal (UFMG)
Leonildo Silveira Campos (UMESP)
Lineide Salvador Mosca (USP)
Luciana Carmona Garcia Manzano (UNIFRAN)
Luciana Salazar Salgado (UFSCar)
Luciane de Paula (UNESP)
Luciano Novaes Vidon (UFES)
Luís Fernando Figueira Bulhões (UFES)
Manuel Alexandre Júnior (U.Lisboa)
Marc Angenot (U.MacGill)
Márcia Regina Curado Pereira Mariano (UFS)
Maria Adélia Ferreira Mauro (FOCSP)
María Alejandra Vitale (UBA)
Maria Amélia Chagas Gaiarsa (UCSAL)
Maria Carmem Aires Gomes (UFV)
Maria Cristina Damianovic (UFPE)
Maria Eliza Freitas do Nascimento (UERN)
Maria Emília de Rodat de A. Barreto Barros (UFS)
Maria Helena Cruz Pistori (PUCSP)
Maria José Coracini (UNICAMP)
Maria Margarete F. de Sousa (UFC)
Maria Otilia Guimarães Ninin (PUCSP)
Maria Rosa Petroni (UFMT)
María Teresa Celada (USP)
Maria Teresinha Py Elichirigoity (UFRGS)
Marianne Doury (CNRS)
Marie-Anne Paveau (U.Paris XIII)
Marinalva Vieira Barbosa (UFTM)
Marisa Grigoletto (USP)
Martin Montgomery (U.Macau)
Maurício Beck (UESC)
Melliandro Galinari Mendes (UFRGS)
Nelson Barros da Costa (UFC)
Pablo Alonso Segovia Lacoste (U. Concepción)
Palmira Virginia Bahia Heine Alvarez (UEFS)
Patrick Alfred Dahlet (UFMG)
Paula de Souza G. Morasco (Fac.Flamingo)
Renata Palumbo (FMU)
Renato Cabral Rezende (UNIFESP)
Ricardo Henrique Resende de Andrade (UFRB)
Rodrigo Oliveira Fonseca (UNEB)
Rubens Damasceno Morais (UnB)
Rui Alexandre Grácio (U.Nova de Lisboa)
Ruth Amossy (U.Tel-Aviv)
Ruth Wodak (U.Lancaster)
Sandro Luis Silva (UNIFESP)
Sheila Vieira de Camargo Grillo (USP)
Sophie Moirand (U.Paris III)
Soraya Maria Romano Pacífico (USP)
Thierry Guilbert (U. Picardie)
Valdemir Miotello (UFSCar)
Vânia Lúcia Menezes Torga (UESC)
Verli Fátima Petri da Silveira (UFSM)
Viviane Vieira (UnB)
Viviane de Melo Resende (UnB)
Wander Emediato de Souza (UFMG)
William Augusto Menezes (UFOP)
William M. Keith (U.Wisconsin)
Zilda Gaspar Oliveira de Aquino (USP)

Revisores: Alice Vasques de Camargo • Anna Carolina Araújo • Giselle Luz • Leonardo Dalvo Silva de Andrade •
Roberto Santos de Carvalho • **Diagramação:** Eduardo Lopes Piris • **Capa:** Laurenci Barros Esteves

SUMÁRIO

ARTIGOS INÉDITOS

- 05 O discurso construído por uma delegada de polícia no inquérito policial: análise de um caso concreto
Águeda Bueno Nascimento
- 32 Sentidos de unidade e diversidade da(s) língua(s) em eventos internacionais sobre língua portuguesa
Alâna Capitano
- 48 O espaço biográfico e a construção de imagem do sujeito político na contemporaneidade
Andrey Ricardo Azevedo
- 65 Marcas de valoração em cartas de leitores: a instanciação da categoria de afeto
Bruno de Andrade Rodrigues
- 80 O poder da palavra e o insulto de gênero
Daniel Mazzaro Villar de Almeida
- 98 A argumentação para o desenvolvimento de visão crítico-criativa de educadores
Daniela Aparecida Vendramini Zanella
- 111 Efeitos de imparcialidade e de neutralidade na decisão judicial “Furto de duas melancias”
Égina Glauce Santos Pereira; Letícia Alves Vieira
- 134 O caso “Hope ensina”: a questão do contrato e os parâmetros de pré-validação
Karina Nogueira Druve Novais; Maira Guimarães
- 148 O efeito intimista na escrita sobre si: uma análise do *ethos* adolescente no *Tudo de Blog*
Luana Ferreira de Souza
- 166 Argumentação retórica na literatura epistolar da Antiguidade
Manuel Alexandre Júnior
- 188 Prestação de contas e paternalismo: estratégias argumentativas na despedida de Lula à nação
Marcos Roberto Cândido; Fernando Aparecido Ferreira
- 206 (Re)produzir o inquestionável: nominalização, generalização e naturalização no discurso neoliberal
Patrick Alfred Dahlet
- 222 Análise discursiva de um “quadrinho” a partir da perspectiva francesa: a atualidade do pensamento de Pêcheux
Thiago Alves França

TRADUÇÕES

- 236 Teoria da argumentação como epistemologia aplicada
Cristián Santibáñez

RESENHAS

- 266 Resenha de *Political discourse analysis: a method for advanced students*, de Isabela Fairclough & Norman Fairclough
Gabriel Valdez Foscaches
- 274 Resenha de *La palabra y el puño. Perfiles de la retórica nazista en el Mein Kampf de Adolfo Hitler*, de Gerardo Ramirez Vidal
Maria Helena Cruz Pistori

O DISCURSO CONSTRUÍDO POR UMA DELEGADA DE POLÍCIA NO INQUÉRITO POLICIAL: ANÁLISE DE UM CASO CONCRETOⁱ

Águeda Bueno Nascimentoⁱⁱ

Resumo: Este trabalho analisa os argumentos retóricos construídos na formulação de um relatório final de inquérito policial. Vislumbrando os estudos da argumentação retórica, especialmente a denominada Nova Retórica de Perelman & Olbrechts-Tyteca, demonstra-se que o discurso jurídico, construído nessa peça, denominada de relatório final de inquérito policial, está balizado, sobretudo, em apelos da ordem do *ethos*, do *pathos* e do *logos*. Ao contrário do que diz o senso comum, a arte retórica se perfaz como estratégia recorrente e hábil para persuadir profissionais do Direito a respeito das teses expendidas. Nessa perspectiva, o relatório conclusivo de um inquérito policial, que aponta sinais, indícios de um crime, torna-se o lugar privilegiado da argumentação retórica, na medida em que o seu emissor constrói seus argumentos no campo da *doxa* e do verossímil.

Palavras-chave: *Ethos. Pathos. Logos.* Inquérito policial.

Abstract: This paper analyzes the rhetorical arguments built in formulating a police inquiry Final Report. Drawing upon studies of rhetorical argumentation, especially from the so-called New Rhetoric of Perelman & Olbrechts-Tyteca, it is shown that the legal discourse, built in this piece, called police inquiry Final Report, is marked, above all, by appeals on the domain of the *ethos*, the *pathos* and the *logos*. Contrary to common sense, the Rhetoric Art is employed as a recurring and skillful strategy to persuade law professionals about the relevant theses. In this perspective, the final report of a police inquiry, pointing signs and evidence of a crime, is a privileged space of rhetorical argumentation, since its producer builds his arguments in the field of the *doxa* and the believable.

Keywords: *Rhetoric. Ethos. Pathos. Logos.* Police Inquiry.

ⁱ Este artigo baseia-se na pesquisa que originou a tese de doutorado defendida pela autora em 10 de abril de 2015, na UFMG, intitulada *O poder no discurso do delegado de polícia: análise de argumentos retóricos construídos em Relatórios Finais de Inquéritos Policiais*.

ⁱⁱ Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: guebueno@yahoo.com.br.

Introdução

A despeito da importância da argumentação para todas as áreas do conhecimento, sua relevância para a área do Direito é incontestável. O discurso argumentativo é inerente à linguagem jurídica. É por meio dessa estratégia que os operadores do Direito, detentores da denominada linguagem jurídica, constroem a defesa, a acusação e a decisão de qualquer caso levado aos órgãos de justiça *lato sensu*, seja por meio da linguagem oral ou pela linguagem escrita. Saber argumentar é, portanto, conhecimento imprescindível para todos os profissionais do Direito.

Este trabalho propõe-se a analisar como os argumentos retóricos da ordem do *logos*, *pathos* e *ethos*, assim denominados por Aristóteles, ocorrem na construção de um relatório final de inquérito policial relativo a um crime de homicídio, desmitificando, por conseguinte, o senso comum, segundo o qual as peças jurídicas são balizadas quase que exclusivamente em raciocínio lógico-demonstrativo.

Inicialmente, teceremos breve explanação a respeito da argumentação jurídica e sua relação com o positivismo jurídico. Em seguida, apresentaremos um panorama relativo às contribuições de Perelman no sentido de a argumentação jurídica desvincular-se da legalidade estrita. Dissertaremos também sobre a adesão do discurso jurídico aos argumentos retóricos, em conformidade com os pensamentos surgidos após a Nova Retórica de Perelman. Nos itens 4 e 5 deste artigo são expostos alguns esclarecimentos acerca do inquérito policial e breves considerações sobre as provas retóricas instituídas por Aristóteles – o *ethos*, o *pathos* e o *logos*, índices da influência retórica que buscaremos flagrar no relatório que analisaremos. Por fim, o artigo traz a conclusão a que se pode chegar a partir da exposição teórica e das análises dos dados apresentados.

1 A argumentação jurídica e o positivismo

No mundo moderno ocidental, predominou, durante muito tempo, relativamente ao raciocínio jurídico, o dogmatismo imposto pelo positivismo. Essa corrente negava a teoria do Direito Natural, visando a transformar o Direito em uma ciência objetiva, impessoal e atemporal. Para tanto, pregou a exclusão de qualquer argumentação que estivesse baseada em valores e que, portanto, defendesse a ideia de justiça respaldada em princípios sociais e

políticos, dentre os quais a ética e a moral, como forma de eliminar todo e qualquer elemento que pudesse torná-la variável. Ao surgir na França do século XIX, o positivismo forneceu vários contributos para o desenvolvimento de institutos jurídicos, os quais dificilmente encontrariam espaço para esse desenvolvimento em outros sistemas. Com o avanço das relações sociais, todavia, percebeu-se, em vários aspectos, que o positivismo jurídico tornou-se insuficiente para atender aos verdadeiros ideais de justiça que se buscavam na solução dos conflitos¹. Para essa corrente jurídico-filosófica, todo o Direito estava contemplado na lei, ou melhor, o Direito seria a própria lei e, portanto, a lei deveria se sobrepor, de forma igualitária, a todo e qualquer conflito, independentemente das circunstâncias inerentes a cada situação.

Destaca-se entre as concepções dogmáticas que negam os valores como argumento jurídico, a Escola do Positivismo Analítico (1934), cujo maior expoente, Hans Kelsen (1998), propõe que o Direito deve ser entendido como um sistema formal, estático e hierarquizado de normas, que deve propor a solução para todos os conflitos e no qual devem estar previstas as condições que autorizam a criação das normas inferiores, de forma a adequá-las à norma fundamental constitucional.

Como relata Perelman (2004), a assunção do Estado Nacional Socialista na Alemanha e, por conseguinte, a realização de atos inescrupulosos, mas legalmente legítimos, em nome de um sistema legal absoluto sob o comando das regras impostas por Adolf Hitler foram responsáveis por um dos mais abjetos genocídios registrados na história da humanidade. Houve, durante essa época, crimes realizados contra a dignidade humana de toda sorte, porém autorizados pela lei. Percebeu-se, assim, que a lei não é o Direito quando este pretende harmonizar as relações sociais.

Assim, tão logo encerrado o período beligerante, inescusável tornou-se a percepção de que os atos realizados sob a égide do nazismo não poderiam permanecer incólumes, sob pena de motivar a formação de outros Estados que pudessem repetir os mesmos atos abomináveis cometidos sob a

¹ Ressalte-se que, apesar de haver uma tendência atual jurídico-filosófica segundo a qual o positivismo é insuficiente para a solução dos conflitos jurídicos, no Brasil, as argumentações jurídicas são construídas fortemente sob a luz desse positivismo, tendo como supedâneo a lei e sua interpretação literal. Mesmo no que diz respeito à utilização dos Princípios Gerais do Direito, percebe-se que esses devem estar positivados, especialmente na Constituição Federal, para que sejam articulados em uma lide. Além disso, quando há o confronto entre o texto de lei e um princípio de valor comum, baseado na ética, na moral ou até mesmo na justiça, prevalece, no sistema jurídico brasileiro, a determinação legal.

orientação desse sistema. Instaura-se, assim, o Processo de Nuremberg, que, ao ser fundamentado em um enunciado principiológico, possibilitou o julgamento dos alemães dirigentes do Estado Nacional Socialista (e de seus colaboradores diretos), por terem cometido crimes de guerra, quais sejam: todo e qualquer ato que tenha violado o princípio que tutela o respeito à dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto histórico, insurgem pensamentos filosófico-jurídicos como uma reação ao positivismo jurídico, que, de certa forma, legitimou o nazismo e suas consequências nefastas.

2 Chaïm Perelman e a Nova Retórica

Chaïm Perelman, em meados do século XX e especialmente após a Segunda Grande Guerra, propõe um rompimento com o positivismo jurídico, retomando os pressupostos clássicos e estabelecendo ser necessária, na argumentação jurídica, uma lógica baseada em valores. Ao estudar o raciocínio judiciário que lhe era contemporâneo, Perelman buscou destacar como a argumentação jurídica apresentava uma natureza puramente lógico-dedutiva, resultante da lógica cartesiana, e como a aplicação desse raciocínio tornava o Direito engessado, alheio aos verdadeiros anseios de harmonia social.

Perelman, bebendo na fonte da filosofia clássica, sobretudo no pensamento aristotélico, desvenda os mecanismos mediante os quais seria possível à lógica jurídica, ao utilizar elementos variáveis e imprecisos, conservar a racionalidade e a precisão necessárias à legitimação da prestação jurisdicional. Para superar o positivismo, Perelman recupera a retórica, definindo-a como a lógica dos juízos de valor. Defende a antiga arte justamente por constatar a necessidade que existe de recorrer a argumentos que não os estritamente lógicos. Para Perelman, a grande maioria dos problemas com que o ser humano se depara supera o domínio da racionalidade pura, uma vez que envolve juízos de valor. O objetivo da retórica não se restringe a convencer, o que é possível usando apenas raciocínios lógicos. Ela objetiva persuadir, afetar a vontade, o que exige a utilização de argumentos de natureza não lógica. Perelman constata que, muitas vezes, mesmo quando há argumentos suficientes para o convencimento, é

necessário usar argumentos retóricos, pois o convencimento pode não ser suficiente para levar à ação que se tem por objetivo. Para esse filósofo,

O papel da retórica se torna indispensável numa concepção do direito menos autoritária e mais democrática, quando os juristas insistem sobre a importância da paz judiciária, sobre a ideia de que o direito não deve somente ser obedecido, mas também observado quanto mais largamente for aceito. (PERELMAN, 1996, p. 554)

Segundo o autor, o desprestígio de que a retórica foi vítima se deveu ao fato de essa arte se situar no campo da opinião (*doxa*), opondo-se à lógica, que se situa no campo da verdade (*alétheia*), discussão que remonta ao tempo de Platão e Aristóteles. Para Perelman, embora a retórica se insira no domínio da lógica, pois usa os argumentos e não a ação, a sugestão ou a experiência, ela vai além da lógica, já que usa também argumentos que ultrapassam a estrita racionalidade.

Perelman define a Nova Retórica como “[...] o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN, 1996, p. 4). Ele contesta o pensamento de Descartes, segundo o qual, quando duas pessoas manifestam concepções distintas acerca do mesmo fato, pelo menos uma delas deve estar errada. De forma inédita, expressamente demonstrou que, em tal situação, é possível que ambas estejam certas e que suas concepções, embora distintas, possam ser conciliadas (ou mesmo complementadas) dialeticamente em uma argumentação para, enfim, serem colocadas em prática.

Em sua obra *Lógica Jurídica*, Perelman (2004) defende a necessidade de que o julgador afaste o silogismo positivista como fonte exclusiva de suas decisões e substitua-o pela dialética constante no raciocínio jurídico que se elabora mediante a conjunção dos valores sociais, legislação, jurisprudência e a realidade que se apresenta. Afirma o seguinte:

De fato, se o direito é um instrumento flexível e capaz de adaptar-se aos valores considerados prioritários pelo juiz, não será necessário, em tal perspectiva, que o juiz decida em função de diretrizes vindas do governo, mas em função dos valores dominantes na sociedade, sendo sua missão conciliar com esses valores as leis e as instituições estabelecidas, de modo que ponha em evidência não apenas a legalidade, mas também o caráter razoável e aceitável de suas decisões. É por isso que se deve diversificar a análise do raciocínio jurídico conforme as diversas funções que deve desempenhar, os vários domínios a que

se aplica e as diversas instâncias que constituem o aparelho judiciário. (PERELMAN, 2004, p. 200)

Como se vê, Perelman não desconsidera a importância da lei. Contudo, relativiza sua autoridade, alegando que ela se constitui em um dos instrumentos que orienta o juiz no cumprimento de sua tarefa. Segundo esse filósofo, embora a lei seja primordial para a decisão judicial, sua primazia não leva à desqualificação de outras fontes manifestas nos valores, princípios e analogias, mesmo porque o papel do juiz não se restringe à subsunção literal dos fatos à norma, mas sim à adaptação da norma ao caso concreto, da forma mais razoável e equitativa possível.

Para Perelman, o juiz, ao prolatar uma decisão, deve perquirir se essa, além de ser legal, também é justa e harmoniosa com os valores morais então vigentes na sociedade para a qual a decisão se destina, buscando analisar a procedibilidade das premissas que são propostas pelos litigantes, tanto por meio dos argumentos expostos nas diversas fases do processo quanto pelas provas apresentadas para fundamentar e ilustrar tais argumentos e, ainda, em razão dos diversos valores que se confrontam na lide. Perelman (2004) propõe que a lógica jurídica seja apresentada não como uma lógica formal, como propõem os positivistas, mas sim como uma lógica racional, uma lógica técnica e essencialmente argumentativa que esteja em conformidade com as ideias que os juízes têm acerca de sua missão, do Direito, e de como o Direito deverá atuar na sociedade.

3 A adesão à Nova Retórica

Tais questionamentos, embora muito pertinentes e necessários, não foram pacificamente aceitos pela lógica jurídica dominante, posto que muitos não reconheciam a importância dos valores morais e a necessidade de sua aplicação para melhor efetivação do Direito. Percebe-se, pois, que o mundo jurídico moderno ocidental negava (e ainda costuma negar) – sob o império do positivismo – os preceitos ensinados por Aristóteles, para quem, em todas as formas de argumentação, inclusive na argumentação jurídica, haverá sempre a existência de um valor, um ponto de vista comum a todos os espíritos (especialmente ao auditório), e que o orador, através de sua persuasão discursiva, poderá utilizá-lo como pressuposto na elaboração de um argumento. A tais pontos de vista, Aristóteles denominou-os de *koinòì tòpoi*,

os lugares comuns, os quais podem ser entendidos como valores gerais a partir dos quais decorrem várias possibilidades de interpretação e aplicação.

Depois de Perelman, embora a aplicação subsidiária dos valores, sobretudo os manifestos nos Princípios Gerais do Direito, tenha se tornado amplamente permitida pelas legislações de diversos países, inclusive pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro, os profissionais do Direito, até mesmo os do Direito Penal, ainda se apegam demasiadamente ao Direito Positivado. A alegação para tal postura é que a fundamentação em princípios pode desestabilizar o sistema jurídico penal e trazer a tão rechaçada insegurança jurídica. Assim, a tendência dogmática da cultura jurídica brasileira acarreta que a maioria dos juristas ainda entenda que os juízos de valor são escolhas arbitrárias – simples manifestações da vontade subjetiva de um indivíduo, as quais não podem ser orientadas por critérios racionais – e continue se apegando a brocardos latinos de base positivista, tais como: *nullum crimen, nulla poena sine lege* (o crime e a pena são nulos sem prévia lei)²; *dura lex, sed lex* (a lei é dura, mas é a lei); *ignorantia legis neminem excusat* (a ignorância da lei não escusa ninguém); *lex clara non indiget interpretatio* (lei clara não carece de interpretação) etc., a fim de dar respaldo às suas decisões.

No entanto, há vários institutos jurídicos contemporâneos que mitigam a aplicação dura da lei com o fim de promover a justiça, por exemplo, o instituto denominado Transação Penal, que visa, entre outros fins, à composição – a um acordo entre o réu e a vítima, quando acontece um crime, em vez de ser aplicada uma sanção, como determina a legislação penal. Noções como o princípio da proporcionalidade e o princípio da razoabilidade, alegados com muita frequência no Direito Brasileiro, principalmente após o desenvolvimento da teoria chamada de “A Lógica do Razoável” por Recasens Siches e outros, também minoram a interpretação literal da lei, pois³ a referência à razoabilidade vem sendo elevada à posição de um *topos* jurídico, uma afirmação que, segundo essa teoria, pode servir como premissa para uma argumentação jurídica porque a sua validade não é questionada pelo senso comum.

² No Código Penal Brasileiro, esse brocardo é positivado pelos princípios da Anterioridade da Lei e da Reserva Legal ou Legalidade em seu artigo 1º, que dispõe: “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”.

³ Segundo estatística feita por *JusBrasil*, o termo *razoável* ocorreu 975 vezes em notícias e doutrina, 8.829 vezes em jurisprudências e 12 vezes na legislação. Esses dados são, no nosso entender, índices da tendência do tipo de Direito praticado no Brasil.

Contudo, ainda são muitas as vozes contrárias. Por exemplo, na visão de Andrade (2006), o que os pós-modernos propõem é uma flexibilização de um ideal absolutista hermenêutico das teorias tradicionais: “[...] são meros apaziguamentos, comprometendo as teorias tradicionais e formando um ecletismo metodológico insustentável” (ANDRADE, 2006, p. 59). Segundo esse jurista, essa postura pode levar a um vale-tudo interpretativo. Para o autor, é aí que aparecem os inúmeros fatores circunstanciais: situação econômica das partes; qualidade das provas; personalidade do juiz; ambiente político-social; disponibilidade de tempo; momentâneas predisposições psicológicas; esmorecimento e resignação etc., que podem levar até mesmo a decisões contra a lei, sobre as quais há vários relatos na bibliografia recente, e comprometer a segurança jurídica.

A despeito das muitas críticas, já é comum na configuração do discurso jurídico brasileiro contemporâneo a adoção das estratégias argumentativas oriundas da persuasão retórica aristotélica, resgatadas por Perelman, tanto na instância da defesa quanto da acusação, bem como nas justificativas apresentadas pelos julgadores em suas decisões. Da mesma forma, no âmbito da polícia judiciária (polícia civil), os discursos construídos por delegados de polícia no relatório final de uma investigação muitas vezes configuram-se como discursos persuasivos, pois procuram atingir a vontade do juiz de direito e do promotor de justiça e até do público interessado, já que o inquérito policial é, via de regra, público.

Para ilustrar a influência da persuasão retórica no discurso jurídico brasileiro contemporâneo, elegemos um relatório final de um inquérito policial construído por uma delegada de polícia.

4 Sobre o inquérito policial

O sistema legal brasileiro é baseado em leis e doutrinas que subsidiam as decisões sobre os litígios apresentados ao Estado. Na esfera criminal, o Direito Penal e o Direito Processual Penal norteiam os operadores do Direito quanto às regras de conteúdo e de procedimentos relativas às infrações penais. Conforme disposto no artigo 144, § 4º da Constituição Federal Brasileira, incumbem às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais. Assim, as

polícias judiciárias, nominadas no Brasil de polícias civis, utilizam o inquérito policial como o instrumento formal de apuração de um fato dito delituoso.

De acordo com o Direito Processual Penal Brasileiro, antes que uma infração penal chegue às barras de um tribunal, presidido por um juiz de direito, esse delito é noticiado a um delegado de polícia, necessariamente, um bacharel em Direito. Essa notícia, se efetivamente constituir uma infringência à lei penal, dará ensejo à instauração do nominado inquérito policial, o instrumento por meio do qual se procede à coleta de indícios e de provas sobre fato que, a princípio, possa configurar-se como crime. No domínio jurídico, o inquérito policial é definido, conforme Capez (2007), como “[...] o conjunto de diligências realizadas pela polícia judiciária para a apuração de uma infração penal e de sua autoria, a fim de que o titular da ação penal possa ingressar em juízo” (CAPEZ, 2007, p. 72).

O inquérito policial, como instrumento de investigação, consubstancia-se, pois, na documentação de uma série de atos de investigação sobre a natureza e as circunstâncias de um fato em tese criminoso. Esse ato de investigação perpassa, necessariamente, vários atos de linguagem. A maior parte dos atos de linguagem produzidos nesse instrumento de investigação é oral, sendo, posteriormente, retextualizada para a linguagem escrita.

No Brasil, o inquérito policial inicia-se com a notícia de um fato delituoso que é narrado a um policial. Após a narração, há a retextualização do oral para o escrito, gerando o documento comumente denominado de boletim de ocorrência. As provas determinadas como subjetivas também são coletadas, necessariamente, por meio da oralidade: testemunhas, informantes, acusados, vítimas e demais envolvidos nos fatos relatam sua versão ao investigador, que, posteriormente, retextualiza essas falas e produz um documento dirigido ao delegado de polícia, em que constam, além da retextualização daquelas falas, as impressões do investigador sobre o fato investigado.

Há ainda a produção da prova objetiva, que, não obstante ser construída a partir dos vestígios materiais existentes no “corpo de delito”, é confeccionada também levando-se em conta as informações verbais coletadas pelo perito na cena do crime. É praticamente impossível a construção de um inquérito policial sem haver a tomada de depoimentos, isto é, a produção da prova oral, retextualizada pelo delegado em uma delegacia de polícia.

Por fim, na conclusão do instrumento de investigação, esse delegado, presidente do inquérito, emite parecer final sobre os fatos em investigação, que é denominado de relatório final, dirigido ao juiz de direito. Nesse relatório final, o delegado de polícia, não raro, também utiliza a retextualização como instrumento de argumentação e de recurso de autoridade, na medida em que, a partir da fala de um envolvido, elabora uma hipótese ou emite uma conclusão. No relatório final do delegado, portanto, há uma retextualização do escrito para o escrito, já que o texto escrito, que é objeto de nova retextualização, fora fruto de uma primeira retextualização do oral para o escrito. Importante ressaltar, principalmente, que no relatório final do inquérito, o operador do direito já emite um juízo de valor. Esse juízo de valor implica o “indiciamento” ou não do acusado. Trata-se da primeira atribuição de responsabilização pela prática do ato delituoso ou da isenção de responsabilidade do acusado – que serão ou não confirmadas pelo juiz. O indiciamento, que é uma consequência do juízo de valor do operador do direito, terá como efeito prático a inserção de um dado negativo nos arquivos criminais, popularmente conhecidos como “fichas policiais”. Desse modo, é imperioso que esse juízo de valor tenha sido fruto de uma argumentação suficientemente capaz de não só convencer, mas de persuadir, de afetar a vontade do auditório específico.

5 As provas retóricas: *ethos*, *pathos* e *logos*

O inquérito policial, dessa forma, constitui-se em gênero discursivo essencialmente argumentativo, no qual se pretende, a todo tempo, a adesão dos espíritos às teses expendidas.

Como se quer mostrar, na construção do relatório final que analisaremos, sua autora, incorporando a teoria aristotélica, vale-se de provas retóricas que apelam pelo *ethos*, pelo *pathos* e pelo *logos* de sua audiência, constituída, no caso, principalmente pelo juiz de direito ao qual o inquérito é submetido.

Cabe ressaltar que, embora o inquérito policial tenha, por definição legal, o objetivo de elucidar um fato, tido, a princípio, como criminoso, questiona-se se a argumentação, por esse profissional expendida no relatório final, seja a mera narração de fatos e conclusões lógicas advindas desse relato. Investiga-se, especialmente, se o delegado de polícia lança mão dos

argumentos retóricos como estratégia para persuadir seu interlocutor, embora, em tese, não precisasse fazê-lo. É preciso pontuar ainda que não se pretende louvar ou repudiar a recorrência aos argumentos retóricos, mas, sim, analisá-los, desmitificando o preconceito de que o uso da retórica na argumentação jurídica possa estar atrelado ao ardil, ou até mesmo à falácia.

5.1 O apelo ao *ethos*

Para Aristóteles, “Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. É, porém, necessário, que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador [...]” (ARISTÓTELES, 2005, 1356^a). Diferentemente do que acreditava o filósofo, a concepção ciceroniana de *ethos*, discutida principalmente em *De Oratore*, II, 182-184, o que está em questão é como conquistar a benevolência do ouvinte para com o litigante e seu patrono, e como distanciá-la do oponente. Assim afirma um dos protagonistas do *De Oratore*, Antônio:

Tem muita força, então, para a vitória, que se aprovelem o caráter, os costumes, os feitos e a vida dos que defendem as causas e daqueles em favor de quem as defendem, e, do mesmo modo, que se desaprovelem os dos adversários, bem como que se conduzam à benevolência os ânimos daqueles perante os quais se discursa, tanto em relação ao orador como em relação ao que é defendido pelo orador. Cativam-se os ânimos pela dignidade do homem, por seus feitos, por sua reputação [...] (CÍCERO, 1942, p. 182).

Comparando o conceito de *ethos* aristotélico ao ciceroniano, Wise (1989, p. 234) mostra que a versão aristotélica considera um “*ethos* racional”, que persuade fazendo com que o orador se mostre competente e confiável por meio do discurso. Já Cícero consideraria mais o “*ethos* da simpatia”, o que significa o estabelecimento de um vínculo emocional entre o orador e a audiência. O *ethos* ciceroniano, portanto, envolveria um tipo de emoção, fundindo *ethos* e *pathos*. Assim, o *ethos* apresentado por Cícero distancia-se da doutrina aristotélica, ligando-se às ideias de Isócrates expostas em *Antídosis*: “[...] os argumentos oriundos da vida são mais poderosos do que os fornecidos pelo discurso” (ISÓCRATES apud SCATOLIN, 2009, p. 119), ideias de que Cícero compartilha.

No nosso entender, não há incompatibilidade entre as ideias de Aristóteles e as de Cícero e Isócrates, elas antes se complementam.

Contemporaneamente, Ruth Amossy assume que “A imagem projetada pelo orador não deve somente suscitar no auditório um julgamento de valor fundado na razão: ela deve também falar ao coração, deve emocionar” (AMOSSY, 2008, p. 117)⁴.

Cumprir notar que a construção do *ethos* do delegado de polícia é, por um lado, anterior a seu posicionamento durante o inquérito policial, pois, obviamente, os modelos culturais preexistentes a respeito do delegado de polícia terão influência na construção de qualquer relatório de investigação. É inegável que o *ethos* prévio do orador do inquérito policial é de uma figura social dotada de autoridade, de poder, implicando, até mesmo, um certo temor: o delegado de polícia é o homem da lei que pode levar o cidadão ao cárcere. Antecede, portanto, ao texto do relatório final do inquérito policial, a representação da figura do delegado de polícia como elemento de persuasão. Nesse sentido, adota-se aqui a posição ciceroniana, pois, na argumentação construída no inquérito policial, propõe-se à evocação das emoções, além da razão. Por outro lado, além do *ethos* prévio, constituir-se-á como elemento de persuasão o *ethos* discursivo aristotélico como recurso para se inspirar no destinatário do inquérito policial a confiança naquele que investigou e, por conseguinte, a adesão à sua tese.

5.2 O apelo ao *pathos*

Para Aristóteles, o apelo ao *pathos* é o apelo às emoções, às paixões do auditório: “Persuade-se pela disposição dos ouvintes quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (ARISTÓTELES, 2005). Em sua definição:

As paixões são todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos e são seguidos de tristeza ou prazer, como a cólera, a piedade, o temor e todas as outras paixões análogas, assim como seus contrários (ARISTÓTELES, 2005).

O relatório final de um inquérito policial, texto eminentemente persuasivo, constitui um *locus* ideal para o apelo ao *pathos*, vez que tem por objetivo convencer a audiência de que há fortes indícios da ocorrência de crime, o que justifica o indiciamento do acusado. Pode-se, portanto, evocar

⁴ Tradução realizada pela autora deste artigo.

sentimentos como a vergonha, a compaixão, a indignação, a cólera, a calma, a tranquilidade, o ódio, a segurança, o temor, o medo, entre outros sentimentos que possam aproximar o receptor (juiz, promotor de justiça e público em geral) do emissor do discurso (delegado de polícia).

5.3 Apelo ao *logos*

O *logos* na persuasão retórica, embora se refira à racionalidade do discurso, diferentemente da argumentação lógica demonstrativa, não é uma racionalidade apodítica, coercitiva, exaustiva, encontrada na ciência pura. Trata-se de uma racionalidade mais flexível, cujo objetivo principal é conseguir adesão a uma tese.

O discurso jurídico pode conter argumentação lógica demonstrativa, por exemplo quando se trata de elementos técnicos, como exames de balística, de lesão corporal, papiloscópico, auditorias contábeis etc., mas, paralela e complementarmente, também pode se valer da lógica retórica.

6 Análise de um relatório final de inquérito policial construído por delegada de polícia

Analisa-se alguns trechos extraídos de um relatório final de inquérito policial⁵, relativo a um homicídio de um jovem de 24 anos, ocorrido em 2004, que aponta como mandante do crime uma mulher, tida como profissional do crime. O objetivo da análise é pontuar como os argumentos retóricos são construídos pela delegada de polícia, que parece pretender não simplesmente relatar fatos, mas persuadir seu auditório (juiz e promotor de justiça em especial) de que a autora do crime deve ser condenada e presa.

Não se pretende com a presente análise exaurir o tema e afirmar generalidades, mas sim apontar alguma tendência que possa propiciar uma pesquisa ainda mais aprofundada sobre a argumentação em relatórios finais de inquéritos policiais.

⁵ O inteiro teor do relatório final encontra-se anexo a este artigo, porém pontua-se que os nomes dos envolvidos e locais foram trocados por nomes fictícios.

6.1 Argumentos da ordem do *ethos*

TRECHO 1

Preclara Autoridade Judiciária

A autoridade policial se aproxima de seu interlocutor, juiz de direito, utilizando no vocativo a mesma designação que é utilizada para o delegado de polícia, “Autoridade”, no entanto, judicial. Essa aproximação é constitutiva da argumentação da ordem do *ethos*, uma vez que é construída para diminuir a distância entre os interlocutores. Por conseguinte, apresenta-se a delegada como AUTORIDADE ao juiz, seu par, também AUTORIDADE.

TRECHO 2

As investigações, mormente em face da escassez de provas subjetivas, não tiveram uma evolução no ritmo que se espera na busca da verdade real, o que costuma ocorrer em situações envolvendo pessoas ligadas ao submundo das drogas. Todavia, decorridos alguns anos, esta Delegacia Especializada, que já vinha registrando mortes na região, cujas motivações apontadas giravam em torno da mercancia ilícita de substâncias entorpecentes de uso proscrito, passou a melhor focar suas investigações nesse sentido, culminado com a prisão da Sra. LILI METRALHADORA, ou LILI ESPINGARDA...

No discurso construído pela delegada de polícia, evidencia-se a argumentação pelo *ethos*, uma vez que se enaltecem os trabalhos desenvolvidos pela delegacia especializada, no intuito óbvio de obter a confiança do interlocutor.

TRECHO 3

“Familiares de JOSÉ GROTESCO, vale registrar, tiveram de sair às pressas do bairro, até porque começaram a sofrer pressões e ameaças, pelo que restou morto seu irmão PAULO RUDE, morte apurada em IP que por aqui ainda tramita, em fase final de apuração, tendo LILI ESPINGARDA já sido indicada como mandante”.

Assim como em muitas outras oportunidades, a emissora do discurso ressalta a competência da unidade que representa seu próprio *ethos*, demonstrando ao interlocutor que se trata de uma delegacia na qual os servidores trabalham muito e obtêm bons resultados, portanto, tentando angariar a confiança do auditório.

TRECHO 4

Em tal IP, mediante nossa Representação, foram expedidos mandados de prisão temporária e de busca e apreensão tendo como alvos referida mulher.

Novamente, a emissora do discurso ressalta o trabalho por ela desenvolvido, que deu ensejo à expedição de mandados de prisão e de busca e apreensão contra a investigada, construindo *ethos* positivo com o objetivo de, mais uma vez, despertar no interlocutor confiança e admiração, pois, no próprio relatório, a delegada estava, ao final, defendendo novamente a prisão preventiva da investigada.

TRECHO 5

Desnecessário destacar a visão focada desta Especializada sobre a mesma região, compartilhando ações e informações com a própria PMMG.

No discurso construído pela delegada de polícia, mais uma vez, verifica-se a argumentação pelo *ethos*, sempre dando enfoque aos trabalhos desenvolvidos pela delegacia especializada, com o objetivo de obter a confiança do juiz e do promotor de justiça na unidade, bem como sua simpatia por ela, sentimentos que os levariam, certamente, a uma maior adesão à tese defendida pela delegada de polícia.

6.2 Argumentos da ordem do *pathos*

TRECHO 1

Cuida-se de IP instaurado para apuração do homicídio acima anotado, ocasião em que a vítima, de 24 anos de idade, que estava numa bicicleta, restou abatida mediante disparos de arma de fogo, numa via pública, onde predominantemente existiam imóveis do tipo residencial, por duas pessoas desconhecidas que se utilizavam de uma motocicleta.

A delegada de polícia utiliza, como estratégia argumentativa, com o fim de despertar o sentimento de piedade ou indignação em seu interlocutor, a expressão “abatida” que, normalmente, é empregada para os animais. A vítima não foi morta, mas sim abatida.

TRECHO 2

Laudo perinecropsóptico está acostado às fls. 30/44, cujo anexo fotográfico é bastante para demonstrar a violência e hediondez do assassinato da vítima.⁶

A delegada de polícia denota a violência e hediondez do crime a fim de suscitar, pela emoção, a adesão à sua tese.

TRECHO 3

[...] noticiando que seu sobrinho residia com a avó e por muito tempo laborava em sua companhia até que, seduzido pelo submundo das drogas ilícitas, deixou de ter responsabilidade com o trabalho, passando a levar vida desregrada.

A delegada de polícia, ao relatar o depoimento de uma testemunha, por meio de discurso indireto, tenta despertar em seu interlocutor o sentimento da compaixão, demonstrando que a vítima havia sido um bom rapaz e que seu martírio iniciou-se quando seduzido pelo mundo das drogas. Assim, constrói um *ethos* patêmico da vítima que passa a ser digna de pena, mesmo quando viva.

TRECHO 4

O IP XXX/05, hoje Processo XXXXXX em trâmite nesse I Tribunal do Júri, foi concluído e relatado nesta DEH, figurando como vítima fatal SEBASTIÃO, v. BROA, conhecido e temido na região, tal como sua mulher LILI ESPINGARDA.

Nesse trecho, a delegada de polícia, referindo-se à indiciada e ao seu marido morto, demonstra serem eles pessoas perigosas, suscitando assim, o sentimento de medo e até mesmo, por parte do juiz e do promotor de justiça, o desejo, o interesse de decretar a prisão da investigada, o que, aliás, foi pedido ao final pela autoridade policial.

TRECHO 5

⁶ A menção ao “laudo perioscópico”, prova científica, mostra que a delegada, além de usar a persuasão retórica, e utiliza também da argumentação demonstrativa científica.

Por fim, registramos que a leitura completa de seu contraditório e confuso termo de declarações mostra que RICARDO, que confessou ser usuário de drogas e trabalhar para BROA, desde a menoridade, chega quase a declarar BROA e LILLI como seus deuses, se pudesse e cabível fosse.

A delegada de polícia constrói sua argumentação por meio da emoção, o que também é revelado no presente extrato, pois este revela que um dos investigados (coautor) tinha a investigada (autora intelectual do crime) como uma deusa. Utilizando do apelo à emoção, a oradora tenta despertar no seu interlocutor repúdio à figura da mulher que determina a morte da vítima, que é endeusada por seu comparsa.

6.3 Argumentos da ordem do *logos*

TRECHO 1

[...] pode-se afirmar que a vítima estaria pedalando na bicicleta encontrada com ela (entre suas pernas), momento em que restou alvejada pelos disparos de arma de fogo e tombou-se ao local em que foi encontrada morta.

A autora da peça inquisitória faz uma dedução fática lógica, utilizando relação de causa e consequência. Por não se tratar de um silogismo perfeito, parte-se de uma premissa maior (implícito) de que todas as pessoas que são encontradas caídas com bicicletas entre as pernas, estavam andando de bicicleta. O *entimema* é apresentado para retratar a mecânica dos fatos e também para descrever tristemente a cena. Parte-se do *logos retórico*, atingindo, concomitantemente, o efeito patêmico, na tentativa de persuadir o interlocutor de que o autor do crime deve ser punido, pois atingiu alguém que estava andando de bicicleta, indefeso.

TRECHO 2

No dia dos fatos, afirma ele que poucos minutos antes viu o sobrinho descendo a Avenida XX, de bicicleta, e logo depois uma motocicleta, com dois ocupantes, também descendo a mesma avenida. Instantes depois, ouviu os estampidos e um forte barulho de aceleração de motocicleta, observando ainda que a mesma motocicleta subiu aquela Avenida XX, no sentido Bairro ZZZ.

A delegada de polícia traz para o bojo do seu relatório ordem cronológica que se perfaz como um argumento lógico sobre a dinâmica e autoria dos fatos. Contudo, esse argumento é retórico, já que baseado na fala de uma testemunha, de acordo com a sua percepção dos fatos.

TRECHO 3

[...] afirmou acreditar que a vítima teve a vida ceifada⁷ por causa do seu envolvimento com drogas (possivelmente usuário de maconha), pois era querido das pessoas e desconhecia que tivesse desafetos.

A delegada de polícia demonstra, construindo argumento lógico de causa e efeito, a motivação do delito. Destaca-se que, embora seja argumento lógico, pertence à argumentação retórica, haja vista que está inserido na *doxa*, ou seja, baseada na opinião humana.

TRECHO 4

Pessoa essa com vários registros de envolvimento em fatos policiais/judiciais ligados ao cometimento de vários homicídios e tráfico de drogas, hoje recolhido ao cárcere, cumprindo suas condenações, conforme registros do SIP e do site TJMG.

A relação de conformidade das informações com os sistemas de dados da PCMG e do TJMG constitui-se em recurso lógico argumentativo que visa a persuadir o interlocutor de que deve aderir à tese exposta pela delegada de polícia.

TRECHO 5

Resta evidente, conforme apurado nos presentes autos, que se trata de homicídio doloso, triplamente qualificado, com previsão legal no Artigo 121 do Código Penal.

A conclusão a que chega a delegada de polícia traduz-se em argumento da ordem do *logos*, uma vez que se respalda no apurado nos autos e na

⁷ Além do argumento lógico utilizado, registra-se no trecho o apelo ao *pathos*: o uso da expressão “vida ceifada”, um eufemismo, e ainda, a menção ao sentimento das pessoas em relação à vítima, sempre tentando buscar a persuasão do auditório no sentido de que a autora deve ser punida, presa.

legislação em vigor. Novamente a relação de conformidade é utilizada como estratégia argumentativa pela autoridade policial, vislumbrando buscar adesão à tese expendida: a autora deve ser condenada e presa.

Considerações finais

Como se pôde verificar na análise dos trechos apresentados, a delegada de polícia constrói uma argumentação com fundamento no *logos*, no *ethos* e no *pathos*, cumprindo o ritual retórico aristotélico.

Embora, de acordo com o senso comum, acredite-se que o discurso jurídico seja eminentemente demonstrativo, racional ou lógico – não retórico –, como se viu, o discurso jurídico brasileiro já apresenta alguma tendência não positivista, pelo menos no que diz respeito ao relatório final de inquérito policial analisado.

No nosso entender, é de se comemorar tal fato, uma vez que acreditamos que uma teoria jurídica deve harmonizar essas duas vertentes: deve assumir o seu aspecto normativo, legal, mas reconhecer nitidamente os aspectos valorativos que a completam, buscando um norte adequado para o desenvolvimento do Direito. Todavia, esse norte deve ser assumido tendo como base uma descrição substancial da realidade⁸, e não se apoiar em conceitos jurídicos *a priori*, que tendem a levar a uma excessiva idealização legal.

É nesse mesmo viés que se pretende continuar pesquisando os discursos proferidos em outros relatórios finais de inquéritos policiais para se verificar se há uma tendência efetiva de que esses textos sejam construídos, eminentemente, com efeitos retóricos, ressaltando que, se isso se confirmar, como demonstraram os trechos analisados, não haverá qualquer desprestígio à argumentação jurídica. Pelo contrário, talvez se demonstre que os delegados de polícia estejam mais preocupados em embasar seus discursos

⁸ Entendemos que o relatório final do inquérito policial é o texto que deve retratar com detalhes os fatos em apuração. Essa descrição substancial, minuciosa dos fatos conterá, necessariamente, impressões, inferências e entendimentos frutos da *doxa*.

NASCIMENTO, Águeda Bueno. O discurso construído por uma delegada de polícia no inquérito policial: análise de um caso concreto. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 5-31, jun.2015.

nos valores sociais e em princípios como equidade e justiça do que na recorrência estrita à legalidade.

Referências

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Dimension rationnelle et dimension affective de l'ethos. In: RINN, Michael (Dir.). **Émotions et discours. L'usage des passions dans La langue**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008, p.113-126.

ANDRADE, J. M. Arruda de. **Interpretação da Norma Tributária: concreção normativa, teoria estruturante do direito e análise pragmática**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Direito), USP, inédita.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior et alii. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Juarez de Oliveira (Org.). 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1998.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CÍCERO. **De oratore**. 2. vols. Tradução de H. Rackham. The Loeb Classical Library. Cambridge: Havard University Press, 1942.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Tradução de João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica: a nova retórica**. Tradução de Vergínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. A teoria pura do direito e a argumentação. In: _____. **Ética e direito**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: história, teorias, perspectivas**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NASCIMENTO, Águeda Bueno. O discurso construído por uma delegada de polícia no inquérito policial: análise de um caso concreto. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 5-31, jun.2015.

SCATOLIN, Adriano. **A invenção do orador de Cícero**: um estudo à luz de Ad Familiares I,9,23. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas). FFLCH – USP.

SICHES, Recaséns. **Experiência Jurídica, Naturaleza de la Cosa e Lógica Razonable**. México: Unam, 1971.

WISSE, J. **Ethos and pathos from Aristotle to Cicero**. Amsterdam: Hakkert, 1989.

Anexo

RELATÓRIO COM REPRESENTAÇÃO POR PRISÃO PREVENTIVA

Inquérito Policial nº: XXXXXXXXXXXX

Vítima: MAURÍCIO DOIDÃO

Investigados: LILI METRALHADORA, ou LILI ESPINGARDA e SEBASTIÃO, vulgo “BROA”

Data/Hora: Por volta das 18h do dia de fevereiro de (2ª feira)

Local: BH/MG (em via pública).

Preclara Autoridade Judiciária:

Síntese dos fatos

Cuida-se de IP instaurado para apuração do homicídio acima anotado, ocasião em que a vítima, de 24 anos de idade, que estava numa bicicleta, restou abatida mediante disparos de arma de fogo, numa via pública, onde predominantemente existiam imóveis do tipo residencial, por duas pessoas desconhecidas que se utilizavam de uma motocicleta.

BOPM registrador do fato está às fls. 06/07 destes autos.

Das investigações e das provas coligidas

Consubstanciando a materialidade, à fl. 08 temos a guia de remoção cadavérica ao IML, onde foi expedido respectivo Laudo de necropsia, encartado às fls. 14/17. Neste, os expertos anotaram que a causa da morte foi laceração encefálica e hemorragia intracraniana por ferimentos perfuro-contusos, concentrados basicamente nas regiões torácica e craniana do sujeito passivo.

Os legistas arrecadaram do corpo da vítima material balístico que foi enviado a exames no I.C, onde foi exarado o Laudo n.º XXX/04/STBIAM, dando conta de que o calibre da(s) arma(s) de fogo utilizada no exício é .380.

Laudo perinecropsópico está acostado às fls. 30/44, cujo anexo fotográfico é bastante para demonstrar a violência e hediondez do assassinato da vítima, tendo os peritos afirmado que, face ao palco delituoso que encontraram, pode-se afirmar que a vítima estaria pedalando na bicicleta encontrada com ela (entre suas pernas), momento

em que restou alvejada pelos disparos de arma de fogo e tombou-se ao local em que foi encontrada morta.

Às fls. 21/23 e 24/25, temos anotadas as declarações das testemunhas anotadas pelos Agentes policiais civis na data do crime, sendo SÁVIO e WALTER, tio e sobrinho da vítima. Aquele, noticiando que seu sobrinho residia com a avó e por muito tempo laborava em sua companhia até que, seduzido pelo submundo das drogas ilícitas deixou de ter responsabilidade com o trabalho, passando a levar vida desregrada. No dia dos fatos, afirma ele que poucos minutos antes viu o sobrinho descendo a Avenida XX, de bicicleta, e logo depois uma motocicleta, com dois ocupantes, também descendo a mesma avenida. Instantes depois, ouviu os estampidos e um forte barulho de aceleração de motocicleta, observando ainda que a mesma motocicleta subiu aquela Avenida XX, no sentido Bairro ZZZ. Na sequência, garotos que brincavam na rua de bicicleta passaram a gritar que seu sobrinho havia sido alvejado. De imediato, foi até o local e viu seu sobrinho caído no local onde faleceu.

Acerca da motivação, o tio afirmou acreditar que a vítima teve a vida ceifada por causa do seu envolvimento com drogas (possivelmente usuário de maconha), pois era querido das pessoas e desconhecia que tivesse desafetos.

O primo da vítima informou que residia no mesmo lote em que MAURÍCIO DOIDÃO morava com a avó, trazendo ainda sua desconfiança de que a vítima era usuária de drogas, pois “de vez em quando eu via ele com cheiro de mato queimado, olhos vermelhos, com as pálpebras caídas, diferentes do que ele era”, conforme se expressou. Disse ainda que na data dos fatos, por volta das 17h30, estando em casa tomando café, escutou os “tiros” e, ao sair à rua para ver o que acontecera, observou uma motocicleta seguindo a Avenida XX, no sentido Bairro ZZ, com dois ocupantes, estando o garupeiro com uma arma de fogo na mão. Num tumulto que se formara nas imediações, viu o sobrinho caído ao chão, ainda agonizando.

Informou que o sobrinho, que sabia lutar capoeira, fora alvejado enquanto andava de bicicleta pela rua.

Tal como seu tio, apresentou sua hipótese para a motivação delitiva, dizendo também que a vítima teve sua vida ceifada por causa do seu envolvimento com drogas, “eu acho que ele pegou droga fiado e não pagou, porque não tinha outro motivo pra ele ser morto, ele era muito brincalhão, todo mundo gostava dele”, consoante se expressou.

As investigações, mormente em face da escassez de provas subjetivas, não tiveram uma evolução no ritmo que se espera na busca da verdade real, o que costuma ocorrer em situações envolvendo pessoas ligadas ao submundo das drogas.

Todavia, decorridos alguns anos, esta Delegacia Especializada, que já vinha registrando mortes na região cujas motivações apontadas giravam em torno da mercancia ilícita de substâncias entorpecentes de uso proscrito, passou a melhor focar suas investigações nesse sentido, culminado com a prisão da Sra. LILI METRALHADORA, ou LILI ESPINGARDA, nome que teria adotado após se casar com o outro investigado destes autos, SEBASTIÃO, vulgo “BROA”, conhecido como o mais destacado traficante de drogas da região, em cuja ficha de registros policiais/judiciais realmente se pode ver registro nesse sentido. Este, assassinado no ano de 2005.

O IP XXX/05, hoje Processo XXXXXX, em trâmite nesse I Tribunal do Júri/BH, foi concluído e relatado nesta DEH, figurando como vítima fatal SEBASTIÃO, v. BROA, conhecido e temido na região, tal como sua mulher LILI ESPINGARDA, vítima sobrevivente. Passado algum tempo do ocorrido e antes que tivesse decretada sua

prisão cautelar, JOSÉ GROTESCO se fez presente e prestou declarações no cartório desta Especializada confessando autoria delitiva. Familiares de JOSÉ GROTESCO, vale registrar, tiveram de sair às pressas do bairro, até porque começaram a sofrer pressões e ameaças, pelo que restou morto seu irmão PAULO RUDE, morte apurada em IP que por aqui ainda tramita, em fase final de apuração, tendo LILI ESPINGARDA já sido indicada como mandante. Alguns executores já foram identificados. Certo é que o assassinato de BROA desencadeou uma série de fatos policiais na região, notadamente homicídios, com o investigado no IP XXXX/05, hoje Proc. XXXXXXXX - II Tribunal do Júri, em que LILI ESPINGARDA resta hoje processada como mandante do que, por pouco, não foi uma chacina. Em tal IP, mediante nossa Representação, foram expedidos mandados de prisão temporária e de busca e apreensão tendo como alvos referida mulher.

De se destacar que quando do cumprimento da prisão temporária da investigada LILI ESPINGARDA, ocasião em que fora também procedida busca e apreensão em sua residência, ela ainda restou autuada em flagrante delito como incurso nas sanções dos Artigos 12, 16 e 16, § único, inciso IV, do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03). *Ad cautelam* e para verificar hipótese de que pudessem ter sido utilizadas nos crimes sob comento, providenciamos exames de microcomparação entre as armas de fogo apreendidas com outros materiais balísticos, inclusive os destes autos.

Tal providência tendo em conta teor de declarações prestadas por membros do que se configura como uma verdadeira quadrilha, comandada por LILI ESPINGARDA e antes também por seu companheiro falecido, como o alcunhado JORGINHO, JORGE DA SILVA, RG MG XXXX, filho de JOÃO e de MARIA nascido em XXXX aos XXXX, com endereço na Rua XXXXXXXXXXXXXXX, prontuariado sob n.º XXXXX, preso como executor de um dos crimes ensejados pela vingança, anunciada por LILI ESPINGARDA, pela morte de BROA.

Após prisão de JORGE que, de sua própria maneira, confessou sua participação nos crimes, as investigações tiveram consideráveis avanços, sobretudo, ensejando as prisões dos demais envolvidos na empreitada criminosa, como ADRIANO CHAVES, alcunhado Chave ou Chaveco; RICARDO SOUZA, v. CARDO ou BISCOITO e o alcunhado JUNINHO, denominado GERALDO JÚNIO, dito traficante de drogas da região do BAIRRO TREVAS e ora preso, inclusive por tal razão.

Segundo declarações de JORGE, que declinou ter recebido convite e arma de fogo de LILI ESPINGARDA para participar na data destes fatos “[...] por volta das 04:00horas da madrugada, SEBASTIÃO, acompanhado de LUIZ e mais dois homens, cujo nome não sabe declinar, mas segundo SEBASSTIÃO seriam do Bairro TREVAS, foram buscar o declarante em casa e de lá partiram para a casa de ADRIANO CHAVES, v. CHAVECO que também participaria do crime, e FELIPE, v. ZUBU, já estava esperando na esquina[...]”. Em seguida, seguiram todos para a residência onde supunham estar BINHO e JOSÉ GROTESCO, a serem exterminados.

Vide, às fls. 198/207, íntegra de tais declarações, onde esse investigado traz outras tantas substanciosas informações acerca do funcionamento do negócio ilícito de tráfico de drogas gerenciado pelo casal BROA e LILI, onde fora “empregado”, bem como noticia outros crimes contra a vida em que o casal teria participação. Ademais, traz o investigado esclarecedoras informações (corroboradas por outras diligências dos autos constantes) acerca do comportamento geral da investigada LILI ESPINGARDA, tanto nos tais negócios ilícitos quanto no capitanear a vingança pelo assassinio do marido BROA. A título de exemplo, ele noticia o costume de LILI ESPINGARDA de açoiar seus comandados pelo não cumprimento, ou cumprimento não exitoso de alguma tarefa.

Localizado nas dependências carcerárias da Penitenciária SOMBRIA, em cumprimento de pena por porte ilegal de arma de fogo, CHAVECO, cuja suspeita de autoria já havia sido indicada pela vítima sobrevivente, reafirma que a ordem de morte realmente partiu da temida viúva LILI ESPINGARDA, que inclusive forneceu parte das armas, como as pistolas de calibre .380 e .40. Porém, embora confesse ser um dos “guerreiros” daquela boca de fumo, tenta a todo custo turvar as investigações, na busca de se escusar de qualquer envolvimento na vingativa empreitada criminosa. Ele narra a empreitada criminosa com riqueza de detalhes própria de quem a protagonizou, porém, sempre lembrando de se excluir do macabro roteiro criminoso. Também este membro desse verdadeiro bando criminoso traz à baila a participação efetiva de outras pessoas, todas ligadas à LILI ESPINGARDA, como é o caso dos indivíduos oriundos do Bairro Trevas, local esse sabidamente muito influenciado, até bem pouco tempo, pelo conhecido marginal TOIN SEM TETO, denominado ANTÔNIO MANSÃO. Pessoa essa com vários registros de envolvimento em fatos policiais/judiciais ligados ao cometimento de vários homicídios e tráfico de drogas, hoje recolhido ao cárcere, cumprindo suas condenações, conforme registros do SIP e do *site* TJMG. Cartas de tal pessoa foram vistas na casa de LILI, a ela endereçadas.

ADRIANO CHAVECO, tal como JORGINHO, trazem esclarecedoras informações acerca da vida pregressa do casal LILI e BROA e de suas atividades escusas. Ver às fls. 257/266 todo Termo de declarações ora referido.

Os Agentes policiais encarregados das apurações de campo ainda obtiveram a qualificação do outro envolvido, RICARDO BISCOITO, também em fim de cumprimento de pena (prisão domiciliar) por tráfico de drogas na região do Bairro PORTUGAL. Além de ter passagem por porte ilegal de arma de fogo, consoante ele mesmo informou, em suas declarações encartadas às fls. 268/274.

Das duas oitivas antes mencionadas (de JORGE e ADRIANO), bem como diante do teor de suas próprias declarações, já se pode depreender que após a morte do marido de LILI, RICARDO BISCOITO teria se tornado um dos principais “guerreiros” dela, por quem deixa claro nutrir grande admiração. Não obstante confrontado com substanciosos indícios, negou com veemência sua participação nos fatos investigados através deste IP, embora, num momento de descuido no “arranjo” de suas alegações, tenha confirmado ter ouvido comentários de vizinhos no sentido de que LILI jurou vingança pela morte de SEBASTIÃO BROA.

Totalmente na contramão das investigações, tentou até mesmo negar contatos pessoais com LILI. Todavia, indagado acerca de uma recente fotografia (fl. 267) em que aparece em trajes de banho ao lado dela, alega que em janeiro deste ano “enquanto estava de descida”, se encontrou por acaso com ela, num clube. Uma carteira de identidade de RICARDO foi encontrada em meio aos pertences de LILI, quando do cumprimento da busca e apreensão, o que também não esclareceu. Por fim, registramos que a leitura completa de seu contraditório e confuso termo de declarações mostra que RICARDO, que confessou ser usuário de drogas e trabalhar para BROA desde a menoridade, chega quase a declarar BROA e LILI como seus deuses, se pudesse e cabível fosse. À vista do que disse ADRIANO CHAVECO, RICARDO poderá ter se tornado namorado de LILI.

No que tange ao apodado JUNINHO, foi qualificado como sendo GERALDO JÚNIO. Este, dito oriundo da região do Bairro TREVAS e ligado à pessoa do conhecido marginal TOIN SEM TETO. Visando sua oitiva, eis que ora preso às dependências carcerárias da Penitenciária de TRISTEZA, cidade DASDORES, pra onde

foi transferido da Penitenciária MAL AGOURO, após ter sido preso em flagrante por policiais do DEOESP, portando mais de cem pontos de LSD, expedimos Carta Precatória àquela cidade.

Na presente data e via *fax* recebemos, para conhecimento até a chegada do expediente procedido pela Autoridade deprecada, cópia de seu Termo de Declarações (fls. 383/388).

Tal como LILI ESPINGARDA, cujo Termo de declarações anotado na presença de seu Advogado está acostado às fls. 361/366, JUNINHO reservou-se o direito de permanecer silente e só prestar declarações em Juízo.

Como consta da Comunicação de Serviços de Agentes encarregados das apurações (338/349), o inimputável LUÍS, dito participante da empreitada criminosa, não foi localizado para depor acerca dos fatos. Cópia do presente IP seguirá para a Vara da Infância e Juventude, visando providências cabíveis em face de sua menoridade.

Tendo em conta a morte de outro participante dos crimes em tela neste feito, juntamos à fl. 382 a certidão de óbito do apodado ZUBU, denominado FELIPE DOS ANJOS.

DO INDICIAMENTO DOS INVESTIGADOS

Resta evidente, conforme apurado nos presentes autos, que trata-se de homicídio doloso, triplamente qualificado, com previsão legal no Artigo 121 do Código Penal.

Face ao exposto e diante de tudo mais que dos autos consta, indicamos os investigado imputáveis, LILI ESPINGARDA, JORGE DA SILVA, ARIANO CHAVECO, RICARDO BISCOITO e GERALDO JÚNIO como incurso, duas vezes, nas sanções do Artigo 121, §2º, incisos I, III e IV, bem como Artigo 121, §2º, incisos I, III e IV c/c Art. 14, inciso II, todos do CPB; pelo que determinamos ao cartório a expedição de BIP e PC-10 para os indicados, com posterior e imediata remessa do feito à Justiça, visando breve início da Ação Penal.

REPRESENTAÇÃO POR DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA

Dos pressupostos da prisão preventiva

A materialidade delitiva está definitivamente comprovada pelos Laudos aos autos acostados, sobretudo, os de necropsia.

Igualmente, a autoria delitiva já se encontra devidamente confirmada em mais de uma diligência.

Do cabimento da prisão preventiva

Comentando o Código de Processo Penal Brasileiro, o jurista Guilherme de Souza Nucci alinha que “a garantia da ordem pública deve ser visualizada pelo binômio gravidade da infração + repercussão social”.

O homicídio é e deve mesmo ser considerado o mais grave delito, posto que aniquila o mais valioso bem do ser humano, além de gerar ainda um imenso incômodo e irreparável revolta social o fato de autores de tal delito transitarem livremente na sociedade, em franco descrédito à pretensa repressão estatal à criminalidade.

Importante aqui pontuar ser público e notório que a comunidade ordeira da região do ocorrido, que conta com muito mais de 20.000 habitantes, nos últimos anos vem tendo sua tranquilidade perturbada por uns poucos elementos que adotaram conduta desviante, no submundo da criminalidade. Razão pela qual recebe atenção especial do Poder público, que ali tem aplicado recursos para obras estruturais e sociais, como é o caso do Programa FICA VIVO!, instalado no Conjunto de Deus, além da manutenção de importantes ferramentais de segurança preventiva, a exemplo do Grupo policial especial de patrulhamento de áreas de risco/GEPAR.

Desnecessário destacar a visão focada desta Especializada sobre a mesma região, compartilhando ações e informações com a apropriada PMMG.

Da conveniência da instrução criminal e da assecuração da aplicação da lei penal

Para eficácia e eficiência da instrução criminal torna-se, in casu, imprescindível a custódia dos indiciados no cárcere, pois, soltos poderão constituir óbices à coleta de provas, sobretudo, as subjetivas. Ademais, já demonstraram que não tinham interesse em colaborar com a Polícia ou com a Justiça. Ora, vale ressaltar que passado tanto tempo da perpetração criminosa, nunca se dignaram a comparecer perante as Autoridades para prestarem esclarecimentos acerca dos fatos, sabendo serem alvos de investigações policiais.

Pelas razões expostas, **REPRESENTAMOS** a Vossa Excelência no sentido de serem decretadas as **PRISÕES PREVENTIVAS de todos os indiciados**, com fundamento legal nos Artigos 311 e seguintes do CP.

Uma vez expedido o respectivo Mandado, gentileza comunicar-nos imediatamente visando cumprimento.

Belo Horizonte, de outubro de 2008.

Delegado de Polícia - Nível Especial - Masp
DEH/DCCV/DIHP
AUTORIDADE POLICIAL

SENTIDOS DE UNIDADE E DIVERSIDADE DA(S) LÍNGUA(S) EM EVENTOS INTERNACIONAIS SOBRE LÍNGUA PORTUGUESA

Alâna Capitânioⁱ

Resumo: Apresentamos, neste artigo, um recorte de nossa pesquisa de mestrado que objetivou compreender o funcionamento discursivo de eventos internacionais sobre língua portuguesa, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a partir das textualizações das páginas eletrônicas desses eventos. Inscrevemo-nos na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD), desenvolvida, sobretudo, nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, articulada à História das Ideias Linguísticas (HIL). Neste trabalho, analisamos seis recortes discursivos nos quais depreendemos sentidos que se filiam ao discurso da mundialização/globalização e da lusofonia, produzindo efeitos de sentidos de que exista uma única língua portuguesa “comum” e variantes resultantes desta língua.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Mundialização/Globalização. Discurso. Lusofonia.

Abstract: We present, in this paper, an excerpt of our master's degree research that aimed to understand the discursive functioning of international events about the Portuguese Language, organized and promoted by the International Institute of the Portuguese Language, based upon the texts of the websites of these events. We draw upon the theoretical and methodological perspective of Discourse Analysis (DA), developed, primarily, through the work of Michel Pêcheux and Eni Orlandi, linked to the History of Linguistic Ideas (HLI). In this work, we analyzed six discursive excerpts through which we inferred meanings affiliated to the discourses of globalization and lusophony, producing the meaning effect that there is only one "common" Portuguese language and variants resulting from this language.

Keywords: Portuguese Language. Globalization. Discourse. Lusophony.

ⁱ Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).
E-mail: alana@unochapeco.edu.br.

Introdução

A organização de eventos científicos, como colóquios, seminários, congressos, encontros, é uma prática que faz parte de diferentes instituições, e dentro dessas, dos diferentes campos de conhecimento. Esses eventos são espaços que se constituem, principalmente, pela produção e circulação do conhecimento. Como afirma Guimarães (2001, p. 15) “um encontro científico é uma ocasião em que a comunidade científica se reúne para fazer com que os resultados de seu trabalho sejam conhecidos pela sociedade”.

Compreendemos que os eventos científicos são espaços em que sentidos são produzidos, constituídos e postos em circulação, portanto, compreendê-los se faz importante. Nessa perspectiva, trazemos neste artigo um recorte de nossa pesquisa de mestrado¹, na qual analisamos o funcionamento discursivo de eventos internacionais específicos sobre língua portuguesa, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Definimos como arquivo da pesquisa os eventos científicos de abrangência internacional, organizados e promovidos pelo IILP, por envolverem a participação de Estados de colonização portuguesa que tiveram impostos, pelo processo de colonização, a língua do colonizador. Porém, consideramos que, com o processo de descolonização linguística, esta língua transformou e constituiu-se em muitas outras conforme as condições de produção de cada Estado.

Esses eventos internacionais analisados aconteceram entre os anos de 2010 e 2013, em diferentes países que fazem parte da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Essa comunidade, conforme textualizações de sua página eletrônica, é uma organização que surgiu em 1996, constituída por países de colonização portuguesa e que possuem língua portuguesa como língua oficial. Esses países são: Angola, Brasil, Cabo verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Em relação ao IILP, na página eletrônica² deste, formula-se que a instituição caracteriza-se por ser um instituto da CPLP e um instrumento promotor da língua portuguesa com vistas a articular esforços técnicos,

¹Dissertação intitulada “Política(s) de Língua(s) em Eventos Internacionais sobre Língua Portuguesa, desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho, na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó –SC,.

²Cf. Conforme página eletrônica do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.iilp.org.cv/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

científicos e financeiros dos países da CPLP e desenvolver ações para a promoção da língua portuguesa. Esse instituto foi criado em 1999, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e tem sua sede na República de Cabo Verde.

Para desenvolver nosso gesto de interpretação, utilizamos o referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso, fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, entre outros, articulada à História das Ideias Linguísticas. Articulando esses dois campos de conhecimento, conforme faz Orlandi (2001) em seus trabalhos, consideramos o conhecimento sobre língua(s) como discurso sujeito ao equívoco, relacionando o político ao simbólico. A língua é um corpo simbólico-político, afetada desde sempre pelo político que faz parte das relações entre sujeitos em sua vida social e histórica.

1 Discursos sobre língua portuguesa: da colonização à mundialização/globalização

A institucionalização da Língua Portuguesa, no Brasil, iniciou com o processo de colonização linguística, desenvolvido por Portugal, a partir do século XVI, o qual enlaça língua e nação em um projeto único. A colonização linguística, para Mariani (2004) é da ordem do acontecimento, porque produz modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo separados e provoca uma organização no funcionamento das línguas. É resultante de um processo histórico “de encontro entre pelo menos dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos” que se encontram “em condições de produção tais que uma dessas línguas – chamada de língua colonizadora – visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s)” (MARIANI, 2004, p. 28).

A língua portuguesa, afirma a autora, foi instituída e imposta no Brasil, em detrimento das línguas indígenas que existiam neste país. Essa imposição foi institucionalizada pelo ato político nomeado *Diretório dos Índios*, produzindo um efeito de homogeneidade linguística, pela imposição de uma língua e proibição do uso de qualquer outra, durante 40 anos. Esse Diretório foi engendrado por Marquês de Pombal, em meados do século XVIII, como um modo de oficializar a língua portuguesa como uma das instituições nacionais portuguesas e de silenciar a língua geral e seus falantes. Assim, a língua portuguesa com sua memória filiada ao latim, enquanto língua do príncipe, foi

posta como língua oficial a ser escrita e falada na colônia, amparada por este ato político-jurídico do *Diretório dos Índios*.

Esse processo de colonização linguística produziu discursos que silenciaram a diversidade linguística do Brasil, diversidade constituída pelas diferentes línguas indígenas. Esse apagamento produzido pelo imaginário da colonização linguística, afirma Mariani (2004, p. 26), foi instituído em torno de uma ideologia de que existia um *déficit* tanto na língua indígena, pela inexistência de três fonemas F, R e L, como na ausência do poder religioso, administrativo, jurídico e real na colônia.

Outro modo de silenciamento da diversidade linguística brasileira aconteceu pela forma como se construiu um conhecimento sobre as coisas do Brasil, seus habitantes e suas línguas, pontua a autora. No processo de colonização, existia uma necessidade de se construir uma transparência da forma como as coisas eram nomeadas. Para que houvesse transparência, silenciavam-se as posições discursivas que não eram portuguesas, apagando o sujeito que nomeava. Podemos afirmar que a colonização linguística lidava com a diversidade linguística apagando-a, silenciando as línguas e os indígenas: a língua era errada e os indígenas não civilizados.

Contudo, ao passo que a colonização linguística foi imposta, outro processo se inscreveu produzindo deslocamentos, modificações que constituíram outra língua, diferente da língua de Portugal. Esse processo é compreendido como descolonização linguística, no qual a “língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação” (ORLANDI, 2009, p. 172).

Com o processo de descolonização linguística, a língua portuguesa se tornou outra língua, a língua brasileira, historicizada no Brasil. A língua do Brasil é diferente da língua de Portugal e dos outros países de colonização portuguesa. Concordamos com Orlandi (2009) que:

Com a colonização, o domínio português defrontou-se com realidades e povos muito diversos em seus costumes e suas línguas. Disso resultou que, deslocando-se no espaço e no tempo, novas memórias discursivas locais foram gestadas de forma que houve uma historicização da língua portuguesa que assim sofreu os efeitos da memória local. (ORLANDI, 2009, p. 159).

Por meio do processo de gramatização brasileira da língua portuguesa, a partir do século XIX, resultando na construção de gramáticas e dicionários

produzidos no Brasil, por gramáticos e lexicólogos brasileiros, Orlandi (2013) afirma que é garantida a unidade da nossa língua. Temos, assim, a consolidação do Estado brasileiro, do sujeito nacional com sua língua própria visível na gramática.

Com a língua portuguesa instituída como língua nacional e oficial do Brasil, compreendemos que as discussões sobre esta (a língua) na conjuntura contemporânea não são mais as mesmas que do século XIX e início do XX, quando se discutia a constituição da língua do Brasil. Os investimentos políticos do Estado sobre língua os quais estão prevalecendo hoje têm como objetivos a promoção e difusão desta língua portuguesa no sistema mundial. É sobre essas questões que nossa pesquisa se detém, buscando compreender os discursos sobre língua portuguesa que constituem sentidos em condições de produção estabelecidas pelos processos contemporâneos de mundialização/globalização.

No século XXI, “nossas questões passam pela mundialização e seus efeitos nas políticas de estados nacionais” (ORLANDI, 2012a, p. 24). Tomando essa afirmação como hipótese de trabalho, buscamos compreender os sentidos produzidos sobre a língua portuguesa nessas condições de produção, pela análise do modo como se constituem sentidos de unidade (imaginária) e de diversidade dessa(s) língua(s).

2 A constituição dos sentidos de unidade e diversidade linguística

Analisamos, neste tópico, seis recortes discursivos (RD) nos quais se formulam sentidos de unidade da língua portuguesa e apagamento de sua diversidade. Compreendemos que cada país de colonização portuguesa tem sua língua portuguesa, com sua unidade (imaginária) necessária em relação ao Estado, e sua diversidade concreta pensada em relação aos falantes. As oito línguas portuguesas possuem sua unidade, necessária para os Estados, bem como sua diversidade em relação aos que falam essa língua. Compreender a relação entre unidade e diversidade é considerar que cada país colonizado por Portugal tem sua língua constituída, instituída, que representa o Estado e seus sujeitos.

Primeiramente, apresentamos os três recortes discursivos nos quais se inscrevem sentidos de que a(s) língua(s) portuguesa(s) é(são) significada(s) como uma língua que possui variantes, variáveis, variedades, normas nacionais

e não como língua “diversa”. Os (Rd1) e (Rd2) foram recortados do texto de conclusões feitas a partir das discussões da “II Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial”, intitulado “Contributos da sociedade civil”. O (Rd3) foi recortado do resumo “Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa” que faz parte do Caderno de Currículos e Resumos do “Colóquio Internacional A língua Portuguesa na Internet e no mundo Digital”. O resumo foi desenvolvido por Margarita Correia, José Pedro Ferreira, ambos fazem parte do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), Portugal, e Gladis Maria de Barcellos Almeida, do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC), Brasil. Destacamos, em negrito, as marcas discursivas dos recortes discursivos:

(Rd1) Recomendar ao IILP que retome a reflexão sobre estratégias de ensino do português que tenham em conta **as diferentes variantes da língua portuguesa** e prossiga a criação de recursos didáticos comuns para o seu ensino como língua estrangeira, que tem sido realizado no âmbito do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE). (CONTRIBUTOS, 2013, p. 3).

(Rd2) Garantir aos profissionais a aquisição de uma sólida formação linguística, que os torne explicitamente conscientes das **propriedades das diferentes variedades do português** e da sua **relação** com as **normas nacionais**. (CONTRIBUTOS, 2013, p. 2).

(Rd3) O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sob os auspícios da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP - <http://www.cplp.org/>), lidera a organização do **Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC)**. O VOC pretende ser uma grande base lexical online, sediada no site do IILP (<http://www.iilp.org.cv/>), que contemplará **as variantes dos 8 países lusófonos (Angola, Brasil, Cabo verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste)**, conforme determinação emanada do Plano de Ação de Brasília (abril de 2010). (CORREIA; FERREIRA; ALMEIDA, 2012, p. 15).

Analisamos, pelas marcas discursivas “as diferentes variantes da língua portuguesa” (Rd1), “diferentes variedades do português” (Rd2) e “as variantes dos 8 países lusófonos” (Rd3), que a língua portuguesa é significada, de certa forma, nos eventos internacionais sobre língua portuguesa, como heterogênea, pois formula-se que ela possui “diferentes variantes”, “diferentes variedades” e “normas nacionais”. A língua permanece a mesma, uma, uma, “da língua portuguesa” (Rd1), “do português” (Rd2), ao mesmo tempo em que constitui “variantes dos 8 países lusófonos”.

Interpretamos, conforme Orlandi (2012b) formula sobre a noção de variante em oposição à variação, que a variante é mais uma escrita, uma outra manuscritura, em que a mão, como corpo, falha, tornando possível outro

gesto. Na filologia do texto, a variante é tomada como falha, erro, assim, procura-se o fantasma de uma língua primitiva que tem como traço essencial a perfeição. Já a variação é base do texto, está no texto, de modo que possibilita que o sentido seja outro, em que “todo texto tem pontos de deriva possíveis, deslizamentos que indicam diferentes possibilidades de formulação” (ORLANDI, 2012b, p. 65).

Ao formular-se “diferentes variedades do português” (Rd2), “as variantes dos 8 países lusófonos” (Rd9), considera-se, conforme Orlandi (2012b, p. 83), a escrita, uma manuscritura em que “o sentido labora a sua materialidade nas diferentes versões/manu-escriturações”. A língua permanece a mesma, constituindo-se como “uma língua primitiva” que possui “diferentes versões”, diferentes variedades de uma mesma língua.

Guimarães e Orlandi (1996) argumentam que o poder, em uma forma de Estado como a nossa, funciona sob o modo de um sistema jurídico concentrado em um centro único e sob o modo sociologista que absorve a diversidade. Assim, as diferenças são “reconhecidas, no entanto se anulam no processo de constituição da identidade nacional” (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996, p. 14). Pensando nas condições de produção em que já temos consolidada uma identidade nacional para cada Estado, compreendemos que, para se constituir uma “língua comum”, “uma língua portuguesa comum”, uma unidade para a “CPLP”, as outras línguas, como a língua brasileira, que constituem os Estados-membros desta comunidade, são reconhecidas, porém formuladas como variantes desta língua portuguesa comum, apagando a diversidade linguística da língua portuguesa, com o intuito de produzir uma “unificação planetária”.

Inscrevem-se sentidos no discurso da mundialização/globalização, que produz efeitos de sentido de unidade da língua e apagamento das fronteiras de Estado, produzindo evidências de “unidade planetária”. Nessas condições, “a noção de território se desloca, transcendendo os limites das celebradas noções de Estado e Nação” (ORLANDI, 2012c, p. 164), consistindo-se em uma estratégia de concretizar o ideário burguês da “universalidade”. Ou seja, não existe um lugar, é universal, uno, uma. Os conceitos de Estado e Nação passam a organismos internacionais, não governamentais, empresas transnacionais. Há um jogo perverso entre igualdade e unidade (uniformidade), em que o histórico (dominante) passa a universal, de modo

que essa universalidade se historiciza em sua generalidade, produzindo o apagamento do que seria local, afirma a autora.

Ao levarmos em conta que as textualidades dos eventos internacionais consideram “a” língua portuguesa constituída por suas “variantes”, questionamo-nos: o Português de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste se constituem como variantes ou variedades de que português “comum”? Em outros termos, que língua portuguesa “comum” é considerada como referência que define as “diferentes variantes” e “diferentes variedades”?

Para compreender nosso questionamento, retornamos ao (Rd3) do qual destacamos “as variantes dos 8 países lusófonos (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste)”. Tomando para análise a marca discursiva “lusófonos” (Rd3), consideramos que o termo “lusófono”, “lusofonia”, produz “um efeito de sentido hegemônico de um novo espaço-tempo linguístico e culturalmente homogêneo, necessário à constituição da questão nacional e institucional, à universalidade cultural à-histórica” (BRANCO, 2011, p. 5), que segundo a autora, visa à projeção internacional mais influente e significativa dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Por meio desse discurso, a autora afirma que “a língua é descolada de suas condições materiais” (BRANCO, 2011, p. 5), sustentando sentidos de que há uma “língua em essência ou uma essência na língua que seria responsável por sua unidade”. As textualidades dos eventos internacionais sobre língua portuguesa produzem efeito de sentido de uma “língua comum”, esta que seria “língua em essência”, responsável pela unidade.

Pensando na origem da língua, mais especificamente do Brasil, Orlandi (2009) afirma que esta acontece de forma equívoca. Temos duas faces: “a que se estabelece em relação às línguas indígenas e a que se dá em relação à língua imposta pelo colonizador, a língua portuguesa de Portugal” (ORLANDI, 2009, p. 149). Quando pensamos na origem da língua, segue a autora, desembocamos na relação com a colonização, fazendo com que a língua que falamos tenha relação com a língua imposta pelo colonizador, uma língua outra.

O Brasil tem, conforme a autora, como marca de nascença, a pluralidade linguística e cultural. Temos uma identidade ideal frente à nossa diversidade linguística concreta, que faz com que possamos afirmar que somos falantes de

uma língua latina inscrita na história europeia da língua portuguesa, sendo parte de grupos que falam línguas românicas. Subsumindo essa reflexão, compreendemos que as textualizações dos eventos internacionais sobre língua portuguesa apagam a historicidade das diferentes línguas portuguesas, significando-as apenas como “oito variantes” de “uma língua comum”.

Nessa perspectiva, constituem-se sentidos de que

A língua, enquanto elemento simbólico, sintetiza práticas que são de cunho ideológico, por isso sendo-nos possível dizer que seu valor transcende os limites do semântico em uma perspectiva *stricto sensu*, porque correlacionam-se implicações de ordem econômica e também política. Não obstante essa relação, essas diferentes facetas projetam o efeito de um valor único e soberano, como se uma língua fosse uma entidade homogênea. (RASSIA, 2004, p. 90).

A partir da citação, entendemos que se constituem sentidos de uma política de homogeneização da língua que possui um centro “comum” e “variantes” desta. Essa política silencia a historicidade da(s) língua(s), o político, a diversidade linguística, que é princípio ético (ORLANDI, 2013). Nos recortes, funcionam sentidos produzidos pelo discurso da mundialização/globalização, ao se afirmar que existe “uma língua comum” e sentidos produzidos pela filiação à lusofonia. Esse imaginário da lusofonia se materializa ao se afirmar na discursividade (RD3) que da “língua comum” resultaram variantes dos “8 países lusófonos”.

Ainda, no (Rd3) temos a marca discursiva “normas nacionais”. Ao formular “normas nacionais”, a textualização do discurso silencia outros sentidos possíveis. Compreendemos que, nas condições de produção em que o discurso da mundialização/globalização produz sentidos, não é desejável afirmar “língua nacional”, mas “norma nacional”. A língua nacional, conforme formula Guimarães (2007), “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo” (GUIMARÃES, 2007, p. 64).

No Brasil, como afirmam Orlandi e Guimarães (2001), a questão da língua nacional tem ligação com o processo de gramatização brasileira do português que aconteceu a partir da segunda metade do século XIX. Compreendemos a gramatização como o “processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROX, 2009, p. 65, grifos do autor).

Segundo Orlandi e Guimarães (2001), a partir da metade do século XIX, no Brasil, começou o processo de gramatização como uma tarefa não mais realizada por portugueses, mas por gramáticos brasileiros, sobre a língua brasileira. O gramático brasileiro passou a constituir um lugar de “produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de *apropriação* (autoria) dessa língua” (ORLANDI, 2013, p. 177, grifo da autora). A distinção entre o sujeito que fala o português brasileiro e o sujeito que fala o português de Portugal é elaborada pela autoria do gramático brasileiro a partir do final do século XIX.

Nessa perspectiva, a gramatização do português brasileiro, além de ter sido um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, também foi definidora para a constituição de um sujeito nacional, como analisa Orlandi (2013). Levando isso em consideração, não é desejável formular “língua nacional” na discursividade dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, pois se a língua for significada como nacional, como relativa aos Estados nacionais, cada país que faz parte da CPLP será também significado como possuidor de uma língua diferente. A discursividade da língua nacional produz embaraços à discursividade que formula “comunidade linguística” “comunidade multinacional” (Rd3).

Para formular “língua comum” é preciso silenciar “língua nacional”, é preciso silenciar essa prática política, a divisão da língua. Conforme Guimarães (2007), as línguas se dividem sempre porque seu funcionamento inclui sua relação com seus falantes, estes que praticam suas línguas por uma determinação Estado-Nação, bem como por outras diferentes desta. Os espaços de enunciação nunca são homogêneos, são espaços políticos “de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

Silenciar “língua nacional” é silenciar a relação imaginária institucional da(s) língua(s) com seu(s) Estado(s). Entendemos, com Guimarães (2007), que há dois modos de funcionamento das línguas em um espaço de enunciação: “um que representa as relações imaginárias cotidianas entre falantes”, nas quais se incluem língua materna, língua alheia, língua franca, e outro que “representa as relações imaginárias (ideológicas) institucionais” (GUIMARÃES, 2007, p. 64), que abrangem língua nacional, língua oficial, língua estrangeira.

Compreendemos que “língua nacional” representa a relação imaginária que existe entre língua e Estado constituída sócio-historicamente. O silenciamento dessa relação é um efeito do imaginário da mundialização/globalização que silencia a relação entre língua e Estado, e consequentemente silencia a referência, a territorialização desta língua a um Estado ou outro. Por isso não se afirma “língua nacional”, mas “norma nacional”. O silenciamento dessa discursividade da língua nacional, e do pertencimento linguístico e político que ela engendra, produz-se pela homogeneização da escrita, como pode ser compreendido na discursividade (Rd3), sobre “a organização do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC)”.

Orlandi (2013) afirma que a nossa sociedade é uma sociedade de escrita e mesmo o que chamamos de oralidade praticamente já não existe mais, esgueira-se de forma marginal em situações muito particulares, as quais são rupturas frente à nossa ideologia dominante da escrita. Por isso, “mesmo quando pensamos estar na oralidade, estamos na oralização da escrita” (ORLANDI, 2013, p. 262). A escrita, como assinala Aurox (2009), é considerada a primeira revolução tecnológica, uma representação metalinguística e a condição de possibilidade do saber linguístico.

Subsumindo esse modo de compreender a escrita, atemo-nos aos recortes discursivos nos quais podemos observar que a necessidade do vocabulário ortográfico comum é formulada no discurso dos eventos internacionais como um modo de consolidação da internacionalização da língua. O (Rd4) foi recortado de um resumo intitulado “Internacionalização da Língua Portuguesa: o papel do VOC”, escrito por Margarita Correia (CORREIA), da Universidade de Lisboa. Esse resumo faz parte do Caderno de Resumos do “Colóquio Internacional A internacionalização da língua portuguesa: concepções e ações”. O (Rd5) foi recortado de um dos temas nomeado “Acordo Ortográfico”, da “II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial”. O (Rd6) foi recortado do “Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão, e a Projeção da Língua Portuguesa”, desenvolvido na “I Conferência sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial”:

(Rd4) O **Vocabulário Ortográfico Comum (VOC)**, em curso, constitui um **recurso linguístico** que, pelas suas características, permitirá o reforço e **consolidação do caráter internacional** do português, mas igualmente a sua **promoção** no próprio

espaço da CPLP, contribuindo para a **construção de uma cidadania** ativa e participada nesses países. Nesta intervenção, pretendo discorrer sobre as características do VOC que lhe permitem desempenhar estes papéis. (CORREIA, 2013, p. 12).

(Rd5) Pretende-se, neste painel alargado, dar a conhecer os passos que estão a ser seguidos, nos diferentes países, para a implementação do **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**. Do mesmo modo se pretende aferir o **estado de desenvolvimento dos instrumentos de apoio à implementação** desse Acordo, nomeadamente os diferentes Vocabulários Ortográficos Nacionais e o **Vocabulário Ortográfico Comum**. (TEMAS, 2013).

(Rd6) O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa **não prevê a elaboração de vocabulário ortográfico comum**, mas apenas de um **vocabulário comum das terminologias científicas e técnicas**, cuja existência, nos termos do Acordo, não está posta como condição prévia à sua aplicação. (PLANO, 2010, p. 6).

Conforme irrompe nas discursividades (Rd4), (Rd5), (Rd6), o Vocabulário Ortográfico Comum - VOC seria um modo de homogeneização da língua portuguesa que contribuiria para a internacionalização desta língua e para a produção do Acordo Ortográfico, o qual reuniria “vocabulário comum de terminologias científicas e técnicas” (Rd6). Compreendermos que o “Acordo Ortográfico” constitui-se como uma política de unificação e homogeneização da escrita de “uma língua comum”, de uma língua imaginária.

Orlandi (2013, p. 295), ao tratar da ideologia positivista e seus efeitos na constituição de um saber sobre a língua e da produção da própria língua no Brasil, bem como na constituição do cidadão brasileiro, afirma que a proposta da reforma ortográfica é um modo de sistematizar alguns aspectos constitutivos da cidadania. A ortografia seria um modo de unidade da língua e do povo. A reforma ortográfica seria “uma imagem da unidade da língua” (ORLANDI, 2013, p. 313), envolvendo o desejo da unidade, uma ilusão necessária da unidade da língua como unidade do povo.

Conforme Souza e Mariani (1996), a questão da ortografia, até o século XVIII, não era muito discutida, ao contrário do que ocorre no século XIX, em que várias tendências se delinearam, bem como no século XX, principalmente, entre Brasil e Portugal. A característica comum a todas as reformas era “a busca do ideal ortográfico, ou seja, uma norma definitiva que acabasse com a anarquia e que unificasse a ortografia garantindo o prestígio e a expansão de um idioma nacional” (SOUZA; MARIANI, p. 91).

Interpretamos que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa não tem como propósito unificar a língua, ele considera a língua como uma, conforme

Silva Sobrinho (2009), ao analisar a orientação argumentativa do documento que aprovou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado, em 1990, entre os Estados que fazem parte da CPLP. O acordo “(se) sustenta (n)o imaginário segundo o qual haveria uma essência na língua que seria responsável por sua unidade nos vários países onde é falada sob diferentes condições de produção” (SILVA SOBRINHO, p. 240).

Por esse imaginário, afirma o autor, a língua é pensada fora da história, ou seja, não se considera a historicidade da língua. Com isso, apaga-se a heterogeneidade da língua portuguesa, a qual se tornou outras línguas em diferentes territórios, brasileiro e africanos.

Disso que Orlandi (2013), Souza e Marini (1996) e Silva Sobrinho (2009) afirmam, compreendemos que o Acordo Ortográfico, bem como o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa significam a língua como una, e as línguas de cada país membro da CPLP como variáveis desta Língua Portuguesa imaginária.

A produção de um “Acordo Ortográfico” constitui-se pelos sentidos de uma língua imaginária. A língua imaginária, formulada por Orlandi (2009, p. 18), refere-se à língua sistema que é fixada em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações produzidas pelos analistas de linguagem ao longo de sua história. São a língua gramatical, línguas-sistemas, normas, línguas-instituição, sujeitas à sistematização, que fazem com que elas se fixem como línguas-imaginárias. O “Acordo ortográfico” é uma política linguística que fixa uma língua imaginária, uma língua “comum”, que tem como referência a língua do “velho império”, do colonizador.

Como assinala Orlandi (2012a), a noção de “acordo” face à mundialização/globalização é uma questão de política de línguas. Com um “acordo”, estabelecem-se condições mútuas para uma finalidade negociada, a qual não engaja a vontade, mas os fins objetivados, negociações que visam resultados. Neste caso, os fins objetivados, os resultados, são a difusão, a promoção “da” língua portuguesa nos organismos internacionais, na internet, no sistema mundial. É o apagamento das fronteiras, a homogeneização, a unidade (imaginária).

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos um recorte de nossa pesquisa de mestrado que buscou analisar o funcionamento discursivo de eventos internacionais sobre língua portuguesa, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a partir das textualizações disponíveis nas páginas eletrônicas desses eventos. Buscamos compreender como se constitui a relação entre a unidade e a diversidade linguística, as quais são princípios éticos. A unidade e a diversidade são questões que devem ser tratadas de modo inseparável. A unidade não é somente questão do Estado, ela é a condição necessária da constituição de qualquer língua (ORLANDI, 2013). Podemos pensar a língua portuguesa no Brasil em sua unidade, como língua nacional e oficial do Estado, sustentada pelos instrumentos linguísticos, e sua diversidade que considera a coexistência de línguas indígenas, de imigrantes, etc.

Para cada uma dessas posições, a autora considera que os princípios éticos são diferentes e estão quase sempre em relação de contradição. E é este ponto que acreditamos ser essencial: considerar a contradição como princípio ético, visto que a produção de um conhecimento sobre a língua e a(s) política(s) de línguas se constituem na relação com esse jogo contraditório, que é político. A política de línguas é um trabalho que relaciona o político, o sujeito, a língua, as línguas e o saber sobre as línguas.

Podemos concluir, a partir das análises apresentadas, que internacionalizar língua portuguesa é instaurar uma política de línguas, uma política entre línguas e Estados. Essa política visa a regulamentar “a língua com que os sujeitos vão fazer a história significar e, ao mesmo tempo, serão significados por essa mesma história” (MARIANI, 2003, p. 78). A política de línguas que constitui os eventos internacionais sobre língua portuguesa visa a uma unidade linguística entre os Estados-Nação que constituem a CPLP por meio de processos de imposição de uma língua imaginariamente “comum” à comunidade “CPLP”.

A língua tomada como referência, como “uma” língua portuguesa, constitui-se pela língua do colonizador, inscrevendo sentidos a lusófono. Essa significa língua portuguesa como uma mesma língua que permanece igual à língua do colonizador. As línguas dos outros Estados-membros da CPLP são significadas como variações de uma mesma língua portuguesa, produzindo apagamento da diversidade linguística.

Referências

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Ed.Unicamp, 2009.

BRANCO, Luiza Katia Castello. Sentidos em disputa: o nome "lusofonia" e Os nomes das línguas nos países da CPLP. In: **Seminário de estudos em Análise do Discurso: O acontecimento do discurso: filiações e rupturas**, 5, 2011. Anais eletrônicos Porto Alegre, RS: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/5SEAD/POSTERES/LuizaKatiaAndradeCastelloBranco.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

GUIMARÃES, Eduardo. O Acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: _____ (Org.). **Produção e Circulação do conhecimento**. Vol I, Campinas: Pontes, 2001. p. 13-20.

_____. **Semântica do Acontecimento**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Política de Línguas na Linguística brasileira. In: Orlandi, E. (Org.). **Política Linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 63-82.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni. Identidade Linguística. In: _____; ORLANDI, Eni (Org.). **Língua e Cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-18.

_____. Formação de um espaço de Produção Linguística: A gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni (Org.). **História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional**. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001. p. 21-38.

ORLANDI, Eni. Apresentação. In: _____ (Org.) **História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional**. Campinas: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001, p. 7-20.

_____. Apresentação. In: _____ (Org.). **Política Linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 7-10.

_____. **Língua brasileira e outras histórias: Discursos sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: Editora RG, 2009.

_____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas: Pontes Editores, 2012a.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: 3.ed. Pontes Editores, 2012b.

CAPITANIO, Alâna. Sentidos de unidade e diversidade da(s) língua(s) em eventos internacionais sobre língua portuguesa. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 32-47, jun.2015.

_____. Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. **RUA** [online], n. 18, v. 2, 2012c. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua>>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

RASIA, Gesualda de Lourdes dos Santos. **Os discursos sobre língua e ensino no Brasil da 1ª e 2ª República: o duplo lugar da determinação e da contradição**. Porto Alegre, 2004, 297f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2004.

MARIANI, Bethania. Políticas de Colonização Linguística. **Letras** [online], n. 27, jul./dez. 2003.

MARIANI, Bethania. **Colonização Linguística: Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos (século XVIII)**. Campinas: Pontes, 2004.

SILVA SOBRINHO, José Simão. Acordo Ortográfico e a unidade imaginária da língua portuguesa. **Revista do GEL**. São Paulo, v.6, n. 2, p. 232-242, 2009.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente; MARIANI, Bethania. Reformas ortográficas ou acordos políticos? In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Org.) **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p. 85-93.

O ESPAÇO BIOGRÁFICO E A CONSTRUÇÃO DE IMAGEM DO SUJEITO POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE

Andrey Ricardo Azevedoⁱ

Resumo: Este artigo baseia-se no estudo de alguns elementos discursivos que podem contribuir para a (des)construção de imagem do sujeito político, em momento eleitoral, levando-se em conta a divulgação de relatos (auto)biográficos. O trabalho, baseado na análise de um vídeo (com depoimentos de familiares do presidenciável Aécio Neves acerca de sua vida pessoal), busca explorar a presença de uma dimensão argumentativa mais ampla em tal discurso, voltada não somente à persuasão, mas também a aspectos ligados à emoção. O artigo pretende mostrar, ainda, que formas circulantes no “espaço biográfico”, na contemporaneidade, podem motivar o surgimento de estratégias responsivas, considerando neste caso o cenário de uma disputa político-eleitoral.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Narrativas de Vida. Argumentação. Espaço Biográfico.

Abstract: This article is based on the study of some discourse elements that can contribute to the political subject image's (de)construction, during an election period, considering the broadcast of (auto)biographic narratives. This paper, based on a video analysis (with the testimonies of candidate Aécio Neves' relatives about his personal life) aims to explore the presence, in such discourses, of an wider argumentative dimension, focused not only in persuasion, but also in aspects related to emotion. The article also aims on showing how the circulating forms of the nowadays "Biographic space" can motivate the emergence of responsive strategies, considering, in this case, the political-electoral dispute scenario.

Keywords: Discourse Analysis. Life Narratives. Argumentation. Biographic Space.

ⁱ Mestrando em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG). Bolsista CAPES. E-mail: andrey.azevedo10@gmail.com.

Introdução

Nos dias atuais, é cada vez mais perceptível a proliferação de novos mecanismos de comunicação, potencializados, em especial, pela escalada da Internet com suas inúmeras formas de acesso a (des) informação, interação e entretenimento. Diante desse ainda recente modelo comunicacional (que nos parece irreversível) e de seus possíveis desdobramentos no dia a dia das pessoas, muitas questões têm sido levantadas e debatidas nos mais variados campos do saber, sem que se tenham respostas consistentes para boa parte dessas indagações.

Ancorando-se em uma dessas particularidades instigantes advindas do “universo web”, o presente artigo¹ destaca e pretende discutir alguns aspectos ligados às narrativas de vida, ou fragmentos dessas narrativas disponibilizados na internet (*blogs*, sites, redes sociais, etc.), que são passíveis de serem construídos, replicados, constante e facilmente resgatados por meio dessas recentes ferramentas. Tais divulgações, no entanto, quase sempre escapam ao controle dos interessados “primeiros”, geralmente figuras públicas, que têm parte de suas vidas expostas (independente da “veracidade”² dos fatos) sem que isso necessariamente passe pelo seu crivo e/ou aprovação de suas assessorias.

Com o intuito de lançar um olhar ainda mais específico acerca do tema, um dos principais interesses deste artigo é analisar, levando-se em conta o ponto de vista discursivo, como se dá a tentativa de construção (ou manutenção) das representações do sujeito político, em momento de campanha eleitoral, a partir de suas narrativas de vida, ou fragmentos dessas narrativas (oficiais ou não), que são hoje facilmente disponibilizadas a um grande número de pessoas, potenciais eleitores ou não. Neste cenário, cumpre-nos instigar se o uso dessas narrativas (auto) biográficas se dá de forma ativa, mais ou menos natural (aleatória) ou em uma circunstância responsiva a outros relatos, havendo assim certo atrelamento dessa “estratégia” a determinado acontecimento e/ou momento sócio-histórico.

Para o estudo propriamente dito, concentramos na análise de elementos discursivos presentes em “Pai, Filho e Marido. Aécio por sua Família”, vídeo

¹ Artigo baseado em trabalho apresentado pelo autor no II SEDiAr – Seminário de Estudos sobre Discurso e Argumentação (UFMG), em novembro de 2014.

² Veracidade aqui entendida no sentido de uma aprovação oficial por parte do sujeito-alvo de tais divulgações.

veiculado no 2º semestre de 2014, ocasião em que o senador Aécio Neves (PSDB) concorreu ao cargo de presidente da República no Brasil. Complementando o *corpus*, o conteúdo do vídeo é contrastado com três matérias que trazem assuntos relacionados à vida pessoal do então presidenciável Aécio, temas estes explorados em ocasiões anteriores na Internet e pela mídia em geral, mas que em momento pré-eleitoral foram resgatados, amplamente (re) discutidos e utilizados por estrategistas de campanha.

Nas diversas falas trabalhadas no vídeo, de caráter notadamente biográfico, procuramos identificar a existência de pontos caracterizadores de uma eventual estratégia argumentativa (em sua dimensão mais ampla). Como aporte metodológico para a realização do trabalho, estabelecemos a Análise do Discurso (AD), especialmente do ponto de vista da Teoria Semiociológica, desenvolvida pelo professor Patrick Charaudeau. No enquadramento teórico, além de autores da atual escola francesa em AD, como Dominique Maingueneau e o próprio Charaudeau, utilizamos recentes estudos realizados por pesquisadores da FALE (Faculdade de Letras da UFMG) e pela professora argentina Leonor Arfuch, que nos traz uma perspectiva acerca do “espaço biográfico” na contemporaneidade.

Por fim, consideramos válido ressaltar que o presente trabalho tem um caráter meramente acadêmico, voltado a uma análise linguística que pretende identificar, entre outros aspectos, eventuais traços de interdiscursividade que permeiam tais veiculações midiáticas. Sendo assim, o estudo mostra-se desprovido de quaisquer intenções de lançar juízo de valor e/ou de assumir posicionamentos, seja do ponto de vista político ou pessoal, acerca do conteúdo presente e/ou potencialmente analisável no *corpus* de pesquisa.

1 As narrativas de vida em uma perspectiva contemporânea

Na tentativa de compreender a questão da narrativa de vida em uma dimensão linguística nos dias atuais, consideramos válido aqui destacar trabalhos que têm sido desenvolvidos por pesquisadores da FALE, especialmente alguns estudos encabeçados pela professora Ida Lúcia Machado.

Com base em suas pesquisas, Machado (2012) nos diz que a narrativa de vida é um gênero curioso capaz de circular tanto nas ciências da linguagem

quanto nas sociais, surgindo como metodologia entre 1918 e 1920, em obra organizada pelos sociólogos Thomas e Znaniecki, da Escola de Chicago (EUA). Conforme aponta ainda Machado, o tema chegou à França somente em 1970, com o pesquisador Daniel Bertaux, dentro de uma perspectiva sociológica e ao mesmo tempo etnográfica. A partir de então, o gênero ganha diferentes nomenclaturas como história de vida, narrativa de si mesmo, autobiografia. Ainda que apareçam de forma esparsa ou sem uma cronologia rígida, outros gêneros também conteriam narrativas de vida, tais como memórias e ensaios ou mesmo algumas obras poéticas, sendo que nessas produções, “é latente um diálogo interno entre o narrador e as outras vozes que atravessam seus ditos” (MACHADO, 2012, p. 200).

Ampliando um pouco mais a discussão acerca dos possíveis gêneros coincidentes (ou não) com a narrativa de vida, recente trabalho desenvolvido pela professora argentina Leonor Arfuch nos traz a perspectiva do que podemos chamar de espaço biográfico na atualidade. Para Arfuch (2010), tal espaço poderia ser designado como o lugar onde se convivem formas canônicas do discurso biográfico (as biografias, as autobiografias, os retratos, autorretratos, etc.) e múltiplas outras formas de relatos da contemporaneidade (entrevistas, *reality shows*, *blogs*, etc.), num processo em que são ao mesmo tempo articulados o momento e a totalidade, bem como a busca de identidade e identificação, um verdadeiro paradoxo em que a perda implica também a restauração. No que diz respeito a essa comparação entre as formas canônicas e as novas variantes do espaço biográfico, a autora afirma que:

[...] se os gêneros canônicos são obrigados a respeitar certa verossimilhança da história contada – o que não supõe necessariamente veracidade –, outras variantes do espaço biográfico podem produzir um efeito altamente destabilizador, talvez como ‘desforra’ diante de um excesso de referencialidade ‘testemunhal’ (ARFUCH, 2010, p. 127).

Neste sentido, Arfuch nos diz que essas outras variantes são aquelas que propõem a disputa de outro jogo, um jogo em que se aposta no equívoco, na confusão em termos de identificação e índice, por exemplo, e que promove inúmeros deslizamentos passíveis de assumir o status de “autoficção” e de favorecer um relato de si plenamente consciente de seu caráter ficcional. Esse jogo promoveria ainda certo descolamento da referencialidade biográfica como a conhecemos ou com a qual estamos acostumados. O espaço

biográfico, da forma como sugere Arfuch, aparece ainda como uma configuração mais ampla que o gênero, permitindo a transversalidade de uma leitura analítica, uma leitura vigilante em relação a peculiaridades de uma rede interdiscursiva cada vez mais determinante na construção da subjetividade. Ademais: “essa visão articuladora torna possível apreciar não somente a eficácia simbólica da produção/reprodução dos cânones, mas também os seus desvios e infrações, a novidade, o “fora do gênero”” (ARFUCH, 2010, p.132).

2 A argumentação no contexto das narrativas de vida

Com base no que foi detectado ao longo de suas pesquisas, Machado (2012) defende que a narrativa de vida pode também ser encarada como uma estratégia discursiva e/ou argumentativa. Considerando tal raciocínio, a autora pondera que se a questão da argumentação fosse pensada apenas dentro de sua perspectiva clássica, baseando-se numa arena onde se afrontam raciocínios lógicos, essa defesa não se sustentaria. Machado (2012) destaca, no entanto, uma abordagem defendida pela professora francesa Ruth Amossy que pode ampliar os subsídios de sustentação à ideia da narrativa de vida no campo estratégico argumentativo. Trata-se aí de uma divisão, proposta por Amossy³ (2006 apud MACHADO, 2012), que considera a existência, na argumentação, das visadas e das dimensões argumentativas. Dentro desse entendimento, as dimensões argumentativas, ao contrário das visadas, seriam capazes de abrigar em meio ao discurso a estratégia de seduzir, uma característica presente nas narrativas de vida. Neste sentido, “a argumentação no discurso se liga tanto aos discursos que visam explicitamente agir sobre o público, quanto aos que exercem uma influência sem ter em vista o desejo de persuadir” (AMOSSY, 2006 apud MACHADO, 2012, p. 201).

Já na visão de Charaudeau (2014), a argumentação está ligada a uma determinada situação de comunicação na qual se encontra o sujeito argumentante. Em função dessa situação de comunicação, destaca o autor, e também do projeto de fala do sujeito, é que são postos em cena os componentes do dispositivo. Ainda dentro da perspectiva da AD, a argumentação, por intermédio do discurso, “é uma atividade que visa intervir sobre a opinião, a atitude, e mesmo sobre o comportamento de qualquer

³ AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2006.

indivíduo” (GRIZE, 1990 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 52). Outro aspecto de relevância destacado por Charaudeau é o caráter implícito da argumentação. Para o autor, a argumentação não está limitada a uma sequência de frases ou proposições necessariamente costuradas por meio de conectores lógicos, já que algumas combinações frásticas não aceitam marcas explícitas de operação lógica “e também porque, principalmente, o aspecto argumentativo de um discurso encontra-se frequentemente no que está implícito” (CHARAUDEAU, 2014, p.204).

3 O que dizer dos imaginários circulantes e das representações?

Na tentativa de entender o possível impacto que alguns temas como agressão a mulher ou repressão à imprensa, por exemplo, poderiam causar na percepção construída pelos eleitores acerca do presidenciável Aécio – com base no que circulava em seu espaço biográfico –, recorreremos à noção de imaginário sociodiscursivo proposto por Charaudeau (2013).

De acordo com o autor, a noção de imaginário, de uma maneira geral, ancora-se na ideia de uma imagem que busca interpretar uma determinada realidade e que acaba se inserindo em um universo de significações. As significações da realidade, complementa o autor, decorrem da relação que o homem mantém com essa realidade – com base em sua experiência – e, também, da relação que esse mesmo homem estabelece com os outros indivíduos para que se chegue a um consenso no processo de significação.

No que se refere ao imaginário sociodiscursivo, em específico, Charaudeau o vê como um conceito criado para harmonizar a noção de imaginário ao campo da Análise do Discurso, propriamente dito. Considerados instáveis, fragmentados e essencializados, esses imaginários devem ser materializados para desempenharem o seu papel de “espelho identitário”. Essa materialização se dá, por exemplo:

(1) por meio dos comportamentos que dão corpo a imaginários (aglomerações, manifestações etc.);

(2) na produção de objetos e/ou tecnologias que causam a um grupo a sensação de possuir ou dominar o mundo (Internet, livros etc.);

(3) na construção de objetos emblemáticos que, encarados como símbolos, exibem os valores identitários aos quais os membros aderem de forma mais ou menos voluntária (as bandeiras, os *slogans*, etc.).

Toda essa materialização, da forma como defende Charaudeau, deve ser sustentada por uma racionalização discursiva, num jogo em que não se sabe exatamente o que acontece primeiro ou se uma funciona promovendo ou justificando a outra. Confere sentido a essas materializações os mais variados discursos, produzidos por distintos grupos sociais. Uns discursos se fixam em textos escritos (ou na tradição oral) de maneira mais ou menos imutável e são transmissíveis de uma geração a outra, como por exemplo as doutrinas religiosas, os manifestos políticos ou literários. Outros discursos, nos lembra o autor, circulam sob variadas configurações nas comunidades, sejam eles mais estáveis (provérbios, ditados, etc), sejam menos estáveis, como o caso das frases circunstanciais. Toda essa multiplicidade discursiva, no entanto, não interfere no sentido principal, naquilo que Charaudeau chama de “núcleo semântico mais estável”. Dessa forma, no discurso político, por exemplo, os textos, ditados, *slogans* e/ou enunciados diversos devem ser apresentados de forma simples, pois além de serem compreendidos pela maioria, devem desempenhar papéis diversos, como apelo, acusação, polêmica, etc. Surge exatamente daí, conclui o autor, o qualificativo “discursivo” que caracteriza os imaginários sociais.

Os imaginários sociodiscursivos circulam, portanto, em um espaço de interdiscursividade. Eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais (CHARAUDEAU, 2013, p. 207).

No espaço político, que o autor nos aponta como exemplo, circulam imaginários acerca do comportamento que um sujeito político deve adotar de acordo com a situação em que ele esteja, podendo ser em campanha eleitoral, em um debate ou numa reunião etc. Esses imaginários podem estar ligados a um *ethos* que esse sujeito político deve procurar construir para si, que seja coincidente com uma expectativa dos cidadãos. Os imaginários podem ainda estar ligados à esfera da opinião, sendo responsáveis pela sustentação de programas eleitorais, profissões de fé ou posicionamentos escritos analíticos.

Também importante para estudarmos o nosso *corpus*, quando se fala em imaginários, são as representações e a relação percepção-construção que as pessoas mantêm com o real. Acerca do assunto, Charaudeau (2007) postula que há nesse processo uma questão implícita tanto para os saberes de conhecimento (olhar do homem voltado para o mundo) quanto para os saberes de crença (olhar do homem voltado para si mesmo). Essas

representações passíveis de serem construídas pelo discurso midiático, sugere o autor, apontam para um desejo social (baseado na observação empírica das trocas sociais), ao mesmo tempo em que produzem normas (fabricando um discurso de justificativas dessas trocas sociais) e revelam sistemas de valores (que se sustenta em normas de referência). No interior desse processo de representações, observa Charaudeau, é que são construídos os saberes de conhecimento e de crenças, havendo entre eles uma fronteira nem sempre facilmente identificável. Isso pode significar, por exemplo, que a interpretação de enunciados aparentemente simples dependa de entrecruzamentos diversos acerca dos discursos de representações que foram produzidos.

Ainda acerca das representações, desta vez relacionando-as às emoções e suas características - patêmicas ou sociodiscursivas, Charaudeau (2010) afirma que uma representação pode ser considerada patêmica quando

[...] ela descreve uma situação a propósito da qual um julgamento de valor coletivamente compartilhado - e, por conseguinte, instituído em norma social - questiona um actante que acredita ser beneficiário ou vítima, e ao qual o sujeito da representação se encontra ligado de uma maneira ou de outra (CHARAUDEAU, 2010, p. 31).

A relação patêmica, afirma o autor, leva o sujeito a um comportamento de reagir em conformidade com normas sociais às quais ele esteja ligado, sejam aquelas que esse sujeito interiorizou, seja as que permanecem em suas representações.

No que se refere às representações “sociodiscursivas”, Charaudeau (2010) afirma que elas podem ser assim chamadas quando o mecanismo de simbolização do mundo acontece por meio de um sistema de signos não isolados, mas compostos de enunciados que se relacionam aos fatos e aos gestos dos seres do mundo. Não sendo arbitrariamente produzidos por qualquer um em qualquer ocasião, esses enunciados testemunham a maneira como os sujeitos que vivem em comunidade percebem o mundo, bem como os valores que esses sujeitos atribuem aos fenômenos percebidos. “Esses enunciados circulam na comunidade social, tornam-se objeto de partilha e contribuem para constituir um saber comum, e, particularmente, um saber de crenças” (CHARAUDEAU, 2010, p. 31-32). Assim, o autor reserva a qualificação “sociodiscursiva” para as representações ligadas aos sujeitos e que os levam a se posicionar com relação aos valores. Uma oposição aos conhecimentos

exteriores que não pertencem a esse sujeito, a conhecimentos que chegam até ele, mas não o envolvem.

4 Apresentação e análise do Corpus

Como antes sinalizado, o vídeo que escolhemos para análise constitui uma das diversas peças de campanha do presidenciável Aécio Neves, publicada no canal do Youtube (em 15/07/2014) e também em seu site oficial durante a disputa presidencial. As cenas do vídeo trazem vários familiares de Aécio (mãe, esposa, filha, irmã, tio, primos e sobrinhos) dando seus depoimentos sobre a vida pessoal do candidato, expondo opiniões acerca de suas condutas moral, familiar, social e política, principalmente. Durante todo o vídeo, temos uma música leve (“Amanheceu, Peguei a Viola” em sua versão instrumental) ao fundo (*background*) e a predominância de um ambiente descontraído e familiar, um cenário em que todos (inclusive crianças) externam sua (boa) impressão em relação ao candidato, seja enquanto filho, marido, pai, tio, amigo ou simplesmente homem de caráter. As falas do vídeo estão transcritas no Quadro 1.

Como contraponto ao vídeo em questão, selecionamos ainda para análise três matérias; uma publicada no site do Observatório da Imprensa⁴ (Figura 1), em 2003; outra no *blog* do jornalista esportivo Juca Kfourri (Figura 2), em 2009; e uma publicação veiculada no site do Jornal Folha de São Paulo, em 2013 (Figura 3) que divulgam alguns supostos traços pessoais de Aécio Neves passíveis de ser negativamente avaliados pelo público. As três matérias, aqui entendidas como formas constituintes do espaço biográfico, conforme defende Arfuch (2010), expõem fatos (e/ou testemunhos) que revelam, por exemplo, um Aécio Neves boêmio que seria capaz de “bater em mulher”, dirigir alcoolizado, infringir a lei, censurar a imprensa e/ou perseguir politicamente jornais e jornalistas, conduta esta sendo comparável, de acordo com um dos sites, àquelas praticadas durante a ditadura militar no Brasil.

⁴ O Observatório da Imprensa é um veículo jornalístico, criado em 1996, focalizado na crítica da mídia. Ver site www.observatoriodaimprensa.com.br

QUADRO 1 – Falas de familiares no vídeo “Pai, filho e Marido. Aécio por sua família”

| | |
|---|--|
| (Fala 1): Inês (mãe) | - Aécio tem um respeito muito grande pelas pessoas. Ele respeita muito a individualidade de cada um. |
| (Fala 2): Cláudia (prima) | - Ele é uma pessoa que tem um coração maior do que tudo. Ele é bom, sabe uma pessoa boa? |
| (Fala 3): Ronaldo (primo) | - É uma pessoa fácil de gostar, porque é uma pessoa leve, bem humorada e muito positiva. |
| (Fala 4): Letícia (esposa) | - Ele sorri com os olhos. Ele tem uma expressão muito bonita. E a simplicidade dele... Ele gosta do simples. |
| (Fala 5): Cláudia (prima) | - Ele é alegre, ele é feliz, ele irradia isso pra gente. É gostoso tá com ele. É prazeroso tá com ele. |
| (Fala 6): Inês (mãe) | - O Aécio hoje é uma pessoa conciliadora. Ele conversa muito. Ele não tem inimigos. Pode ter os adversários, mas os inimigos, ele não faz inimigos. |
| (Fala 7): Ronaldo (primo) | - Todo mundo quer tá com ele. É...parece que atrai as pessoas. Ele tem sempre uma palavra de carinho, ele tem sempre uma palavra de atenção, seja com uma criança, com uma pessoa de idade... |
| (Fala 8) - Gabriela (filha) | - O quê que eu me lembro do meu pai? Eu lembro dos Natais com a família toda na casa da minha vó, d'ele me levar no Mineirão pra torcer pelo Cruzeiro, d'ele inventar história do gato Simão e dos coelhinhos pra me fazer dormir. Da gente ensaiando pra dançar valsa nos meus 15 anos. Acho que é tanta história que a gente tem juntos, porque o meu pai sempre foi tão presente! |
| (Fala 9): Sobrinhos | - Meu tio é muito companheiro. A gente pode contar com ele sempre. |
| (Fala 10): Ronaldo (primo) | - Ele tem uma atenção impressionante com as pessoas, sempre foi assim e é um exemplo para todos nós. |
| (Fala 11): Letícia (esposa) | - Hoje eu sou uma mulher realizada porque eu encontrei no Aécio uma pessoa de caráter. E me dá paz no meu coração saber que nossos filhos, Júlio e Bernardo, vão caminhar com ele, junto.. |
| (Fala 12): Tancredo Augusto (tio e filho de Tancredo Neves) | - Além de todos os seus atributos naturais, ele teve a sorte de ter a escola de dois homens públicos da melhor qualidade: meu pai, que o Brasil inteiro conhece, e o pai dele, Aécio Cunha, sinônimo de caráter, de retidão. |
| (Fala 13): Andrea (irmã) | - A gente gosta de acreditar que nós temos o controle absoluto sobre a nossa própria vida. Isso não é verdade, mas que algumas pessoas têm ainda menos controle sobre o próprio destino do que outras. |
| (Fala 14): Letícia (esposa) | - É ele que vai passar os princípios que eu conheço dele, o caráter, a honestidade. Amor, beijo grande. Tô aqui se precisar, tá? |
| (Fala 15): Inês (mãe) | - Aécio, meu filho. Deus te abençoe hoje e sempre. |
| (Fala 16): Gabriela (filha) | - Pai, te amo. Beijo. |

Fonte: Site da campanha presidencial de Aécio Neves. Disponível em: <<http://campanha2014.aecioneves.com.br/conheca-aecio-por-sua-familia.html>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

FIGURA 1 – Matéria publicada no site Observatório da Imprensa (set/2003)

Blog do Juca Kfouri

Anterior | Voltar à página inicial | Próximo

Covardia de Aécio Neves

Juca Kfouri 01/11/2009 12:09

Compartilhe

Aécio Neves, o governador tucano de Minas Gerais, que luta para ter o jogo inaugural da Copa do Mundo de 2014, em Belo Horizonte, deu um empurrão e um tapa em sua acompanhante no domingo passado, numa festa da Calvin Klein, no Hotel Fasano, no Rio.

Depois do incidente, segundo diversas testemunhas, cada um foi para um lado, diante do constrangimento geral.

A imprensa brasileira não pode repetir com nenhum candidato a candidato a presidência da República a cortina de silêncio que cercou Fernando Collor, embora seus hábitos fossem conhecidos.

Nota: Às 15h18, o blog recebeu nota da assessoria de imprensa do governo mineiro desmentindo a informação e a considerando caluniosa.

O blog a mantém inalterada.

Fonte: Site do Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://observatoriodaimpresa.com.br/news/showNews/asp160920039.htm>>. Acesso em: 7 out. 2014.

FIGURA 2 – Matéria publicada no Blog do Juca Kfouri (nov/2009)

UOL, Assine UOL 2013 703 2012 SAC: 0800-080000 E-mail: DOL, Notícias, Esporte, Entretenimento, Mulher, Rádio, TV, UOL, Shopping

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

QUINTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2014 @ 23:57

Opinião - Política - Mundo - Economia - Cotidiano - Esporte - Cultura - F5 - Teó - Classificados - Blogs - Seções - 18.5°C SÃO PAULO

Últimas notícias: Após fogos, seleção brasileira chega em Viena para amistoso contra a Austrália

colunistas

mônica bergamo

Namorada de Aécio Neves há cinco anos, Letícia Weber se prepara para novo momento

07/07/2013 @ 09:10

Em 2010, Juca Kfouri, colunista da Folha, informou em seu blog, citando testemunhas, que Aécio deu um tapa e um empurrão em Letícia em um evento no Fasano do Rio, para constrangimento geral.

Fonte: Blog do Juca Kfouri. Disponível em: <<http://blogdojuca.uol.com.br/2009/11/covardia-de-aecio-neves/>>. Acesso em: 6 out. 2014.

FIGURA 3 – Matéria publicada no site do Jornal Folha de São Paulo (set/2013)

Observatório da Imprensa VOCÊ NUNCA MAIS VAI LER JORNAL DO MESMO JEITO

Aspas 16/09/2003 9/24

Índice
Objetivos
Edições anteriores
Observatório na TV
Modo de usar
Netbanca
Equipe
Fale com o Observatório

envie a um amigo (a) busca

AÉCIO & CENSURA
CMI Brasil

"Aécio Neves censura imprensa em Minas Gerais" copyleft CMI Brasil (www.brasil.indymedia.org), 4/09/03

"Contrariando a Constituição Nacional e suas próprias palavras de apreço e respeito pela imprensa e seus profissionais, o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, vem ressuscitando uma prática muito comum durante a ditadura militar no Brasil: perseguição política a jornais e jornalistas mineiros tem sido uma constante nos últimos meses. Denúncias têm sido encaminhadas à diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

Ainda seguindo os moldes do regime militar, Aécio Neves colocou sua própria irmã, Andréa Neves, para vigiar as redações dos jornais e emissoras de rádio e TV mineiras. Durante o lançamento de um projeto do Governo, na última semana de junho, Andréa Neves passou a tarde na redação da Rádio Itatiaia. Nenhum texto foi ao ar sem antes passar pelo crivo da irmã do governador. Um chefe de redação foi impedido de marcar entrevista com um sindicato. O mesmo se rebelou e pediu demissão.

Fonte: Site do jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2013/07/1306893-namoradade-aecio-neves-ha-cinco-anos-leticia-weber-se-prepara-para-novo-momento.shtml>>. Acesso em: 14 out. 2014.

Antes de entrarmos na análise propriamente dita, convém destacar, de acordo com as ideias de situação de comunicação e identidade propostas por Charaudeau (2009), que no vídeo estudado parece haver a predominância do discurso publicitário, apesar de os seus propósitos serem notadamente direcionados a uma disputa em conjuntura eleitoral (discurso político). Neste sentido, quando contrastamos o discurso publicitário e o político, vemos que “as propriedades discursivas de persuasão e de sedução são inversamente proporcionais nestes dois tipos de situação de comunicação” (CHARAUDEAU, 2009, p. 6). No discurso publicitário, nos diz o autor, a atividade de sedução torna-se dominante, enquanto a persuasão predomina no discurso político. Desta forma, ao analisarmos o nosso corpus, percebemos já num primeiro momento que o ponto de vista defendido por Amossy (apud Machado, 2012), acerca da “dimensão argumentativa”, coincide de certa forma com a perspectiva discursiva sustentada por Charaudeau, especialmente na medida em que é destacado o aspecto da sedução, presente na instância publicitária.

No que se refere especificamente à análise do vídeo, a nossa observação inicial (levando-se em conta os familiares de Aécio Neves que prestam seus testemunhos) aponta para a existência de um sujeito que exerce determinada posição em relação à veracidade da proposta a que está submetido, revelando nas falas a predominância de um procedimento argumentativo de autojustificativa do estatuto, em que o “sujeito pode ser levado a justificar o

seu próprio estatuto ou o de um outro enquanto sujeito argumentante” (CHARAUDEAU, 2014, p. 229). Recorre-se neste caso a um “discurso de autoridade”, identificável no vídeo nas figuras da mãe, da filha, da esposa e dos outros parentes do presidenciável. Percebemos assim, com base no que afirma Charaudeau, que os familiares ali testemunham em favor do candidato assumindo uma postura em comum, como se, apelando para o saber, dissessem todos: “é assim (eu digo isso de positivo sobre o Aécio), porque eu sei”; ou apelando para a experiência, todos dissessem: “é assim (eu digo isso a favor do Aécio), porque eu vi/ouvi, eu convivo bem de perto, no dia a dia do candidato”.

Outro assunto abordado por Charaudeau (2014) que nos desperta o interesse diz respeito aos chamados “procedimentos da encenação argumentativa”, que têm como função principal validar uma determinada argumentação, mediante a produção de provas. “Os diversos procedimentos contribuem, portanto, cada um de uma maneira particular, para produzir aquilo que tende a provar a validade de uma argumentação” (CHARAUDEAU, 2014, p. 231). No que se refere ao vídeo analisado, é possível perceber que, dentre os procedimentos presentes na encenação argumentativa (semânticos, discursivos e de composição), parece haver a predominância de alguns domínios semânticos (ligados ao valor dos argumentos), principalmente aqueles relacionados aos domínios de avaliação estético, ético e hedônico:

O domínio do Estético, que define em termos de belo e de feio o que são seres da natureza, as representações que os homens fazem dela [...] O domínio do Ético, que define em termos de bem e de mal o que devem ser os comportamentos humanos diante de uma moral externa (as regras de comportamento impostas ao indivíduo pelo consenso social) ou interna (o indivíduo dá a si mesmo suas próprias regras de comportamento) [...] O domínio do Hedônico, que define em termos de agradável ou de desagradável o que pertence ao âmbito dos sentidos que buscam prazer em relação com os projetos e as ações humanas. Esse prazer é suscitado pela satisfação de um fim desejado no instante mesmo de sua realização (CHARAUDEAU, 2014, p. 232).

Partindo da questão estética, conforme sugere e define Charaudeau, percebemos no vídeo que a fala da Letícia, esposa do candidato Aécio, coincide com tal domínio de avaliação quando ela diz, por exemplo, “Ele sorri com os olhos. Ele tem uma expressão muito bonita...”.

No campo do ético, complementando a citação de Charaudeau quando fala de um comportamento ligado ao bem ou ao mal em função de uma moral

externa ou interna, o autor nos diz que o indivíduo deve agir de uma determinada maneira, sendo tal ação realizável em nome de um princípio que, na verdade, traduz-se no próprio argumento. Assim, nas falas analisadas em nosso corpus, é como se os depoentes implicitamente dissessem; “é porque Aécio é respeitoso, conciliador, tem caráter, honestidade e retidão que ele vai agir de forma semelhante como presidente da República...”. As principais falas associadas ao ético que detectamos são:

(1) “Aécio tem um respeito muito grande pelas pessoas. Ele respeita muito a individualidade de cada um [...] O Aécio hoje é uma pessoa conciliadora [...]” - Inês (mãe);

(2) “...encontrei no Aécio uma pessoa de caráter. [...] É ele que vai passar os princípios que eu conheço dele, o caráter, a honestidade [...]” - Letícia (esposa);

(3) “... ele teve a sorte de ter a escola de dois homens públicos da melhor qualidade: meu pai, que o Brasil inteiro conhece, e o pai dele, Aécio Cunha, sinônimo de caráter, de retidão...” - Tancredo Augusto (tio, filho de Tancredo Neves).

O domínio do hedônico, que na visão de Charaudeau está ligado principalmente à questão do agradável/desagradável e do prazer na instantaneidade de sua realização, permite-nos perceber, no caso das falas analisadas, que é como se os familiares do presidencialismo dissessem: estou aqui elogiando o Aécio porque nos momentos em que estou com ele, vejo que:

(1) “...Ele é uma pessoa que tem um coração maior do que tudo. Ele é bom, sabe uma pessoa boa? [...] Ele é alegre, ele é feliz, ele irradia isso pra gente. É gostoso ‘tá’ com ele. É prazeroso ‘tá’ com ele”. - Cláudia (prima);

(2) “...É uma pessoa fácil de gostar, porque é uma pessoa leve, bem humorada e muito positiva.[...] Todo mundo quer estar com ele. É...parece que atrai as pessoas. [...] Ele tem sempre uma palavra de carinho, ele tem sempre uma palavra de atenção, seja com uma criança, com uma pessoa de idade...” - Ronaldo (primo).

Chegado o momento de confrontar as falas do vídeo que analisamos com outras formas de composição do espaço biográfico, conforme defende Arfuch (2010), em nosso caso ilustradas pelas notícias veiculadas na Internet (site do jornal Folha de São Paulo, site Observatório da Imprensa e Blog do Juca Kfourri), percebemos que os assuntos abordados em tais matérias podem ter exercido certa influência na estratégia discursiva presente no vídeo, sendo o tema até mesmo decisivo para que assessores e equipes de campanha de

Aécio optassem por tal abordagem e veiculassem o material sobre o presidenciável em momento eleitoral. Analisando de forma mais ampla o *corpus* (entendido aqui como o vídeo mais as matérias selecionadas), notamos no vídeo a presença implícita de um operador argumentativo de oposição, o “mas”, que parece tentar dar conta de responder a outros discursos “não oficiais” circulantes no espaço biográfico. Assim, um dos possíveis interpretativos que acreditamos poder extrair do vídeo, em meio a essa “arena discursiva”, talvez seja a seguinte mensagem: “Falamos que Aécio é *playboy*, gosta de noitadas, que bate em mulher, que censura a Imprensa (como no regime militar), mas nós, os seus familiares que o conhecemos de perto, estamos aqui para mostrar que Aécio é ‘muito família’, tem a admiração e amor por parte da esposa, é uma pessoa conciliadora, valoriza o diálogo e as pessoas...”.

Ainda com relação ao teor das falas circulantes no espaço biográfico do presidenciável e uma provável resposta (presente no vídeo) articulada por estrategistas de campanha em momento eleitoral, consideramos válido resgatar aqui a importância daquilo que permeia os imaginários sociais e que pode ter motivado a produção e a veiculação dessa peça de campanha. Neste sentido, é bem possível percebermos na atualidade a força de alguns movimentos, leis e/ou grupos que, da forma como defende Charaudeau, podem configurar comportamentos que ajudam a dar corpo a certos imaginários no meio social. Assim, forças hoje atuantes no País, para não citar outras, como os movimentos feministas (ou lei Maria da Penha), a lei Seca, a Comissão da Verdade e/ou grupos de repúdio à ditadura podem contribuir para que sejam “naturalizados” na sociedade, por exemplo, fortes sentimentos de repulsa coletiva a atos capazes de lesar direitos ou a integridade das mulheres, que ameacem a imprensa livre ou que, tidos como irresponsáveis (ou criminosos), possam pôr em risco a vida de inocentes, como o ato de dirigir alcoolizado. Em meio a esse cenário, podemos dizer que estamos diante de um espaço de interdiscursividade por onde circulam imaginários sociodiscursivos, conforme nos diz Charaudeau (2013), imaginários capazes de testemunhar tanto identidades coletivas quanto a percepção que indivíduos (e grupos) podem ter dos acontecimentos ou ainda os julgamentos que esses indivíduos fazem de suas atividades sociais.

Considerações finais

No fechamento deste artigo, fica-nos o sentimento de termos encontrado no *corpus* escolhido elementos palpáveis e credíveis para a condução de uma análise coerente com as premissas levantadas acerca das narrativas de vida, tanto na apreensão do seu aspecto argumentativo mais amplo, capaz de despertar emoções, quanto na percepção do seu caráter implícito, também argumentativo (mais “lógico”), identificável nessa mistura de vozes que compõem o chamado espaço biográfico em um cenário de disputa político-eleitoral.

A utilização de estratégias argumentativas (e discursivas) implícitas, presentes num vídeo “publicitário” veiculado em momento eleitoral, mostra-nos que a argumentação, conforme diz Machado (2014), mesmo não sendo o objeto primeiro dessa produção videográfica ou da narrativa de vida em si, acaba perpassando tais textos. Foi-nos possível perceber ainda que a tentativa de (re) construção de imagem do sujeito político, aqui entendida sob o ponto de vista biográfico, deve levar em conta um ambiente de interdiscursividade, caracterizado neste caso pelas múltiplas formas circulantes no espaço biográfico (e midiático) na contemporaneidade.

Impossível deixar de destacar, no entanto, que a realização deste estudo deixou-nos a sensação de que algumas lacunas nesse campo podem ser exploradas, mais cuidadosamente, em pesquisas futuras. Talvez o ponto de partida seja investigar um pouco mais as particularidades e a capacidade que teriam esses fragmentos (auto) biográficos, nos dias atuais, de pautar (ou confundir) a opinião pública. Até que ponto, por exemplo, testemunhos, opiniões e entrevistas ampla e desordenadamente divulgados nas redes sociais contribuiriam, em termos qualitativos, para a construção de um todo biográfico? E os interesses diversos (econômicos, políticos, ideológicos, etc.), cada vez mais presentes na Internet, como deveriam ser interpretados e absorvidos pelo público, considerando-se a ótica biográfica?

Estas e outras inquietações parecem típicas do mundo contemporâneo, em que a evolução tecnológica tem favorecido a instantaneidade e o acesso a informações, o que abre espaço para que novas formas de interpretação da realidade sejam levantadas, sobretudo aqui aquelas ligadas aos aspectos linguístico-discursivos a serem observados dentro da esfera (auto) biográfica.

Referências

- AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2006.
- ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico: Dilemas da Subjetividade Contemporânea**. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BERGAMO, Mônica **Namorada de Aécio há cinco anos, Letícia Weber se prepara para novo momento**. Folha de São Paulo. São Paulo: 7 jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2013/07/1306893-namorada-de-aecio-neves-ha-cinco-anos-leticia-weber-se-prepara-para-novo-momento.shtml>>. Acesso em: 14 out. 2014.
- BERTAUX, D. **Le récit de vie**. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.). **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- _____. **Discurso Político**. 2.ed. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Coordenação da tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). **As emoções no discurso**. v.II. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014.
- CMI Brasil. **Aécio e Censura. Aécio Neves censura imprensa em Minas Gerais**. Observatório da Imprensa. 16 set. 2003. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/asp160920039.htm>> - Acesso em: 7 out. 2014.
- KFOURI, Juca. **Covardia de Aécio Neves**. 1 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://blogdojuca.uol.com.br/2009/11/covardia-de-aecio-neves/>>. Acesso em: 6 out 2014.
- MACHADO, Ida Lúcia. Algumas reflexões sobre elementos de base e estratégias da Análise do Discurso. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 20, n. 1, p. 187-207, jan./jun. 2012.
- Pai, filho e marido. Aécio por sua família**. Direção: Pablo Nobel. 2014. Disponível em: <<http://campanha2014.aecioneves.com.br/conheca-aecio-por-sua-familia.html>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

MARCAS DE VALORAÇÃO EM CARTAS DE LEITORES: A INSTANCIÇÃO DA CATEGORIA DE AFETO

Bruno de Andrade Rodriguesⁱ

Resumo: A fim de demonstrar a pertinência da Teoria da Valoração a um ensino de leitura que se ocupe com as formas pelas quais a função-autor se manifesta no texto, propomos, neste artigo, um tratamento do gênero discursivo carta do leitor, que faça ver seus aspectos discursivos e interacionais. As cartas de leitores são gêneros discursivos adequados ao ensino de leitura que tenha por objetivo evidenciar aos alunos as marcas da presença do autor em seu texto. Assim, buscaremos não só mostrar a relevância do estudo da carta do leitor à luz de uma perspectiva dialógica, mas também tornar patentes as marcas linguísticas de afeto que ilustram o caráter dialógico-interacional desse gênero.

Palavras-chave: Teoria da Valoração. Gênero textual. Funcionalismo. Cartas de Leitores.

Abstract: In order to show the pertinence of Appraisal Theory to the teaching of reading devoted to the ways through which the author-function manifests itself in the text, we propose, in this paper, a discussion about the genre reader's letter, that points out its discursive and interactional aspects. The reader's letter is an adequate genre to the teaching of reading that aims to highlight to the students the markers of the author's presence in the text. Thus, we will seek not only to demonstrate the relevance of the study of reader's letter in light of a dialogical perspective, but also to acknowledge the role of the language markers of affect in the dialogic-interactional nature of this genre.

Keywords: Appraisal Theory. Genre. Functionalism. Reader's letters.

ⁱ Doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).
E-mail: brunolettras@bol.com.br.

Introdução

A produção deste trabalho orienta-se por duas preocupações: uma, de fundo e de ordem pedagógica, qual seja, a de patentear a pertinência da contribuição da Teoria da Valoração, que se desenvolve como um ramo da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante, LSF), ao ensino de português, cujas práticas devem tomar por escopo a língua em uso, o que significa dizer a língua funcionando em gêneros textuais diversos, caso se pretenda atingir seu objetivo central, que é o desenvolvimento da competência comunicativa dos falantes nativos; outra, de ordem teórico-metodológica, que consiste em mostrar que a referida teoria pode lançar luzes sobre o modo como a função-autor¹ manifesta-se em textos efetivos.

Para efeito de aplicação da Teoria da Valoração à atividade de interpretação/compreensão textual, tomamos para *corpus* dois exemplares do gênero textual Cartas de Leitores. A escolha desse gênero textual deve-se às seguintes razões: em primeiro lugar, à facilidade de acesso, ou seja, trata-se de um gênero textual que circula em suportes de uso da língua acessíveis ao público em geral; em segundo lugar, o grau de formalidade da variedade linguística em que as cartas são produzidas torna os textos facilmente compreensíveis; em terceiro lugar, sua atratividade temática; e, finalmente, a oportunidade, que nos propicia esse gênero, de patentear aos aprendizes as marcas que dão testemunho da função interpessoal (HALLIDAY; HASAN, 1989).

A próxima seção é destinada à apresentação resumida da Teoria da Valoração. Com vistas a satisfazer as necessidades previstas pelo escopo deste trabalho, cingir-nos-emos a desenvolver exclusivamente a categoria de afeto, cientes, no entanto, de que um estudo mais abrangente, na medida em que pretendesse ilustrar o valor do alcance da referida teoria, não poderia descurar de explorar outras dimensões que aqui serão apenas mencionadas.

¹ Com esta expressão, pretende-se enfatizar que o autor de qualquer texto é uma função do discurso; é construído textualmente. O autor é sempre uma imagem-autor. Sem pretender problematizar a noção de autor, cumpre, apenas, ter em conta o fato de que a instância de autor não se confunde com o autor empírico, ontologicamente determinado. O autor é uma imagem de autor construída pelo texto e pelo próprio leitor durante a leitura. A relação autor-leitor se dá, portanto, com base em representações recíprocas: o autor constrói uma imagem de si e de leitores em potencial, ao passo que o leitor constrói uma imagem do autor.

1 A teoria da valoração

Como um desdobramento da LSF, a teoria da valoração erige seu edifício conceitual e metodológico sobre a metafunção interpessoal da linguagem. Essa teoria ganhou corpo a partir da publicação do artigo *Beyond Exchange* (Além da Troca), escrito por Martin (2000). Nesse trabalho, o autor dialoga com Halliday, patenteando já no título a relação entre a teoria de cuja exposição então se ocupava e a metafunção interpessoal enfocada no capítulo *Clause as Exchange* (Oração como Troca), que se topa no livro *An Introduction to Functional Grammar*. Martin, em seu artigo, mostra-nos que ultrapassa a visão de Halliday ao tratar da oração como domínio da realização da função interpessoal.

A Teoria da Valoração se desenvolve com base em dois níveis de análise: um, restrito, em que se toma o enunciado como unidade mínima de análise textual; outro, lato, em que se considera o texto como totalidade sistêmico-funcional. Destarte, essa teoria assume como pressuposto a ideia de oração como troca, para desenvolver uma abordagem de análise textual que toma por escopo o posicionamento pessoal do autor, esteja ele explicitamente marcado ou pressuposto. A valoração deve ser vista como a capacidade que tem o falante de expressar algum posicionamento de valor calcado sobre seus sentimentos, que variam em grau de intensidade e explicitude (MARTIN; WHITE, 2005, p. 30). Em consonância com um princípio básico da LSF, a expressão da valoração se realiza com base num vasto conjunto de opções que o sistema linguístico põe à disposição do falante, e cada escolha operada é motivada pelo significado que ele pretende produzir e a intenção subjacente à produção.

A Teoria da Valoração, na medida em que sustenta que cada escolha evidencia mais do que se supõe, assume como pressuposto básico a ideia de que não existe enunciado neutro. Todo e qualquer enunciado encerra algum tipo de posicionamento de valor. Também em consonância com a LSF, Martin (2000) argumentará que muitos significados podem ser previstos pelo interlocutor/leitor, se ele dispuser de conhecimentos a respeito dos contextos de situação e de cultura, bem como do gênero textual em cena. Cabe, neste momento, elucidar a relação entre autor, texto e leitor.

Convém ter em conta o fato de que a realização satisfatória dos objetivos perseguidos pelo autor é dependente da interpretação do leitor. Há,

pois, um engajamento de autor e leitor num processo dinâmico de negociação de significados. Nesse processo, o leitor pode ou não produzir o sentido a que visava o autor quando da produção do texto, pois que, ao produzir o texto, o autor também é um produtor de sentido. Ele tem um projeto de dizer, que realiza através de um texto, que é a própria instanciação de significados pretendidos por ele, os quais serão submetidos à negociação com o leitor. A teoria da valoração se alinha com o princípio, bem assentado na esteira de estudos que se ocupam com a descrição dos mecanismos de produção de sentidos de texto/discurso, segundo o qual autor e leitor são coautores do processo discursivo de produção de sentidos.

Lembremos também que, na Teoria da Valoração, não se consideram, para efeito de análise, formas linguísticas isoladas nas avaliações de que se constitui o texto. O objeto de estudo desta teoria é o texto como totalidade funcional.

Segundo Martin & White (2005), o edifício da Teoria da Valoração se sustenta sobre três alicerces, a saber, posicionamento de atitude, posicionamento dialógico e posicionamento intertextual. O posicionamento de atitude recobre as atitudes do autor que se expressam no texto. Essas atitudes abarcam os domínios emocional, ético e/ou estético. O posicionamento dialógico, a seu turno, relaciona-se ao conceito de polifonia, tal como desenvolvido por Bakhtin. Na polifonia, é suficiente que a alteridade seja encenada, o que significa dizer que basta que se representem diferentes perspectivas num mesmo texto para caracterizá-lo como polifônico (KOCH; ELIAS, 2003). Por fim, o posicionamento intertextual diz respeito à possibilidade de o autor evocar, em seu texto, explícita ou implicitamente, textos de outras fontes enunciativas.

Dois outros aspectos fundamentais da Teoria da Valoração precisam ser trazidos à cena, antes de nos determos a considerar o posicionamento de atitude. Martin (2000) adverte-nos que percebemos a realidade segundo a dicotomia conceitual positivo/negativo. Essa forma de perceber a realidade exerce influência sobre as nossas avaliações. Destarte, habitualmente avaliamos pessoas como “boas” ou “más”, “felizes” ou “infelizes”, “agradáveis” ou “desagradáveis”, etc. Ademais, Martin também nos chama a atenção para a necessidade de levar em conta o fato de que as avaliações podem ser expressas de modo explícito ou implícito, donde se segue a importância de saber diferenciar as marcas avaliadoras explícitas das

implícitas. Na Teoria da Valoração, as conexões lexicais servem melhor e com mais frequência à expressão de posicionamento de valor do que o uso de itens gramaticais: “[...] much of appraisial is expressed by lexical choices and there are few grammatical structures that can be seen as having evolved with a primarily evaluative function” (THOMPSON, 2004, p. 75).²

1.1 Posicionamento de atitude

O posicionamento de atitude recobre o modo como atitudes são textualmente expressas, com vistas à construção de identidades textuais. Essas atitudes sinalizam posicionamentos interpessoais que são expressos com mais ou menos clareza. A Teoria da Valoração prevê três parâmetros para a valoração de atitude: **afeto**, **juízo** e **apreciação**. O parâmetro de afeto relaciona-se a emoções; o parâmetro de juízo, a posicionamento ético; e o parâmetro de apreciação, a conceitos estéticos. Ainda que os adjetivos estejam entre os recursos mais frequentemente usados para expressar a valoração, há muitas outras formas à disposição do falante para expressá-la. Consoante ensinam Martin & White (2005), uma análise do posicionamento de atitude procura dar conta do fato de que usamos enunciados para avaliar positiva ou negativamente pessoas, objetos ou situações.

Vamos-nos deter na explicitação do parâmetro de afeto, único que nos interessará para efeito de análise de nosso *corpus*.

1.1.1 Afeto

O **afeto** é um tipo de posicionamento de atitude que se prende diretamente às emoções do autor do texto. Essa forma de avaliação patenteia o grau de envolvimento emocional que o autor mantém relativamente à pessoa, ao objeto ou à situação representada no texto. O afeto apresenta as subcategorias opostas ‘felicidade/infelicidade’, ‘segurança/insegurança’ e ‘satisfação/insatisfação’. Essas subcategorias podem ser atualizadas no nível lexical por adjetivos, advérbios, verbos e nominalizações. O afeto pode servir à descrição de qualidades de uma pessoa ou do modo como um processo se dá; pode indicar processo (caso em que se expressa, por exemplo, com um verbo

² [...] grande parte da valoração é expressa por escolhas lexicais e há poucas estruturas gramaticais que podem relacionar-se primordialmente a uma função de valoração.

que denota processo mental ou comportamental); pode ainda expressar um comentário (quando ocorre um advérbio modal).

A classificação do afeto também leva em conta modos como sentimentos são sócio-culturalmente classificados em positivos e negativos. Assim, por exemplo, a felicidade é vista como positiva em face da tristeza que recebe uma valoração negativa. Verbos como “sorrir” expressam um sentimento positivamente avaliado, em contraste com verbos como “chorar”, que expressam sentimento negativamente avaliado. O verbo “gostar”, indicativo de processo mental, expressa o afeto positivamente.

Igualmente importante é considerar o mecanismo de gradação na expressão dos sentimentos. Sentimentos há que podem ser lexicalizados sob três graus de intensidade: um grau baixo (livro *bom*), médio (livro *muito bom*) e alto (livro *excelente*).

Ilustrem-se aqui as subcategorias de afeto, anteriormente apontadas³. Para a expressão de felicidade/infelicidade, pode-se propor enunciados como (1) e (2) abaixo:

- (1) Estamos muito felizes com a sua chegada. (felicidade)
- (2) Não fiquei contente com a notícia. (infelicidade)

As subcategorias de segurança/insegurança se atualizam em (3) e (4):

- (3) Estou certo de que tudo ficará bem. (segurança)
- (4) Estou sentindo que não conseguirei o aumento. (insegurança).

Finalmente, a satisfação/insatisfação podem ser inferidas de (5) e (6), a seguir:

- (5) Nosso encontro foi muito agradável. (satisfação)
- (6) Eu não estou gostando do seu comportamento. (insatisfação)

Não podemos nos escusar de notar que a atitude de afeto também pode ser classificada relativamente ao grau de responsabilidade do autor sobre o conteúdo que enuncia. O autor pode projetar um grau de responsabilidade maior ou menor sobre o conteúdo do seu enunciado. Ele pode expressar um posicionamento de valor autoral de afeto, de modo a levar o leitor a assumir uma atitude de cumplicidade com o posicionamento tomado. A expressão de maior ou menor responsabilidade sobre o que se enuncia é recoberta na literatura especializada pelo nome de *modalização*, a qual se caracteriza pela

³ Os enunciados foram forjados por nós.

expressão da adesão do falante ao seu enunciado⁴. Os advérbios de comentário, como *felizmente*, carregam um posicionamento explícito de afeto positivamente modalizado. Pode suceder que o autor não assuma um posicionamento, atribuindo sua atitude a outra fonte. Quem diz/escreve “O prefeito declarou: ‘a cidade está mais segura hoje’” não assume adesão ao enunciado reportado. É preciso distinguir entre a parte que é de responsabilidade do locutor (“O prefeito declarou”) e a sequência que, por aparecer entre aspas, constitui um discurso outro, atribuído ao prefeito (enunciador)⁵.

2 Gêneros discursivos

Principiaremos por Bakhtin (1992), cuja contribuição para o estudo dos gêneros é inegável e tem servido, tradicionalmente, como referência para o desenvolvimento de pesquisas no campo da linguística. Notemos, em princípio, a conhecida definição de gênero do autor: “[...] cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominados gêneros discursivos” (BAKHTIN, 1992, p. 262, grifo do autor).

Três são as características definidoras do gênero, consoante Bakhtin, a saber, a composicionalidade, o conteúdo temático e o estilo. O plano da composição, ou composicionalidade, encerra as estruturas linguísticas e semióticas que vários textos pertencentes a um mesmo gênero compartilham entre si. O conteúdo temático tem base ideológica e se torna dizível mediante o gênero. O estilo diz respeito às escolhas linguísticas feitas pelo locutor, além de traços que marcam sua posição enunciativa. Não convém aqui descer a pormenores nesse tocante; vamo-nos cingir a observar que a “estabilidade relativa” dos gêneros a que faz referência o autor não dispensa a consideração da maleabilidade do gênero, de sua riqueza e diversidade que, segundo o próprio filósofo, “[...] são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso [...]” (Ibidem, p.

⁴ Veja-se Meyer (1980).

⁵ É preciso reconhecer casos há em que o locutor que cita pode também ser, em parte, responsável pelo enunciado citado, quando não há fidelidade à materialidade linguística do texto citado, caso em que o locutor, conservando, em essência, o conteúdo, faz escolhas léxico-sintáticas que não foram exatamente as feitas pelo interlocutor do texto citado.

262). A consideração da interpenetração entre vida e língua mediante o uso de gêneros discursivos, os quais perpassam as diversas esferas de atividade humana, constitui um aspecto basilar da abordagem bakhtiniana.

O segundo autor cuja contribuição merece ser considerada aqui é Swales (1990), a quem devemos uma revisão do cenário teórico e descritivo das abordagens de gênero nos campos do folclore, literatura, linguística e retórica. O autor formula sua definição de gênero textual na base das contribuições desenvolvidas nesses quatro campos, tendo sempre em vista a aplicabilidade ao ensino. Nesse tocante, convém atentar para o trecho que se segue:

O primeiro elemento característico dos gêneros é a ideia de classe. O gênero é uma classe de eventos comunicativos, sendo o evento uma situação em que a linguagem verbal tem um papel significativo e indispensável. O evento comunicativo é constituído do discurso, dos participantes, da função do discurso e do ambiente onde o discurso é produzido e recebido (HEMAIS; RODRIGUES, 2005, p. 113).

A segunda característica da definição de Swales que, segundo Herais & Rodrigues (2005), tem especial importância, consiste na ideia de que os eventos têm em comum um propósito comunicativo. O propósito comunicativo é, para o autor, o elemento motivacional de uma ação, estando associado ao poder.

Como fosse interessado também na questão de classificação de gêneros, Swales, reconhecendo que a escolha de um rótulo designativo do gênero feita por uma determinada comunidade linguística pode não corresponder ao propósito que subjaz ao uso desse gênero, advoga que a análise não escusa a atenção ao comportamento comunicativo dos falantes, tornando-se, pois, uma condição indispensável à reflexão adequada sobre as funções dos gêneros.

A ideia de que, pelo estudo do gênero, o estudante pode compreender como participar de ações em uma comunidade constitui um princípio basilar na discussão a que nos propomos neste trabalho. Para Bazerman (1997), gêneros são formas de vida; sistemas para ação social; ambientes para aprendizagem e locais dentro dos quais o significado é construído. Devitt (2004), a seu turno, defende que o gênero permeia a vida humana e acrescenta:

Como as pessoas se ocupam da sua própria vida, interagindo com outros e tentando mover-se no mundo, elas usam gêneros para facilitar seu caminho, para satisfazer expectativas, para economizar tempo. [...] Gêneros têm o poder de ajudar ou prejudicar a interação humana, de facilitar a comunicação ou de enganar, de capacitar alguém para falar ou desencorajar alguém de dizer alguma coisa diferente (DEVITT, 2004, p. 1, tradução nossa)⁶.

Neste passo, está clara a preocupação da autora em salientar a função social que cumpre o gênero na vida dos indivíduos, demonstrando como ele está relacionado às situações comunicativas que se estabelecem, não raro, sobre relações de poder. Nesse sentido, os gêneros podem não só capacitar as pessoas a falarem, como também inibir seu comportamento verbal; eles parecem determinar as oportunidades de contribuição comunicativa dos interlocutores: “gênero tem significância para as vidas das pessoas” (Ibidem, p. 1, tradução nossa)⁷.

3 As Cartas de Leitores: caracterização e análise

A facilidade de acesso, o atrativo temático e o grau de formalidade da variedade linguística constituem os aspectos determinantes da escolha do gênero cartas de leitor na proposta de Bezerra, em seu artigo *Por que cartas do leitor na sala de aula* (2005). Aos três aspectos referidos, acrescentamos a oportunidade, que nos propicia esse gênero, de patentear aos aprendizes as marcas que dão testemunho da função interpessoal (HALLIDAY; HASAN, 1989). Essa função se caracteriza por ser, segundo os autores, “Um meio de ação”⁸ (Ibidem, p. 20, tradução nossa), porquanto todo enunciado “Não é apenas a representação da realidade; é também uma peça de interação entre falante e ouvinte” (Ibidem, p. 20, tradução nossa)⁹.

No seu *Dicionário de gêneros textuais*, Costa (2009, p. 53) inclui o gênero carta do leitor na categoria carta, do que se depreende que se trata de um subgênero do gênero carta, embora de natureza diversa, dadas as formas de sua realização e as intenções com que é produzido. Nas palavras do autor, a

⁶ No original: As people go about their business, interacting with others and trying to get along in the world, they use genres to ease their way, to meet expectations, to save time. (...) Genres have power to help or hurt human interaction, to ease communication or to deceive, to enable someone to speak or to discourage someone from saying something different (DEVITT, 2004, p. 1).

⁷ No original: genre has significance for people's lives (DEVITT, 2004, p. 1).

⁸ No original: a way of acting (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 20).

⁹ No original: [...] is not only a representation of reality; it is also a piece of interaction between speaker and listener (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 20).

carta do leitor pode ser definida como: “geralmente de opinião (argumentativa), circula em jornais e revistas, já que o leitor a envia para manifestar seu ponto de vista sobre matérias que leu” (COSTA, 2009).

A carta do leitor realiza diversos tipos de atos de fala, tais como agradecer, pedir, intimar, cobrar, elogiar, solicitar, reclamar, criticar, etc. Baseando-se em Melo (1999, p. 1), Bezerra observa que, tomada em sua perspectiva funcional-interativa, “[...] a carta do leitor é um texto que circula no contexto jornalístico, em seção fixa de revista e jornais [...] reservada à correspondência dos leitores” (BEZERRA, 2005, p. 228). Trata-se, pois, de cartas que circulam no domínio público.

Melo nota, a seu turno, que, conquanto sejam produzidas, em sua grande maioria, por leitores anônimos, as cartas de autoridades têm atenção privilegiada, conforme atesta o *corpus* da tese da autora, o qual inclui cartas do jornal Folha de São Paulo. Nesse tocante, afirma a autora: “no nosso corpus, apenas 7,5 % das cartas levam a assinatura de “autoridades”. No entanto, uma matéria publicada no jornal **FSP**, em 19/04/98, revela que as cartas de “autoridades” recebem um tratamento privilegiado na imprensa” (MELO, 1999, p. 26).

Fato ilustrativo do poder mediador e estruturador do gênero nas práticas sociais está claro nas formas como se estabelecem a relação entre os leitores e a redação do jornal, conforme nos dá testemunho a mesma autora:

O direito de resposta é um dispositivo legal ao qual as pessoas recorrem quando citadas nas páginas de um jornal, caso sintam-se injustiçadas. Qualquer pessoa, seja ela uma autoridade ou não, tem sempre, assegurado por lei, o direito de resposta, que pode vir a ser publicado no espaço das cartas à redação (MELO, 1999, p. 26).

Outro aspecto interessante, no que toca à relação entre leitor e jornal, diz respeito ao papel do editor, a quem compete decidir não o que deve ser publicado em um jornal, mas o que deve não ser publicado (Melo, 1999, p. 28). A redação do texto pelo leitor deve primar por uma força argumentativa tal, que convença o editor a publicá-lo, mantendo a versão, então, editada o mais fiel possível ao texto original. Observa a autora que:

[...] quando as cartas são longas, por uma questão de espaço, são cortadas. Nesse corte pode haver um novo direcionamento argumentativo, por isso, afirmamos que o jornal também controla o conteúdo da carta [...] (MELO, 1999, p. 28).

Melo chama atenção para a relação assimétrica estabelecida entre leitor e jornal, visto que este se reserva o direito de alterar a forma da carta, suprimir trechos, publicá-la com um título de sua preferência, ou fazê-la acompanhar-se de um comentário ou resposta à queixa do leitor. Bezerra (2005, p. 211), a seu turno, muito perspicazmente, observa que a carta constitui, portanto, um gênero de coautoria, dado que resulta da coprodução pelo leitor e o editor.

Acrescente-se ainda que, até onde pudemos verificar, tanto as cartas publicadas na revista *O Globo* quanto as publicadas na seção *Dos leitores* do jornal *O Globo* devem ser enviadas com referências tais, como endereço e nome completos do leitor, telefone e e-mail.

Para efeito de análise, convém ter em conta o conceito de dialogismo de Bakhtin, o qual consiste nas relações que todo enunciado mantém com os outros, quer com aqueles que o precedem, quer com aqueles que projeta e que lhe servem de resposta. Assim, todo enunciado não só mantém relações com enunciados precedentes, mas também projeta enunciados-resposta futuros, que decorrem da compreensão responsivo-ativa do leitor/ouvinte. Bakhtin é bem claro a esse respeito, quando nos ensina que:

[...] todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados (BAKHTIN, 1992, p. 272).

As duas cartas que se seguem foram colhidas da Revista *O Globo* e datam do dia 25 de abril de 2010. Dados os limites estabelecidos para este trabalho, só nos será possível fornecer um recorte de análise.

(1) A colecionadora

Gostei muito da reportagem sobre as pessoas que colecionam álbuns de figurinhas de futebol. Viajei no tempo, pois, enquanto criança, eu **curtia muito**, nos anos de Copa do Mundo, trocar figurinhas com os amigos, até completar todo o álbum. Hoje, na idade adulta, continuo colecionando meus álbuns e figurinhas, que, para mim, são uma terapia saudável e divertida.

(2) O circo

É com tristeza que constato o depoimento do doutor Márcio Torres dizendo que, na tragédia do circo, **“O Hospital Antonio Pedro estava fechado”**. O hospital estava em greve. Foi reaberto na marra, sim, mas graças à garra e à

coragem do prefeito de então, Dalmo Oberlaender, acompanhado de seu falecido filho, Geraldo Fabiano, e deste escreve, que tinha 11 anos, um pouco depois de ter escapado das chamas.

As duas cartas supra-apresentadas revelam, em sua materialidade, recursos que marcam tanto posicionamento do autor quanto intertextualidade. Na primeira carta, observa-se o uso de verbos (gostar, curtir), acompanhados de intensificadores, e adjetivos (saudável e divertida) que marcam avaliação positiva, isto é, a atitude subjetiva do autor se expressa numa valoração da reportagem e da prática de colecionar e trocar figurinhas do álbum da Copa do Mundo. As formas “gostei muito” e “(eu) curtia muito” atualizam a modalidade de afeto da valoração.

Na segunda carta, o autor representa-se no enunciado, demonstrando uma atitude de valoração negativa, conforme atesta a estrutura “é com tristeza”; mas julga positivamente o comportamento do prefeito. A construção “é com tristeza”, com a qual o autor projeta no enunciado uma atitude valorativamente negativa a respeito do depoimento do doutor Márcio Torres, marca a modalidade de afeto. Note-se também que o autor incorpora ao seu texto/discurso o texto de outra fonte (o prefeito), o que configura o fenômeno de intertextualidade. De outra perspectiva, podemos ver aí também a polifonia, na medida em que o autor faz ouvir em seu discurso a voz de outro enunciador (o prefeito). Acrescente-se que é a partir da incorporação da voz do outro que o autor se posiciona argumentativamente; ele se apoia na voz do outro, para dar à sua argumentação o poder de abalar a credibilidade do prefeito. Ao evocar a voz do prefeito, o autor põe a nu a ingenuidade dele (prefeito) em anunciar um fato (a inacessibilidade ao hospital) que acaba por confirmar a sua incompetência.

Cabe ressaltar o caráter pessoal deste gênero, expresso no uso da primeira pessoa, que marca a presença do locutor/ autor. O arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Valoração posto a serviço do trabalho, em sala de aula, com o gênero discursivo Cartas do Leitor, contribui significativamente para o desenvolvimento da competência de leitura dos estudantes, na medida em que os orienta na prática de mapeamento não só das marcas da presença do autor, mas também das estratégias argumentativas de que ele lança mão. Do reconhecimento destas marcas depende a compreensão da orientação argumentativa atualizada no texto.

Foi-nos forçoso calar, em nossa análise, referências à instanciamento das outras duas categorias que marcam o posicionamento de atitude, em que pese nosso reconhecimento de que elas devem ser também contempladas na atividade de leitura em sala de aula, que tome para objeto de atenção tanto do professor quanto dos estudantes as cartas de leitores. As marcas de afeto inscrevem no texto a presença do autor, na medida em que, através delas, ele projeta sobre o texto uma atitude e/ou um sentimento que serve à valoração positiva ou negativa das situações ou acontecimentos textualmente representados.

Considerações finais

No presente trabalho, procuramos mostrar a pertinência da Teoria da Valoração para o ensino da produção de leitura mediante uma análise que destacou a ocorrência de expressões indicativas da categoria de afeto, as quais não só marcam a presença do autor em seu texto, como também contribuem para a apreensão da orientação argumentativa assumida pelo autor. Conquanto nos tenhamos situado, no horizonte de nossas reflexões, no espaço da sala de aula, nossa abordagem se propôs tão-somente a mostrar a pertinência da Teoria da Valoração para o ensino de leitura; de modo algum, nosso objetivo básico previa uma proposta de aplicabilidade da referida teoria a partir de um *corpus* representativo de atividades realizadas em sala de aula. Se nisso reside uma limitação de nosso trabalho, não se segue daí que haja alguma incongruência entre o desenvolvimento do texto e aquele objetivo.

Esperamos que tenha ficado claro como é possível, ancorando-se na materialidade do texto, trabalhar o gênero discursivo *cartas de leitor* numa perspectiva dialógica, a qual recobre as diversas relações estabelecidas entre textos produzidos por, pelo menos, dois interlocutores diferentes. Dadas as limitações de espaço previstas pela produção de um trabalho desta natureza, não nos foi possível empreender uma análise que desse conta dos muitos aspectos recobertos pelas questões da valoração, dialogismo e intertextualidade. Não obstante, se logramos êxito na tentativa de iluminar um caminho pelo qual a questão da função-autor pode ser abordada e discutida, tendo em vista o desenvolvimento de um ensino de leitura que leve os estudantes a perceber algumas das formas pelas quais o autor se faz sujeito do discurso, deixando marcas de sua presença no texto, as quais

determinam uma orientação argumentativa, esperamos que esse trabalho tenha conseguido reivindicar um lugar entre as contribuições teórico-metodológicas alinhadas com a LSF.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 261-306.

BAZERMAN, Charles. The life of genre, the life in the classroom. In: BISHOP, Wendy; OSTROM, Hans (Ed.). **Genre and writing: issues, arguments, alternatives**. Portsmouth: Heinemann, 1997.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 225-234.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DEVITT, Amy. **A theory of genre. Writing genres**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004.

HALLIDAY, Michael A. K.; Hasan, Ruqaiya. **Language, Context, and Text: Aspects of Language in a Social-semiotic Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HEIMAS, Barbara; BIASI-RODRIGUES, Bernardete. A proposta sócio-histórica de Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desiree (Org.). **Gêneros, teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça; Vanda Maria Elias. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2003.

MARTIN, James. Beyond Exchange: Appraisal Systems in English. In: Huston, Susan; Thompson, Geoff (Ed.). **Evaluative texts**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MARTIN, James; WHITE, Peter. **The Language of Evaluation: Appraisal in English**. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2005.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. **Cartas à redação: uma abordagem discursiva**. Campinas, 1999. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

RODRIGUES, Bruno de Andrade. Marcas de valoração em cartas de leitores: a instanciação da categoria de afeto. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 65-79, jun.2015.

MEYER, Rosa M. de Brito. **Discurso: Modalização e Adesão**. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O GLOBO, Ano 5. n° 247, 25 abr. 2010.

SWALES, John. **Genre analysis: English in academic and research settings**. New York: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, Geoff. **Introducing Functional Grammar**. London: Arnold, 2004.

O PODER DA PALAVRA E O INSULTO DE GÊNERO

Daniel Mazzaro Villar de Almeidaⁱ

Resumo: Este artigo visa a discutir a relação entre o insulto de identidade de gênero, principalmente relativo à homossexualidade, e o poder da palavra. Por meio de um enunciado emitido por torcedores de um time de futebol durante uma partida, resgatamos a definição de injúria como um ato de fala performativo, segundo Eribon (2008), Austin (1962) e Searle (1981, 1995), e a associamos ao conceito de interpelação do ponto de vista de Althusser (1985) e Butler (2001, 2004). Essas relações apontam para o fato de que a identidade de gênero funciona como um jogo de linguagem em que se pode ganhar ou perder, como diria Charaudeau (2001), e essas possibilidades estão na repetição das ações tanto discursivas como físicas. Com isso, a interpelação, por meio da injúria, seria um lance dessa jogada que impõe significações já interpretadas como negativas a um sujeito gendrado em um momento presente.

Palavras-chave: Injúria. Interpelação. Performatividade. Identidade de gênero.

Abstract: This paper aims to discuss the relationship between the insult of gender identity, especially on homosexuality, and the power of the word. Through a statement issued by supporters of a soccer team during a match, we rescue the definition of injury as a performative speech act, according to Eribon (2008), Austin (1969) and Searle (1981, 1995), and we associate it to the concept of interpellation from the point of view of Althusser (1985) and Butler (2001, 2004). These relationships point to the fact that gender identity works as a language game in which you can win or lose, as would say Charaudeau (2001), and these possibilities are in the repetition of both discursive and physical actions. Thus, the interpellation through injury would be a sort of a bid that imposes meanings already interpreted as negative to a gendered subject in this one moment.

Keywords: Injury. Interpellation. Performativity. Gender identity.

ⁱ Docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Mestre e Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: letrasdaniel@yahoo.com.br.

Introdução

Na atualidade, o debate da diferença entre emitir opinião e proferir discurso de ódio tem sido bastante frequente. Os argumentos que normalmente aparecem vinculados a esses dois casos são, de um lado, o direito à liberdade de expressão, e, do outro, a incitação à violência. Na interseção, o jogo do poder das palavras.

A respeito do assunto, Barrón Tovar (2014) propõe a leitura do poder da palavra por meio do *καιρός*, que pode incluir não apenas o momento da enunciação, mas também o caráter convencional do discurso¹. Entram em cena, dessa forma, tanto os conhecimentos retóricos acerca do público e o tempo de fala e de silêncio, por exemplo, como também os efeitos representados e alcançados no instante da produção desse discurso.

É com base nesse viés que me proponho, neste texto, a fazer algumas reflexões a respeito do poder da palavra de insulto e seu efeito visado no momento da injúria. Para ser mais específico, os insultos aos quais vou me referir são aqueles relacionados ao campo da tríade gênero-sexo-sexualidade que, embora sejam termos que possuem definições relativamente diferentes nas literaturas do tema, apresento-os aqui de forma associada de tal modo que não será relevante estabelecer suas fronteiras². De qualquer forma, usarei a palavra *gênero* para simplificar essa associação e referir-me a insultos específicos, como “mulherzinha”, “viado” ou “sapatão”.

Início a discussão com uma definição de injúria que parte do caráter performativo da linguagem, nas perspectivas de Austin (1962) e Searle (1981,

¹ Esse termo tem sido grafado *kairós* e é comumente compreendido como “conjuntura”, “circunstância”, “momento oportuno”, “tempo favorável”, “ocasião”, “tempo presente” ou “lugar conveniente”. Barrón Tovar (2014, p. 233) chama a atenção, entretanto, para o fato de não considerarmos “o sentido e o valor técnicos de seu uso”, o que significa que ignoramos os efeitos estético-poéticos que se submetem ao *kairós*, isto é, a persuasão. Daí a necessidade de levar em conta não apenas a ideia temporal presente quando pensamos na enunciação, mas também algo do passado que está convencionalizado e, como veremos mais adiante, de certa forma, naturalizado.

² A concepção mais simplificada desses termos sugere que *sexo* é sinônimo de órgão genital (pênis e vagina), referindo-se, dessa forma, à identidade biológica dicotômica *masculina-feminina* ou *homem-mulher*. *Gênero*, por outro lado, se refere a questões socioculturais de expressão sexual, e mantém os termos *masculino* e *feminino*. *Sexualidade*, por sua vez, se refere à orientação sexual, ou seja, a uma dimensão psicológica referente à tendência da resposta erótica de uma pessoa, o que dá origem a termos como *heterossexual* e *homossexual*. No nosso ponto de vista, os termos se embaralham: para identificarmos, por exemplo, a sexualidade de um ser, primeiramente identificamos seu sexo (e também o do seu objeto de desejo), mas nem sempre essa identificação se realiza por meio do órgão genital, mas sim pela expressão cultural, que é o caso dos “trejeitos” masculinos e femininos. Nesse sentido, existe uma associação quase que natural entre pênis-masculino-homem-heterossexual, assim como vagina-mulher-feminino-heterossexual, pois a ideia do órgão genital com função reprodutora forma parte do conceito de sexo, de gênero e, conseqüentemente, de sexualidade.

1995), e também de uma breve discussão a respeito do ato de definir, partindo das contribuições de Mari (1998). Avanço para uma aproximação entre os atos performativos e a interpelação, apropriando-me das reflexões desenvolvidas principalmente por Althusser (1985) e Butler (2001, 2004) a esse respeito. Finalmente, estabeleço uma relação entre os insultos e a performatividade de gênero, baseando-me em Butler (1988, 2010).

Para relacionar ambos os momentos do texto, tomo a obra de Eribon (2008) e o recente caso do Corinthians, que

[...] foi ameaçado e avisado nos bastidores que poderá ser punido pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva se persistir o grito de provocação, de cunho homofóbico, contra os goleiros adversários que, ao baterem a falta defensiva ou tiro de meta, escutam o seguinte coro: 'ôôôô...bicha' (O GLOBO, 2014).

Enquanto as considerações de Eribon (2008) a respeito da relação entre identidade de gênero e as injúrias servirão de eixo teórico, o caso do Corinthians será uma ilustração desse mundo.

1 A injúria enquanto ato performativo

Se se buscasse algo em comum a todos os homens ocidentais contemporâneos no que diz respeito a sua consciência de gênero, provavelmente a resposta seria exatamente o que o filósofo e escritor francês Didier Eribon discute na primeira parte de sua obra “Reflexões sobre a questão gay”: a injúria. O autor acredita que ao menos uma vez na vida alguém tenha ouvido, sido alvo ou atacado o outro com um insulto do tipo “*seu viado*”, “*lésbica nojenta*” ou “*mulherzinha*”. Essas agressões verbais não apenas marcam a consciência³ dos interlocutores por meio de traumas, mas também se inscrevem na memória e no corpo, moldando-os e esculpindo a personalidade, a subjetividade e a relação com os outros no mundo.

A injúria funciona como um veredito, “uma sentença quase definitiva, uma condenação perpétua, e com a qual vai ser preciso viver” (ERIBON, 2008, p.28), e no caso específico das identidades dos gêneros, apreendemos suas diferenças sob o choque do insulto e seus efeitos de consciência de uma

³ Termos como *consciência*, *memória* e *mente* foram usados por Eribon (2008) sem maiores explicações, e os usamos neste texto sem tecer esclarecimentos por nos parecer que foram tomadas pelo escritor sob sua significação mais comum. Por exemplo, acreditamos que o termo *consciência*, nesse contexto, possa significar o que Roudinesco e Plon (1998, p. 130) definem como “o conhecimento que o sujeito tem de seu estado e de sua relação com o mundo e consigo mesmo”, mas isso não está claro na obra citada.

dissimetria marcada pela estigmatização que circunda discursos e olhares cotidianos. Isso significa que o discurso injurioso não descreve um estado de coisa, mas, ao contrário, quando pronunciado por alguém, como define Eribon (2008, p.28), “me faz saber que tem domínio sobre mim, que estou em poder dele”. Esse poder tem, primeiramente, o efeito de ferir, e poderíamos dizer que também tem outros efeitos (posteriores ou imediatos, mas frequentemente inconscientes) de inscrever a vergonha no fundo da mente e constituir a personalidade do insultado.

Poderíamos, ademais, considerar a injúria um ato performativo. O termo *performativo* é hoje usado na filosofia da linguagem devido às reflexões de John Langshaw Austin, para o qual “muitos enunciados que parecem declarações não são destinados completamente, ou apenas destinados em parte, para registrar ou transmitir informações simples sobre os fatos”⁴ (AUSTIN, 1962, p.2), ou seja, eles não servem para descrever a ação, mas, na verdade, servem para executar a própria ação. Esses enunciados se caracterizam pelo fato de não poderem ser analisados desde o ponto de vista de “verdadeiro” ou “falso”, já que isso é uma marca característica das declarações e o que os performativos fazem é “ao dizer certas palavras, nós estamos *fazendo* algo”⁵ (AUSTIN, 1962, p.13). O ato performativo, resumidamente, deve ser considerado em termos de sua eficácia, de seu sucesso ou fracasso, e de efeitos que vem a produzir, diferentemente dos atos constativos, nos quais simplesmente o enunciado faz referência a um fato externo por via da descrição. Estes últimos, sim, podem ser julgados em termos de “verdadeiro” ou “falso”, já que se ajustam aos fatos aos quais se referem.

Dessa forma, Austin desenvolve uma teoria de atos de fala na qual propõe uma divisão em três diferentes grupos que, no entanto, não podem ser tomados unitariamente para dar conta de um determinado ato de fala. São os seguintes grupos⁶:

(1) Os **atos locucionários**, que se referem ao ato de dizer, proferir algo e, portanto, incluem um conjunto de coisas que fazemos ao dizer algo, quer dizer, proferir determinada sentença com determinado sentido e referência (por exemplo, emitir certos sons, emitir palavras organizadas em uma construção gramatical estruturada de acordo com as regras de uma língua

⁴ Tradução nossa. No original: “many utterances which look like statements are either not intended at all, or only intended in part, to record or impart straightforward information about the facts”.

⁵ Tradução nossa. No original: “in saying these words we are *doing* something”.

⁶ Baseamo-nos no texto de Austin (1962) para este resumo, e também nos textos de Mari (2001) e Escandell (2006).

determinada), e emitir sequências de palavras com um sentido e uma referência mais ou menos definidos, com um significado determinado;

(2) Os **atos ilocucionários**, aqueles atos realizados em conformidade com uma convenção e que, assim, se referem àquilo que é dito, afirmado, declarado; ou seja, são aqueles atos que se realizam *ao* dizer algo (em inglês, *in saying something*), por isso incluem as ações de informar, ordenar, prevenir, avisar, comprometer-se etc.;

(3) Os **atos perlocucionários**, os quais produzimos *porque* dizemos algo ou *por* ter dito algo (em inglês, *by saying something*), como, por exemplo, ao dizer algo convencemos, persuadimos, impedimos, surpreendemos, confundimos etc., e isso significa que, ao dizer algo, certos efeitos ou consequências são produzidos, seja sobre os sentimentos, seja sobre os pensamentos ou ações dos interlocutores (ou de outras pessoas), logo, o foco desses atos está nos efeitos produzidos.

Austin se concentra, em várias partes de sua obra, em apresentar esquemas das condições de realização dos diferentes atos de fala e também em propor listas de verbos que os ilustrariam. Entretanto, existem casos em que os atos carecem de fórmula ilocucionária marcada por esses verbos e, mesmo assim, podemos observar sequelas de seus efeitos. Por exemplo, é possível surpreender, perturbar ou humilhar alguém por meio de uma locução, apesar de não existirem fórmulas ilocucionárias explícitas como “Te surpreendo por...”, “Te perturbo por...”, “Te humilho por...”, quando, o que acontece de fato, é a percepção de um efeito por meio de outros enunciados. Assim, proferir “Bicha!”, como ocorre frequentemente entre equipes rivais em partidas de futebol e que ilustramos com o caso específico do Corinthians, pode ser compreendido como insulto sem precisar de uma fórmula do tipo “Te insulto por/de bicha”.

A compreensão de um enunciado sem fórmula ilocucionária como ato performativo só ocorre dentro das circunstâncias em que é proferido, isto é, inferimos o ato de fala a partir da situação de quem falou, da finalidade com a qual essa pessoa falou, do auditório que ela tinha disponível, das questões referentes à precisão etc. É no que crê Searle (1981) quando define o ato de fala como unidade básica ou mínima da comunicação linguística. Ele mostra que, se entendemos a linguagem como um comportamento intencional regido por regras, e que falar uma língua é o mesmo que executar atos de fala, então esses atos apenas são possíveis graças às regras para o uso de elementos

linguísticos e é por estarem em conformidade com essas regras que eles se realizam. As regras levam a uma significação que depende não apenas da enunciação da frase com significação precisa, mas também da situação em que é enunciada. Dessa forma, não é apenas a seleção de palavras e sua colocação em ordem que faz com que compreendamos o enunciado, mas todo um conjunto de elementos que forma essa encenação linguageira⁷. Um exemplo é o próprio ato perlocucional (ou perlocucionário), que considera as consequências ou efeitos que os atos ilocucionários têm sobre as ações, pensamentos, ou crenças dos ouvintes. Percebe-se que a significação depende não apenas daquele que produz o enunciado, mas também de seu interlocutor, daí que o ato perlocucional seja ilustrado com frequência por ações como “convencer” e “persuadir”.

Embora as injúrias de identidade de gênero, como no caso de “Bicha!”, não sejam uma mera descrição ou um mero atributo (como qualquer outra injúria, como já pontuamos), elas possuem um nome no núcleo que funciona como uma definição, uma nomeação do interlocutor que garante essa performatividade. Tradicionalmente, a definição tem sido expressa com base em dois padrões: a *predicação* e a *composicionalidade*. A primeira, segundo Mari (1998), tem a função de reconhecer, em um universo ainda disforme denominado pela *qualidade de sensação*, aquilo que Peirce (1980) denominou de uma modificação pelo “esforço inteligente”, ou seja, “os objetos interiores oferecem de fato uma certa resistência e os exteriores são suscetíveis de serem modificados de algum modo” (PEIRCE, 1980, p.19). Esse mecanismo é, basicamente, um processo de “cognição intuitiva”, nos termos de Mari (1998, p.48), que admite a sensação de conhecer algo e a possibilidade de virmos a conhecer um objeto. Em ambas as orientações, observam-se procedimentos de implementação da atividade cognitiva e também um processo de construção teórica, já que associamos a ele propriedades descritivas e funcionais, além de atribuímos valores.

Por outro lado, a *composicionalidade* prima pela aglutinação de unidades selecionadas a partir de aspectos da realidade para construir o significado que atribuímos ao objeto. Assim como a predicação, a composicionalidade não representa uma compreensão uniforme dos fatos, mas determina as

⁷ O termo *encenação linguageira* é usado por Charaudeau (2001) para se referir tanto ao aspecto situacional como linguístico do ato de linguagem. Nesse sentido, a compreensão não se dá apenas pelo contexto da encenação, mas sim por algo previamente existente e que é, de certa forma, ativado no instante do ato de linguagem.

condições gerais sobre um formato possível que nos permite conhecer, em etapas diversas, um objeto, conforme explica Mari (1998). Frequentemente, usamos expressões como “um tipo de...” e “uma espécie de...” nessa padronização, porque focamos basicamente na funcionalidade e na classificação dos objetos, logo, buscamos reconhecer membros de uma classe por meio de sua função e, com isso, construímos matrizes conceituais para justificar cada uma das etapas classificatórias. Compreende-se que o significado se constrói por meio de um “compósito de predicções atomizáveis” (MARI, 1998, p.54) que parte do simples para o complexo e do global para o local. Para tanto, os objetos analisados passam por filtros impostos pelas relações gramaticais, o que inclui as propriedades lógicas tradicionais, como quantificadores, negação, relação sujeito/predicado e propriedades que compõem a matriz semântica de qualquer item lexical.

Seja qual for o padrão de definição, o que observamos é uma descrição de um objeto que simula uma neutralidade, quando, de fato, se estão atribuindo valores e classificando esse objeto para reconhecer um membro específico dentro de um conjunto. No caso ilustrado de “Bicha!”, os torcedores “descrevem” o goleiro de forma depreciativa, atribuindo-lhe um valor negativo e destacando esta característica das demais para que, no mínimo, o goleiro seja identificado e possa fazer sentido para o locutor e os seus iguais. Trata-se de uma construção racional não apenas do conceito de “bicha”, mas também do sujeito ao qual se atribui esse conceito, como defende Eribon (2008).

Temos, nesse caso, um exemplo de interpelação, de “impregnação” de um conceito em um sujeito, ato de fala que veremos na próxima seção e sobre o qual refletiremos.

2 A injúria enquanto interpelação

Talvez uma das teses mais conhecidas sobre interpelação seja a proposta pelo filósofo estruturalista Louis Althusser, que a considera como uma das funções da ideologia, quer dizer, toda ideologia se define por “constituir” indivíduos concretos em sujeitos. Sendo o efeito característico da ideologia o de

[...] impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de “evidências”) as evidências como evidências, que não podemos deixar de reconhecer e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no “silêncio da

consciência”): é evidente! é exatamente isso! é verdade! (ALTHUSSER, 1985, p.94-95),

pode-se concluir que, por existirmos em uma sociedade e por sermos, “por natureza [,] um animal ideológico” (ALTHUSSER, 1985, p.94), já somos sempre sujeitos que praticamos ininterruptamente os rituais de reconhecimento ideológico, o que nos garante como sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e insubstituíveis, conforme aponta Althusser (1985).

Entretanto, o reconhecimento de que somos sujeitos e que funcionamos nos rituais da vida cotidiana apenas nos dá a consciência de nossa prática incessante do reconhecimento ideológico (ou de compreensão enquanto sujeitos). Daí que Althusser (1985, p.96) considere que “toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos, através do funcionamento da categoria de sujeito”. Isso quer dizer que a ideologia funciona de modo a “recrutar” sujeitos dentre os indivíduos e, mais que isso, de “transformar” indivíduos em sujeitos.

O exemplo dado por Althusser de interpelação é o de um policial que diz “ei, você aí!” e o indivíduo interpelado se volta em um movimento físico tornando-se, assim, sujeito. Como foi possível que esse indivíduo, e não outro, se reconhecesse como destinatário da interpelação? Para Althusser (1985, p.97), “a existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma única e mesma coisa”, o que o leva a concluir que a ideologia, além de não possuir um exterior para si mesma, é exterioridade para a realidade, porque ela “sempre/já interpelou os indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1985, p.98), tornando-os, dessa forma, sempre/já sujeitos, antes mesmo de nascerem.

No caso da interpelação injuriosa de gênero, considerando o que Althusser diz, podemos compreender que a interpelação torna esse indivíduo, por exemplo, um sujeito-bicha, pelo menos para o locutor, pelo fato de estes enunciados materializarem a ideologia que “recruta” e “transforma” o sujeito naquilo que se diz. Isso reforça a ideia de que toda interpelação e toda injúria são atos performativos pelos quais um lugar particular no mundo é atribuído àquele que dela é o destinatário. E no caso da injúria, como vimos com Eribon (2008, p.29), “essa atribuição determina um ponto de vista sobre o mundo, uma percepção particular. A injúria produz efeitos profundos na consciência de um indivíduo pelo que ela diz a ele: ‘Eu te assimilo a’, ‘Eu te reduzo a’”. A injúria

preexistia àquele sujeito concreto, ela estava ali antes e ela sempre/já o sujeitou às estruturas da ordem social e sexual que ela só faz revelar e recordar.

Quando a teórica *queer* Judith Butler trata da relação entre linguagem, poder e identidade, considera que, por sermos formados na linguagem, “este poder constitutivo precede e condiciona qualquer decisão que poderíamos tomar sobre ele, insultando-nos desde o princípio, desde seu poder prévio”⁸ (BUTLER, 2004, p.16). Entretanto, a pesquisadora considera que todo dano linguístico é o efeito não apenas das palavras, mas também do tipo de elocução, de um estilo, um comportamento convencional que interpela e constitui um sujeito. Considerando a Teoria dos Atos de Fala, em que os enunciados que fazem o que dizem ao dizê-lo não são simplesmente convencionais, mas rituais e cerimoniais, ou seja, repetidos no tempo, o campo de ação de uma injúria não se limita apenas ao momento do próprio enunciado. Pelo contrário, o insulto realiza sua ação no momento em que é pronunciado o enunciado e, no entanto, por ser ritualizado, excede esse momento único e invoca uma história condensada que vacila entre o passado (o caráter convencional) e o futuro (as consequências psicossociais), escapando do momento presente da enunciação do insulto.

Não se trata, na verdade, de procurar a gênese do insulto, mas de perceber que a interpelação só pode ser dirigida a quem já é reconhecível, ou seja, dentro do circuito sociodiscursivo, a chamada constitui um ser possível de reconhecimento, seja como objeto ou como abjeto⁹. É principalmente por essa razão que Butler discorda, em partes, das considerações de Althusser sobre a interpelação, pois ela compreende que Althusser equipara a voz da ideologia e da interpelação a uma voz quase impossível de se recusar, porque,

⁸ Tradução nossa. Na versão consultada: “este poder constitutivo precede y condiciona cualquier decisión que pudiéramos tomar sobre él, insultándonos desde el principio, desde su poder previo”.

⁹ Com o termo *abjeção* refiro-me àquela zona limítrofe que toda normatização cria. No caso dos gêneros não é diferente: dentro da norma está a possibilidade de compreensão, e fora está o inóspito, o inabitável. O termo foi bastante trabalhado pela filósofa, crítica literária, psicanalista e feminista búlgara Julia Kristeva em seu livro de 1980, *Pouvoirs de l'Horreur*. Na obra, Kristeva (2004) descreve a abjeção como uma violenta e escura rebelião do ser contra aquilo que o ameaça e que lhe parece vir de um fora ou de um dentro exorbitante, jogado de lado no que diz respeito ao possível, tolerável e pensável. Trata-se, portanto, de um inadmissível. Chamo a atenção para os inevitáveis jogos de palavras no texto de Kristeva, como apontam as notas da tradução para a língua espanhola. Um exemplo é *ob-jeto* que, assim grafado, joga com a partícula *jet*, do verbo francês *jeter*, isto é, “arremessar, lançar”, tentando dar conta da construção do *eu* (*moi*) como resultado das forças de atração e de repulsão entre o *eu* e o *não-eu*. Nesse sentido, o abjeto não é um ob-jeto à minha frente que nomeio e imagino, muito menos “meu correlato que, ao oferecer-me um apoio sobre alguém ou sobre algo diferente, me permitiria ser mais ou menos diferenciada e autônoma” (KRISTEVA, 2004, p.8). Comparado ao objeto, o abjeto é a própria oposição ao *eu*, e, mais que isso, é o próprio objeto caído, radicalmente excluído, que está fora do conjunto cujas regras do jogo parecem não reconhecer.

para o filósofo, o ato de nomear não pode ser realizado sem certa disposição ou desejo antecipador de parte da pessoa a quem se dirige. Isso quer dizer que a volta que o indivíduo dá em direção à voz da lei (do policial) indica certo desejo de ser contemplado pela cara da autoridade e, talvez, também de contemplá-la. Althusser entende, dessa forma, que a subjetivação (no sentido de tornar-se sujeito) é um “reconhecimento *errado* ou um *desconhecimento*, uma totalização falsa e provisional”¹⁰ (BUTLER, 2001, p.126), ou seja, a existência social como sujeito só pode ser obtida mediante uma adesão culpável à lei, na qual a culpabilidade garante a intervenção e, conseqüentemente, a continuação da existência do sujeito. Desse modo, na formação do sujeito, a culpa e a consciência funcionam implicitamente em conexão com uma exigência ideológica, com uma repreensão vivificadora.

Butler percebe, entretanto, que os exemplos dados por Althusser perpassam contextos diferentes e ele acaba por generalizar a questão. Isso ocorre porque, no final de *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser exemplifica a estrutura formal da ideologia por meio de um discurso fictício da ideologia religiosa cristã. O conjunto de rituais, cerimônias, sacramentos e suas práticas, em geral, foi ilustrado com o seguinte discurso:

Dirijo-me a ti, indivíduo humano chamado Pedro (todo indivíduo é chamado por seu nome, no sentido passivo, não é nunca ele que se dá um nome) para dizer que Deus existe e que tu deves lhe prestar contas. [...] É Deus quem se dirige a ti pela minha voz (tendo a Escritura recolhido a Palavra de Deus, a Tradição a transmitido, a Infalibilidade Pontifícia a fixado para sempre quanto às questões “delicadas”). [...] Eis quem tu és: Tu és Pedro! Eis a tua origem, tu foste criado pelo Deus de toda eternidade, embora tenha nascido em 1920 depois de cristo! Eis o teu lugar no mundo! Eis o que tu deves fazer! Se o fizeres, observando o “mandamento do amor”, tu serás salvo, tu Pedro, e farás parte do Glorioso Corpo do Cristo! (ALTHUSSER, 1985, p.99-100).

Segundo o filósofo, esse discurso “se dirige aos indivíduos para ‘transformá-los em sujeitos’, interpelando o indivíduo Pedro para fazer dele um sujeito, livre para obedecer ou desobedecer a este apelo, ou seja, às ordens de Deus” (ALTHUSSER, 1985, p.100).

Se Althusser considera que a estrutura formal de toda ideologia é sempre idêntica (ALTHUSSER, 1985, p.99), logo, toda interpelação funciona dessa mesma forma como a exemplificada. Por essa razão, Butler (2001, p.128) acredita que “na teoria da interpelação, a força performativa da voz da

¹⁰ Tradução nossa. Na versão consultada: “un reconocimiento *errado* o *desconocimiento* [misrecognition], una totalización falsa y provisional”.

autoridade religiosa se torna exemplar, a partir da qual a suposta força do ato divino de nomear se estende pelo exemplo às autoridades sociais que interpelam o sujeito à existência social”¹¹. Assim, a ideia de que o sujeito constituído na teoria de Althusser possui uma consciência de autorrestrrição, para Butler, está equivocada, pois a meia volta dada pelo indivíduo é mais uma reflexividade que uma submissão; a autorrestrrição não internaliza uma lei externa: essa lei já é de conhecimento do indivíduo quando é interpelado. A consciência é que é fundamental para a produção e regulação do sujeito-cidadão, já que é ela que faz com que o sujeito dê a volta e se torne receptivo à repreensão subjetivadora. Na verdade, a existência chega a ser possível em virtude da chamada do Outro, o que cria uma dependência fundamental entre ser reconhecido e ser reconhecível. E essa dependência se faz pela repetição.

A ideia da iteratividade da linguagem é bastante discutida por Derrida (1991), segundo o qual o signo é uma marca que permanece, que não se esgota no presente de sua enunciação e que pode dar lugar a uma repetição na ausência e para além da presença dos sujeitos envolvidos que, em um contexto específico, emitiram, produziram, ouviram, leram, se (in)formaram. Isso significa que o signo rompe seu contexto para ser legível em um futuro de ausências. Nenhum contexto se fecha sobre si, tampouco o código, porque essa ruptura separa o signo de todas as suas formas de referente presente, seja ele objetivo ou subjetivo, e esse intervalo que constitui o signo é, na verdade, o surgir da marca.

O insulto é um exemplo disso: ele apenas começa a produzir aquilo que enuncia, apenas trata de assegurar, através da linguagem, um futuro no qual essa ação será realizada ao mesmo tempo em que coloca o sujeito em uma posição subordinada. Não é, pois, como “*Fiat lux*” ou “*Abracadabra*”: trata-se de um jogo de linguagem, em que se pode ganhar ou perder, como diria Charaudeau (2001), e essas possibilidades estão na repetição não apenas das ações discursivas, mas também das ações físicas. Não podemos dizer que insultar alguém de “*Bicha!*” é transformar alguém sem gênero ou com um gênero determinado em outro, mas sim considerar que a constituição de um sujeito “gendrado” depende também dos atos languageiros relativos ao

¹¹ Tradução nossa. Na versão consultada: “en la teoría de la interpelación, la fuerza performativa de la voz de la autoridad religiosa se vuelve ejemplar, con lo cual la presunta fuerza del acto divino de nombrar se extiende por el ejemplo a las autoridades sociales que interpelan al sujeto a la existencia social”.

fenômeno da generificação humana, pois os gêneros são, na verdade, imaginários em que atuamos.

A interpelação é, como resume Salih (2012, p.149),

[...] um enunciado citacional que, para ser efetivo, se apoia no contexto e na convenção, o que significa que não é diferente de outros enunciados igualmente contingentes. [...] é um enunciado citável, ex-citável, que excede o interpelador, o qual não está no controle de sua fala.

E a interpelação, como uma imposição de reconhecimento cujo endereçamento pode ou não atingir o alvo, contribui para a formação da identidade de gênero, assunto que veremos na próxima seção.

3 A injúria enquanto contribuição para a performatividade de gênero

A aplicação do conceito de performance ao estudo dos gêneros parece se iniciar com as obras de Judith Butler na segunda metade da década de 1980. Na obra *Gender Trouble - Feminism and the Subversion of Identity*, lançada em 1990, Butler faz grandes reflexões sobre a identidade enquanto atuada (ou performativa), e como isso influi na concepção de sexo, gênero e sexualidade. A pesquisadora compreende que o sujeito é culturalmente enredado e negocia suas construções, “mesmo quando estas constituem os próprios atributos de sua própria identidade” (BUTLER, 2010, p.206). Esse sujeito, portanto, continua a encontrar seu ambiente discursivamente constituído numa estrutura epistemológica de oposição, pois esse pensamento nunca é completamente do mundo cultural que esse sujeito negocia, seja qual for a estreiteza da distância do ser que o separa de seus atributos culturais. A ideia é de ver o sujeito sempre em movimento.

Ao relacionar o gênero à identidade, Butler afirma que a linguagem não é um meio ou instrumento externo no qual se despeja um “eu” e onde se vislumbra um reflexo desse eu. Para ela, as condições que possibilitam a afirmação do “eu” são providas “pela estrutura de significação, pelas normas que regulam a invocação legítima ou ilegítima desse pronome, pelas práticas que estabelecem os termos de inteligibilidade pelos quais ele pode circular” (BUTLER, 2010, p.207). Qualificar-se como uma identidade substantiva é, obviamente, uma tarefa muito difícil, pois há uma prática significativa que busca ocultar seu próprio funcionamento e naturalizar seus efeitos. Aliás,

[...] compreender a identidade como uma *prática*, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística” (BUTLER, 2010, p.208).

Logo, o sujeito se faz pelo e no discurso que, ao mesmo tempo, se faz pelo sujeito.

O gênero do ser humano, da mesma forma que outras facetas do sujeito, é consequência de certos discursos regidos por regras, os quais governam a invocação inteligível da identidade. Assim, o gênero (e, por extensão, o sujeito) não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de “efeitos substancializantes”, nas palavras de Butler (2010, p.209).

É crucial, portanto, ter em mente a formação jurídica da linguagem e da política que representa os gêneros, principalmente os marginalizados, como as mulheres e os homossexuais. Isso acontece porque “a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento” (BUTLER, 2010, p.19). Isto quer dizer que o próprio discurso jurídico (e poderíamos estender a outras áreas do saber, como a psiquiatria, por exemplo) “produz” tudo aquilo que alega apenas representar. Assim, tanto o sujeito como o pré-discursivo são construídos por convenções em forma de leis como um fundamento fictício de sua própria reivindicação de legitimidade.

Se para Judith Butler o gênero constrói-se e mantém-se no discurso, nas sequências de atos de falas performativos, logo ele também possui regras. Essas regras espelham duas instâncias culturais a respeito da tríade sexo-gênero-sexualidade: a heterossexualidade compulsória (ou heteronormatividade) e o falocentrismo. Enquanto a primeira impõe uma grade de inteligibilidade cultural de modo que corpos, gêneros e desejos sejam naturalizados, a segunda ergue e mantém uma hierarquia dos gêneros. Essas instâncias, entretanto, não possuem modelo fixo: elas também estão em movimento. O que os sujeitos fazem é encenar papéis, performatizar; essas ações por vezes sustentam – e também frequentemente desestabilizam – as próprias distinções por meio das quais operam os discursos sobre o gênero.

Nesse contexto, a heteronormatividade e o falocentrismo funcionam como “regimes de poder/discurso com maneiras frequentemente divergentes de responder às questões centrais do discurso do gênero” (BUTLER, 2010, p.10).

Poderíamos pensar que a heterossexualidade e o falo funcionam como as regras de cortêsias que, mesmo governando as relações interpessoais, não criam essas relações. Parece que o gênero pode existir fora dessas duas regras, entretanto, torna-se “descortês”, “mal educado” ou, no nosso caso, “abjeto”. Por isso, não podemos dizer que no caso da construção da homossexualidade, por exemplo, há um fracasso no ato de fala de identidade de gênero. Como Searle (1995, p.28) esclarece, “o domínio, por parte do falante e do ouvinte, das regras que constituem a competência linguística não é, em geral, suficiente para a realização de uma declaração”, e isso significa, para nós, que o gênero não é um fenômeno unicamente linguístico, pois “deve existir também uma instituição extralinguística, e tanto o falante como o ouvinte devem ocupar lugares especiais no interior dessa instituição” (SEARLE, 1995, p.28). O que percebemos no discurso do gênero é uma ancoragem ora na anatomia, ora no uso do corpo, ora no discurso de e sobre ele, além de tantas outras possibilidades, compreendendo esse corpo não apenas como algo físico, mas também psicológico, sociocultural, histórico e político.

Compreender a homossexualidade como uma falha da performatividade de gênero é pensar que todo jogo só existe quando se vence. Na verdade, toda encenação ou todo jogo cria algo, nem que seja momentaneamente: um homem, uma mulher, um heterossexual, um homossexual, um vencedor, um perdedor. Compreender quem é quem em cada atuação ou em cada lance é o mesmo que significar as ações que ali se realizam com base em matrizes ou regras que funcionam como uma grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, os gêneros, os desejos e as jogadas são naturalizados.

Nesse contexto, poderíamos considerar as injúrias como um lance de reconhecimento, mas um reconhecimento que se faz por meio de uma imposição pelo falante com o abjeto. Ser o destinatário de uma interpelação não é meramente ser reconhecido pelo que se é (porque pode ocorrer de não o ser), mas sim ser o alvo da concessão de um termo pelo qual o reconhecimento de sua existência, naquele momento da enunciação¹², se tornaria possível. Em outras palavras, a existência chega a ser possível em virtude da chamada do

¹² Ou, como diriam os sofistas gregos com o poder de persuasão kairológica, trata-se da “improvisação” (BARRÓN TOVAR, 2014).

Outro, o que cria uma dependência fundamental entre ser reconhecido e ser reconhecível. Essa dependência, entretanto, não é adâmica, mas sim repetida, citada. E quanto mais repetida, mais é internalizada.

É necessário deixar claro que a internalização não é um fim do ato performativo. Como diriam Deleuze e Parnet (1998) e Deleuze e Guattari (2003), não se trata de um trajeto a ser percorrido para alcançar um destino, ou de uma terra a ser dominada e tornada posse, mas um caminho sendo percorrido e uma área sendo reterritorializada. Sobre a identidade de gênero, Butler (1988, p.521) já dizia:

Mais apropriado, eu sugiro, seria um vocabulário que resistisse à metafísica substancial das formações sujeito-verbo, e se apoiasse, em vez disso, em uma ontologia dos gerúndios. O “eu” que é seu corpo é, necessariamente, um modo de incorporação, e o “quê” que incorpora suas possibilidades.¹³

Nesse sentido, insultos como “Bicha!” são mais um exemplo de discurso repetido que, ao improvisar a construção do sujeito no presente, pode levar a incorporações dessa construção no futuro por esse mesmo sujeito.

Considerações finais

Neste texto, mostrei que a identidade de gênero é algo que está tanto em movimento quanto a linguagem que a cria e a mantém; trata-se, enfim, de atos de fala que não cessam de serem arriscados repetidamente como lances nos jogos dos sentidos.

O papel que a injúria leva o insultador a encarnar é aquele de quem interpela e que se apodera de uma voz anterior para diminuir o outro. Sua performance de “reconhecer” o outro é assimilada pelo interlocutor que encarna o papel do injuriado, pelo menos momentaneamente, para se fazer reconhecível pelo outro na repetida dependência da significação. Como marca Eribon (2008, p.77),

[...] ela [a injúria] preenche a função, como na interpelação pelo policial, de uma injunção que atribui a alguém um lugar num espaço social sexualizado. Mas, no funcionamento real da linguagem e da vida social, não há sucessão temporal (sou injuriado e, então, reconheço-me como aquele que é visado por essa

¹³ Tradução nossa. No original: “More appropriate, I suggest, would be a vocabulary that resists the substance metaphysics of subject-verb formations and relies instead on an ontology of present participles. The ‘I’ that is its body is, of necessity, a mode of embodying, and the ‘what’ that it embodies is possibilities”.

injúria). Pois a injúria preexistiu a mim. Estava ali antes da ordem social e sexual que ela só faz exprimir e lembrar.

Aceitar o papel que lhe cabe na divisão dos sexos e das sexualidades, nesse sentido, se justifica pelo fato de o insulto e seus possíveis efeitos serem apenas a parte visível da interpelação mais profunda que as estruturas sociais, mentais e sexuais já, e sempre/já, operaram sobre os sujeitos. A injúria é um dos sintomas mais imediatos da ordem social e sexual da qual a linguagem é veículo, pois produz, ao mesmo tempo, o sujeito como subjetividade e como uma pessoa adaptada às regras e às hierarquias da heteronormatividade e do falocentrismo que são socialmente instituídas.

A subjetividade gay, aproveitando o exemplo que demos no início do texto, é inferiorizada por refletir a situação rebaixada que a sociedade dá aos homossexuais, e também por essa situação ser produzida pela própria sociedade, pois o sujeito é fruto da interpelação, de forma geral, o que torna a homossexualidade “um conjunto de processos de ‘sujeição’ que são tanto coletivos quanto individuais, na medida em que uma estrutura comum de inferiorização está em ação e que tem ainda mais força porquanto é a mesma para todos e, no entanto, sempre específica a cada indivíduo” (ERIBON, 2008, p.78).

Nesse sentido, a identidade de gênero deve ser pensada como uma encenação na qual o foco não está mais no contexto para estabelecer se o performativo tem ou não êxito, mas na ideia de que qualquer performativo pode funcionar como tal por ser sempre, de certo modo, uma citação do enunciado performativo ideal que lhe serve de modelo ou referente. A repetição dos enunciados e/ou das interpelações leva à construção de um efeito de real e, conseqüentemente, da unidade de gênero, de sexo e de sexualidade. Logo, o que reconhecemos e significamos são as improvisações ou, como Barrón Tovar (2014) explica sobre a persuasão kairológica, a capacidade de sujeitar cada palavra à exigência da resposta apropriada para o que acontece. A interpelação pelo insulto de gênero pode ser lida como um imprevisto, já que o momento de sua aplicação (por exemplo, ao goleiro adversário que se prepara para fazer uma defesa em uma partida de futebol) não justifica sua existência como descrição de um estado de coisa. Entretanto, esse imprevisto está marcado pelo *sensu comum*, que é perpetuado na iteração do tipo de insulto, justificando a punição àqueles que perpetuam tal ação, como é o caso do Corinthians.

Por que insultar pelo gênero? Ora, se para todo sujeito há expectativas de gênero desde que nasce, ou até mesmo antes, insultá-lo por meio do gênero é impor a possibilidade de não ter essa principal marca de identidade ou de sua identidade ser a de um abjeto. É, enfim, hierarquizá-lo quando há uma encenação da sua escrita na lista dos “assignificáveis” das matrizes da sociedade em que se insere.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BARRÓN TOVAR, José Francisco. Literalidade: uma aproximação à questão do “poder da palavra”. Tradução de Daniel Mazzaro Villar de Almeida. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 6, p.232-244, jun.2014. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista6/eid&a_n6_15_jose.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. **Theatre Journal**, Vol. 40, n. 4, dez., 1988. p.519-531. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3207893>>. Acesso em: 14 out. 2014.

BUTLER, Judith. **Mecanismos Psíquicos del Poder**. Tradução de Jacqueline Cruz. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

BUTLER, Judith. **Lenguaje, poder e identidad**. Tradução de Javier Sáez e Beatriz Preciado. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. Tradução de Ida Lucia Machado, Renato de Mello e Williane Viriato Rolim. In: MARI, Hugo *et all* (Org.). **Análise do Discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001. p.23-38.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

ALMEIDA, Daniel Mazzaro Villar de. O poder da palavra e o insulto de gênero. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 80-97, jun.2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: para uma literatura menor. Tradução de Rafael Godinho. Lisboa: Assírio & Alvin, 2003.

DERRIDA, Jacques. Assinatura, acontecimento, contexto. In: DERRIDA, J. **Margens da Filosofia**. Tradução de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991. p.349-373.

ESCANDELL, M. Victoria. **Introducción a la pragmática**. 2.ed. Barcelona, Editorial Ariel, 2006.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Tradução de Procopio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

KRISTEVA, Julia. **Poderes de la perversión**. 5.ed. Tradução de Viviana Ackerman e Nicolás Rosa. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.

MARI, Hugo. **Entre o conhecer e o representar**: para uma fundamentação das práticas semióticas e das práticas linguísticas. Belo Horizonte, 1998. 277f. Tese (Doutorado em Linguística Textual e Análise do Discurso) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

MARI, Hugo. Atos de Fala: Notas sobre origens, fundamentos e estruturas. In: MARI, H. *et alli*. (Org.). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001. p.93-131.

O GLOBO. Corinthians se manifesta contra gritos de 'bicha' para goleiros rivais. 12 set. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/corinthians-se-manifesta-contra-gritos-de-bicha-para-goleiros-rivais-13918588#ixzz3FkGaMqo6>>. Acesso em: 10 out. 2014.

PEIRCE, Charles Sanders. **Escritos Coligidos**. Tradução de Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomerangblum. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 5-176. (Col. Os pensadores).

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SEARLE, John R. **Os actos de fala**: um ensaio de filosofia da linguagem. Tradução de Carlos Vogt, Ana Cecília Maleronka, Bathazar Barbosa Filho, Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. Coimbra: Almedina, 1981.

SEARLE, John R. **Expressão e significado**: estudos da teoria dos atos de fala. Tradução de de Ana Cecília G.A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

A ARGUMENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE VISÃO CRÍTICO-CRIATIVA DE EDUCADORES

Daniela Aparecida Vendramini Zanellaⁱ

Resumo: Este estudo contextualiza-se na atividade de formação de educadores a partir do projeto de Extensão Universitária “Tempo de Aprender”, na Universidade de Sorocaba. O texto tem o objetivo de analisar a produção de significados na atividade de formação docente e compreender o uso da argumentação para o desenvolvimento de uma visão crítico-criativa e está fundamentado na Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural (VYGOTSKY, 1934). A análise é realizada a partir de dois excertos advindos de uma discussão em um encontro de formação docente, embasada pelo aporte teórico-metodológico da Pesquisa Crítico-Colaborativa (MAGALHÃES, 2009). Os excertos são discutidos por meio de categorias argumentativas que centralizam os aspectos enunciativo-discursivo-linguísticos (LIBERALI, 2013) e interpretados mediante o aporte teórico apresentado neste trabalho. A análise aponta que, entre outras questões, a condução de forma impositiva não contribui para o desenvolvimento de visão crítico-criativa dos educadores.

Palavras-chave: Argumentação. Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural. Formação de educadores. Crítico-criativo.

Abstract: This study is situated on a teacher education context, from an Extramural project “Time to Learn/Tempo de Aprender”, at University of Sorocaba. The text aims at analyzing the production of meaning in the teacher education activity and comprehending the deployment of argumentation to develop a critical-creative view. The research is based on the Social-Cultural-Historical Activity Theory (VYGOTSKY, 1934) and the analysis is developed from two excerpts originated from a discussion in a meeting of the teacher education activity, theoretically and methodologically based upon the Critical-Collaboration Research (MAGALHÃES, 2009). The excerpts are discussed through argumentative categories that focus on enunciative-discursive-linguistic aspects (LIBERALI, 2013) and are interpreted under the theoretical base presented on this study. Among other questions, the analysis shows that an imposing stance in the conduction of the meeting does not contribute to the development of the educator’s critical-creative view.

Keywords: Argumentation. Cultural-historical Activity Theory. Teacher Education. Critical-creative.

ⁱ Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente da Universidade de Sorocaba (UNISO). E-mail: daniela.zanella@prof.uniso.br.

1 Considerações iniciais

Este artigo aborda a formação inicial docente, em específico, o momento de um encontro da atividade de formação docente de um grupo de Extensão Universitária, intitulado projeto “Tempo de Aprender”, ligado ao curso de Letras na Universidade de Sorocaba (Uniso). O projeto “Tempo de Aprender” originou-se da necessidade de promover o intercâmbio (universidade – escola pública) que possibilitasse a vivência antecipada dos futuros educadores em suas atuações em docência compartilhada do estágio supervisionado.

Em 2010, por meio do trabalho de formação docente desenvolvido no “Tempo de Aprender”, constatou-se a dificuldade que os educadores apresentavam em refletir e compreender suas realidades para que pudessem problematizá-las e transformá-las de forma crítica. Para tal, é necessária a desconstrução do discurso do senso comum ou conforme as palavras de Freire (1980, p.26) “que ultrapassemos a esfera espontânea da apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica”. Ademais, os educadores apresentavam a questão lacunar em enfrentar problemas e, criativamente, tomar decisões. Faltava a eles o saber sobre encontrar soluções para novos problemas e criar algo novo a partir de recombinações de algo já existente (VYGOTSKY, 2009 [1930]).

Dessa forma, além da escassez de um contexto experimental que superasse a dicotomia teoria e prática na docência compartilhada (PIMENTA e LIMA, 2005/2006) e da falta de um referencial teórico que abordasse a reflexão sobre o ensinar e o alcance de uma “independência informada” (tomada de decisões), no lugar de “dependência sem reflexão” (modelos a serem imitados) (CELANI, 2010), fazia-se urgente a formação docente reflexiva que possibilite o desenvolvimento de visão crítico-criativa dos futuros educadores.

Segundo Vendramini Zanella (2013), a visão crítica depende de quão engajado o educador apresenta-se na atividade; o acrítico relaciona-se à alienação/alienado que na atividade de formação pode ocorrer, por exemplo, se o sujeito não enxerga o objeto de sua atividade. Já o criativo, está fundamentado na concepção vygotskyana e apresenta-se pelos modos de imaginação, apropriação, modificação e recombinação daquilo que já existe

para criar algo novo (VENDRAMINI ZANELLA, 2013; VENDRAMINI ZANELLA; LIBERALI, 2011).

Neste estudo, a atividade de formação é compreendida pela perspectiva da Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural (TASHC) (VYGOTSKY, 1934, colaboradores), que coloca em relevo o ser humano como aquele que constitui e se constitui nas relações sociais estabelecidas no contato dialético com o mundo que o cerca.

Nessa direção, a formação crítica do educador envolve o diálogo entre teoria e prática, no constante questionamento entre o que pensa e o que se pratica; esse diálogo proporciona autonomia a quem atua sobre a própria prática e contribui para a sua transformação.

Ainda na perspectiva da TASHC, a reconstrução de saberes ocorre nas relações sociais, nas quais a linguagem do parceiro colaborador tem papel fundamental. Essa formação envolve igualmente práticas colaborativas que, de acordo com Magalhães (2011), possibilitam a negociação de sentidos, pois as diversas vozes dos participantes envolvidos em um determinado trabalho devem ser ouvidas, questionadas para a produção de um novo conhecimento compartilhado (LIBERALI; FUGA, 2012).

Ao envolver os participantes (futuros educadores e educadora-formadora) em um discurso organizado de forma argumentativa, a linguagem permite ao educador repensar sua ação numa perspectiva histórica avaliando-a a partir de valores éticos, construídos com o outro, o que torna possível a transformação da prática (LIBERALI, 2012).

Nesse enquadre, este estudo reconhece o papel transformador da linguagem ao criar espaços de construção de conhecimento que possibilita a participação e interação dos sujeitos em discussões sobre a prática, “a partir das formas como a linguagem realiza as ações” (LIBERALI, 2010, p. 75). Assim, atribui-se à argumentação o papel fundamental para o desenvolvimento de visão crítico-criativa.

Outros trabalhos abordam a argumentação na construção de conhecimento. Como exemplo, o estudo das pesquisadoras Pistori e Banks-Leite (2010) que salientam sobre a importância da análise da argumentação privilegiar aspectos enunciativos-discursivos e não se delimitar ao exame de possíveis estruturas ou técnicas argumentativas. Outro exemplo é o trabalho de Goulart (2010), afirmando que enunciar é argumentar.

O presente trabalho está em consonância com essas pesquisas sobre a argumentação e sublinha a importância de a argumentação estar atrelada à colaboração, possibilitando um espaço “em que todos falam” (LIBERALI; MAGALHÃES, 2009, p.48). Além disso, este trabalho defende que a análise da argumentação torna-se o instrumento primordial para constatação de como os significados foram produzidos na formação docente em perspectiva da TASHC: de forma crítico-criativa ou impositiva/ autoritária ou reprodutiva (VENDRAMINI ZANELLA, 2013).

Para atender ao objetivo de analisar a produção de significados na atividade de formação docente e compreender o uso da argumentação para o desenvolvimento de uma visão crítico-criativa, o presente artigo, primeiramente, apresenta a argumentação na perspectiva da TASHC e sua importância para a compreensão de modos de promover uma visão crítico-criativa, tendo em vista o momento do encontro de formação no Projeto de extensão universitária “Tempo de Aprender”. Em seguida, o texto inclui os procedimentos metodológicos, embasados pela Pesquisa Crítico-Colaborativa (PCCol) (MAGALHÃES, 2009, 2011), com a análise de dois excertos, discutidos a partir dos aspectos enunciativo-discursivo-linguísticos propostos por Liberali (2013). Finalmente, o artigo aponta as considerações finais, indicando como o uso da argumentação possibilita a produção de significados e contribui para o desenvolvimento de uma visão crítico-criativa (VENDRAMINI ZANELLA, 2013).

2 Argumentação na perspectiva da Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural: a produção de significados para uma visão crítico-criativa na formação docente

As pesquisadoras Liberali & Fuga (2012) explicam que os estudos sobre a argumentação se realizam desde a Grécia antiga por meio dos ensinamentos da retórica aristotélica (ARISTÓTELES, 350aC/1998; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005 [1958]; BRONCKART, 1997/1999; DOLZ e SCHNEUWLY, 2004; PONTECORVO, 2005; MOSCA, 2004, entre outros).

Em panorama histórico sobre o estudo da argumentação, Pistori (2008) explica que a retórica apresentou diferentes objetivos marcados pelas diferentes visões de língua e funcionalidade e que apresentou tanto momentos de reconhecimento como de crises. Mosca (2004) explica que esse movimento dialético na retórica constitui sua própria natureza controversa,

nutrida sempre pela: “aceitação da mudança, o respeito da alteridade e a consideração da língua como lugar de confronto das subjetividades” (Ibidem, p.17).

A partir das contribuições dos estudos sobre a retórica, faz-se possível considerar o funcionamento da linguagem em práticas sociais e expandir a compreensão da argumentação em contextos de atuação (LIBERALI; FUGA, 2012), como na formação docente, por exemplo.

Neste trabalho, a argumentação é entendida à luz da Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural (TASHC). A TASHC está embasada nas pesquisas vygotskyanas (1934), estudadas e expandidas por seus seguidores (LEONTIEV, 1977; DAVIDOV, 1986/2008; NEWMAN e HOLZMAN, 1993/ 2002; ENGESTRÖM, 1999, 2011), ao entender a atividade como a unidade da vida que orienta o sujeito no mundo dos objetos, por meio de instrumentos, que são construídos pelo homem para produzir os meios de satisfazer suas necessidades vitais (LEONTIEV, 1977/2003).

Dessa forma, a argumentação na concepção da TASHC permite o diálogo com outras áreas do saber, como educação, antropologia, sociologia, filosofia, linguística, entre outros que fundamentam os aspectos da argumentação (LIBERALI; FUGA, 2012).

Ainda à luz da TASHC, a argumentação envolve práticas colaborativas que permitem que as diversas vozes dos educadores envolvidos sejam ouvidas e questionadas para a produção de um novo conhecimento compartilhado (MAGALHÃES, 2011; LIBERALI; FUGA, 2013). Esse conhecimento não é construído pela extração de dados de informantes previamente selecionados, mas é produzido junto-e-com – pesquisadores, formadores, futuros educadores, comunidade no entorno – de forma participativa e colaborativa (VENDRAMINI ZANELLA; FUGA, mimeo). Ainda nessa perspectiva, a argumentação ultrapassa a visão presente na teoria da argumentação – persuasão e/ou convencimento –, e pode ser expandida como uma organização de linguagem que promove a produção de sentidos e significados entre os sujeitos em uma atividade, como na formação de educadores (LIBERALI, 2012).

Nessa direção, ao possibilitar a organizar da linguagem - criando polêmicas, apresentando recursos para sustentar suas afirmações com o emprego de conhecimento científico e cotidiano, refutando, contra argumentando e concluindo (LIBERALI; MAGALHÃES, 2009), o educador

reflete sobre sua realidade e, no sentido freireano, ultrapassa da “esfera espontânea” para uma “esfera crítica” assumindo “uma posição epistemológica”. Adicionalmente, o educador inicia o processo de enfrentar novos problemas e apresentar soluções criando algo novo a partir de recombinações de algo já existente (VYGOTSKY, 2009 [1930]). Assim, a formação docente por meio da argumentação configura-se como uma atividade crítico-criativa.

3 Procedimentos metodológicos

Este estudo embasou-se teórico-metodologicamente na Pesquisa Crítico-Colaborativa (PCcol) (MAGALHÃES, 2009, 2011), devido a sua proposta interventiva no contexto investigado, vivenciados por pesquisador e participantes da investigação e pela centralidade que a linguagem ocupa em sua condução. Acima de tudo, contou com a colaboração que, compreendida pelo viés da PCcol, “envolve tensões e contradições” que proporcionam conflitos (MAGALHÃES, 2009, p. 66).

Para a produção, seleção, organização e armazenamento dos dados foram seguidos os princípios éticos da universidade no Comitê de Ética da UNISO¹.

Os excertos em análise por categorias argumentativas foram transcritos e analisados a partir de uma perspectiva proposta por Liberali (2013) centralizando os aspectos enunciativo-discursivo-linguísticos.

Nos aspectos enunciativos, o foco da análise recai no contexto (de atuação e circulação) da ação em desenvolvimento, na inter-relação entre o lugar, o momento físico e social de produção, recepção e circulação, bem como no papel interativo ou papel dos sujeitos na distribuição de vozes.

Nos aspectos discursivos, discute-se a organização e articulação argumentativa organizada por: pergunta controversa; espelhamento; apresentação de pontos de vista; oposição de ponto de vista; acordo; pergunta/apresentação de suporte; pergunta/apresentação de esclarecimento; pergunta/apresentação de definição; pergunta/apresentação de exemplificação; pergunta/apresentação de contra-argumento (que possa

¹ Os princípios éticos seguidos na UNISO estão disponíveis em <http://www.uniso.br/pesquisa/cep/>. Acesso em: jan. 2015.

potencialmente invalidar o suporte oposto); pergunta / apresentação da conclusão ou acordo.

Ainda nos aspectos discursivos, os “tipos de argumento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1958/2005) são observados, e busca-se saber se possuem a finalidade de sustentar os pontos de vista na argumentação, por exemplo: de analogia, que traça relações de semelhanças entre termos de gêneros diferentes, de autoridade, que utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese, e, de causalidade, que objetiva, a partir de um acontecimento, aumentar ou diminuir a crença na existência de uma causa que o justificaria ou um efeito que dele resultaria. Por último, foram analisados os aspectos linguísticos que incidem nas escolhas lexicais (LIBERALI, 2013).

3.1 Descrição do contexto

Este estudo realiza-se a partir de um trabalho de formação crítica de futuros educadores, dentro do projeto de Extensão Universitária “Tempo de Aprender”, na UNISO.

A atividade de formação docente do “Tempo de Aprender” ocorre quinzenalmente, em encontros de duas horas de duração, na universidade. O foco do encontro em questão centralizou-se na discussão sobre o brincar como instrumento-e-resultado² em concepção vygotskyana, para o desenvolvimento de educadores (cf. VENDRAMINI ZANELLA; LIBERALI, 2011). Pressupunha-se que essa discussão promoveria o desenvolvimento de uma visão crítico-criativa ao educador, em suas atuações na escola pública, em momento de docência compartilhada do estágio supervisionado.

Para guiar a discussão sobre o *brincar*, o grupo havia lido, previamente, o texto “Aprendizagem e brincadeira desenvolvintes³” (HOLZMAN, 2009), cuja explicação sobre diferentes formas do *brincar*: livre, com regra e *performance* pauta-se na perspectiva vygotskyana.

Os excertos foram selecionados a partir de um encontro realizado em 2010, no “Tempo de Aprender”, da Uniso. Houve a participação de uma

² Segundo Newman & Holzman (1993/2002, p.61) instrumento-e-resultado “é aquele instrumento especialmente criado para auxiliar no desenvolvimento de algo que desejamos criar,” e é “paradigmaticamente pré-requisito e produto porque a criação do produto não é limitada pelos instrumentos preexistentes, socialmente determinados e manufaturados...”.

³ Tradução de Daniele Gazzotti, mestre em LAEL- PUC SP.

educadora-formadora (D.) e três futuros educadores (E., F. e C.), estudantes de curso de Letras.

A seguir, no trecho inicial do episódio transcrito, desenvolve-se a discussão sobre o *brincar livre* e o *brincar regrado*. A educadora-formadora enuncia a questão controversa: “*qual a brincadeira mais importante, entre brincar livre, brincar regrado e performance? Qual que vocês acham que é a mais importante?*”, para que o grupo de educadores iniciasse o debate. Vale salientar que questão controversa se caracteriza pela intencionalidade de instaurar o embate argumentativo e que o cerne não estava em se considerar um *brincar* mais importante que outro, mas instigá-los a debater sobre as questões conceituais.

Quadro 1 - Excerto de “Tempo de Aprender” (1).

D.(1): Qual a brincadeira mais importante, entre brincar livre, brincar regrado e performance? Qual que vocês acham que é a mais importante?(**questão controversia**)
C.(1): A livre. (**apresentação de ponto de vista**)
D.(2): Qual? (**pedido de esclarecimento**)
E.(1): Que a criança brincando livremente, ela vai poder, por estar livre, ela vai poder, ela vai brincando podendo se sentir como na regrada, sem ter muita dificuldade.(**tipo de argumento de analogia**)
D.(3): ah, então você sustenta, então, você pensa que brincado livre ela vai acabar se regrando? (**pedido de esclarecimento/ espelhamento**)
E.(2): Eu posso inserir regra sem ela sentir, sem ela sentir a regra sendo imposta a alguma coisa uma imposição. (**apresentação de esclarecimento**)
D.(4): quem acha alguma coisa mais relacionado a isso? (**pedido de ponto do vista**)

Fonte: Elaboração da própria autora.

O primeiro excerto apresenta a abertura do momento argumentativo. Pela exposição inicial em D.(1), a questão controversa é apresentada com vistas à criação de polêmicas. Dessa forma, há a preocupação com a organização da linguagem neste momento e, de forma colaborativa, a participação coletiva na produção de significados é promovida.

O educador coloca seu ponto de vista, C.(1): “*a livre*”. Como sua resposta carece de teor teórico, o pedido de esclarecimento é tecido, delineando também uma possibilidade de resgate da leitura do texto, D.(2): “*Qual?*”

Outro educador apresenta esclarecimento com a sustentação do “tipo de argumento de analogia” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005 [1958]), em E.(1): “que a criança brincando livremente, ela vai poder, por estar livre ela vai poder, ela vai brincando podendo se sentir como na regrada, sem ter muita dificuldade”. Com base nesse “tipo de argumento”, o educador relaciona a semelhança entre os dois tipos de brincar: o livre e o regrado.

Na sequência, a educadora-formadora pede esclarecimento à última resposta, D.(3): “*ah, então você sustenta, então, você pensa que brincado livre ela vai acabar se regrando?*”, com espelhamento do turno de E(1). Neste caso, o espelhamento tem a função de re colocação do que foi apresentado com pedido de dis/concordância (LIBERALI, 2013).

Como réplica, o educador apresenta esclarecimento: E.(2): *Eu posso inserir regra sem ela sentir, sem ela sentir a regra sendo imposta a alguma coisa uma imposição*. Como suporte a seu argumento, E. adiciona as seguintes escolhas lexicais: “*imposta*”, “*imposição*”, interligando-as às regras da brincadeira, o que demonstra sua tentativa em pautar-se na leitura do texto.

Apesar de inicial, parece haver um esforço por parte de E.. Pelas lentes freireanas, interpreta-se que o educador possivelmente deseja desconstruir o discurso do senso comum para se aproximar, aos poucos, a uma esfera crítica. Além disso, diante a questão controversa inicial e a outros pedidos de esclarecimento, o educador E. procura recombina algo já existente no texto e criar novo esclarecimento, que, em uma visão vygotskyana, demonstra uma produção de significados com traços de criatividade.

Por último, a educadora-formadora elabora o pedido de esclarecimento em D.(4): “*quem acha alguma coisa mais relacionado a isso?*”, que implica na solicitação da participação de cada um na produção de significados compartilhados, o que, na perspectiva da TASHC, envolve a argumentação.

Assim, a maneira de D. organizar discursivamente o embate argumentativo, materializado na questão controversa e no pedido de ponto de vista, pode criar multiplicidade de participação, orientar a expansão dos conhecimentos e permitir que o discurso seja coproduzido pela colaboração de todos (LIBERALI, 2013) sublinhando, em perspectiva freireana, uma produção junto-e-com (VENDRAMINI ZANELLA; FUGA, mimeo).

Contudo, na sequência, a educadora-formadora modifica seu modo de conduzir o encontro. Não alcançando a participação dos outros educadores na

interação, a educadora-formadora explica a importância de participar no embate argumentativo, porém o faz com traços de imposição. Segue o segundo excerto:

Quadro 2 - Excerto de “Tempo de Aprender” (2).

D.(5): ... a gente não pode simplesmente responder eu acho (**apresentação de ponto de vista 1**), cada vez mais, na faculdade, a gente não pode não sustentar e simplesmente falar: “eu acho”! (**apresentação de justificativa**) A C., ainda deixo (**tipo de argumento de autoridade**) falar assim, ela ainda pode falar: “porque sim”. (**apresentação de ponto de vista 2**) Este mês, ainda deixo (**tipo de argumento de autoridade**), mês que vem, a F.. também, que chegou hoje, mas, conforme a gente vai indo, cada vez mais, não podemos falar: “ah, por que eu acho”, que é o que a gente mais ouve em sala de aula hoje em dia. A gente tem que falar algo nem que seja um ponto de vista, mas pautando em alguma coisa. (**tipo de argumento de causalidade**)

Fonte: Elaboração da própria autora.

Neste segundo excerto, a educadora-formadora procura desenvolver a produção de significados acerca da importância de todos os educadores participarem nas discussões e da necessidade de se pautarem nas leituras teóricas para sustentarem seus argumentos.

Para isso, a educadora-formadora utiliza-se de seu papel social de formadora em seus pontos de vista, sustentando-os pelo “tipo de argumento de autoridade” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005 [1958]) em D(5): “ainda deixo falar”, seguido pelo verbo conjugado na primeira pessoa do singular, “deixo”. Isso revela a condução do embate argumentativo com traços impositivos e autoritários, e pode não implicar em uma produção crítico-criativa (VENDRAMINI ZANELLA, 2013).

No momento que a educadora-formadora diz, em D.(5): “A gente tem que falar algo nem que seja um ponto de vista, mas pautando em alguma coisa”, emprega o “tipo de argumento de causalidade” que também se relaciona ao uso da argumentação como uma tentativa de imposição de ideia e sublinha um modo não crítico-criativo de produzir significados compartilhados. Isso ocorre, pois esse “tipo de argumento” mobiliza a verdade de que aquilo que está sendo dito deve ser seguido, não permitindo espaço para contestação, uma vez que ele é somente transmitido.

4 Considerações finais

Este estudo, inserido na atividade de formação de educadores no “Tempo de Aprender”, da Uniso, objetivou analisar a produção de significados na atividade de formação docente e compreender o uso da argumentação para o desenvolvimento de uma visão crítico-criativa.

Os excertos selecionados demonstraram a produção de significados criados coletivamente em busca de, em visão freireana, desconstruir o discurso do senso comum para se aproximar, aos poucos, a uma esfera crítica no “Tempo de Aprender”. Mesmo que a partir de uma produção inicial, a análise indicou também o esforço em recombinar o que já existia e criar algo novo, que, em perspectiva vygotskyana, revela traços de criatividade.

Por outro lado, os excertos evidenciaram as dificuldades na condução do embate argumentativo pela educadora-formadora, que apresentou marcas de imposição na forma de guiar a discussão. Essas marcas não contribuem para o desenvolvimento de uma visão crítico-criativa.

Ainda diante todas as dificuldades apontadas, pode-se constatar o “produzir junto-e-com” (VENDRAMINI ZANELLA; FUGA, mimeo) dos educadores e da educadora-formadora no “Tempo de Aprender”, em momentos que a argumentação exemplificou que se ultrapassa a questão do convencimento, e que pode ser expandida como uma organização de linguagem que promove os desenvolvimentos de uma visão crítico-criativa.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. (350 a.C.). Introdução de Manuel Alexandre JÚNIOR. Tradução do grego e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: INCM, 1998.

BRONCKART. Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999 [1997].

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim et al. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 41-70.

ENGSTRÖM, Yrjo. Activity theory and individual and social transformation. In: _____; MIETTINEN, Reijo; PUNAMÄKI, Raija-Leena. **Perspectives on Activity Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

VENDRAMINI ZANELLA, Daniela Aparecida. A argumentação para o desenvolvimento de visão crítico-criativa de educadores. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 98-110, jun.2015.

_____. From design experiments to formative interventions. **Theory & Physiology**, v. 21, n. 5, p. 598-628, Oct. 2011. Disponível em: <<http://tap.sagepub.com/content/21/5/598>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

GOULART, Cecília. Processos escolares de ensino e aprendizagem, argumentação e linguagens sociais. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 50-62, 2010.

HOLZMAN, Lois. **Vygotsky at Work and Play**. London and New York: Routledge. Taylor & Francis Group, 2009.

LEONTIEV, Alexey N. **Activity, consciousness and personality**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 2003 [1977].

LIBERALI, Fernanda Coelho. Formação de professores de línguas: rumos para uma sociedade crítica e sustentável. In: GIMENEZ, Telma; MONTEIRO, Maria Cristina de Góes (Org.). **Formação de professores de línguas na América Latina e transformação social**. Campinas: Pontes, 2010. p. 71-91 (Coleção Novas Perspectivas em Linguística Aplicada. Vol. 4).

_____. Gestão Escolar na perspectiva da Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural. In: LIBERALI, Fernanda Coelho; MATEUS, Elaine; DAMIANOVIC, Maria Cristina (Org.). **A Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural e a escola: recriando realidades sociais**. Campinas: Pontes, 2012. p.89-108.

_____. **Argumentação em Contexto Escolar**. Pontes: Campinas, 2013.

_____; MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo. Formação de professores e pesquisadores: argumentando e compartilhando significados. In: TELLES, João. **Formação inicial e continuada de professores de línguas: dimensões e ações na pesquisa e na prática**. Campinas: Pontes, 2009.

_____; FUGA, Valdete Pereira. Argumentação e formação/gestão de educadores no Quadro da teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural. **Desenredo**, Passo Fundo, v.8, n.2, jul./dez. 2012.

MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo. O método para Vygotsky: a zona proximal de desenvolvimento como zona de colaboração e criticidade criativas. In: SCHETTINI, Rose Hohlenwerger; DAMIANOVIC, Maria Cristina; HAWI, Mona; SZUNDY, Paula Tatiane (Org.). **Vygotsky: uma revisita no início do século XXI**. São Paulo: Andross. 2009. p. 53-78.

_____. Pesquisa crítica de colaboração: escolhas epistemo-metodológicas na organização e condução de pesquisa de intervenção no contexto escolar. In: _____; FIDALGO, Sueli Salles (Org.). **Questões de método e de linguagem na formação docente**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 13- 39.

VENDRAMINI ZANELLA, Daniela Aparecida. A argumentação para o desenvolvimento de visão crítico-criativa de educadores. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 98-110, jun.2015.

MOSCA, Lineide Salvador. O discurso da imprensa na formação da identidade nacional portuguesa. Reflexões a partir de *A Jangada de Pedra*, de José Saramago. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 6, p. 255-266, 2004.

NEWMAN, Fred; HOLZMAN, Lois. **Lev Vygotsky**: cientista revolucionário. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola, 2002 [1993].

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHETS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: A Nova Retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2.ed., 2005 [1958].

PISTORI, Maria Helena Cruz. **Persuasão e Eficácia discursiva no Direito**: modos de ser, modos de dizer. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

_____; BANKS-LEITE, Luci. Argumentação e construção de conhecimento: uma abordagem bakhtiniana. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 129-144, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poésis**, v. 3, n. 3 e 4, p.5-24, 2005/2006.

PONTECORVO, Clotilde; AJELLO, Anna Maria; ZUCCHERMAGLIO, Cristina. **Discutindo se aprende**. Interação social, conhecimento e escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.

VENDRAMINI ZANELLA, Daniela Aparecida. **Por uma formação crítico-criativa de alunas-professoras e professora-pesquisadora na graduação em Letras**. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____; LIBERALI, Fernanda Coelho. Brincar no hospital: uma produção criativa na formação de alunos-educadores. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 1, n. 14, jan./jul. 2011.

_____; FUGA, Valdete Pereira. **A argumentação na formação crítico-criativa de educadores**: por uma produção junto-e-com. Mimeo.

VYGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1933].

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1934].

_____. **Imaginação e Criação na Infância**. Tradução de Zoia Prestes. São Paulo: Editora Ática, 2009 [1930].

EFEITOS DE IMPARCIALIDADE E DE NEUTRALIDADE NA DECISÃO JUDICIAL “FURTO DE DUAS MELANCIAS”

Égina Glauce Santos Pereiraⁱ
Letícia Alves Vieiraⁱⁱ

Resumo: O discurso jurídico é construído a partir de processos argumentativos, e envolve relações de poder decorrentes dos papéis devidamente institucionalizados; principalmente a decisão judicial, tendo em vista que ela deve ser justificada. Atualmente, o discurso jurídico não se limita a argumentos dessa esfera, mas permite a aplicação de argumentos extrajurídicos. O *éthos*, o *páthos* e o *lógos* são mecanismos para se alcançar os objetivos perseguidos, e a análise da escolha dos argumentos permite identificá-los, cada um dentro de sua esfera, mas em conjunto como fios construtores da argumentação por tri-dimensão discursiva. Assim, propomos analisar, através da Retórica e da Argumentação, a decisão judicial que trata da manutenção ou não da prisão de dois indivíduos sobre o furto de duas melancias, no que se refere aos argumentos que a fundamentam, considerando-se os elementos dóxicos, os quais subsidiam os efeitos na decisão seja de imparcialidade, necessário em discursos decisórios, seja de neutralidade.

Palavras-chave: Discurso Jurídico. Decisão Judicial. Imparcialidade. Elementos Dóxicos.

Abstract: The juridical discourse is built upon argumentative processes and involves power relations that arise from duly institutionalized papers; mainly the judicial decision, considering that it must be justified. Nowadays, the juridical speech is not limited by arguments from that sphere, but allows the application of extralegal arguments. *Ethos*, *Pathos* and *Logos* are mechanisms used to reach the pursued objectives and the analysis of the choice of arguments allows us to identify them, each one in its own sphere, but also together, like wires that build argumentation through a discursive three-dimension. Then, we propose to analyze, through Rhetoric and Argumentation, the judicial decision that deals with the maintenance (or not) of the imprisonment of two individuals for stealing two watermelons, in terms of the arguments that underlie it, considering the doxic elements, which subsidize the effects of impartiality, necessary in decisive discourses, or of neutrality.

Keywords: Juridical Speech. Judicial Decision. Impartiality. Doxic Elements.

ⁱ Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: eginaglauce@gmail.com.

ⁱⁱ Doutoranda em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: leticia.alves@gmail.com.

Introdução

As decisões judiciais, atividades de julgamento, bem como outras peças processuais, são permeadas de valores, o que as posiciona como objeto de análise. O juiz necessita justificar suas escolhas na decisão judicial, o que é feito por argumentação, através de valores jurídicos ou extrajurídicos. Esses valores são denominados de elementos dóxicos por Amossy (2005; 2010), e podem aparecer de várias formas, tais como: opinião pública, verossimilhança, senso comum, *idée reçue*, estereótipo, cliché, que, ao subsidiar a decisão, atuarão sobre os sujeitos processuais e refletir-se-ão no mundo real, devido ao caráter performativo das decisões judiciais.

Para Bittar (2001), o discurso jurídico pode ser dividido segundo as peculiaridades discursivas em: **normativo**, com característica de poder-fazer-dever; **burocrático**, poder-fazer-fazer; **decisório**, poder-fazer-dever e **científico**, poder-fazer-saber¹. Tal classificação permite verificar que é o poder-fazer-dever que faz da decisão judicial performativa e a constitui como relação de poder, bem como a caracteriza como imparcial e neutra.

O presente artigo utiliza como objeto de análise a decisão judicial proferida no processo 124/03, de setembro de 2003, em Palmas (TO), na 3ª Vara Criminal, e cuja notoriedade ocorreu pelas peculiaridades estilísticas. Por isso, foi publicada em abril de 2004, e o seu conteúdo está relacionado à possibilidade ou não da manutenção da prisão de dois homens pelo furto de duas melancias.

Não se trata de uma sentença final, absolutória ou condenatória, mas mera atividade de decisão, ou seja, é uma decisão liminar² interlocutória³, que

¹ Segundo Bittar (2001), cada discurso jurídico teria uma função e características próprias. O **discurso normativo** é o discurso do legislador, cuja função é a regulamentação de condutas. O **discurso burocrático** é um texto posterior ao discurso normativo e anterior ao discurso decisório. Como exemplo, citam-se: discursos cartoriais e de repartições públicas etc. O **discurso decisório** pode ser exarado tanto pelo juiz quanto pela autoridade administrativa, e corresponde à prática textual jurídica capaz de criar, modificar, extinguir direitos ou situações jurídicas, bem como capaz de criar uma nova realidade. O **discurso científico** é fundamentalmente voltado para crítica e compreensão dos discursos jurídicos, portanto, não descreve condutas.

² É uma ordem judicial que tem como escopo resguardar direitos antes da discussão do mérito da causa. Ocorre no primeiro momento processual em que o juiz tenha contato com o procedimento. Para a concessão de liminar, é necessário demonstrar que a demora na decisão poderá acarretar eventuais danos ao direito, bem como a presença aparente de uma situação que ainda não foi inteiramente comprovada. No caso, o furto pode não gerar prisão por aplicação de pena alternativa. O caso de prisão, no procedimento criminal, automaticamente gera a necessidade de uma análise inicial, como no presente caso.

³ É o ato em que se decide questão incidental, sem dar uma solução final ao processo (característica esta da sentença). A questão incidente é uma pendência que deve ser examinada

definirá sobre a prisão ou não naquele momento, pois nada obsta que possa ser modificada. Essa modalidade decisória permitirá uma argumentação mais ampla para fundamentar as razões da decisão, não se limitando ao discurso de defesa e de acusação, inclusive pela inexistência da defesa no momento processual em que a decisão em análise é proferida.

Para colaborar com a análise, será também tomada como objeto uma notícia com comentário relatado, na qual o promotor de justiça⁴, que emitiu parecer nos autos, cuja intenção era manter a prisão dos acusados. O objetivo é resgatar as dimensões discursivas no procedimento, a fim de demonstrar a construção dos *éthe* do juiz e do promotor, bem como analisar a imparcialidade e a neutralidade.

Apesar de a decisão analisada ter peculiaridades estilísticas e procedimentais, poderá ser percebido que cumpriu os requisitos formais necessários a uma decisão liminar interlocutória. A aparência de não conformidade com esses requisitos são apenas efeitos retóricos, permitindo uma análise indutiva, na qual a conclusão terá uma abrangência maior que as premissas. Compreendemos, assim, que as explicações para os fenômenos surgem da observação dos fatos analisados.

Assim, buscamos demonstrar como os textos produzidos pelo promotor e pelo juiz permitem a construção de seus *éthe*, cuja argumentação produzida se torna opositiva, dialética⁵, buscando legitimá-los junto à sociedade. Procuraremos pôr em evidência como se dão alguns efeitos discursivos como o da imparcialidade e o da neutralidade. Verificamos que é pela *doxa* que o juiz busca construir os efeitos de imparcialidade e de neutralidade, com o fito de justificar a decisão em conformidade com o que a Constituição exige; e é também pela *doxa* que o promotor desenvolve sua argumentação.

A observação dos papéis, estabelecidos institucionalmente, permite a presente análise, pois os processos polifônicos e as vozes discursivas deveriam seguir determinadas regras que limitariam o uso dos argumentos. O não seguimento dessas regras gera um rompimento, o que é visível pela

como pressuposto para continuidade do procedimento. Ocorre sempre que a demora na decisão puder causar grave dano de difícil e incerta reparação à parte, o que se dá pela prisão (cerceamento da liberdade de ir e vir, direito fundamental).

⁴ Não se teve acesso ao parecer emitido pelo promotor no procedimento criminal.

⁵ Segundo Reboul (2000, p. 37), “a dialética constitui a parte argumentativa da retórica”.

observação da tri-dimensão argumentativa⁶, principalmente com a dimensão patêmica (*páthos*) e a dimensão da construção das imagens (de si e do outro) (*éthos*). A primeira “[...] relaciona-se à **mobilização das emoções com fins persuasivos**; emoções movidas por uma *visée*”. (LIMA, 2006, p. 117, grifo nosso), e a segunda:

[...] relaciona-se à idéia do *éthos* retórico, embora não se restrinja à construção da imagem de si no discurso. O outro – e a imagem que se constrói acerca dele – não se faz presente apenas como um destinatário ideal, mas, também, e, sobretudo, como um sujeito construído no discurso pelo enunciador” (LIMA, 2006, p. 117).

Ainda, segundo Lima (2006, p.117), “através dessa construção, o enunciador pode melhor erigir sua própria imagem e melhor persuadir seu auditório”. É o que observamos quanto às produções textuais do juiz e do promotor, cada qual buscando seus auditórios.

1 Processo polifônico: a construção das vozes

O presente artigo utiliza alguns conceitos de Polifonia. Segundo Ducrot (1980), a possibilidade de se fazerem exprimir diversas vozes pode levar a uma constituição da imagem de si e da pessoa com quem falamos. A identificação, mesmo que parcial, dos enunciadores (juiz e promotor) e dos destinatários (acusação, promotor, defesa, réus, defensores, juiz, sociedade, entre outros possíveis), decorre da compreensão do sentido do enunciado. A linguística fornece os meios para a compreensão, através das palavras, e, conseqüentemente, das frases, significações que obrigam a reconstituir os debates que se encontram dentro do discurso, bem como os valores inseridos nele.

Para Ducrot (1990), o sentido de um enunciado resultará na possibilidade de certo número de vozes em cena (pontos de vista); assim, o autor de um enunciado não se expressa diretamente, podendo um mesmo enunciado apresentar vários sujeitos com estatutos linguísticos diferentes: seja de sujeito empírico (autor real); de locutor (autor inscrito no enunciado); de enunciadador (origem do ponto de vista do enunciado).

⁶ Conforme Lima (2006, p. 117): “A terceira e última dimensão, nomeada de demonstrativa, direciona-se para um uso da linguagem sob as bases de uma racionalidade mais calculada, embora essa racionalidade se faça presente também nas outras dimensões. Ela toma como pressuposto o recurso às provas técnicas, tais como laudos, documentos, fotografias etc., bem como uma organização do discurso que pretende convencer.”

A institucionalização do discurso jurídico permite identificar os vários sujeitos possíveis. O locutor pode se assimilar a um dos enunciadores, representando-se por meio deste, quando toma uma atitude impositiva; ou pode simplesmente concordar com um enunciador; ou opor-se a ele, o que acontece no presente caso. Os locutores agem sobre os alocutários pelos discursos que lhes endereçam, e assumem essa função comunicativa quando tomam partido frente a diferentes representações que formam os discursos dos enunciadores. Dessa maneira, a relação entre o locutor e o enunciador configura o sentido do enunciado.

A polifonia existente na produção do discurso jurídico, oriunda dos lugares discursivos dos sujeitos processuais e da própria constituição do discurso, é proveniente da própria sociedade. Dessa forma, podem ser identificados os seguintes papéis: julgador, acusador e defensor. Cada um desses papéis desenvolverá uma voz: decisória, acusatória e defensoria, respectivamente, marcada pelos lugares (posicionamento) exigidos nessa modalidade discursiva.

A primeira irá se dar pelo juiz, designado para atuar nos autos e que produzirá a decisão revestida de um caráter performativo, com capacidade de alterar a situação jurídica de um sujeito qualquer - nesse caso, os acusados. Ela poderá ser considerada a “voz da justiça”, à qual está destinada o dever de fazer justiça às partes, ou “voz decisória”. Tal voz deverá ser imparcial e neutra, como já dito.

Os dois acusados-indiciados do furto das melancias também apresentam suas versões em momento oportuno, ou seja, são suas próprias vozes em defesa. Mas, também deverão constituir defensor/advogado para a defesa jurídica. Trata-se da “voz defensoria”, que será produzida pelos próprios acusados (voz defensoria direta) e personificada no defensor/advogado (voz defensoria indireta). A imparcialidade não é exigida e nem esperada, pois a construção de uma tese de defesa depende da tomada de posição, o que gerará o lugar de embate dialético e retórico no discurso jurídico.

O promotor constitui a “voz acusatória”, também conhecida como a “voz do povo”, assim denominada porque existe interesse da sociedade em punir os atos criminosos aos bens juridicamente protegidos desde que a sanção deixou de ser privada⁷. Deveria ser imparcial também, pois ao

⁷ Até o Século XVIII, vigorou a vingança privada. Quando cometido um crime, ocorria a reação da vítima, dos parentes e até do grupo social (tribo), normalmente, sem proporção à ofensa. Podia

representar o poder punitivo do Estado, deveria ter interesse em punir apenas o culpado da realização de ato delitivo⁸. Porém, no nosso sistema, o que observamos é a construção de um discurso também parcial, promovendo o embate de teses, aproximando-se de quando o sistema era realizado pelo sistema privado de persecução penal.

No caso em questão, a voz acusatória, ao apresentar suas razões, considera-as suficientes para a manutenção da prisão dos acusados, marcando o posicionamento teórico do promotor, demonstrando um *éthos* legalista. Caberia à voz decisória, então, decidir sobre a liberdade dos réus ou a manutenção de seu cárcere⁹, considerando os elementos processuais produzidos, e não construir uma tese de defesa. Nesse processo decisório, não há uma imparcialidade e muito menos uma neutralidade, pois, em vez de um discurso decisório, constrói-se um discurso defensivo, o que demonstra certa subversão nos papéis, quanto ao esperado, já que o papel do juiz é decidir e não defender ou acusar. A dialética desenvolve-se entre a decisão (voz decisória) e o parecer (voz acusatória).

As decisões, quanto à forma, além da justificação, em sua maioria, devem reportar o já dito no decorrer processual, é o chamado relatório¹⁰. Tal fato fica evidenciado na seguinte parte: “Trata-se de prisão em flagrante de S.R.R. e H.R.R., que foram detidos em virtude de suposto furto de duas melancias. Instado a se manifestar, o Senhor Promotor de Justiça opinou pela manutenção dos indiciados na prisão”¹¹. Podemos perceber a marcação da voz acusatória na expressão: “pela manutenção dos indiciados na prisão”, frisado pelo verbo “opinar”, que é emitir parecer, bem como na expressão “Instado a se manifestar [...]”.

No relatório, há um discurso indireto proferido em relação à voz acusatória, que permite reconhecer o seu posicionamento, mas não as razões

atingir não só o ofensor, mas todo o seu grupo. A falta de proporcionalidade era a regra, pois não existia um limite no revide à agressão.

⁸ Deveria apresentar os fatos e as provas, a fim de ser possível verificar a autoria e materialidade do crime na persecução penal.

⁹ A peça acusatória, a iniciadora do processo judicial, foi o Inquérito Policial que, nesse caso, ocorreu quando a prisão em flagrante aconteceu. O promotor é o enunciador que reproduz o papel do Estado em acusar e sancionar o indivíduo que agiu contrariamente à norma jurídica. O promotor de justiça é o representante do Estado, o acusador. Ainda há a voz dos acusados, produzida pelos próprios indiciados quando forem ouvidos em audiência, e a voz da defesa, que os representará em uma defesa técnica (jurídica). Todo esse processo é polifônico.

¹⁰ Processos propostos no Juizado Especial dispensam o relatório.

¹¹ Trecho da decisão (vide anexo 1).

que a geraram, existindo assim um apagamento quanto aos elementos que permitiriam reconhecer os fundamentos do parecer, cuja retomada somente pode ser reconstruída na entrevista concedida pelo promotor:

Ao verificar a legalidade do flagrante, manifestei-me pela manutenção de suas prisões com base na **evidência** dos mesmos serem vadios, considerando, ainda, os fatos dos **acusados não possuírem endereço certo, nem trabalho fixo** e, pouco se sabia **acerca de suas identidades, antecedentes criminais e policiais**, por conseguinte, se soltos certamente **não iriam comparecer aos demais atos** do processo, tampouco se **submeteriam à sentença penal condenatória**. Assim foi o meu entendimento.¹² (Grifo nosso)

Os argumentos proferidos aqui estão em conformidade com o direito, mas não são apresentados na decisão. Podemos dizer que a não retomada dos fundamentos do parecer gera um efeito de monofonia em relação à dialética processual, à dicotomia de teses, não se permitindo um enfileiramento de perspectivas, um debate proveniente da essência do discurso jurídico, ainda que haja polifonia quanto a outras vozes que o juiz insere ao fazer referência a Jesus, Buda, Gandhi e outros enunciadores, tanto para o conceito de polifonia de Ducrot, como para seus desdobramentos na Análise do Discurso. Então, somente a voz decisória e suas razões são apresentadas, o que reforça os argumentos justificatórios do juiz. O papel específico dos juízes, segundo Perelman (2004, p. 209), é: “dizer o direito – e não o criar – embora frequentemente a obrigação de julgar é imposta ao juiz, leva-o a completar a lei, a reinterpretá-la e a torná-la mais flexível” (SIC).

O apagamento da voz acusatória ao não enumerar suas razões jurídicas para a manutenção da prisão, permite ao juiz não ter que analisar a fundo a “questão de gênero, a questão de facto e a questão de nome” (MEYER, 2014, p. 40) pertinente ao discurso jurídico. A questão de nome envolve o problema de definição, pois é preciso definir o ato para saber se é crime ou não, ou qual o tipo de crime. O tipo criminal ora analisado é o furto “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel” (BRASIL, 1940), quanto à questão de nome parece não haver dúvidas. Porém, não se pode afirmar a mesma coisa a respeito da questão do fato, pois ao dizer que “[...] foram detidos em virtude do suposto furto de duas melancias”.¹³ (Grifo nosso), percebemos uma indefinição. Então, se o fato aconteceu ou não, ainda não está previamente definido, evidenciado pela palavra “suposto”. Mas, é sobre a questão de

¹² Trecho da notícia com comentário relatado (vide Anexo 2).

¹³ Trecho da decisão (vide Anexo 1).

gênero ou qualificação que há uma discussão proposta pelo juiz. É aqui que se analisa “o justo ou o injusto, o útil ou nocivo, e sempre que na generalidade seja necessário qualificar um facto e o nome está fora de questão” (CÍCERO apud MEYER, 2014, p. 40). Então, podemos perceber pelo posicionamento do juiz que se o crime realmente aconteceu, sua punição deve ser branda e sem prisão.

A palavra “injustiça”¹⁴ é utilizada para validar a não manutenção da prisão. Segundo Meyer (2014, p. 46), “[...] a conformidade com valores comuns, tal como as paixões [injustiça], está muitas vezes presente em argumentos que têm por fundamento a qualificação”.

Observamos que os pontos argumentativos da decisão são fixados pela qualificação através dos argumentos utilizados: discutir a situação do sistema carcerário, a política criminal e a política socioeconômica. Dessa forma, apesar de a decisão constituir uma defesa aos acusados, é uma defesa indireta que discute os fins da pena, os valores éticos, políticos e sociais, inclusive quando cita “o furto famélico”, “o princípio da insignificância ou bagatela”, “o princípio da intervenção mínima” etc. Assim, um discurso decisório propõe argumentações de defesa, e ainda que não diretamente aos fatos e aos sujeitos, a voz julgadora se transformou em voz defensoria, em uma defesa social. Com essa defesa social, o juiz não se expressa diretamente, podendo ser atribuídos vários sujeitos com estatutos linguísticos diferentes pelos argumentos apresentados (locutores), configurando a polifonia.

2 Fundamentação das decisões: elementos dóxicos

A decisão judicial tem como objetivo individualizar a aplicação de norma geral ao caso concreto, saindo do âmbito da hipótese, regulado por regras jurídicas próprias. É por isso que Habermas (1992, p. 32) afirma que:

Os sistemas jurídicos modernos não consistem apenas de normas de comportamento e de sanções, mas também de normas secundárias [...], **que servem para institucionalizar procedimentos de legislação, de jurisdição e administração. Esses procedimentos ligam as decisões com obrigações de fundamentações.** (Grifo nosso)

¹⁴ No trecho da decisão: “[...] a injustiça da prisão de um lavrador e de um auxiliar de serviços gerais em contraposição à liberdade dos engravatados que sonegam milhões dos cofres públicos” (vide Anexo 1).

Assim, a aplicação e a interpretação das normas receberão interferência direta de valores morais, éticos, sociais, religiosos, jurídicos etc., pois a fundamentação segue no sentido de justificação e a sociedade deverá partilhar desse processo decisório. Segundo Mendes (2012, p. 4):

Habermas e Perelman, no entanto, acreditam que o positivismo não oferece respostas aceitáveis aos atuais problemas jurídicos e que os limites impostos por eles devem ser revistos¹⁵.

Anteriormente, existia uma necessidade de as fundamentações terem validade jurídica, decorrente do Positivismo que vigorava (o Direito bastava em si mesmo pelas normas produzidas). Atualmente, “o próprio direito licencia e estimula uma dinâmica de fundamentação, que transcende, igualmente, o direito vigente, de um modo não determinado por este mesmo” (HABERMAS, 1992, p.64).

Assim, continua sendo necessário utilizar argumentos jurídicos para justificar as decisões, pois o discurso jurídico emana da aplicabilidade do discurso normativo, mas existem valores de outros segmentos inseridos nesse discurso, como na presente decisão. Ela se serve de argumentos não apenas jurídicos, mas também de extrajurídicos e/ou consequencialistas. O conceito de consequência não se restringe às implicações para as partes processuais e ao valor da utilidade, mas alcança as consequências da norma em que se baseia a decisão e outros valores como justiça, conveniência pública e senso comum.

Então, a retórica é o elemento chave para se analisar esse processo argumentativo (MACCORMICK, 1978). Justiça, conveniência pública e senso comum são valores (*doxa*) retomados pelo juiz para justificar sua decisão e gerar os efeitos de imparcialidade e de neutralidade, oriundos da questão de qualificação no discurso jurídico.

2.1 Efeitos de imparcialidade e de neutralidade

O juiz, por força de seu dever de imparcialidade, deve se colocar entre as partes, mas equidistante delas: ouvindo uma, não pode deixar de ouvir a outra; somente assim se dará às partes a possibilidade de expor suas razões,

¹⁵ Tradução nossa. No original: Habermas and Perelman, however, believe that positivism does not offer acceptable answers to current juridical problems and that the limits imposed by it should be revised.

de apresentar suas provas, de influir sobre o convencimento. Somente pela soma da parcialidade das partes (uma representando a tese e a outra, a *antítese*), o juiz pode corporificar a *síntese*, em um processo dialético. Então, os argumentos da decisão devem se validar processualmente e, apesar de poderem ser consolidados como posicionamento do juiz, esses argumentos deverão ser provenientes das perspectivas do direito e das teses apresentadas. A imparcialidade é uma garantia procedimental.

Já a neutralidade deveria permitir que o juiz se abstraísse totalmente de suas experiências de vida, paixões e crenças (sejam ideológicas, filosóficas ou espirituais) no desempenho de suas atividades cotidianas. Assim, a parcialidade e a imparcialidade são possíveis pelos efeitos discursivos, tendo em vista a impossibilidade de se excluir o sujeito do processo decisório, a subjetividade não pode ser excluída da produção linguística do sujeito, mas o efeito de neutralidade e de imparcialidade surge quando o juiz fundamenta a decisão em elementos apresentados pela defesa e pela acusação, bem como possíveis no ordenamento jurídico, permitindo a paridade de armas entre eles, ou seja, o mesmo acesso processual de exposição e de informação, que poderão formar seu "livre convencimento" e convicção.

Segundo MacCormick (2006, p. XI): "Os juízes deverão decidir entre essas posições opostas e em certa medida decidir prestar conta de suas decisões, a fim de justificá-las nos moldes da ordem jurídica proposta". É aqui que se fundamentam a imparcialidade e a neutralidade. É seu dever justificar as escolhas feitas na decisão. O ato de decidir é defender um ou outro ponto de vista apresentado pela acusação ou pela defesa, observando-se certas regras. Cada personagem deverá se posicionar entre defesa, acusação e julgamento. Ultrapassar limites entre esses papéis, principalmente o de julgamento, possibilitará a quebra da imparcialidade e da neutralidade.

A questão procedimental no discurso jurídico é o elemento principal na construção desses efeitos, pois, mesmo que nenhum texto possa ser construído sem subjetividade, as marcas podem ser apagadas, na expectativa de se construir uma imparcialidade e uma neutralidade, na decisão, considerando os papéis processuais. Observamos ainda que, na construção textual realizada pela acusação e pela defesa, tanto a imparcialidade quanto a neutralidade não são exigidas, já os textos serão construídos por argumentos, normalmente antagônicos.

Salientamos que, para Ducrot (1980; 1990), a base da argumentação é fator essencial para a apreensão do enunciado, sendo que esse sentido está inscrito na língua. Então, a argumentação produz uma subjetividade inevitável, pois o locutor expressa seu ponto de vista no discurso rompendo com o caráter objetivo da linguagem.

Busca-se construir a imparcialidade no discurso decisório pela utilização de argumentos sociais, compartilhados por todo um grupo social (*doxa*), fundando-se na noção de que a prisão não atenderia aos seus fins, ou que a questão criminal envolve problemas sociais e econômicos, mal resolvidos pelos governos: “Poderia aproveitar para fazer um discurso contra a situação econômica brasileira, que mantém 95% da população sobrevivendo com o mínimo necessário”¹⁶. Mas essa imparcialidade prejudica a neutralidade, pois se constrói pelos valores pessoais.

No campo jurídico, os valores interferem em todas as argumentações, “Recorre-se a eles para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 84). Dessa forma, o juiz busca motivar o auditório à adesão às suas razões, citando teorias jurídicas que têm como subsídio elementos de outras ordens (social, econômica, criminológica), demarcando um espaço discursivo em busca da aprovação, mas em um discurso defensivo (parcial e não neutro).

Nesse espaço, discute-se o papel da pena, sua função, o sistema carcerário brasileiro, segundo crenças e valores jurídicos e sociais, promovendo uma defesa indireta, inclusive, por teorias jurídicas citadas: “[...] o Direito Natural, o princípio da insignificância ou bagatela, o princípio da intervenção mínima, os princípios do chamado Direito alternativo, o furto famélico [...]”¹⁷. A neutralidade se perde nesse processo, mesmo buscado uma imparcialidade pela *doxa*. O direito é capaz de adaptar-se aos valores considerados prioritários pelo juiz, mas segundo Perelman (2004), a função do juiz é conciliar os valores às leis e às instituições estabelecidas, pondo em evidência não apenas a legalidade, mas também o caráter razoável e aceitável de suas decisões.

¹⁶ Trecho da decisão (vide Anexo 1).

¹⁷ Trecho da decisão (vide Anexo 1).

Nessa função, o juiz não deveria infringir seu papel, mas no presente caso, apagando as razões da voz acusatória, e fundamentando sua decisão nos argumentos escolhidos, é o que faz. Quando diz que a “injustiça da prisão de um lavrador e de um auxiliar de serviços gerais em contraposição à liberdade dos engravatados que sonegam milhões dos cofres públicos”¹⁸, o juiz argumenta por comparação ou símile, criando estereótipos, aproximando dois elementos realçados por sua semelhança, ambos são crimes e deveriam ter o mesmo tratamento, mas realça a diferença pelo tratamento concedido pelo sistema: prisão x liberdade. O próprio promotor reforça esse argumento ao dizer que:

Sob o discurso de falência do Estado, no que tange à segurança pública, com ênfase na questão penitenciária, **não se pode deixar de prender quem pratica crime**, pois senão, estar-se-á correndo risco de imperar entre os criminosos a certeza da impunidade, de consequência, tal fato se transformaria num incentivo necessário para que pratiquem novos delitos. **Em certos casos esta certeza já impera, mormente nos delitos de colarinho branco e do crime organizado**¹⁹. (Grifo nosso) (SIC)

Assim, evidenciamos uma ordem de grandezas em relação aos delitos, quanto ao mal que geram na sociedade, já que “Poderia sustentar que duas melancias não enriquecem nem empobrecem ninguém”²⁰. Tais argumentos permitem recuperar o dito popular, no silogismo retórico (entimema): “quem vai para a cadeia é o pobre [...]” (senso comum), argumento da ordem do *páthos*. A utilização de valores comuns nesse caso encontra-se na qualificação, no sentido, na interpretação, como afirmado por Meyer (2014). Já que, como todo entimema, esse contém pelo menos uma premissa não explícita, subentendida ou oculta, que se recupera no argumento em questão: “a injustiça da prisão de um lavrador e de um auxiliar de serviços gerais”. Para Barthes (2001, p. 58), “[...] o entimema é um silogismo retórico, desenvolvido unicamente no nível do público (como se diz: colocar-se no nível de alguém), a partir do provável, isto é, a partir daquilo que o público pensa [...]”, os elementos do dito popular são recuperáveis na decisão.

O *éthos* do juiz é revelado nos argumentos jurídicos e extrajurídicos/consequencialistas²¹, pelo quais é possível reconstruir

¹⁸ Trecho da decisão (vide Anexo 1).

¹⁹ Trecho da notícia com comentário relatado (vide Anexo 2).

²⁰ Trecho da decisão (vide Anexo 1).

²¹ São valores utilizados que alcançam as consequências da norma em que se baseia a decisão e outros valores como: justiça, conveniência pública e senso comum.

discursivamente suas crenças, seus valores, que são compartilhados socialmente por um grupo de pessoas na sociedade. São elementos dóxicos, no sentido de Amossy (2005), pois:

[...] a importância atribuída ao auditório acarreta naturalmente a insistência no conjunto de valores, de evidências, de crenças, fora dos quais todo diálogo se revelaria impossível; em outras palavras, conduz a uma *doxa* comum. É mediante um trabalho sobre a *doxa* que o orador tenta fazer seu interlocutor partilhar seus pontos de vista. [...] (AMOSSY, 2005, p. 123, grifo nosso)

Tudo isso resgata a noção de polifonia no discurso, que, como dito, é essencial nos papéis e suas vozes são desenvolvidas no processo discursivo, seja na decisão judicial, seja na entrevista, ressaltando-se o efeito de monofonia produzido no relatório pelo “apagamento” das razões da voz acusatória.

Observando-se os requisitos de neutralidade e de imparcialidade, o pensamento de Perelman (2004, p. 220) contribui, pois:

Nunca se deve perder de vista que o juiz, ao redigir uma sentença, **não tem de exprimir uma opinião estritamente pessoal**. Se sua íntima convicção lhe permite considerar como estabelecidos os fatos, estando conforme as prescrições da lei, o procedimento concernente aos meios de provas – mais ainda, **é necessário que essa convicção não pareça ser desarrazoada -, a qualificação dos fatos e as consequências jurídicas que deles extrai devem corresponder a uma opinião comum, de fato ou de direito**. É necessário que a motivação da decisão demonstre suficientemente **que esta é conforme o direito em vigor, tal como é entendido pelas instâncias superiores e pela opinião dos juristas qualificados**. (Grifo nosso)

Esses elementos são utilizados pelo juiz através da *doxa*, que se apresenta para a construção de um efeito de imparcialidade, mas sem a neutralidade, já que o texto produz um discurso imbricado de posicionamentos pessoais do juiz, mas com valores compartilhados juridicamente (teorias jurídicas) (*endoxa*) e socialmente (*doxa*)²², enquanto elementos dóxicos.

Podemos perceber que os valores possibilitam a construção dos *éthe* dos sujeitos do procedimento (jugador, acusador, defensor e acusados), pelas escolhas dos elementos dóxicos utilizados para subsidiar os posicionamentos na decisão judicial e na entrevista.

²² Verifica-se uma diferença entre o que Platão tratava por *doxa* e o que Aristóteles entendia por *endoxa*. Esta representava uma opinião, um conhecimento comum, porém, apenas a uma parcela da sociedade (elite), enquanto a primeira é compreendida como uma opinião, um conhecimento comum partilhado pela maioria das pessoas que compõem uma sociedade.

3 Dimensões discursivas (provas retóricas) e argumentos motivacionais

No pensamento aristotélico, o *éthos* seria uma das provas que constituiriam o discurso argumentativo, acompanhado do *lógos* (argumentos) e do *páthos* (paixões). Para a última, pelas dimensões discursivas, mobilizam-se as emoções com fins persuasivos, juntamente com a primeira na construção da imagem de si no discurso, mas também do outro “como um sujeito construído no discurso pelo enunciador”. (LIMA, 2006, p. 117). Assim, não seria apenas para causar uma boa impressão no auditório, mas aquele que se manifesta pela linguagem também vem marcado por um *éthos* compartilhado com aqueles para os quais os argumentos (*lógos*) são construídos (dimensão demonstrativa), tornando-se reflexo de seu auditório e *vice-versa*. A organização do discurso e as escolhas dos elementos *dóxicos* fazem parte desse *lógos*, dessa dimensão demonstrativa, que pretende convencer.

Os valores partilhados social e juridicamente são os elementos constitutivos desse discurso e do lugar onde enunciador e auditório se reconhecem enquanto sujeitos. Há uma importância nesse conjunto de valores, de evidências, de crenças, sem o qual todo diálogo jurídico não poderia acontecer, ou seja, o discurso deve pautar-se por uma *doxa* comum, pela qual se busca a adesão pelo compartilhamento de pontos de vista. Os argumentos que ancoram o discurso jurídico devem satisfazer tanto o público geral (a sociedade, pela *doxa*) quanto o público específico (*endoxa*) e, por isso, devem concentrar tanto elementos jurídicos como extrajurídicos. No campo dos últimos, temos:

Poderia aproveitar para fazer um discurso contra a situação econômica brasileira, que mantém 95% da população sobrevivendo com o mínimo necessário.

Poderia brandir minha ira contra os neo-liberais, o consenso de Washington, a cartilha demagógica da esquerda, a utopia do socialismo, a colonização europeia.

Poderia dizer que George Bush joga milhões de dólares em bombas na cabeça dos iraquianos, enquanto bilhões de seres humanos passam fome pela Terra [...] ²³.

²³ Trechos da decisão (vide Anexo 1).

O juiz parece utilizar as esferas de atividade da sociedade moderna democrática, pois para Meyer (2010), o *éthos*, o *páthos* e o *lógos* correspondem às três esferas respectivamente: ao direito, que garante a identidade de si (portanto, dos seres que podem dizer Eu); à política, que regula as oposições, as paixões, as lutas relacionadas ao outro, e, portanto, o quadro comum da convivência; à economia, que designa as relações das coisas e das profissões que permitem tirar os ganhos. Ao utilizar argumentos extrajurídicos, podemos identificar, principalmente, as esferas política e econômica, que estimulam o *páthos*, pois os valores que unem o juiz ao seu auditório são os que negam a distância como a generosidade e a compaixão. No presente caso, isso é feito através dos elementos referentes à função da pena e à condição econômica da população brasileira sobrevivendo com o mínimo necessário, ao mesmo tempo em que permite a construção do *éthos* do juiz.

Dessa forma, a justificativa na decisão judicial negocia a distância entre a sociedade e os acusados, transmitindo cumplicidade, entendimento (compreensão) da problemática que se apresenta (valores econômicos, sociais, mais do que jurídicos). Pois, para Meyer (2010), a argumentação se revela um jogo formal, cujos conteúdos devem ser alimentados por argumentos aceitáveis, visando aos problemas que envolvem o auditório. Por isso, a utilização dos elementos dóxicos (senso comum).

A pergunta “Cadê a justiça no mundo?”²⁴ permite uma reconstrução, pois é feita após o apontamento de todos os argumentos formulados. Percebemos a figura retórica conhecida como ‘pergunta retórica’²⁵, o que faz parte da dimensão demonstrativa. Quem lê a pergunta, já tem uma resposta prévia formulada pelo senso comum. O objetivo do juiz é causar um impacto e, com isso, persuadir o auditório, para tanto, utiliza-se das figuras, que, segundo Perelman (1993, p. 58), podem ser argumentativas quando o uso implicar mudança de perspectiva normal na situação sugerida, “[...] se o discurso não implica a adesão do auditório a figura será recebida como ornamento, figura de estilo, permanecendo ineficaz como meio de persuasão”.

²⁴ Trecho da decisão (vide Anexo 1).

²⁵ Uma pergunta retórica é uma pergunta que nem sempre exige uma resposta. Busca-se, na maioria das vezes, enfatizar um ponto de vista.

Há implícita a busca da adesão e da mudança de perspectiva, assim, percebemos claramente que não é mera figura de estilo²⁶. Aliás, as figuras retóricas analisadas foram utilizadas dessa forma tanto pelo juiz quanto pelo promotor, que podem ser elementos para construir os *éthe*.

Os argumentos jurídicos: “o Direito Natural, o princípio da insignificância ou bagatela, o princípio da intervenção mínima, os princípios do chamado Direito alternativo, o furto famélico”²⁷, indicam teorias completas e complexas. Devemos ressaltar, no entanto, que todas as teorias indicadas são oriundas de uma orientação principiológica do Direito relacionada ao garantismo constitucional, a um Direito Penal mínimo, demonstrando assim a concepção valorativa do juiz, resguardando-se os direitos individuais dos indiciados em contrapartida com a sociedade e seus direitos²⁸. Essa é a leitura do *éthos* do juiz.

A legalidade é o principal elemento para a construção do *éthos* do promotor, mesmo que a argumentação nesse tópico seja da ordem do *páthos*:

[...] manifestação favorável à manutenção deles na prisão ao fato do caso em tela se encaixar perfeitamente naqueles em que a lei veda a liberdade provisória, e, também, por achar que a liberdade dos mesmos traria maiores transtornos à sociedade do que deixá-los onde estavam²⁹. (Grifos nossos).

Segundo Meyer (2007, p. 36):

[...] o *éthos* refere-se ao *páthos* e ao *lógos*, atestando **valor moral** em uma relação com o outro, ou em sua gestão das coisas, mas também no **modo de conduzir a própria vida, pela escolha dos meios** (o aspecto social, os costumes, a prudência, a coragem etc.) e **dos fins** (a justiça, a felicidade, o prazer etc.) (Grifo nosso)

É possível ler, pelos argumentos produzidos na decisão e na notícia com comentário relatado, a noção de justiça a ser construída em cada um dos discursos pelos auditórios que se constituem. Segundo Meyer (2014, p. 27), “a retórica é a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema. Este problema tanto pode uni-los como opô-los,

²⁶ Não é objetivo do presente artigo analisar a recepção.

²⁷ Trecho da decisão (vide Anexo 1).

²⁸ Nessa posição, busca-se reduzir a introdução de indivíduos no sistema carcerário, deixando este para sujeitos que cometeram delitos mais graves, aplicando-se inclusive penas alternativas. Essas teorias visam a estabelecer critérios de racionalidade para aplicação do direito Penal na qual a defesa social não esteja acima dos direitos individuais.

²⁹ Trecho da notícia com comentário relatado (vide Anexo 2).

mas os reenvia sempre para uma alternativa". É essa oposição que observamos claramente nas enunciações produzidas. O promotor, no seu papel de acusador, pela letra da lei, e o juiz, assumindo, de certa forma, o papel da defesa, usando de menos coerção jurídica e de mais fator social, mas ambos aplicando a *doxa* e a *endoxa* para conquistar seus objetivos.

4 Considerações finais

Como visto, a polifonia é característica do discurso jurídico e permite as vozes em sua construção: voz acusatória, voz defensoria e voz julgadora. Observamos uma construção dialética entre a voz decisória e a voz acusatória, possibilitando afirmar que ocorreu uma infração entre os lugares permitidos institucionalmente, o que prejudica a neutralidade e a imparcialidade na decisão, ainda que sejam buscadas como efeitos pelos argumentos extrajurídicos e jurídicos (elementos dóxicos).

A infração ocorre, pois a voz acusatória e a voz defensoria deveriam ser parciais, adjetivo característico do papel desempenhado por discursos de oposição/contraditórios, mas isso não é o esperado da voz decisória, que deveria ser imparcial e neutra. O papel desenvolvido pela voz acusatória encontra-se em conformidade com o esperado no sistema jurídico.

Os papéis sociais possibilitam a construção dos *éthe* dos personagens (o promotor e o juiz), e o embate dialético também contribui, inclusive porque os argumentos utilizados são da ordem do *páthos*, vislumbramos assim essas dimensões discursivas. Então, tanto na decisão como na entrevista, mesmo com a inversão de perspectiva no procedimento, entre decisão e defesa, a *doxa* foi o ponto de encontro na oposição, pois tanto o juiz quanto o promotor utilizaram o senso comum com o fim de buscar a adesão da sociedade e dos seus pares, na tentativa de legitimarem seus posicionamentos, por argumentos jurídicos (*endoxa*) e extrajurídicos (*doxa*). A dimensão demonstrativa também se faz presente nos argumentos utilizados com o fito de adesão dos enunciadores.

Assim, tanto o juiz quanto o promotor buscam construir efeitos de imparcialidade ao se utilizarem do senso comum (elementos dóxicos), mas não se mostram neutros, pois ao escolherem os elementos, assumem posições discursivas. Então, a construção do *éthos* do juiz e do *éthos* do

promotor deve ser analisada no mesmo processo de construção da imparcialidade e da neutralidade no procedimento.

As duas produções revestem-se de características retóricas e geram o embate dialético, contendo valores morais, sociais, econômicos, jurídicos e filosóficos, como perspectiva para conquistar a adesão do público (da sociedade ou do universo jurídico) à tese defendida por cada uma das partes, subsidiando-se com figuras retóricas para a consecução dos fins desejados. Para um discurso decisório, é subversiva a constituição desse embate dialético entre voz decisória e voz acusatória. Mas, devido à modalidade (decisão interlocutória e liminar), é perfeitamente aceitável a inversão do papel, considerando o momento processual de sua prolação.

Referências

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz et al. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **L' argumentation dans le discours**. Discours politique, littérature d'idées, fiction. 3.éd. Paris: Nathan, 2010.

ARISTÓTELES. **A arte retórica e a arte poética**. São Paulo: Difusão Européia, 1982.

BARTHES, Roland. **A aventura semiótica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. In: **Vade mecum**. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: **Vade Mecum**. São Paulo: Saraiva, 2014.

CONJUR - Consultório Jurídico. **Fruto Proibido**: Juiz manda soltar homens acusados de roubar melancia. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2004-abr-02/juiz_manda_soltar_homens_acusados_roubar_melancia>. Acesso em: 8 jun. 2014.

COSSO, Roberto. **Promotor defende prisão de dois ladrões de melancias**. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/40454/promotor+defende+prisao+de+dois+ladros+de+melancias.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

PEREIRA, Égina Glauce Santos; VIEIRA, Letícia Alves. Efeitos de imparcialidade e de neutralidade na decisão judicial "Furto de duas melancias". **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p.111-133, jun.2015.

DUCROT, Oswald. Analyse de texts et linguistique de l'énonciation. In: _____ et al. **Les mots du discours** (en collaboration). Paris: Les Éditions de Minuit, 1980. p. 7-56.

_____. **Polifonia y argumentación**. Conferencias del seminário teoria de la argumentacion y analisis del discurso. 1 ed. Cali: Universidad del Valle, 1990.

HABERMAS, Jünger. **Direito e moral**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. **Na tessitura do processo penal: a argumentação no Tribunal do Júri**. 2006. 263 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

_____. Figurações de poder e emoção em um processo penal: uma análise do boletim de ocorrência. In: EMEDIATO, Wander; LARA, Gláucia Muniz Proença (Org.). **Análises do discurso hoje**. vol. 4. Rio de Janeiro: Lucerna, 2011.

MACCORMICK, Neil. **Argumentação jurídica e teoria do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MENDES, Eliana Amarante de Mendonça. The Role of Argumentation in the Brazilian Supreme Court. **Revista Iberoamericana de Argumentación**, Madrid, n. 4, p. 1-15, 2012.

MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Principia Rhetorica**: Une théorie générale de l'argumentation. Paris: PUF, 2010.

_____. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Lisboa: Edições 70, 2014.

PERELMAN, Chäim. **Império Retórico**. Porto: Edição Asa, 1993.

_____. **Ética e Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Lógica jurídica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Emantina Galeão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Anexos

Anexo 1 – Transcrição da Decisão Judicial

FRUTO PROIBIDO

Juiz manda soltar homens acusados de roubar melancia

2 de abril de 2004, 11h46

Duas melancias. Dois homens que roubaram as frutas. Um promotor, uma prisão. E vários motivos encontrados pelo juiz Rafael Gonçalves de Paula da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas, no Tocantins, para mandar soltar os indiciados. “Poderia sustentar que duas melancias não enriquecem nem empobrecem ninguém; poderia aproveitar para fazer um discurso contra a situação econômica brasileira, que mantém 95% da população sobrevivendo com o mínimo necessário”, argumenta o juiz. Outras razões também são usadas pelo juiz, que ao final da sentença decide pela liberdade dos acusados “em total desprezo às normas técnicas: não vou apontar nenhum desses fundamentos como razão de decidir”. (com informações do Espaço Vital)

Leia decisão na íntegra

Decisão proferida pelo juiz R.G. de P. nos autos nº 124/03 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO:

DECISÃO

Trata-se de auto de prisão em flagrante de S.R.R. e H.R.R., que foram detidos em virtude do suposto furto de duas melancias. Instado a se manifestar, o Sr. Promotor de Justiça opinou pela manutenção dos indiciados na prisão.

Para conceder a liberdade aos indiciados, eu poderia invocar inúmeros fundamentos: os ensinamentos de Jesus Cristo, Buda e Ghandi, o Direito Natural, o princípio da insignificância ou bagatela, o princípio da intervenção mínima, os princípios do chamado Direito alternativo, o furto famélico, a injustiça da prisão de um lavrador e de um auxiliar de serviços gerais em contraposição à liberdade dos engravatados que sonegam milhões dos cofres públicos, o risco de se colocar os indiciados na Universidade do Crime (o sistema penitenciário nacional). Poderia sustentar que duas melancias não enriquecem nem empobrecem ninguém. Poderia aproveitar para fazer um discurso contra a situação econômica brasileira, que mantém 95% da população sobrevivendo com o mínimo necessário. Poderia brandir minha ira contra os neo-liberais, o consenso de Washington, a cartilha demagógica da esquerda, a utopia do socialismo, a colonização européia.

Poderia dizer que George Bush joga bilhões de dólares em bombas na cabeça dos iraquianos, enquanto bilhões de seres humanos passam fome pela Terra - e aí, cadê a Justiça nesse mundo? Poderia mesmo admitir minha mediocridade por não saber argumentar diante de tamanha obviedade. Tantas são as possibilidades que ousarei agir em total desprezo às normas técnicas: não vou apontar nenhum desses fundamentos como razão de decidir.

Simplesmente mandarei soltar os indiciados.

Quem quiser que escolha o motivo.

Expeçam-se os alvarás. Intimem-se

Palmas - TO, 05 de setembro de 2003.

Rafael Gonçalves de Paula

Juiz de Direito

Fonte: Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2004-abr-02/juiz_manda_soltar_homens_acusados_roubar_melancia>. Acesso em: 14 abr 2014.

Anexo 2 – Transcrição da notícia com comentário relatado do promotor Adriano Neves

PROMOTOR DEFENDE PRISÃO DE DOIS LADRÕES DE MELANCIAS - Roberto Cosso - 06/04/2004

O promotor de Justiça A.C.P. das N., 33 anos, da Comarca de Palmas (TO), defende a manutenção da prisão em flagrante de pessoas acusadas da prática de pequenos furtos, como o de duas melancias. Em setembro do ano passado, o juiz R.G. de P., da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas, mandou soltar S.R.R. e H. R.R., um lavrador e de um auxiliar de serviços gerais, que haviam sido presos em flagrante em virtude do suposto furto de duas melancias.

Em decisão pouco ortodoxa, proferida no processo nº 124/03, o juiz, após listar uma série de possibilidades para fundamentar a soltura dos acusados, optou por “agir em total desprezo às normas técnicas” e não apontou nenhum deles: simplesmente mandou soltar os acusados e deixou que “quem quiser que escolha o motivo”. O promotor A.N., que havia opinado pela manutenção dos indiciados na prisão, foi procurado pela reportagem de **Última Instância** para justificar seu posicionamento. Concedeu uma entrevista na quinta-feira e, depois, enviou um texto à Redação, transcrito na íntegra a seguir.

Breves comentários acerca do furto de duas melancias, fato ocorrido em Palmas (TO)

Tratavam os autos de flagrante onde S. R. R. e H. R. R. foram detidos pela prática de crime de furto de duas melancias, cujos autos vieram com vistas a este representante do Ministério Público.

Ao verificar a legalidade do flagrante, manifestei-me pela manutenção de suas prisões com base na evidência dos mesmos serem vadios, considerando, ainda, os fatos dos acusados não possuírem endereço certo, nem trabalho fixo e, pouco se sabia acerca de suas identidades, antecedentes criminais e policiais, por conseguinte, se soltos certamente não iriam comparecer aos demais atos do processo, tampouco se submeteriam à sentença penal condenatória. Assim foi o meu entendimento.

Outrossim, deveu-se tal manifestação favorável à manutenção deles na prisão ao fato do caso em tela se encaixar perfeitamente naqueles em que a lei veda a liberdade provisória, e, também, por achar que a liberdade dos mesmos traria maiores transtornos à sociedade do que deixá-los onde estavam. O interesse maior, neste posicionamento pouco flexível, é o de acautelar a sociedade de elementos nocivos, daqueles que insistem ou iniciam na vida marginal. Um criminoso que é tirado de circulação, em tese, deixará de molestar o cidadão comum (não vale para o crime organizado).

Sob o discurso de falência do Estado, no que tange à segurança pública, com ênfase na questão penitenciária, não se pode deixar de prender quem pratica crime, pois senão, estar-se-á correndo risco de imperar entre os criminosos a certeza da impunidade, de conseqüência, tal fato se transformaria num incentivo necessário para que pratiquem novos delitos. Em certos casos esta certeza já impera, mormente nos delitos de colarinho branco e do crime organizado.

Hoje, o cidadão comum, honesto, cumpridor de suas obrigações, como você e eu, nada mais é do que um refém na mão dos marginais que campeiam livres afrontando a tudo e a todos, sem sequer terem o mínimo receio de sofrerem um mal justo pelo injusto que praticam contra nós. É exatamente neste contexto que a prisão serve, se não demover o criminoso da idéia de levar uma vida marginal, ao menos, a sociedade estará livre de sua ação por um tempo. É certo afirmar que tal medida não resolve o problema da criminalidade, mas, também, é certo afirmar que acalanta um pouco quem vive sofrendo com a ação dos criminosos ao saber que seu algoz está

devidamente encarcerado. Este fato, como é consabido, é o que representa o senso de justiça do cidadão comum, ou seja, praticou um crime, então que se prenda o seu autor. Por outro lado, só entendo como medidas eficazes para o combate da criminalidade o investimento maciço em educação e uma melhor distribuição de renda em nosso país. Cidadãos educados, cômicos de seus direitos e suas obrigações aliados a uma distribuição de renda equilibrada, certamente se converterão em melhores oportunidades para todos, maior desenvolvimento de nosso país e, de conseqüência, baixo nível de criminalidade. Se em todo caso o entendimento é de que cadeia não é para bandido, então que se enjaule os honestos, pois assim, quem sabe, tenhamos mais segurança. É notório que hoje está mais violento do que ontem e amanhã será mais violento do que hoje. O que restará para nossos filhos e netos?

Com relação ao caso concreto, entendo que mesmo sendo produto de pequena monta, uma ação eficaz e enérgica poderá servir de desestímulo à prática de outros delitos. Donde, o contrário, poderá significar a primeira dobra do fio para se formar um novelo, o primeiro dia do resto de sua vida na vereda marginal. Não quero aqui tecer comentários acerca da decisão proferida pelo digno magistrado Rafael G. de Paula, porquanto, só officiei nos autos por estar substituindo o promotor de Justiça titular da Promotoria que oficia junto à 3ª Vara Criminal desta Capital, donde originou-se referida decisão. Mas, com relação ao magistrado, conheço-o pessoalmente, podendo afirmar que é uma pessoa brilhante, cultor do direito, determinado e dedicado à árdua tarefa de ser julgador. Grato pela oportunidade.

A.N., promotor de Justiça.

Fonte: Sítio eletrônico "Última Instância", hospedado no Portal UOL. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/40454/promotor+defende+prisao+de+d+ois+ladros+de+melancias.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

O CASO “HOPE ENSINA”: A QUESTÃO DO CONTRATO E OS PARÂMETROS DE PRÉ-VALIDAÇÃO

Karina Nogueira Druve Novaisⁱ
Maira Guimarãesⁱⁱ

Resumo: Neste artigo, buscamos analisar um caso de rejeição de um discurso publicitário no que diz respeito às estratégias de captação utilizadas pela instância de produção. Nosso intuito é o de discutir a questão do contrato e dos parâmetros de pré-validação em situações monolotivas, por meio da campanha “Hope Ensina”, uma vez que ela retrata um imaginário sociodiscursivo não reconhecido – e questionado – pela instância de recepção. Analisando o *corpus* selecionado, bem como sua repercussão na e pela instância de recepção, pudemos observar que os alicerces que fundamentam a polêmica gerada pela campanha se pautam, principalmente, na questão do processo de pré-validação das esferas referentes ao parâmetro axiológico. Para sustentarmos nossa análise, pautamo-nos nos estudos de Ghiglione (1984), Emediato (2007), Charaudeau (2008) e Jeanneret & Patrin-Leclère (2012) acerca da noção do contrato de comunicação e dos parâmetros de pré-validação.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Publicidade. Contrato de comunicação. Parâmetros de pré-validação.

Abstract: In this paper, we analyze a case of rejection of an advertising campaign in regard to the captation strategies used by the instance of production. Our intention is to discuss the issues of contract and pre-validation parameters in monolotive situations through the "Hope teaches" campaign, since it portrays a socio-discursive imaginary unrecognized - and questioned - by the instance of reception. Analyzing the selected *corpus*, as well as its repercussion on and by the instance of reception, we could observe that the foundations underlying the controversy generated by the campaign are guided mainly by the process of pre-validation of the spheres related to the axiological parameter. To sustain our analysis, we draw upon the studies conducted by Ghiglione (1984), Emediato (2007), Charaudeau (2008) and Jeanneret & Patrin-Leclere (2012) about the notion of contract of communication and of pre-validation parameters.

Keywords: Discourse Analysis. Advertising. Contract of Communication. Pre-validation Parameters.

ⁱ Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: karinadruve@yahoo.com.br.

ⁱⁱ Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: mairaninabh@hotmail.com.

Introdução

Na contemporaneidade, a publicidade é um dos gêneros com o qual mais temos contato em nosso cotidiano – o que, provavelmente, explica a frequente presença do discurso publicitário como tema central em artigos, dissertações e teses. Devido à importância de tal gênero para a economia de uma sociedade, julgamos conveniente apontar a relevância de estudos que tratem da verificação de valores, representações e ideologias presentes tanto nas campanhas publicitárias quanto na sociedade em que veicula.

Ao contrário das primeiras publicidades, o discurso publicitário atual apresenta uma extensão menor no que diz respeito à quantidade de recursos verbais. O que observamos, na maioria dos casos, é a tendência de uma *cultura da imagem*. Atualmente, a imagem não é utilizada apenas como um elemento de distração e ilustração. De acordo com Adam e Bonhomme (1997), a partir de 1930, a imagem adquiriu sua plena dimensão e passou a competir semiologicamente com o texto, desempenhando um papel fundamental no processo persuasivo. Nesse sentido, em alguns casos, o consumidor pode ser seduzido a adquirir o produto anunciado mais pelo que ele vê do que pelo que ele lê. Daí a importância em escolher a melhor imagem, o melhor ângulo, a melhor iluminação, as melhores cores.

Pensando nessa necessidade de seduzir o possível consumidor, também percebemos outra mudança na história desse gênero: da predominância do modo descritivo à predominância de outros modos, como o narrativo e o argumentativo. Com base nos estudos Émile de Girardin, Adam e Bonhomme (1997) afirmam que, inicialmente, os anúncios publicitários deviam seguir algumas normas, entre elas: ser simples, francos, não se apresentar sob máscaras e marcar sempre o seu objetivo. Nessa perspectiva, as campanhas se apresentavam com um caráter mais descritivo¹, buscando estimular a aquisição do produto por meio de sua descrição. Atualmente, a argumentação – principalmente das peças televisivas – se faz predominante por meio do modo de organização narrativo do discurso.

Com relação ao predomínio do modo narrativo na publicidade, Charaudeau afirma:

¹ Descrever como forma de argumentar (no sentido amplo do termo): retratava as características do produto visando apresentá-lo aos possíveis consumidores e estimular sua aquisição.

Em se tratando do narrativo e do argumentativo, o primeiro é mais adequado para seduzir o interlocutor. De fato uma narração não impõe nada, ela apenas propõe um imaginário de busca cujo interlocutor poderia, se o quisesse, ser o herói, sob a forma de uma narrativa que diria, pelo menos de maneira implícita: ‘você tem uma falta que busca preencher > você pode/deve partir em busca do preenchimento desta falta da qual você será o beneficiário > eis o objeto de busca que te permitirá preencher esta falta’.

O esquema argumentativo é feito para persuadir o interlocutor se impondo a ele. Ele impõe um modo de raciocínio e de argumentos para manifestar possíveis objeções em relação ao esquema narrativo precedente. 1) objeção em relação ao objeto de busca, o receptor pode julgar que a busca não lhe diz respeito; trata-se, então, de impor a ideia de que ‘você não pode não querer esta busca (você está necessariamente preocupado)’; por outro lado, haveria também a hipótese segundo a qual o receptor aceitaria estar preocupado, 2) objeção em relação ao meio proposto para realizar a busca, ou seja, o interlocutor pode considerar que existem outros; trata-se, então, de impor a ideia de que somente o meio que te proponho vai te permitir realizá-la’. (CHARAUDEAU, 2010, p. 63)

O que vemos, então, é que, o esquema argumentativo e o narrativo caminham lado a lado na publicidade e que este consegue projetar novas representações de identidades em seus possíveis consumidores – sugerindo novas formas de ser, de vestir, de investir, de se apresentar, etc.

Acontece que, em algumas situações, essa narrativa publicitária acaba construindo uma identidade que vai de encontro às expectativas e às crenças dos interlocutores da campanha. O que pode suscitar polêmica e até repulsa ao produto anunciado. Assim, mesmo sendo reconhecida mundialmente por sua qualidade e criatividade², a publicidade brasileira produz, em alguns casos, campanhas que se tornam controversas e que – em casos mais graves – acabam sendo retiradas de circulação pelo CONAR³ (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária).

Posto isso, apoiaremos o nosso presente artigo sob o viés da rejeição de uma publicidade brasileira – tanto por parte do público-alvo em questão, quanto por alguns órgãos especializados – com o intuito de analisarmos

² O que pode ser constatado pela conquista de prêmios como o Festival Internacional de Publicidade de Cannes (*Cannes Lions International Advertising Festival*). “Em 2012, o Festival Internacional de Publicidade de Cannes trouxe 13 novos Leões para agências brasileiras, sendo dois de ouro, três de prata e sete de bronze. Os dois Leões de ouro foram para iniciativas da Ogilvy para propagandas para a Sprite, da Coca-Cola, e a Hellmann's, da Unilever, em Promo & Activation Lions”.. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/as-premiacoes-das-agencias-brasileiras-em-cannes-2012>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

³ Órgão criado em 1977 com a finalidade de regulamentar essa instância discursiva (a publicidade).

algumas divergências no que concerne às instâncias de produção e recepção do *corpus* selecionado.

1 O contrato de comunicação

Para guiarmos nosso estudo, apoiaremos nossa análise no conceito de *contrato de comunicação*, uma vez que “é empregado pelos semioticistas, psicossociólogos da linguagem e analistas do discurso para designar o que faz com que o ato de comunicação seja reconhecido como *válido* do ponto de vista do sentido” (CHARAUDEAU, 2008, p.130). O que queremos dizer é que não basta que um sujeito tome a palavra; é preciso que esse ato de comunicação seja validado⁴ pelo interlocutor. De acordo com Charaudeau, o contrato do ato de linguagem implica:

[...] a existência de dois sujeitos em relação de intersubjetividade, a existência de *convenções*, de *normas* e de *acordos* que regulamentam as trocas linguageiras, a existência de *saberes comuns* que permitem que se estabeleça uma intercompreensão, o todo em uma certa situação de comunicação. Isso explica que a comunicação seja bem sucedida ‘não quando os ouvintes reconhecem o sentido linguístico do enunciado, mas quando inferem o ‘querer dizer’ do locutor’ (Sperber e Wilson, 1989:42). Atualmente, várias definições coexistem, com orientações ligeiramente diferentes, tendo, contudo, um fundo comum. (CHARAUDEAU, 2008, p.130. Grifos do autor.)

Ao nos valermos da noção de contrato para analisarmos o discurso publicitário, imediatamente nos referimos à questão da intersubjetividade no que se refere à dimensão externa e interna. Para a primeira dimensão, temos o processo de transação que pode ser manifestado de duas formas: *psico e/ou social*. Para a segunda dimensão, dispomos do processo de transformação. Segundo Jeanneret & Patrin-Leclère, a noção de contrato dentro das mídias:

[...] existe enquanto objeto observável. A materialidade do dispositivo midiático desempenha um papel decisivo porque a interação não é direta, mas mediatizada. Os objetos transportam de uma situação a outra, as marcas de disposição para comunicar. O contrato estabelece uma ligação entre o documento, o objeto fixo e circulante e as relações sociais, econômicas, simbólicas que podem se tecer ao redor dele. Ele conserva a distinção entre uma ordem das formas e uma ordem das práticas (JEANNERET; PATRIN- LECLÈRE, 2004, p. 134)⁵.

⁴ “A validação parece constituir um momento primeiro e fundador do reconhecimento à palavra do outro”. (EMEDIATO, 2007, p.84)

⁵ Tradução nossa. No original: “[...] existe en tant qu’objet observable. La matérialité du dispositif médiatique joue un rôle décisif, parce que l’interaction n’est pas directe, mais médiatisée. Les

O que vemos é que o contrato não deve ser pensado como algo constitutivo do discurso, visto que ele não é dado *a priori* na comunicação, mas construído na interação entre o locutor e o interlocutor. Julgamos, assim, relevante destacar que só haverá contrato se partirmos do fundamento de que a base de todo discurso é institucional.

Acontece que, no gênero anúncio publicitário, a situação de comunicação não é interlocutiva, não se dá pela interação face a face entre um locutor e seu interlocutor, isto é, a retroação não é imediata, uma vez que ela é deferida no tempo e no espaço. Nesse caso, somos confrontados a uma situação monolocutiva: “os textos são produzidos em um momento anterior ao de sua recepção, o que impede sua validação imediata e, por consequência, a exigência, no ato mesmo de comunicação, de ajustamentos e de seleção de parâmetros que efetivamente atendam às reações do receptor das mensagens” (EMEDIATO, 2007, p.85). Considerando o caráter monolocutivo do gênero em questão, faz-se necessário avaliarmos como se dá a questão da validação do ponto de vista do sentido.

Ao abordar a questão dos processos de validação, Ghiglione (1984), faz uma distinção entre *situação potencialmente comunicativa* (SPC) e *contrato de comunicação efetivo*. Para ele, é possível que a SPC transforme-se em um contrato de comunicação efetivo, mas para isso, alguns pré-requisitos são necessários: 1. a SPC só acontece se os interlocutores estiverem ligados por interesses (*enjeux*); 2. para que a SPC se transforme em um contrato de comunicação, algumas regras devem ser observadas e obedecidas na situação de comunicação (como regras conversacionais, leis do discurso, saberes compartilhados...); 3. para que o contrato de comunicação seja efetivo, é preciso que, a partir de parâmetros contratuais estabelecidos por cada situação, o interlocutor valide a enunciação do locutor.

Retomando o conceito de Ghiglione (1984), Emediato (2007, p.85-86) explica que as situações monolocutivas “supõem uma validação *a priori*, ou seja, elas tratariam as situações potencialmente comunicativas como se fossem, imaginariamente, contratos de comunicação efetivos”. Nessa perspectiva, o destinatário é uma figura imaginária projetada pela instância de produção que atua como instância pré-validante (com uma reação esperada,

objets transportent, d’une situation à une autre, les marques d’une disposition à communiquer. Le contrat pose un lien entre le document, objet fixe et circulant, et les relations sociales, économiques, symboliques qui peuvent se tisser autour de lui. Il le fait en conservant la distinction entre un ordre des formes et un ordre des pratiques”.

por abdução). Posto isso, podemos dizer que a pré-validação pode ser comparada a uma espécie de aposta do que o leitor idealizado legitimaria em determinada situação de comunicação. Desse modo, ela deve ser entendida como algo que apresenta um caráter homogêneo, uma vez que não enquadra as diversidades e as individualidades relativas ao âmbito social. Ainda segundo Emediato (2007), tal instância apresenta cinco parâmetros de pré-validação referentes às competências: i) linguística – relacionada aos padrões socioletais, tanto lexicais quanto sintáticos; ii) enciclopédica – concernente ao universo referencial, ou seja, à esfera temática e aos saberes de conhecimento; iii) axiológica – relativa às avaliações no âmbito dos saberes de crença e da *doxa*; iv) praxeológica – direcionadas à situação, bem como a adequação ao gênero; v) lógica – atribuída ao tipo de raciocínio lógico: dedutivo, restritivo, conjuntivo e disjuntivo.

Por não permitir que o locutor reorganize ou, mesmo, refaça o seu discurso – no caso de alguma recusa por parte do destinatário –, é possível que, nas situações monolocutivas, a instância de recepção faça inferências e interpretações diferentes das esperadas pela instância de produção, podendo comprometer a validação e a efetivação do contrato de comunicação. Pensando nos discursos publicitários, a consequência desse “equivoco de comunicação” pode ser a recusa da campanha ou, em último caso, do produto apresentado.

2 A campanha

Nos estudos sobre o gênero publicidade⁶, é possível observar que, nesse contrato de leitura, a venda está diretamente ligada às ideologias e aos discursos implícitos a respeito do produto, ou seja, o consumidor não compra apenas o objeto, mas também a ideia de que esse produto pode trazer, para a sua vida, os sentimentos de felicidade, satisfação, luxo, etc.

Assim, quando as intenções e as ideologias que se pretende transmitir por meio de uma campanha publicitária não são reconhecidas ou validadas pela instância de recepção, é possível que um resultado negativo para a marca anunciante seja verificado: uma vez que o posicionamento de repulsa à campanha pode ser estendido ao produto. Na tentativa de evitar que essa

⁶ Cf.: Charaudeau (1994, dentre outras), Soulages (1996, dentre outras), Lysardo-Dias e Gomes (2005).

transição acontece, é comum vermos, logo após o início das discussões, um posicionamento da marca/agência explicando a real intenção da campanha. E foi isso o que aconteceu com uma campanha da marca *Hope*.

A seguir, apresentamos um material que exemplifica o *corpus* selecionado para a nossa análise:

Figura 1 – Publicidade Hope. Fala da modelo no comercial: “Amor, estourei o limite do cartão de crédito. Do seu e do meu”.



Fonte: Marketing Viewer⁷

Figura 2 – Publicidade Hope. Fala da modelo no comercial: “Amor, a mamãe vai morar com a gente”.



Fonte: Fashion Forward⁸

⁷ Disponível em: <<http://www.marketingviewer.com.br/censurada/>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

⁸ Disponível em: <<http://ffw.com.br/noticias/moda/campanha-de-lingerie-com-gisele-e-acusada-de-sexismo-qual-a-sua-opiniao/>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

Figura 3 – Publicidade Hope. Fala da modelo no comercial: “Amor, eu bati seu carro”.



Fonte: Maria Vitrine⁹

A campanha “Hope Ensina¹⁰”, criada pela agência Giovanni+Draftfcb, foi lançada em setembro de 2011 e contava com três comerciais de quinze segundos. Os vídeos mostram a modelo Gisele Bündchen (garota propaganda da campanha) ensinando, às telespectadoras e possíveis consumidoras da marca, a maneira *correta* de dar uma notícia ruim ao companheiro: a modelo-personagem afirma que a melhor maneira de anunciar pequenos incidentes cotidianos (como o “estouro” do cartão de crédito, a vinda inesperada da mãe ou a batida de carro,) é fazendo uso de um charme próprio da brasileira e trajando apenas *lingerie* e salto¹¹.

Como dissemos anteriormente, a publicidade brasileira é reconhecida pela sua criatividade e, dentro desse quesito, temos uma frequência muito grande de textos divertidos, repletos de humor, de frases de efeito, de ambiguidade, etc. Pensando nesse tipo de criatividade bem-humorada, a instância de produção, ao elaborar a campanha “Hope Ensina” objetivava um destinatário capaz de reconhecer e valorizar o humor de sua peça. O texto publicitário foi, então, elaborado com base em uma aposta: o interlocutor da publicidade da *Hope* problematizaria a cena dentro de um domínio

⁹ Disponível em: <<http://www.mariavitrine.com.br/2011/09/hope-comercial-polemico-com-gisele-nao.html>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ILJMXiXdzWo>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

¹¹ Essa ideia de que a brasileira tem um charme próprio se apoia no enunciado: “Você é brasileira, use seu charme”, e no *slogan* da própria campanha “Bonita por natureza”.

pragmático, analisando o que foi apresentado ao contexto de produção e ao objetivo e ideologia da marca (o que levaria o interlocutor a perceber o humor pretendido).

Julgamos conveniente destacar que as propriedades pragmáticas da publicidade elencada se inscrevem nas ideias de que o produto anunciado (*lingerie Hope*) é o melhor de todos os concorrentes, ou seja, se a consumidora utilizar essa peça íntima, ela estará habilitada a dar as piores notícias para o seu marido e, ainda assim, agradá-lo. Desse modo, fica implícita a percepção de que, com o produto anunciado, a mulher poderá resolver parte de seus problemas conjugais, uma vez que os motivos de algumas brigas entre casais poderão ser excluídos por meio do uso da *lingerie*. Por último, podemos elencar, também, que a instância produtora tenta seduzir e persuadir o seu público-alvo baseando-se no fato de que, ao comprar tal produto, a consumidora ficará bela e charmosa como a modelo-personagem da publicidade.

Acontece que – talvez influenciados por comportamentos considerados politicamente corretos – vários interpretantes não assumiram a posição de leitura requerida pela campanha; problematizando a cena dentro de um domínio ético: o que recebeu destaque, para muitos, não foi um tom de humor, mas um tom sexista (ao valorizar a sensualidade e o corpo feminino para obter vantagens). Essa representação da mulher brasileira, como mulher que argumenta e convence por meio de seu corpo, resultou em muitas reclamações, o que levou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) a enviar dois ofícios: um ao CONAR, pedindo a suspensão da publicidade; outro, ao diretor da *Hope Lingerie*, Sylvio Korytowski, manifestando repúdio à campanha¹². Parece-nos, então, que, ao contrário do esperado pela instância de produção, a instância de recepção não valida e, até mesmo, condena a exploração erotizada do corpo feminino como estratégia argumentativa.

Se, para a instância produtora, a estratégia de colocar uma mulher seminua atrelada à maneira correta de enunciar um fato desagradável a seu companheiro é entendida como uma atitude relativa ao bom humor e ao charme concernente ao estereótipo da mulher brasileira, para a instância da recepção, tal estratégia não foi entendida desse modo, uma vez que houve

¹²

Disponível

em:

<<http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/noticias/2011/09/28/Hope-esclarece-comercial-com-Gisele.html>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

reclamações e, mesmo, a proibição temporária da publicidade nos veículos de comunicação. Esse fato pode ser explicado com base na afirmação de Emediato de que:

As competências supostas no leitor funcionam, portanto, como os parâmetros de uma validação *a priori* (ou pré-validação) e servem, para o analista do discurso, como os índices de construção da figura do leitor durante o processo de produção. Esse leitor figurado e imaginado clama pela identificação de um leitor empírico. Poderíamos dizer que essas figuras impõem ao leitor empírico suas posições de leitura, a dimensão interpretativa. Como a receita de cozinha impõe, além do saber-fazer culinário, um ideal de boa cozinha, o texto impõe, além do saber-ler, o ideal de uma boa interpretação e da boa manipulação das formas textuais e dos esquemas de leitura (EMEDIATO, 2007, p. 90).

Sublinhamos, aqui, que a mídia não possui o papel de fabricar as representações sociais – no caso em questão, as representações femininas –, ela possui a função de contribuir para o endossamento ou a recusa dessas, instalando-se assim no universo do simbólico.

De acordo com o ofício da SPM¹³ ao CONAR, a campanha “Hope Ensina” infringe os arts. 1º e 5º da *Constituição Federal* e desconsidera as medidas preventivas apresentadas no art. 8º, alínea “g” da *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher* ao apresentar conteúdo discriminatório contra o sexo feminino. Segundo a SPM, a campanha “intima as mulheres brasileiras a fazerem uso de seu ‘charme’ (exposição do corpo e insinuações) para amenizar possíveis reações de seus companheiros frente a incidentes do cotidiano”. Além disso, a publicidade é vista como um “reforço equivocado do estereótipo da mulher como mero objeto sexual de seu marido”. Como forma de demonstrar a rejeição à referida campanha pela instância de recepção, destacamos os seguintes trechos da Representação apresentada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011):

1. [...] Tal propaganda promove o reforço do estereótipo equivocado da mulher como mero objeto sexual de seu marido e ignora os grandes avanços que temos alcançado para desconstruir práticas e pensamentos sexistas. [...]

4. A difusão cultural ocorre por distintos e na sociedade contemporânea, os meios de comunicação de massa constituem uma via expressa de propagação de padrões culturais. A exposição exagerada e desprovida de conteúdo do corpo feminino, por meio de músicas, imagens e propagandas apelativas é um desrespeito à capacidade intelectual e criativa das mulheres.

¹³ Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/noticias/documentos-1/Representacao%20ao%20CONAR.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

5. Ressalte-se que durante todo o século XX e início do século XXI as lutas pela igualdade de gênero, étnico-racial e pelo respeito à diversidade têm sido constantes. Dentre estas batalhas, destaca-se a luta histórica das mulheres por uma outra imagem nos meios de comunicação. Todavia o predomínio de atitudes e convenções sociais discriminatórias, em todas as sociedades, ainda é uma realidade tão persistente quanto naturalizada. As discriminações de gênero, étnico-racial e por orientação sexual, como também a violência, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira. [...]

11. Com isso salientamos que a fiscalização das grandes mídias e propagandas brasileiras se faz em grande parte pela população, já que este também é o seu papel. Denunciar a discriminação, manifestar-se nos meios adequados, engajar-se em campanhas, discutir o tema em diversos eventos são formas de fiscalizar os meios de comunicação por vezes tão difícil de penetrar.

Partindo dessa interpretação e utilizando como base os arts. 19 a 21 do Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária e o art. 30, II, do Regimento Interno do Conselho de Ética (RICE), a SPM solicitou, no dia 26 de setembro de 2011, ao CONAR, a sustação imediata da campanha em questão.

Paralelamente a essa interpretação sexista da campanha, a *Hope* se pronunciou e buscou explicar que sua intenção não era a de apresentar o corpo feminino de forma discriminatória, como se a mulher fosse um mero objeto sexual. De acordo com a diretora Sandra Chayo, a empresa, que tinha, na época, 45 anos de história, sempre primou pela excelente relação com suas consumidoras e tinha como objetivo, claro e bem definido, “mostrar, de forma bem-humorada, que a sensualidade natural da mulher brasileira, reconhecida mundialmente, pode ser uma arma eficaz no momento de dar uma má notícia. E que utilizando uma *lingerie* HOPE seu poder de convencimento será ainda maior”¹⁴. Ou seja, a campanha visava se aproveitar de um estereótipo sensual (reconhecido e difundido pelo mundo) da mulher brasileira para alcançar o humor pretendido.

Para comprovar que a intenção não era a de demonstrar a submissão da mulher diante do homem, a diretora da empresa ainda afirma que a utilização da imagem de uma mulher, reconhecidamente bem sucedida, foi proposital, uma vez que afastaria a possibilidade de uma interpretação que se sugerisse uma discriminação.

¹⁴

Disponível

em:

<<http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/noticias/2011/09/28/Hope-esclarece-comercial-com-Gisele.html>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

Segundo Chayo:

Foi exatamente para evitar que fôssemos analisados sob o viés da subserviência ou dependência financeira da mulher que utilizamos a modelo Gisele Bündchen, uma das brasileiras mais bem sucedidas internacionalmente. Gisele está ali para evidenciar que todas as situações apresentadas na campanha são brincadeiras, piadas do dia-a-dia, e em hipótese alguma devem ser tomadas como depreciativas da figura feminina. Seria absurdo se nós, que vivemos da preferência das mulheres, tomássemos qualquer atitude que desvalorizasse nosso público consumidor. (CHAYO, 2011)¹⁵

Mesmo amparada por estratégias que, a princípio, garantiriam a compreensão esperada pela campanha, percebemos que, por alguma falha (na produção e/ou na recepção), o objetivo não foi tão claro e bem definido para todos os interpretantes.

Dessa forma, vemos que o contrato de leitura não foi formalizado por esses interpretantes, visto que um parâmetro do contrato de comunicação, em especial, não foi validado: o axiológico. Para Emediato, a competência axiológica desempenha a função de:

[...] reconhecer e validar lugares sociais de posicionamento, *topoi*, sistemas de valores. Essa competência está inscrita no texto como um espaço de representação de valores e demanda uma figura de destinatário que assume posições, avalia saberes de crença que circulam na sociedade e reage a eles de maneira agonal. (EMEDIATO, 2007, p. 89)

Tendo em vista o que foi exposto em nossa análise, podemos constatar que os alicerces que fundamentam toda a polêmica direcionada para as três peças publicitárias apresentadas pela marca de *lingerie Hope* se pautam na questão do processo de pré-validação das esferas relacionadas à *doxa* e aos saberes de crença. Fazendo um paralelo com os sujeitos da linguagem propostos por Charaudeau (2008), destacamos que, no caso das interpretações polêmicas dessa campanha, a pré-validação está inscrita em um sujeito destinatário¹⁶ que não corresponde ao sujeito interpretante¹⁷. Dessa forma, o que vemos é um sujeito empírico que não formaliza o contrato de leitura, visto que não valida um dos parâmetros do contrato de comunicação.

¹⁵Disponível

em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/noticias/2011/09/28/Hope-esclarece-comercial-com-Gisele.html>>. Acesso em 2 dez. 2013.

¹⁶ *TU destinatário*: que é projetado pelo *sujeito comunicante* no momento da enunciação; não se trata de um sujeito empírico, real.

¹⁷ *TU interpretante*: trata-se do sujeito empírico, real.

Considerações finais

A análise da campanha “Hope Ensina” nos guiou para os estudos referentes às noções de contrato, de situação monolocutiva e de parâmetros de pré-validação de leitura. Sob o viés dos estudos da Análise do Discurso Franco-Brasileira, buscamos demonstrar como a rejeição de uma publicidade brasileira – tanto por parte do público-alvo quanto por órgãos especializados – se fundamentaram na incompatibilidade entre as instâncias de produção e recepção do *corpus* estudado.

Ao apresentar ao seu público-alvo uma modelo internacionalmente conhecida portando apenas *lingerie*, a empresa *Hope* demonstra, à sua consumidora, uma representação feminina baseada nas ideias de sensualidade, charme e beleza. Esse fato, é algo considerado socialmente aceito e até mesmo esperado no que diz respeito à dimensão icônica referente às campanhas de peças íntimas, tanto femininas quanto masculinas. No entanto, a polêmica causada pela publicidade não se baseia somente na análise do discurso icônico, visto que texto e imagem se complementam no processo de interpretação de tal gênero. A presença do discurso verbal “Amor, eu estourei o limite do cartão de crédito. Do seu e do meu”. aliado à imagem de uma mulher trajando roupas casuais – do lado esquerdo da publicidade – e da mesma mulher trajando *lingerie* – do lado direito da publicidade – juntamente com a utilização dicotômica verbal “errado versus certo”, imediatamente remete ao sujeito interpretante a ideia de que para a solução dos problemas cotidianos conjugais, a mulher deve portar apenas uma *lingerie*. Sendo assim, o homem esquecerá as más notícias e aceitará, ou melhor, validará as situações consideradas socialmente como inconvenientes: a batida de carro, a vinda inesperada da sogra ou a extrapolação do limite do cartão de crédito.

Acreditamos que o presente trabalho nos possibilita maiores discussões, no entanto, neste momento, buscamos focalizar a questão do contrato e dos parâmetros de pré-validação. Nessa perspectiva, o trabalho aparece como uma reflexão para futuros estudos e análises no que diz respeito ao *corpus* selecionado. Aproveitamos para sugerir um estudo dessa campana sob uma perspectiva diferente da apontada por nós: pensando na recepção por parte do público masculino. Como pudemos demonstrar, a validação no processo de comunicação não foi realizada devido a uma aposta infeliz no que diz respeito a seleção de estratégias utilizadas pela marca *Hope* para a interação com o seu público-alvo feminino. Por conseguinte, se pensarmos pelo ponto de vista do

NOVAIS, Karina Nogueira Druve; GUIMARÃES, Maira. O caso “Hope ensina”: a questão do contrato e os parâmetros de pré-validação. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p.134-147, jun.2015.

sujeito pertencente ao gênero masculino apresentado pela campanha – não como sujeito físico, mas como sujeito social – talvez, pudéssemos constatar que a validação poderia também não ocorrer visto que o homem foi representado como aquele que compactua e aceita as investidas sexuais da mulher como uma espécie de “moeda de troca” para os problemas trazidos por ela. Logo, não seria incoerente admitirmos que o homem se apresentaria como um sujeito que se preocupa demasiadamente com assuntos sexuais, apresentando-se, assim, como detentor de um “instinto selvagem”.

Referências

ADAM, Jean-Michel; BONHOMME, Marc. **L’Argumentation Publicitaire**: Rhétorique de l’éloge et de la persuasion. Éditions Nathan, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. Contrato de Comunicação. In: _____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004. p. 130-133.

_____. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Coordenação da tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato (Org.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. v. 3. p.57-77.

EMEDIATO, Wander. Contrato de leitura, parâmetros e figuras sociais. In: MARI, Hugo et al. (Org.). **Ensaio sobre leitura 2**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007. p.83-98.

GHIGLIONE, Rodolphe. Situations Potentiellement communicatives et contrats de communications effectifs. **Revue Verbum**, Nancy, Tome VII, p.185-208, 1984.

JEANNERET, Yves ; PATRIN- LECLÈRE, Valérie. **La métaphore du contrat**. Disponível em: <http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/9438/HERMES_2004_38_133.pdf;jsessionid=76DE08724CDAE713300AAD28A9843FEC?sequence=1>. Acesso em: 5 dez. 2012.

MEIO&MENSAGEM. **Hope esclarece comercial com Gisele**. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/noticias/2011/09/28/Hope-esclarece-comercial-com-Gisele.html>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Representação ao Conar**. Brasília, 26 set. 2011. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/noticias/documentos-1/Representacao%20ao%20CONAR.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

O EFEITO INTIMISTA NA ESCRITA SOBRE SI: UMA ANÁLISE DO ETHOS ADOLESCENTE NO TUDO DE BLOG

Luana Ferreira de Souzaⁱ

Resumo: Este trabalho objetiva refletir sobre a influência das práticas de gênero social na *construção das imagens de si* das adolescentes que escrevem para uma seção da revista *Capricho*, a saber: a seção *Tudo de Blog*. O trabalho se inscreve na perspectiva teórica da Análise do Discurso (AD) para analisar a construção do *ethos* adolescente. Nesse sentido, as reflexões se pautam, sobretudo, na abordagem discursiva empreendida por Charaudeau (2008) e Amossy (2010). O empreendimento teórico se deu também na compreensão do modo como se estabelecem as relações de gênero e como elas são materializadas na linguagem. O gesto analítico deste trabalho permitiu compreender que, ao construir uma imagem de si na seção em análise, as adolescentes se valem de *um efeito intimista*, que escamoteia a orientação argumentativa dos seus dizeres, bem como permitiu investigar as representações do feminino, no imaginário adolescente, ligadas à construção da beleza.

Palavras-chave: *Ethos*. Adolescência. Gênero. Revistas.

Abstract: This paper aims to discuss the influence of gender practices in the construction of the self-images of teens who write for the section *Tudo de Blog*, in the Brazilian magazine *Capricho*. The study draws upon the theoretical perspective of Discourse Analysis to analyze the construction of the adolescent *ethos*. In this sense, the reflections are guided, above all, by the discursive approach proposed by Charaudeau (2008) and Amossy (2010). The theoretical endeavor was also focused on understanding how gender relations are established and how they are embodied in language. The analytical gesture of this work permitted us to comprehend that, in constructing a picture of themselves in the section under analysis, adolescents make use of an intimate effect that sidesteps the argumentative orientation of their sayings and allowed us to analyze the representations of the feminine, in the adolescent imaginary, linked to the construction of beauty.

Keyword: *Ethos*. Adolescence. Gender. Magazines.

ⁱ Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: luanafesouza@gmail.com.

Contornos iniciais

O gesto de empreendimento pela visibilidade da mulher constitui a trajetória da história das mulheres na sociedade, marcada pela invisibilidade feminina nos espaços públicos. O modo pelo qual as mulheres se articularam para “tornarem-se visíveis” foi constituindo, na esteira dos dizeres de uma historiografia sobre mulheres, a importância de se refletir sobre a experiência feminina como gesto revelador da condição das mulheres nas sociedades.

Nessa articulação, as narrativas de vida e as escritas sobre si de mulheres instituíram *lugares de memória* (NORA, 1993) nos quais a experiência feminina pode ser reveladora dos jogos de poder e dos mecanismos de opressão que as práticas normativas de gênero imbuíram na constituição do sujeito mulher. Com efeito, os *modos de registros de uma existência*¹ (LYSARDO-DIAS, 2012), enquanto espaço simbólico de legitimação da experiência, interferem e afetam os processos de subjetivação do sujeito mulher e permitem que a intimidade feminina rompa a barreira do privado e politize as experiências que o constituem. Compreendo, dessa maneira, que a escrita sobre si constituiu um instrumento importante de legitimação das práticas da mulher, bem como, no sentido deste trabalho, coloca a experiência como reveladora das produções sociais das *imagens de si no discurso*.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é investigar a construção das imagens de si, correspondente à noção de *ethos* (AMOSSY, 2010), em sua articulação com a construção social do sujeito mulher, das adolescentes que escrevem para uma seção da revista *Capricho*, a saber: a seção *Tudo de Blog*. Voltando o olhar para a análise das imagens de si das escreventes, busco mostrar como, por meio do gesto de falar de si, de contar suas experiências, as adolescentes se valem de *um efeito intimista* da enunciação na elaboração da sua argumentação e na construção de sua imagem. Nesse gesto de análise, procuro compreender de que modo são constituídos os discursos em torno do feminino, tendo em vista as discussões acerca das relações de gênero enquanto elemento constitutivo das relações sócio-históricas.

¹ Nessa perspectiva, considero os diários íntimos, os *blogs* pessoais e o *Tudo de Blog*, em suas peculiaridades, como modos de registrar uma existência, visto que “correspondem a uma forma de escrita de uma vida”, pois “trajetórias individuais são reveladas em termos de cotidianidade de uma existência” (LYSARDO-DIAS, 2010, p. 5). As considerações de Lysardo-Dias (2010, 2012) se debruçam sobre o estudo de relatos biográficos, mas é possível, por extensão, refletir sobre as suas problemáticas, considerando as especificidades evocadas por esses espaços de escrita, visto que, em relação à autobiografia, ambos os modos de registro se caracterizam pela escrita de si quer seja pela exposição pública ou não.

1 Entre diários e blogs: o *Tudo de Blog*

O diário íntimo, enquanto revelador da experiência de vida, foi o maior instrumento da “escrita de si” das mulheres, sobretudo no século XIX. A prática de escrita em diários caracterizou um espaço para a expressão no qual a predileção do privado atribuiu ao mesmo um caráter intimista². A privacidade do diário condicionou o segredo ao tipo de escrita característico desse gênero. A imagem de um diário trancado, guardado na gaveta, faz parte da memória, principalmente de mulheres adolescentes.

O contrato de cumplicidade que se estabelece entre o sujeito e o diário permitiu que o revelar da intimidade na escrita íntima ganhasse o público adolescente na expectativa de ter seus segredos guardados. A possibilidade de escrever sobre os segredos fez com que a escrita do diário se tornasse uma prática corriqueira entre as adolescentes, caracterizada como um modo de confidenciar os desejos e segredos, um espaço da livre expressão da emoção.

Esse espaço privado de escrita do segredo é tensionado com o surgimento dos *blogs* e o desuso do diário enquanto prática de escrita de si. O caráter íntimo e confidencial dos diários escritos é tornado público na escrita sobre si nos *blogs* pessoais. Nestes, o caráter confessional “é parte integrante do modo de enunciação caracterizado pelo jogo entre a publicização de si (a exposição dos sentimentos pessoais por meio de um canal de difusão ampla) e a intimidade construída (colocada em evidência por meio dessa técnica)” (KOMESU, 2005, p. 56). Nesse sentido, a intimidade revelada nos *blogs* está condicionada a uma publicização do eu, que, no que tange a esse trabalho, coloca em cena a experiência da mulher adolescente por meio do modo pelo qual o enunciador constrói uma imagem de si.

Compreender as especificidades dos diários íntimos e dos *blogs*, ainda que de modo breve³, foi necessário devido às aproximações do gênero com a seção em estudo: o *Tudo de Blog*, conhecido entre as adolescentes como *TDB*. Lançado em 2006 e publicado até 2010, o *Tudo de blog* é uma seção da revista

² Ao abordar o diário de registro pessoal, Oliveira (2002) atribui o seu caráter privado às modificações científicas e sociais que favorecem as reflexões sobre si, influenciadas, sobretudo, pelo desenvolvimento dos estudos psicanalíticos. Para a autora, “a partir desse momento, diários tornaram-se o local onde o hábito de inquirir e refletir sobre si mesmo terminava se realizando” (OLIVEIRA, 2002, p. 48). O caráter privado dos diários permitiu a possibilidade de se escrever sobre todos os aspectos da vida pessoal, caracterizando sua escrita como íntima.

³ Estudos mais específicos sobre o funcionamento dos diários íntimos e *blogs* podem ser encontrados em Schittine (2004), Marcuschi (2004), Komesu (2005) e Heine (2007). Sobre as especificidades do *blog* da *Capricho*, é possível consultar a pesquisa de mestrado de Magnabosco (2011).

Capricho que tem como proposta publicar os comentários das adolescentes que mantêm um *blog* – *blogueiras* – sobre uma pauta sugerida pela revista.

Os *blogs* das adolescentes que se inscrevem para participar da seleção, ao serem selecionados, ficam arquivados no banco de dados da revista e podem ser acessados através do site da *Capricho*, que, a cada edição, ao lançar um tema diferente para ser discutido, escolhe e publica em torno de três dos textos escritos pelas *blogueiras* que tiveram seus *blogs* selecionados. Antes dos textos das *blogueiras* serem publicados na revista, eles são postados nos *blogs* pessoais das adolescentes. Ao serem escolhidas, as adolescentes passam a fazer parte do que a revista chamou de “time de colaboradoras”, que, mais tarde, tornam-se as “tudodebloguetes”.

A publicação anterior dos textos nos *blogs* das adolescentes permite que o tom pessoal/íntimo seja mantido no texto publicado na seção. O tom de personalidade da seção e a possibilidade de dizer o que pensam sinalizam a permanência das características na transmutação dos *posts* dos *blogs* pessoais para as páginas da revista. É a escrita do segredo que faz com que os comentários sobre os temas abordados pela revista sejam constituídos de uma personalidade e de um caráter íntimo. Neste momento, gostaria de apresentar a seção a título de exemplificação genérica desse funcionamento íntimo.

Figura 1 – Tudo de Blog



Fonte: *Capricho*, 2006, ed. 1031.1

O uso da primeira pessoa como predominante na seção aponta esse *dizer sobre si* como modo de revelar uma intimidade e uma experiência. Considero esse caráter íntimo associado à experiência de vida, visto que a intimidade pode ser lida como “um terreno de visão e uma expectativa de relações humanas. É a localização da experiência humana, de tal modo que aquilo que está próximo às circunstâncias imediatas da vida se torna dominante” (SENNETTE, 1998 [1974], p. 412). Nesse sentido, ao comentarem os temas da seção, as adolescentes revelam situações da sua intimidade, revelam a sua experiência. A recorrência da experiência é reveladora de uma estratégia que permite a legitimação dos dizeres sobre os temas abordados, na qual o “eu vivi, então, posso falar” e, mesmo, “eu sei, então, posso falar” são recorrentes.

A transmutação dos comentários para a página da revista pode ser reveladora também do espaço de confiança que caracteriza a seção. Se, nos diários e *blogs*, o caráter da confiança é regulador das possibilidades dos dizeres, no *Tudo de Blog*, o espaço da confiança permanece como uma característica reguladora do que pode e deve ser dito. O espaço da confiança é tomado, então, como “o lugar privilegiado da fala de si”, no qual “há um exercício voluntário e recíproco de fala entre dois interlocutores” em presença física ou não (SOUZA, 1997, p. 37).

A inscrição do caráter íntimo na seção, decorrente, num primeiro plano, como já apontado, da transmutação dos *posts* dos *blogs*, indicia novos modos de revelar a intimidade feminina adolescente, por meio da mediação das *narrativas do eu, modo de organização do discurso* que domina a *encenação discursiva* da seção. Compreendo, na perspectiva de Charaudeau (2008, p. 74), como *modos de organização de discurso* “os procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação”.

Outro ponto de reflexão sobre a seção é a construção do comentário. Para Charaudeau (2006, p. 175), “comentar o mundo constitui uma atividade discursiva, que consiste em exercer suas faculdades de raciocínio para analisar o porquê e o como dos seres que se acham no mundo e dos fatos que aí se produzem”. O comentário argumentado impõe uma visão do mundo de ordem *explicativa*. Dessa forma, as adolescentes, ao comentarem sobre o tema da revista, mostram, como pode ser observado, nas pistas deixadas na materialidade discursiva, suas visões de mundo e, com isso, os seus pontos de

vista, que, por sua vez, estão ligados às suas experiências no âmbito do privado. A construção do comentário sobre os temas das revistas é, então, uma formulação da opinião sobre os assuntos, que, por sua vez, é construída na publicização do eu.

2 O efeito intimista no modo de organização narrativo e o caráter argumentativo do TDB

O caráter intimista do TDB é apontado na tentativa de compreender como a escrita sobre si, associada à questão da experiência feminina, revela elementos importantes na construção do *ethos*. Esse gesto foi importante para entender que, embora as escreventes utilizem uma escrita de si e, com isso, se valham, principalmente, do modo de organização narrativo para emitirem suas posições sobre o tema, a intimidade seria um efeito discursivo que escamoteia a *visée* persuasiva do texto. O discurso intimista apresenta-se, então, como um efeito de sentido. Ou seja, a apresentação da opinião no TDB apresenta-se como um *efeito intimista* que permite que as adolescentes compartilhem seus pontos de vista sobre este ou aquele assunto na tentativa de persuadir os leitores sobre a sua posição frente à defesa de uma ideia.

Falar sobre sua vida, seu dia a dia, seus gostos, narrar sua experiência ao escrever sobre um tema na seção são estratégias que permitem que as escreventes, valendo-se da apresentação de suas experiências de vida, conduzam os leitores a compartilhar do ponto de vista que elas defendem no seu *quadro-dizer*⁴ na seção. Há, então, uma construção própria do modo de organização narrativo que cria esse efeito intimista com o objetivo de persuadir, levando os leitores a aceitar a posição das escreventes diante do tema.

Esse posicionamento traz à tona o caráter argumentativo de todo funcionamento discursivo. A diferenciação proposta por Amossy (2010) entre uma *visée* argumentativa e uma dimensão argumentativa se faz necessária nessa abordagem, visto que ela é produtiva para pensar o modo como a seção institui uma *visée* persuasiva. Para a autora, ainda que o ato de tomar a palavra nem sempre se destine a “conduzir um público a aprovar uma tese”, todo ato

⁴ É o quadro em que apresento os textos escritos pelas adolescentes e publicados na seção da revista. Foi necessária a elaboração desses quadros diante da impossibilidade de usar a própria seção, visto que as mesmas apresentam as fotos das escreventes e a sua circulação está protegida por direitos autorais.

que não tenha “a intenção de convencer, acaba por exercer alguma influência, orientando as maneiras de ver e pensar” (AMOSSY, 2007, p. 123). Nessa incursão, é preciso compreender, nas palavras de Lima (2006, p. 109), que “a simples transmissão de um ponto de vista sobre as coisas, que não pretende mudar a opinião de alguém [*dimensão argumentativa*], não pode ser confundida com a empresa da persuasão, que revela uma intenção consciente e usa estratégias para alcançar seus objetivos [*visée argumentativa*]” (grifos meus).

No que tange ao *TDB*, as adolescentes, ao defenderem seu ponto de vista sobre o tema da seção, utilizam-se de estratégias para provar a validade do seu posicionamento. Vale ressaltar, entretanto, que, embora a seção não apresente um objetivo explícito de persuasão, sobretudo por se valer estrategicamente do modo de organização narrativo, defendo a possibilidade de pensá-la numa *visée persuasiva*, expressando também o desejo de levar o outro a aceitar a opinião e compartilhar dos pontos de vistas apresentados pelas escreventes. Considero, então, que os textos apresentados no *TDB* se valem da narração, a fim de criar um efeito intimista, porém eles não se restringem a textos intimistas; trata-se de textos que expressam um determinado posicionamento das escreventes, visando compartilhar determinado ponto de vista. É com base nessa assertiva que há, nos textos que compõem a seção, uma *visée persuasiva*, ainda que não seja explícita.

Esse posicionamento leva-me a compreender o grau de argumentatividade dos discursos. Nas palavras de Plantin (2008, p. 24), “deve-se caracterizar os discursos não como sendo ou não argumentativos, mas como o sendo mais ou menos”. Dessa maneira, não se podem opor tipos narrativos, descritivos e argumentativos pela simples razão de que, “num texto argumentativo, podem ser encontrados uma narração, uma descrição ou um retrato argumentativamente orientado no sentido de um ponto de vista, em oposição a outro ponto de vista”, afirma o autor (2008, p. 24). Tendo isso em vista, considero a possibilidade da construção de um discurso argumentativo sobre uma narrativa de si, visto que o que está em jogo no contrato é a experiência de vida adolescente. A intimidade revelada no *TDB*, enquanto efeito de discurso, se torna uma estratégia argumentativa eficaz na construção das imagens das *tudodebloguetes*.

3 Tudodebloguetes (en)cena: o imaginário de beleza na construção das imagens de si com *Capricho*

A *Capricho*, voltada ao público feminino adolescente, funciona como um manual de comportamento no qual não se poderia deixar de abordar o tema da beleza. A construção do corpo feminino adolescente estampa a capa e as páginas da revista, incluindo as diversas dimensões e características que constituem a normatização do corpo da mulher na adolescência.

Refiro-me com essa afirmação às inúmeras seções da revista que tratam de alimentação, saúde, moda, maquiagem, cabelo, estética, atividade física, as dicas de produto de beleza, as dicas de beleza das celebridades, bem como as matérias sobre plástica, os tipos de meninas que “fazem a cabeça dos meninos”, passando ainda pela construção de uma personalidade que possa “modelar” também a beleza interior feminina. Ao folhear a revista, é possível observar que as seções sobre o tema funcionam por um gesto parafrástico por meio do qual se constrói uma homogeneidade de sentidos, uma não dispersão, impossibilitando outros sentidos de beleza.

Wolf (1992) aponta como a imagem doméstica que circundou a imagem da mulher tem perdido o lugar para a imagem da beleza. Nas palavras da autora (1992, p. 12), “à medida que as mulheres se liberaram da mística feminina da domesticidade, o mito da beleza invadiu esse terreno perdido, expandindo-se enquanto a mística definhava, para assumir sua tarefa de controle social”. A afirmação da autora permite entender o modo como a imagem da beleza atribuída às mulheres constrói um ideal de beleza inesgotável, interpelando-as fortemente.

O ser belo depende das demandas sócio-históricas de uma época e de um grupo social. Ser belo, aos moldes de uma sociedade, viabiliza a aceitação social dos sujeitos. A estética do belo tangencia os moldes da construção de um imaginário de feiura, já que esta exclui socialmente os sujeitos. Na tentativa de compreender qual a estética do belo que tangencia o imaginário da feiura na concepção adolescente da *Capricho* e influencia a construção de uma imagem de si, recortei para análise dois quadros-dizer.

Quadro-dizer 1: texto da seção *Tudo de Blog*

| | |
|--|--|
| Tudo de Blog | |
| Patinha Feia. Elas já se sentiram mal na própria pele. | |
| Aquele desespero Não existe um dia em que me senti mais <u>feia</u> na vida. São vários! Dias <u>horríveis</u> em que nada presta, nem a vida, nem o espelho. Meu cabelo está <u>horrível</u> , a pele um <u>desastre</u> , a barriga pendurada na altura da canela (e o piercing do umbigo se perde em meio a tanta gordura). <u>Questões filosóficas surgem: por que não tenho barriga de modelo? Por que meus braços não são firmes? Por que as coxas têm 75 cm de diâmetro?</u> No ápice do desespero, penso em academia. Mas logo desisto. Demoraria demais para ficar com <u>corpo capa-da-boa-forma</u> . O jeito é me aceitar como sou e esperar que alguém goste de mim assim. Nesses dias, não quero sair em público. O mundo é bonito e eu não. Ninguém vai me querer e eu vou ter de morar com meus pais até os 48 anos. Um casamento com o primeiro que aparecer. Não, a vida não é justa comigo nesses dias. | Feiura também é interior Confesso que já reclamei por ter sardas, por não ser loira, por não ser exatamente bonita. Já fui em salão pensando que queria resolver minha vida. <u>Às vezes, a maior feiura que a gente sente não é física.</u> O dia em que me senti mais feia não foi quando tive a primeira espinha ou caí de bicicleta e ganhei um corte no queixo. Senti-me feia quando fiz uma pessoa chorar. Brigamos, falamos coisas ruins e me senti um lixo completo. Feia por dentro. Mas passou. Estamos bem. Aprendi a usar maquiagem sentimental para disfarçar imperfeições da alma. |
| Nome: Ana Luiza Ribeiro Idade: 18 anos | Nome: Chaiane Bublitz Idade: 16 anos |

Fonte: revista *Capricho* edição 1027.

Os modos de dizer, ou melhor, de falar sobre si, são indícios importantes na construção de uma imagem de si. Nesse gesto de escrita, os sujeitos se valem de estereótipos que circulam em nossa sociedade, pautados em determinados imaginários. Nesse sentido, “o orador adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público” (AMOSSY, 2005, p. 126).

Com base nessa afirmação, a enunciadora 1 se vale de representações positivas da beleza inatingível para construir uma imagem de si associada a uma adolescente que não pode ser feia, mas possui seus dias de sentir-se feia. Sobre esse *quadro-dizer*, vale chamar atenção para o uso das adjetivações no projeto argumentativo da adolescente. Na perspectiva argumentativa, conforme apresenta Amossy (2010), as escolhas dos itens lexicais sustentam os efeitos de sentido produzidos na construção de uma imagem de si.

Desse modo, a seleção dos índices de avaliação negativos sublinhados no *quadro-dizer* da enunciadora 1 é um recurso que tem como finalidade exaltar as qualidades e características negativas que estão associadas à construção da feiura, o que pode ser caracterizado como um dispositivo que busca persuadir os leitores de que ser feio não é bom, que é preciso preocupar-se com a beleza para que não se tenha dias horríveis, cabelo horrível, pele um desastre e a “barriga pendurada na altura da canela”, conforme apontou a escrevente.

Chamo atenção ainda para a significação do item lexical “barriga”. O uso da hipérbole é um elemento expressivo que desenrola um fio argumentativo, conforme apontou Pinheiro (2013). Dessa maneira, o exagero, caracterizado pela construção da frase hiperbólica, revela o excesso da preocupação com a gordura do corpo. O uso da hipérbole apresenta, portanto, não uma “finalidade de enganar, mas de levar à própria verdade, e de fixar, pelo que é dito de inacreditável, aquilo que é preciso realmente crer” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p. 262). Desse modo, é preciso crer que para ser bonito é necessário ser magro. Conforme afirma Wolf (1992), a gordura da mulher é alvo de paixão pública, e as mulheres sentem culpa com relação à gordura “porque reconhecemos implicitamente que, sob o domínio do mito, nossos corpos não pertencem a nós, mas à sociedade”.

Ainda sobre a construção argumentativa, vale ressaltar o uso de perguntas. Compartilhar essas perguntas com o interlocutor, sem o objetivo de uma resposta imediata, aproxima a escrevente dos leitores. Para Plantin (2008), argumentar é dialogar com um interlocutor. A pergunta, introduzida por um pronome interrogativo, funciona como uma “questão tópica” da emoção. Essas questões, conforme Lima (2006, p. 170), se caracterizam “por realçarem os traços argumentativos do enunciado, isto é, por permitirem realçar os elementos que orientam em direção a uma possível patemização”, sem, no entanto, objetivar uma resposta. São, nesse sentido, perguntas retóricas, visto que elas não questionam os leitores, mas os provocam, visto que levantam questionamentos sobre o padrão de beleza exigido pela sociedade.

A compreensão da boa forma como a necessidade inatingível do corpo pode ser apreendida no processo de composição, pela formação da palavra justaposta *capa-da-boa-forma*, que funciona como qualificativo para o substantivo *corpo*. O enunciado *corpo capa-da-boa-forma* revela a heterogeneidade mostrada nos índices textuais, visto que faz referência direta

a uma revista do segmento corpo e saúde, chamada *Boa Forma*. Essa construção recupera no interdiscurso a perfeição dos corpos femininos estampados nas capas dessa revista. Esses corpos, conforme apresenta a enunciação da adolescente, são objetos de desejo que jamais serão alcançados.

Ao falar sobre si, a enunciadora revela o modo como a estética da beleza valida uma imagem positiva na qual a mulher que cuida do cabelo, da pele e do corpo, possuindo uma barriga sem gorduras, é uma mulher bonita. Ao contrário, uma mulher que não se preocupa ou não atinge esse estatuto está fadada à feiura. Desse modo, a normatização do corpo feminino, aos moldes do padrão vigente, constitui uma forma de coerção social, como apontou Wolf (1992), já que a adequação ao padrão, à perfeição é inatingível.

A construção estética do feio, em contraposição ao belo, recuperada no dizer da escrevente, gesta os modos de sociabilidade adolescente, marcando a maneira como a construção da feiura nela se inscreve. A enunciadora constrói, então, a imagem negativa da feiura associada ao mal-estar do corpo e da mente, impedindo, assim, a sua sociabilidade. Pode-se observar, então, que é possível recuperar, no imaginário da adolescência, a ideia de que aquela que não cuida do corpo, da pele e do cabelo não teria possibilidade de se inserir na sociedade, no bem-estar público. Logo, não poderia arranjar um namorado e casar.

Nessa enunciação, a sociabilidade, o vínculo social da enunciadora se liga aos seus dias de beleza, visto que, nos dias em que a adolescente se sente feia, não sai de casa. A questão da sociabilidade pela beleza, construída no dizer da escrevente, revela a busca pela perfeição do corpo atrelado ao olhar do homem. É interessante observar que a adolescente, ao falar de uma possível aceitação do seu corpo, na passagem “o jeito é me aceitar como sou e esperar que alguém goste de mim assim”, associa a aceitação do seu corpo ao afeto masculino.

Ao assumir que “ninguém vai me querer e eu vou ter de morar com meus pais até os 48 anos”, a enunciadora recupera a imagem doméstica da mulher e a negação de uma possível independência feminina pelo trabalho. A imagem da mulher ligada ao parceiro como fonte de sua independência dos pais remete a um construto histórico no qual a figura do pai exerce o poder sobre a mulher e este só é substituído pela figura do marido. Reforça-se, então, uma ordem simbólica patriarcal. Nesse sentido, por ser feia, a mulher tem de aceitar o casamento como sua possível liberdade e sem a possibilidade de escolha do parceiro.

Essas representações da feiura regulam e agenciam a construção discursiva do corpo, mas também passam pelo processo de construção da

moral. O ordenamento das práticas corporais, associadas à saúde e beleza, aponta o sujeito como o principal responsável pelo seu sucesso. Assim, as mulheres que não se encaixam nesses padrões estão fadadas ao fracasso.

Nesse sentido, no *quadro-dizer* da enunciadora II, a adolescente constrói uma imagem de si associada à imagem negativa da feiura moral, recuperando, portanto, a representação da feiura ligada à construção da beleza interior, à sentimentalização humana. Esse gesto reforça a ligação da importância da presença do *pathos* na análise das imagens de si. Dessa maneira, a construção da imagem de si da enunciadora é associada ao sentimento perverso de fazer o outro chorar e, ao mesmo tempo, à culpa e ao arrependimento.

A imagem de si como uma pessoa feia não passa pela construção corpórea, mas sim pela regulação dos estereótipos de valores morais. Assim, a estética do feio é fazer mal ao outro, fazendo-o chorar, como apresenta a construção da escrevente. Recupera-se, então, a tendência em associar uma qualidade positiva às pessoas e às coisas belas, na medida em que se relega uma qualidade negativa depreciativa à estética considerada feia. Não é possível, então, sentir-se bonita, sentir-se bem, ao fazer alguém chorar. O feio é, portanto, um mal-estar causado por uma ação negativa.

Os sentidos de beleza e feiura, enquanto atributos físicos, são comumente metaforizados como atributos psicológicos. A avaliação valorativa do feio está associada não apenas a uma deprecição estética, mas a uma deprecição de uma característica psicológica. Decorre disso o uso, na oração sublinhada no segundo *quadro*, do verbo afetivo *sentir*, expressão de um sentimento ou ter a sensação de, que é significado como um verbo de estado psicológico.

Plantin (2010) aborda o modo como os itens lexicais, e também a organização dos enunciados, podem apresentar uma *visée* ou uma dimensão patêmica. Entre esses itens, a seleção lexical de um verbo pode constituir o campo da afetividade, designando, de forma direta ou indireta, uma emoção. Para o autor, por meio de uma designação indireta, é possível atribuir afetividade ao enunciado, reconstruindo-o sobre a base de lugares comuns situacionais e atitudinais. Desse modo, sentir-se feia expressa, nessa enunciação, um sentimento de tristeza baseado na culpa e no arrependimento por uma ação ruim.

São muitos os dispositivos que a estética da beleza institui para que o sujeito atinja a beleza do corpo e, logo, a sensação de bem-estar físico e mental. O *discurso da alimentação* saudável é um desses dispositivos que

engendram, na agenda da beleza feminina, um novo tópico de preocupação. Pautados no padrão de beleza atual, no qual, como apontei anteriormente, o corpo esbelto e esguio, logo sem gorduras, é o objeto de desejo das mulheres, os dizeres sobre a alimentação saudável vêm ganhando mais espaço na mídia e nas redes sociais. A associação da alimentação com a busca pela beleza é atravessada pelo discurso da saúde. Comer bem, de forma saudável e, assim, mostrar um corpo magro e belo é apresentar-se de modo saudável.

No *TDB*, o discurso sobre alimentação é apresentado como a relação que as adolescentes estabelecem com a comida e, em consequência, atribui à vida saudável o modo individual que o sujeito lida com a prática alimentar. Para o empreendimento, retomo duas enunciações da seção *Boas de garfos*.

Quadro-dizer 2: texto da seção *Tudo de Blog*

| | | | |
|--|--|--|--|
| TUDO DE BLOG | | Edição: Nathália Duprat | |
| BOAS DE GARFO. | | | |
| Para nossas blogueiras, escolher o que comer tem a ver também com o jeito de ver a vida. | | | |
| Comer (não) é o melhor para poder crescer. Sou dramática quando o assunto é comida. <u>De comedora compulsiva, a seguidoras de dietas obsessivas, de frequentadora de nutricionista a figurinha repetida na churrascaria, de viciada em Big Mac a regime semi-vegetariano, faltava-me auto-controle. Comia por ansiedade, quase nunca por fome.</u> Não conseguia balancear as coisas e morria de inveja de quem o fazia sem esforço. Sempre quis aprender a lidar com a comida do jeito saudável que todo mundo parece lidar (até hoje não sei como tem gente que pensa duas vezes antes de recusar um pote de musse de chocolate). <u>Sabia que comer besteira é muito bom, mas faz mal.</u> Hoje como um brigadeiro aqui, um folheado ali, mas com moderação, ainda não é fácil resistir à gula, mas já decidi que quero pra minha alimentação o que ando procurando para as outras áreas da minha vida: <u>equilíbrio.</u> | | A carne é fraca Há um ano, decidi ser vegetariana. Como sabia que não aguentaria a dieta <u>vegano (apenas com alimentos de origem vegetal)</u> , liguei-me aos <u>ovolactovegetarianos, que é a galera que consome apenas ovo, laticínios e vegetais.</u> Quis mudar porque, além de esse grupo ter a vida mais longa com mais qualidade, existem vários <u>idealismos no meio (o termo vegetariano vem da expressão vegetus, que significa forte, saudável).</u> Consultei meus pais, que se mostraram de acordo com a ideia. Depois, nada de regimes malucos. Fui a uma nutricionista especializada, que me orientou. Minha motivação <u>é saber que, cada vez que deixo de comer carne, preservo recursos naturais que seriam utilizados para produzi-la (a economia de água chega a 90%, por exemplo).</u> Além disso, <u>uma dieta vegetariana correta equilibra níveis de colesterol e evita certos tipos de doença.</u> Posso dizer com todo orgulho que sou 100% o que como e que, sim, a carne é fraca. | |
| Nome: Ludmila Bello Idade:15 anos | | Nome: Samia Pereira Idade: 16 anos | |

Fonte: revista *Capricho*, edição 1074.

O título do primeiro quadro, “Comer (não) é o melhor para poder crescer” remete à música “Comer, comer”, gravada pelo grupo infantil Balão Mágico e por artistas como Xuxa, Eliana, Angélica (todos do universo infantil). Essa música foi e é comumente utilizada para o estímulo da criança no momento da alimentação. Essa referência trazida pela enunciadora para iniciar a sua fala constitui, segundo Maingueneau (2008), a heterogeneidade mostrada no discurso, visto que permite recuperar explicitamente, por meio do interdiscurso, a presença do outro, de outras vozes no discurso. No entanto, a enunciadora, ao utilizar o parêntese e inserir a negação no título marca a possibilidade de uma voz contrária. O uso dos parênteses seguido da refutação se configura como uma estratégia que mobiliza efeitos de sentidos contrários ao resgate das representações que a música evoca, e também marca explicitamente “o ponto de vista interno, subjetivo” (CHARAUDEAU, 2008, p. 199) do enunciador.

Tomar a palavra e se mostrar dessa ou daquela maneira empreende, como apresenta Maingueneau (2008), a construção das imagens de si no discurso. Desse modo, ao enunciar “sou dramática” e “faltava-me autocontrole”, a enunciadora se diz ser dessa e não de outra maneira. Constitui-se, nesses enunciados, o *ethos dito*. Sobre a seleção lexical, vale pontuar ainda, seguindo as trilhas de Plantin (2010), que enunciados como “sou dramática”, “comedora compulsiva”, “seguidora de dietas obsessivas” e “morri de inveja” remetem à produção de efeitos de emoção no discurso que, mesmo que não tenham a intenção de persuadir pela mobilização da emoção, orientam o discurso a provocar e/ou conotar efeitos afetivos.

Dessa maneira, a escrevente assume já ter sido dramática e desequilibrada com a alimentação. O modo como a enunciadora constrói a sua fala e se mostra no discurso permite analisar a construção de uma dupla imagem de si: uma imagem anterior ao momento de enunciação, que, nesse empreendimento, não deve ser confundido com o *ethos prévio*, e uma imagem do momento da enunciação. Assumo dizer que é uma dupla imagem que a enunciadora constrói de si, devido à presença dos tempos verbais: passado e presente. A imagem construída pela enunciadora, ao dizer os modos como ela lidava com os hábitos alimentares, mostra uma adolescente instável, ansiosa, dramática e que, mesmo mostrando certa preocupação com a alimentação, não sabia lidar com ela. Essas imagens recuperam no interdiscurso o comportamento adolescente diante das práticas alimentares,

influenciando uma avaliação negativa do descontrole alimentar. Dessa maneira, “comer não é o melhor para poder crescer”.

As imagens de instável, ansiosa e descontrolada, que circulam no imaginário adolescente como qualidades negativas, são contrárias à imagem que a adolescente constrói de si no tempo presente da enunciação, o qual é introduzido na materialidade linguística tanto por meio do uso do tempo verbal presente quanto pelo advérbio de tempo “hoje”. Ao dizer: “Sabia que comer besteira é muito bom, mas faz mal. Tão mal que decidi reinventar meus hábitos. Hoje como um brigadeiro aqui, um folheado ali, mas com moderação. Ainda não é fácil resistir à gula, mas já decidi o que quero para a minha alimentação, o mesmo que quero para a minha vida: equilíbrio”, a enunciadora refuta a imagem anterior, avaliada negativamente, e constrói uma imagem positiva de si: a imagem de uma mulher equilibrada. Essa imagem mostra a preocupação com a prática alimentar, o controle de si, a moderação, avaliados como comportamentos positivos para as mulheres, influenciando a avaliação positiva da prática de uma alimentação saudável.

Essa oposição das ações é, como aponta Charaudeau (2008), uma *situação no tempo* que converge em ações situadas no passado e ações situadas no presente que produzem efeito de narrativa. A enunciadora se vale desse procedimento para reconstituir suas ações do passado, negando-as, e, assim, construir uma imagem positiva de si por meio das ações positivas nas práticas alimentares. A enunciadora, então, se vale de estereótipos tidos como positivos para refutar a imagem negativa de si. Compreende-se, nessa enunciação, que uma prática de alimentação saudável vai além da mesa; é um estilo de vida que deve ser incorporado pelas adolescentes que buscam o equilíbrio na vida. Nesse sentido, as mulheres equilibradas são aquelas que se preocupam com a alimentação, com a saúde e, por consequência, com o corpo. Essas mulheres são tidas como objeto de admiração, respeito e estima.

O *quadro-dizer* da enunciadora 2, diferente do anterior, evidencia, na configuração da encenação narrativa, a intervenção do autor-indivíduo (CHARAUDEAU, 2008), aparentemente pautado na objetividade, apresentando explicações baseadas em um efeito de cientificidade, ainda que não se explicitem as fontes do conhecimento. A recorrência da construção de estruturas explicativas vislumbra certa imagem da adolescente como conhecedora das escolhas que fez para a alimentação. A enunciação constrói, por meio dos índices, das estratégias e do tom do texto, um *ethos* de

inteligente e de consciente, por meio do qual a enunciadora mostra que a sua escolha pela alimentação saudável é justificada por escolhas que contribuem, para além da saúde, para a natureza, logo, para a sociedade. Nesse caso, a inteligência pode ser percebida em função da maneira como a escrevente vai justificando suas escolhas pela explicação dos conceitos que envolvem a alimentação vegetariana. Pressupõe-se, então, que o leitor não partilha desses conhecimentos e, por isso, a necessidade de explicação.

Ainda que se apresente sob a égide de um texto narrativo, a argumentação nesse *quadro-dizer* está fundada no *topos*⁵ do conhecimento: quanto mais se conhecem os benefícios de uma alimentação saudável, melhores escolhas alimentares podem ser feitas. Ou ainda, aquelas que conhecem o bem de uma alimentação saudável sabem que é preciso fazer escolhas conscientes, entre as quais, ir ao nutricionista. A visada do texto, nas circunstâncias de sua enunciação, é clara: trata-se de legitimar a escolha inteligente por uma alimentação saudável para que se possa, além de proteger a natureza, ter mais saúde. Dessa maneira, a imagem de inteligente recupera, por meio do discurso da alimentação na *Capricho*, a associação da boa alimentação para uma vida saudável e não necessariamente para uma construção estética corporal conforme os padrões de beleza. Dessa maneira, as imagens de si recuperadas na enunciação adolescente que possuem como tema o cuidado de si revelam que a construção sócio-histórica dos sujeitos afeta a construção da sua imagem, permitindo que se recuperem apenas determinadas imagens em torno do feminino, silenciando outras.

Considerações finais

A análise da argumentação no discurso adolescente que empreendi neste trabalho pretendeu evidenciar os sentidos de mulher que recobrem a adolescência feminina por meio do que elas dizem sobre si na seção. Esse gesto permitiu-me compreender as práticas sociais que regulam os assuntos e o comportamento feminino, bem como alguns estereótipos de mulher que recobrem as imagens da adolescência. Essas escritas de si revelaram a experiência das mulheres adolescentes e, com isso, tornaram-se uma produtiva fonte de pesquisa para a compreensão das imagens em torno do feminino.

⁵ “Elementos que garantem encadeamentos discursivos” (ANSCOMBRE, 1995, p. 49-50 *apud* AMOSSY, 2007, p 124).

Na análise, busquei compreender como, por meio da enunciação, as enunciadoras deixam, na materialidade do texto, marcas, pistas que evidenciam a construção do *ethos*, em sua relação com o *logos* e *pathos*, noções fundamentais para a argumentação no discurso. Posso dizer, então, que a análise das imagens de si pôde revelar, além do caráter da emoção, o cuidado de si que perpassa a enunciação, expondo imagens comumente recuperáveis nos dizeres sobre a adolescência feminina. Pude perceber, assim, que, em cada enunciação específica, as imagens de si revelam uma preocupação com o corpo, recoberta pelo discurso da alimentação saudável. Com efeito, pude desvelar com este trabalho que as imagens de si das adolescentes estão apoiadas em uma herança sócio-histórica construída em relação à mulher.

Referências

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz et al. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. O lugar da argumentação na Análise do Discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Filologia e Língua Portuguesa**, São Paulo, n. 9, p. 121-146, 2007.

_____. **L'argumentation dans le discours**. 3.éd. Paris: Armand Colin, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Coordenação da tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

HEINE, Palmira. **O *ethos* e a intimidade regulada: especificidades da construção do *ethos* no processo de revelação da intimidade em blogs da Internet**. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Universidade Federal da Bahia, 2007.

KOMESU, Fabiana Cristina. **Entre o público e o privado: jogo enunciativo na constituição do escrevente de *blogs* na internet**. Tese (Doutorado). Campinas, Instituto de Estudo da Linguagem da UNICAMP, 2005.

LIMA, Helcira Maria. **Na tessitura do processo penal: a argumentação no Tribunal do Júri**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte, UFMG, 2006.

SOUZA, Luana Ferreira de. O efeito intimista na escrita sobre si: uma análise do *ethos* adolescente no *Tudo de Blog*. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p.148-165, jun.2015.

LYSARDO-DIAS, Dylia. Um estudo discursivo de perfis biográficos. In: **Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários - CIELLI**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2010. v. 1. p. 01-12. Disponível em: <<http://www.cielli.com.br/downloads/103.pdf>> Acesso em: jan 2013.

_____. Espaços dialógicos em relatos biográficos. In: **Actes du Colloque a miroir**, 2012, p. 83-90. Disponível em: <<http://gerflint.fr/Base/Monde10/lysardo-dias.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2015.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

MAGNABOSCO, Gislaíne Gracia. **A construção do texto opinativo no hipergênero blog: análise de comentários do Blog Papo de Amiga da revista Capricho**. Dissertação (Mestrado). Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da UEM, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p.11-29.

MARCHUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Org.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

OLIVEIRA, Rosa M. C. **Diários públicos, mundos privados: diário íntimo como gênero discursivo e suas transformações na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado). UFBA, 2002.

PLANTIN, Christian. A argumentação biface. In: LARA, Gláucia et al. **Análise do discurso hoje**. vol 2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008.

_____. As razões das emoções. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). **As emoções no discurso**. v.II. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

PINHEIRO, Kelly. Hipérbole como argumento retórico. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 16, 2013, p. 150-167. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/1374/pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

SCHITTINE, Denise. **Blog: comunicação e escrita íntima na internet**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Pedro. **Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade**. Campinas: Editora UNICAMP, 1997.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ARGUMENTAÇÃO RETÓRICA NA LITERATURA EPISTOLAR DA ANTIGUIDADE

Manuel Alexandre Júniorⁱ

Resumo: Mais familiar e espontânea que a oratória, a epistolografia tendeu na antiguidade a seguir as mesmas regras. A cultura geral de base era retórica no mundo greco-romano, e a carta limitou-se a tirar proveito dela tanto na estruturação lógica dos conteúdos como na sua elaboração final. A lógica de argumentação que modelou o processo de escrita epistolar no período helenístico tendeu, pois, a ser a mesma sob a influência soberana do código retórico. As epístolas aqui analisadas o provam. Na forma como no conteúdo, no género como na espécie, o recurso às convenções retóricas é uma constante. No discurso epistolar de Isócrates a Níocles, na carta de consolação de Séneca a Lucílio (7.63), e na epístola paulina de exortação aos Gálatas a evidência é a mesma. Textura argumentativa e raciocínio lógico operam juntos como um todo, incorporando estratégias de argumentação e persuasão. Os três dão testemunho, cada um a seu modo, da clara influência da retórica sobre a literatura epistolar.

Palavras-chave: Retórica. Epistolografia. Retórica Epistolar. Crítica Retórica.

Abstract: More familiar and spontaneous than oratory, letter writing tended to freely follow the same rules in Ancient times. General education was basically rhetorical in the Greco-Roman world, and letter composition took advantage of such resources for the argumentative articulation of contents as well as for its final elaboration. The logic of argumentation that modeled the process of letter writing tended, then, to be the same in the Hellenistic period, under the influence of the rhetorical code, as the epistles analyzed here show. In the epistolary discourse of Isocrates to Nicocles, in the Seneca's letter of consolation to Lucilius (7.63), and in the Pauline epistle of exhortation to the Galatians, the evidence is the same. Argumentative texture and pattern, logical and qualitative reasoning work together as a whole, incorporating strategies of argumentation and persuasion. The three testify, each one in its own way, the clear influence of rhetoric on the epistolary literature.

Keywords: Rhetoric. Epistolary literature. Epistolary Rhetoric. Rhetorical Criticism.

ⁱ Professor catedrático jubilado da Universidade de Lisboa, investigador integrado do Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: malex@fl.ul.pt.

Introdução

Epistolografia e oratória foram veículos fundamentais de comunicação na antiguidade clássica e helenística. Destinados a servir fins distintos, estes dois géneros literários tinham muito de comum entre si tanto na forma como nos conteúdos, na medida em que a cultura retórica a ambos prestava os serviços mais nobres da arte que representava.

O termo *epistolē* (*epístola* ou *carta*) referia-se originalmente a uma mensagem oral enviada por um arauto ou mensageiro. Mas acabou por se aplicar sobretudo aos documentos escritos enviados por alguma entidade ou instituição a um destinatário específico. O verbo *epistellein* significava simplesmente ‘transmitir ou enviar uma mensagem’, dar ou receber ordens por escrito. Como demonstrou Agostinho, carta era qualquer peça de escrita contendo uma saudação, o nome do emissor e receptor independentemente de ser ou não enviada¹.

Com o tempo, as cartas vieram a revelar-se instrumentos privilegiados de comunicação mais ou menos literária. Escritas em tabuinhas, papiro ou pergaminho, elas circulavam por toda a parte. Desde 539 a. C. que os persas tinham um sistema postal de larga abrangência, a cobrir praticamente todo o seu império. Correios a cavalo chegavam a percorrer distâncias de mais de dois mil quilómetros em menos de duas semanas na expedição das mesmas.

Na época helenística, era ainda mais corrente a literatura epistolar, tanto oficial como privada. Os romanos usavam escravos de confiança, pessoas contratadas para o efeito ou amigos em viagem como correios². Com a pacificação do império, Augusto desenvolveu um sistema de correios cujo serviço se prestava por jovens na idade militar³. Para o tornar mais funcional e eficaz, o imperador construiu uma rede de estalagens por terra e de barcos por mar devidamente protegidos, para fazer que o correio chegasse ao seu destino com a maior celeridade e segurança possível⁴. Era tão corrente a circulação epistolar no século I a. C. que, só de Cícero, há notícia de mais de oitocentas cartas.

¹ Agostinho, *Retractationes* 2.20, 550-551.

² Os portadores de correio chamavam-se *tabellarii* ou *nuntii*.

³ Tal sistema tinha então o nome de *cursus publicus*.

⁴ Um mensageiro percorria então a média de oitenta quilómetros por dia, chegando a atingir os duzentos e quarenta em circunstâncias especiais.

É surpreendente o volume de cartas recuperadas do mundo greco-romano. São dezenas de milhares: umas literárias, outras documentais, outras de simples comunicação pessoal e privada; cartas relativas a todas as áreas da vida política, económica, social e doméstica. A comunicação epistolar assumiu tais proporções no império, que a formação de quadros se tornou premente para a sua produção e distribuição.

Foi sobretudo na época helenística que se fez sentir mais a necessidade de uma teoria da escrita epistolar; elementar e simples no princípio, para satisfazer os requisitos de uma elaboração minimamente estruturada, mas acusando com o tempo uma dependência clara das convenções da retórica. Tendeu, porém, sempre a distinguir-se por características de estilo como a simplicidade, a clareza, a brevidade, e uma maior aproximação à linguagem coloquial e familiar (GÖRGEMMANS, 2004, p. 1138). É o que passamos a mostrar.

Epistolografia na Antiguidade

Reis, filósofos, sacerdotes, funcionários públicos e o cidadão comum escreviam cartas de vários tipos, refletindo graus diversos de literacia e facilidade. Em muitos casos, as cartas eram escritas para nutrir relações de amizade, consolar, exortar, aconselhar, transmitir informação útil, fazer pedidos, justificar causas, dar instruções. A carta era então entendida como extensão da voz do emissor, escrita como diálogo entre partes interessadas, como um dos dois lados de uma discussão; como que a invocar a dinâmica estratégica do discurso oratório, onde refutação e confirmação eram evidentes.

Artémon, editor do acervo epistolar de Aristóteles, definiu a carta como “uma meia conversa” (HARDING, 1998, p. 85)⁵. E Deissmann (1978, p. 228) limitou-se a sublinhar que ela não se distinguiu de uma conversa privada por registar a “conversa pessoal e confidencial entre pessoas separadas pela distância”. Sentiu, porém, a necessidade de fazer distinção entre carta e epístola. Definiu esta como forma literária, escrita com os cuidados de estilo que melhor serviam a sensibilidade estética do público leitor. Declarou aquela mais espontânea, íntima e privada, nada mais que um substituto para a conversa direta e informal.

⁵ Cf. Pseudo-Demétrio, *De Elocutione*, 4.223.

A epístola acabou assim por se aproximar do discurso público, sendo escrita com um auditório em vista e recorrendo ao cânon retórico para a sua elaboração. Numa palavra, a sua relação com a carta aproxima-se da que existe entre o diálogo platónico e uma conversa entre amigos. Esta distinção clássica entre cartas e epístolas não faz, porém, muito sentido para a maior parte dos estudiosos (THRAEDE, 1970, p. 1-4; STOWERS, 1986, p. 17-20; DOTTY, 1969, p. 17-20; WHITE, 1983, p. 434-435).

Foi o reconhecimento da existência de cartas ou epístolas literárias e não literárias que induziu muitos estudiosos a avançar com uma classificação mais útil, mais baseada na função do que no estilo. Dotty (1978, p. 24-26), por exemplo, sugeriu cinco tipos de cartas na tradição epistolar grega: cartas de negócios, oficiais, públicas, de ficção, e de discurso ou ensaio. Define ele a carta como “um produto literário em forma epistolar, endereçado a um leitor público ou privado”. White (1988, p. 95) avançou com uma lista mais ampla de categorias epistolares, dividindo-as em: cartas administrativas, diplomáticas e familiares, de contrição, amizade, consolação, recomendação, convite e petição, e cartas literárias. Stowers (1986, p. 17-20) reduziu a sua classificação a seis tipos: cartas familiares, de louvor ou censura, de amizade, exortação, meditação e apologia.

Em síntese, as cartas produzidas na época greco-romana tenderam a reflectir as seguintes características comuns: (1) *Filofronese* – a expressão de uma relação amigável entre emissor e receptor; (2) *Parousia* – o seu autor dirige-se ao receptor como se ele estivesse fisicamente presente; e (3) *Homilia* – o autor continua o diálogo encetado quando se reencontrar como o receptor (KOSKENNIEMI, 1956, p. 35-47).

Não é, pois, de surpreender que alguns géneros epistolares se assemelhem às três espécies da retórica. Segundo Demétrio de Faleros, a carta deve escrever-se da mesma maneira que um diálogo ou conversa, mas de forma estudada e elaborada; mais atenta ao efeito retórico no que respeita à argumentação desenvolvida e ao estilo, mas privilegiando a clareza de expressão e a naturalidade⁶.

Segundo Libânio, o código retórico marcou presença não só na definição dos vários tipos de carta, mas também na sua adaptação às mais diversas situações da vida. O seu principal interesse recaiu por isso na carta parenética,

⁶ Pseudo-Demétrio, *De elocutione*, 225-232. Aristóteles, observa ele, usou argumentos (ἀποδείξεις) ao escrever cartas, mas fê-lo de forma apropriada e em tom familiar (*Ibidem*, 234).

que tinha clara afinidade com a retórica deliberativa e epidíctica, onde o orador exortava ou recomendava determinados valores ou ações⁷. Cada uma destas tipologias servia causas diferentes e adequava-se a situações diversas, requerendo formas de argumentação e estilos diferenciados, conforme o ditavam as necessidades e os recursos dos epistológrafos.

Argumentação Retórica na Literatura Epistolar

Pela sua flexibilidade e função, o género epistolar foi sempre permeável à influência da retórica e adoptou facilmente a estrutura do discurso argumentativo, com o simples acréscimo dos naturais *praescriptum* e *postscriptum*⁸. Embora os teorizadores de retórica e epistolografia pouco escrevam sobre a estrutura de cartas segundo o modelo retórico (REED, 1997, p. 182), Gregório de Nazianzo explicitamente diz que “a melhor e a mais bela carta é a escrita para persuadir tanto a pessoa culta como a inculta”, e a que a ambos é de imediato inteligível⁹.

A epistolografia antiga revela, de facto, o uso consistente das convenções retóricas. Confirmam-no Cícero e Quintiliano ao subtilmente denunciarem traços de contaminação retórica nas cartas de Demóstenes e se deixarem porventura influenciar pelo seu estilo epistolar¹⁰. Confirma-o também Séneca, ao dizer que as cartas se devem escrever num estilo claro e o mais adequado à situação e nelas reconhecer a legitimidade do recurso à argumentação retórica¹¹; ao mostrá-lo também nas suas *Cartas a Lucílio*.

O uso que Demóstenes fez da carta é verdadeiramente assinalável; sobretudo quando em exílio se defendeu junto do conselho e assembleia de Atenas. Em tom forense e epidíctico de apologia, Demóstenes construiu a sua

⁷ Pseudo-Libânio, *Epistolary Styles*, §5.

⁸ Independentemente de terem ou não a rigor a estrutura do discurso oratório, quase todas as cartas se dividem na antiguidade em três partes: abertura epistolar, desenvolvimento mais ou menos retórico e encerramento epistolar. Como observa G. Kennedy “The structure of a Greco-Roman letter resembles a speech, framed by a salutation and complimentary closure” (KENNEDY, 1984, p. 141).

⁹ Ep. 51.4.

¹⁰ Cícero, *Brutus* 121, e *Orator* 15; Quintiliano, *Institutio oratoria* 10.1.107; Plutarco, *Vidas* 20.

¹¹ Ep. 75.2-3: “pois é assim mesmo que eu pretendo que sejam as minhas cartas, que nada tenham de artificial, nem de fingido!... Mesmo que eu tivesse discutido contigo não me iria pôr na ponta dos pés, nem fazer grandes gestos, nem elevar a voz: tudo isso seriam artifícios de oradores, enquanto a mim me bastaria comunicar-te o meu pensamento, num estilo nem grandiloquente nem vulgar. De uma coisa apenas eu te quereria convencer: de que sentia tudo quanto dissesse, e não apenas o que sentia, mas que o sentia com amor!”.

defesa junto dos destinatários, confirmando e reafirmando retoricamente a justiça da causa que antes pessoalmente apresentara em tribunal¹². Conforme o testemunha Goldstein, o corpo central da sua *Epistula* 2 apresenta-se dividido nas quatro partes canónicas do discurso oratório: (1) No *proémio*, apelando à benevolência dos ouvintes no tom indignado de quem se sente injustiçado (2.1-2); (2) na *proposição*, defendendo a revisão da pena e absolvição do castigo (2.3); (3) Na *confirmação*, retratando as virtudes da sua carreira política, com base nos principais tópicos retóricos chamados *teliká kefálaia*: a sua *proposição* é justa, legítima, vantajosa, honrosa, agradável e fácil de cumprir, também possível e necessária (2.4-20); (4) no *epílogo*, emotivamente amplificando o apelo à sua absolvição (2.21-26) - (GOLDSTEIN, 1968, p. 31-34). “Outro exemplo de ‘carta retórica’ é a primeira epístola de Dionísio de Halicarnasso a Ameu – um consistente e bem desenvolvido argumento a mostrar que Demóstenes não aprendeu de Aristóteles as convenções da retórica” (REED, 1997, p. 187-188).

Os discursos de consolação encontraram na carta a forma retórica e literária que mais se prestou a veicular os seus conteúdos¹³; nomeadamente a lamentação pelo infortúnio que se abateu sobre o destinatário, ou o alento dado para lhe suavizar a dor e o ajudar a suportá-la. Num ambiente propício a conselhos, exortações e admoestações de carácter filosófico, a *consolatio* integra assim categorias de estilo epistolar como a retórica protréptica e parénética¹⁴ para persuadir o leitor quer a permanecer no estilo de vida aceite,

¹² Cf. *Ep.* 1.2-4; 3.1-35; também a *Ep.* 2. Conforme registo de Jeffrey T. Reed (1997, 187).

¹³ Circulavam na antiguidade muitos manuais práticos com descrições de cartas adequadas a uma variedade de ocasiões e necessidades, entre elas, os *Typoi epistolikoi* de Pseudo-Demétrio (II/I séculos a. C.) com a descrição de vinte e uma categorias de cartas, e os *Epistolimaioi characteres* de Pseudo-Libânio (314-393 a. D.), com a descrição de quarenta e um tipos acompanhados da respectiva exemplificação, entre eles o da consolação.

¹⁴ No mundo greco-romano havia uma tradição segundo a qual o escritor apelava ao receptor a continuar cultivando um certo estilo de vida pela recomendação da moral convencional e da sabedoria tradicional. Recomendação esta reforçada por exemplos positivos e negativos, ao mesmo tempo que pela lembrança dos princípios e valores éticos que o receptor já conhece. A par com esta tradição, desenvolveu-se um outro modelo literário de exortação, de menor impacto, que requeria do receptor a mudança da sua atual orientação de vida e a sua dedicação à filosofia ou à virtude. Estes dois modos de exortação eram identificados com a parénesis na tradição greco-romana (MALHERBE, 1986, p. 121). Rudolph Vetschera adoptou, entretanto, a seguinte diferenciação. Reservou o termo ‘paraenesis’ para aquele modo de mensagem em que o receptor é exortado a *manter* a sua adesão a modos de conduta tradicionais ou geralmente aceites, e o nome de ‘protrepis’ para aquele modelo de mensagem que assume a forma de apelo à *mudança* do estilo de vida de uma pessoa – apelo que normalmente aponta para a devoção ao estudo da filosofia como objectivo último e caminho mais seguro para a virtude (VETSCHERA, 1912, p. 3-5). Ambos os modelos visam inculcar virtude. Quando o escritor exorta o destinatário a uma nova e radical mudança de vida, temos ‘exortação protréptica’. Quando a exortação visa a manutenção do estilo de vida seguido ou aceite, temos ‘parénesis’ (HARDING, 1998, p. 107-109).

quer a adoptar normas diferentes de conduta. A estrutura persuasiva destas cartas reflecte em geral a influência dos cânones retóricos vigentes¹⁵, mas representa na sua *flexibilidade de estilo* mais uma síntese do essencial das várias tradições do que a vinculação a alguma delas em particular (REED, 1997, p. 188-189). As *Epistulae* 63 e 99 de Séneca a Lucílio são disso um bom exemplo.

A maioria das cartas em que a presença retórica é mais evidente divide-se em três partes: abertura, desenvolvimento oratório e conclusão. A abertura podia incluir, entre outras coisas, uma saudação, a expressão de um desejo de saúde ou uma fórmula de agradecimento. O corpo da carta era aberto aos conteúdos temáticos que a situação impunha, mas incluía por norma elementos de carácter narrativo e argumentativo. E a conclusão, embora não obrigatória, continha por vezes fórmulas de despedida que claramente denunciavam o seu final. Juntas, as três componentes que intervinham na elaboração da epístola apresentavam semelhanças claras com a estrutura do discurso oratório em quatro partes, nomeadamente a central: proémio, narração, argumentação e epílogo. Mas era talvez na área do estilo que a influência retórica se tornava mais visível na epístola.

Exemplos de Retórica Epistolar

Betz (1979, 1974-75, p. 353-379) e Kennedy (1984, p. 97-156) não hesitam em sustentar que a estrutura de uma carta greco-romana do período helenístico, nomeadamente a literária, é em tudo semelhante à de um discurso oratório na sua parte central, envolta esta em palavras de saudação na abertura e de despedida no encerramento. Veremos a seguir como carta e discurso interagem e por vezes se confundem. O discurso de Isócrates a Níocles é um tratado de função claramente epistolar. A carta de consolação a Lucílio é uma amostra simples de como Séneca soberanamente se serve do código retórico na escrita das suas cartas. A epístola de Paulo aos Gálatas testemunha de igual modo o recurso ao método na comunicação dos princípios e valores do Cristianismo nascente pela via epistolar.

¹⁵ É considerável o uso de cartas na linha do discurso deliberativo nos primeiros séculos da era cristã. Vide Hansen (1989, p. 34-43).

1 Isócrates: Discurso a Níocles

O discurso de Isócrates a Níocles é considerado um dos mais pedagógicos. Nele, o grande educador de Atenas disserta sobre os deveres de governantes e governados, exaltando em clímax a figura do governante ideal¹⁶. Entendida como documento ético de conselhos ao novo rei, esta peça de literatura epistolar foi um dos muitos presentes que o soberano de Salamina em Chipre recebeu, e porventura o que mais útil lhe foi como modelo de conduta a seguir na governação do seu povo.

No fundo, trata-se de uma categoria híbrida de discurso, em que o tom de natureza epistolar se confunde com o da argumentação deliberativa e epidíctica do discurso oratório¹⁷. Enquanto discurso, esta dissertação ética apresenta-se dividida em quatro partes: proémio (1-6a); proposição (6b-8); argumentação (9-53); e epílogo (54). Enquanto carta, nota-se o tom pessoal da conversa entre o mestre e o discípulo, numa mensagem de conselho parenético em que ressaltam os tópicos do benéfico, do útil, do conveniente e do necessário.

O tema epistolar deste discurso será, porventura, “o melhor presente”, o mais valioso e invulgar de todos os que por norma se costumam oferecer. Pois, no princípio como no fim, Isócrates o refere e incisivamente distingue de todos os demais, realçado aliás pelo recurso a uma antítese em forma concêntrica de composição, a *inclusio*¹⁸.

No proémio [1-6a], Isócrates estabelece o duplo contraste entre o que se dá com segundas intenções e o que se dá por generosidade, entre as dádivas que se fazem por interesse e as que sem nada esperar em troca contribuem para a grandeza de carácter de quem as recebe. Nisto se distingue o presente de Isócrates. É um catálogo de bons conselhos que visa a formação do rei nos caminhos da excelência para governar a nação no interesse exclusivo do seu povo.

¹⁶ Níocles, filho do rei de Chipre, sucedeu ao seu pai Evágoras no trono, após a sua morte em 374 a. C.

¹⁷ Classificado, por norma, como discurso e não como carta, este documento não deixa de ser uma dissertação ética no tom formal da epístola que o mestre de Atenas dirigiu ao seu aluno, embora com as formalidades de quem agora está na presença do novo rei.

¹⁸ Um presente diferente dos demais, na medida em que ganha mais valor com o uso e jamais se desgasta, aquele que decorre de uma formação exemplar, do culto da verdadeira sabedoria pelo exercício das virtudes mais excelentes (*Nic.* 2. 54).

Na proposição [6b-8], o educador de Atenas dispõe-se a recomendar ao rei as virtudes que deverá incarnar no exercício das suas funções e os cuidados a ter para as fazer vingar. O que Isócrates se propõe em tese é o seguinte: ser mais que mero instrutor, para não aproveitar apenas a quem recebe os seus conselhos; ser um educador de verdade na arte de aconselhar, para materializar a virtude na vida e na alma do próprio rei, a fim de ser útil não só a si, mas também ao povo que lhe obedece.

Na unidade central da prova [9-53], o mentor espiritual do rei dá corpo a esses valores pelo conselho e a exortação, desenvolvendo por vezes densas e elaboradas sequências lógicas de argumentação persuasiva. E é de forma variada que os argumentos se concretizam. À prova primária pelo silogismo retórico, sucede-se por vezes uma prova secundária pelo recurso à analogia e ao exemplo.

Ronda uma centena o número das formas verbais imperativas e afins, e passam da dezena os argumentos de raciocínio retórico. O último [40-53] forma uma unidade em que Isócrates justifica a natureza dos conselhos que dá, e em clímax exalta as virtudes reais e potenciais do soberano, despertando nele o exercício das faculdades mais nobres, tanto na arte de se reger a si mesmo como nas de bem servir e governar o seu povo, cultivando em si e despertando neles os valores de um saber mais excelente.

Trata-se de um silogismo retórico alargado do tipo do argumento mais completo e perfeito, segundo o autor da *Retórica a Herénio*¹⁹. Em síntese: (1) O rei não devia estranhar os conselhos dados; (2) pois recordá-los é pedagógico. (3) Não é em discursos desta natureza que se esperam novidades; pois, em tais discursos, não há lugar para o paradoxal, o ousado, o contrário às ideias estabelecidas, mas sim para o que é essencial e se apresenta da forma mais eloquente. (4) Eu, Isócrates, não ignorava que os discursos de aconselhar bem são de todos os mais úteis, mas os menos agradáveis de ouvir. (4.1) Todos louvam quem dá bons conselhos, mas poucos os buscam; como nos alimentos mais saudáveis e nas ocupações mais nobres. (4.2) Citam-se Hesíodo, Teógnis

¹⁹ O “argumento mais completo e perfeito” (*Her.* 2:28-30) apresenta-se dividido em cinco partes, incluindo-se na quarta uma série de figuras ou tópicos de argumentação: 1. *Propositio* (proposição ou tese – o que se pretende provar); 2. *Ratio* (razão ou razões – breve explicação ou justificação); 3. *Confirmatio* (prova da razão – corrobora a razão por meio de argumentos adicionais); 4. *Exornatio* (ornamento oratório – adorna e enriquece o argumento primário, depois da prova estabelecida); e 5. *Complexio* (uma conclusão breve). As figuras básicas de argumentação na *exornatio* são: 4.1. *Simile* (uma analogia); 4.2. *Exemplum* (um exemplo); 4.3. *Amplificatio* (amplificação ou expansão do argumento); 4.4. *Iudicatio* (citação ou citações de autoridade).

e Focílides como os melhores exemplos na arte de aconselhar a vida humana, mas prevalece a conduta frívola. (4.3) Expande-se o tema pelo argumento dos prazeres contrários, com referência aos males que provoca a maioria aos mais sensatos com suas invejas, egoísmos e desejos efêmeros. (4.4) Como referências de autoridade, citam-se o gênio poético de Homero e dos primeiros inventores da tragédia na avaliação da natureza humana. (5) A conclusão deste argumento é também o princípio da do discurso no seu todo, restando-lhe apenas o encerramento epistolar: Saiba o rei prosseguir sendo um homem acima do vulgo e acima dele governar, avaliando a relevância das coisas e o valor das pessoas pelo seu carácter e utilidade ao bem comum, e não pelos prazeres que possam sugerir; pois, o conselheiro sábio é sempre o mais útil e o mais régio de todos os tesouros, e quem mais investe na cultura da inteligência real é quem mais contribui para a grandeza do seu reino.

No epílogo [54], faz-se de novo o contraste entre os bons conselhos de Isócrates, que são no fundo as boas dádivas com que honra Níocles e que representam a forma mais excelente de educação: aquela que, como diz e sustenta, conduz tanto no princípio como no fim a um estado de inteligência e sabedoria superiores, nutrindo a alma do rei com as virtudes que o habilitam não só a conhecer e compreender os primeiros grandes princípios, mas também a aplicar os mesmos a cada situação concreta da vida. Essa é, no fundo a função da verdadeira filosofia, de uma espécie de filosofia consumada a que dá o nome de sabedoria.

No seu todo, este discurso epistolar é um exemplo fiel da “filosofia do discurso” que inspirou e informou a tão celebrada *paideia* de Isócrates; toda ela impregnada de uma singular sabedoria prática e expressa no rigor retórico de quem domina na perfeição arte tão nobre de bem falar e persuasivamente argumentar.

2 Sêneca: Carta de Consolação a Lucílio (Ep. 63)

Um dos trabalhos filosóficos mais bem escritos de Sêneca foi o das cartas dirigidas ao seu discípulo e amigo Lucílio. Trata-se de cento e vinte e quatro ensaios morais sobre os mais diversos temas, entre os quais discretamente se conta o da consolação; um tema presente em todos os géneros da literatura antiga que cartas, diálogos, ensaios, poesia lírica, épica e elegíaca veicularam (STOWERS, 1986, p. 91-94).

A presente epístola, embora relativamente breve, como aliás se recomenda²⁰, é uma amostra clara da forma como o pensador estoico se socorre dos recursos de toda uma tradição retórica e epistolar para nos presentear com uma estrutura de argumentação que ao mesmo tempo consola, admoesta e exorta o seu amigo. Situada na tradição da consolação filosófica, ela não deixa de reflectir uma forte influência da retórica na sua configuração estrutural e estilística.

Esta carta de Séneca apresenta-se dividida em três partes, como convém ao discurso deliberativo: proémio, argumentação e epílogo. Identificado com a dor de Lucílio, Séneca lamenta profundamente a morte de Flaco, mas aconselha o amigo a gerir estoicamente a situação e evitar o excesso. Transformando introdutoriamente o fenómeno concreto da morte de um amigo na tese de um princípio universal, Séneca demonstra esta a seguir em quatro argumentos, avançando progressivamente as razões que justificam a equidade do princípio enunciado, para cabalmente provar que a morte de um amigo *lacrimandum est, non plorandum* (63.1).

Muito ao gosto dos antigos, o proémio apresenta-se estruturado na forma de um quiasmo. Avançando do particular para o geral, os mesmos temas repetem-se na segunda metade em ordem inversa, aplicando no plano filosófico do *logos* o que se verifica no plano retórico do *êthos* e do *pathos*.

A – Lamento profundamente o falecimento do teu amigo Flaco,

B – No entanto entendo que a tua dor não deve ultrapassar os limites do razoável.

C – Não ousaria exigir de ti que não sentisses o mínimo abalo perante o facto, embora isso fosse o ideal.

D – Uma tal firmeza de ânimo apenas está ao alcance de quem já se alçou muito acima das contingências da fortuna.

D' – E mesmo um homem assim não deixaria de sentir na alma uma beliscadura, se bem que somente uma beliscadura!

C' – A homens como a nós pode perdoar-se que deixemos correr as lágrimas,

B' – Desde que não em excesso, e desde que as saibamos estancar.

A' – Importa que, perante o desaparecimento de um amigo, os nossos olhos nem fiquem secos nem inundados.

²⁰ “In approximately 14,000 private letters from Greco-Roman antiquity, the average length about 87 words, ranging in length from about 18 to 209 words. Cicero averaged 295 words per letter, ranging from 22 to 2,530 words, and Seneca 995, ranging from 149 to 4134” (Richards 1991, 213). A propósito da *consolatio*, Julius Victor diz: “[Rem secundam prolixius gratulare, ut illius gaudium extollas:] cum offendas dolentem, pauculis consolare, quod ulcus etiam, cum plena manu tangitur” (as consolações devem ser breves, porque uma ferida fica em chaga quando apertada com mão firme).

Com o primeiro argumento, Sêneca mostra que “as lágrimas em excesso” nada mais são do que um falso sinal de ostentação. A verdade da tese realçada em clímax pela estrutura do proémio é aqui demonstrada pelo recurso a uma dupla *interrogatio*, que simultaneamente encarna a citação e o exemplo, e culmina com a autoridade de uma máxima. A morte de um amigo é de chorar e não de deplorar (63.1) porque “até o maior poeta da Grécia concedeu às lágrimas tão somente o espaço de um dia”, e o mesmo poeta “nos diz que até Níobe não descurou os cuidados com a alimentação” (63.2). “Ninguém prodigaliza manifestações de tristeza quando está sozinho”.

No segundo argumento, Sêneca induz Lucílio a fazer distinção entre a sua dor e a lembrança de Flaco; a acalantar o doce prazer dessa memória, mesmo sabendo que recordar o nome de um amigo se faz sempre acompanhar de um certo aperto de alma, e estranhamente gera algum prazer (63.4)²¹. Trata-se de uma linha complexa de argumentação bem ao jeito da diatribe²² e na forma da elaboração temática²³; um diálogo filosófico em que Sêneca imagina Lucílio a interrogar-se, “*quid ergo*”, *inquis*, “*obliuiscar amici*”?²⁴ e a elaboradamente responder à questão para melhor fundamentar a tese enunciada e mais visibilidade retórica dar ao pensamento filosófico que representa. Estruturado em sete partes (63.3-7), este argumento parece querer mostrar que quanto mais breve é a dor mais longa promete ser a recordação²⁵.

O raciocínio com que se expande a conclusão do segundo argumento (63.8)²⁶ abre caminho a um terceiro não menos elaborado, que por acréscimo mostra não serem as lágrimas em excesso mais do que um sinal tardio de amizade não manifesta em vida. Também aqui é a *Retórica a Herénio* que

²¹ Como ele próprio afirma na sua *Ep. 99*, *Non est dolor iste, sed morsus; tu illum dolorem facis* (“isto não é dor, mas um mero aperto de alma; és só tu que o transformas em dor”).

²² Sêneca imagina-se também aqui em diálogo filosófico com Lucílio e passa a responder a uma questão que coloca nos lábios do amigo, com o objectivo de elaborar ou aprofundar o ponto central da sua tese.

²³ A *tractatio*, segundo a *Rhetorica ad Herennium* 4.56-58.

²⁴ “Como dizes? Então eu hei de esquecer o meu amigo?!” (63.3).

²⁵ Proposição, razão, confirmação, contrário, exemplo, símile e conclusão.

²⁶ A estrutura do epiqueirema quintileâneo e da *ratiocinatio* ciceroniana (*propositio*, *propositionis approbatio*, *assumptio*, *assumptionis approbatio*, *conclusio*) é muito semelhante: três partes, a primeira; cinco partes (quatro ou três) a segunda, conforme as premissas se fazem ou não acompanhar das respectivas razões.

inspira o modelo de argumentação por ele seguido²⁷, como que a lembrar a elaboração temática de uma cria, conforme posteriormente instruída por Téon, Hermógenes e seus sucessores (KENNEDY, 2003)²⁸.

Concluindo em clímax esta sequência argumentativa, Sêneca recorre à máxima, ao entimema e ao exemplo para provar duas coisas: primeiro, que “quando deliberadamente não pomos um termo à nossa dor, o tempo o fará por nós”; e segundo, que “coisa alguma se torna aborrecida mais depressa do que a dor”. O exemplo dos antigos e o da sua experiência são argumentos que sustentam as verdades enunciadas e demonstram que “nada há mais inconveniente para um homem avisado do que deixar o cansaço servir de remédio à dor”.

Plenamente inserido na cultura da época, Sêneca soube usar com particular mestria tanto as categorias retóricas que retêm marcas de oralidade²⁹ como aquelas figuras que a retórica literária consagrou. Para a eficácia dos seus argumentos concorrem figuras de estrutura como o quiasmo, a repetição cíclica de palavras-chave como *dolor*, *lacrima*, *amicus* e *uoluptas*, a antítese, a inclusão e a simetria concêntrica. O discurso encerra (63.16) em quiasmo como começou; simplesmente agora em tom de exortação; uma construção circular que dirige a atenção para o elemento central da estrutura e ajuda a renascer uma réstia de esperança que transforma a ‘tristeza’ da perda na alegria contida de um possível reencontro final³⁰.

Sem ser imitador servil das convenções retóricas, Sêneca soube usar criativamente as técnicas de composição inspiradas nessa arte para comunicar com eficácia e rigor a sua mensagem. Socorreu-se da retórica como serva da filosofia, não só para dar expressão à grandeza das ideias em que acreditava,

²⁷ O “argumento mais absoluto e perfeito”, que se encontra iluminado em *Her.* 2:28-30: argumentação primária (tese, razão, confirmação), argumentação secundária (contrário, símile, exemplo de autoridade), e conclusão.

²⁸ Cf. George A. Kennedy (tr.), *Progymnasmata: Greek Textbooks of Prose Composition and Rhetoric*, Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003: Aelius Theon, p. 15-23; Hermogenes, p. 76-77; Aphthonius, p. 97-99; Nicolaus, 139-142.

²⁹ Categorias como o quiasmo, a inversão, a alternância, a inclusão, a composição circular, o refrão, a simetria concêntrica.

³⁰ A – Pensemos, caro Lucílio, que em breve também nós iremos

B – para onde foi agora, para tristeza nossa, esse nosso amigo.

C – Pode ser que os sábios tenham razão e haja um lugar onde todos iremos residir após a morte;

B’ – Se assim for, esse amigo que julgamos ter morrido,

A’ – limitou-se a partir para lá à nossa frente!

mas também para persuadir, convencer e transformar o destinatário da sua carta. E, quem sabe? Porventura, aperfeiçoar-se a si próprio. Pois, como diz: “Sou eu que te escrevo estas palavras, eu, que tão imoderadamente chorei o meu grande amigo Aneu Sereno, eu, que com grande vergonha minha me vejo forçado a incluir-me no número dos que se deixaram vencer pela dor!” (63.14).

Mediante uma simples carta de consolação, o autor cumpriu a aventura filosófica de também reflectir sobre si para se autoexaminar e corrigir. Renunciando ao papel de sábio e mentor da consciência alheia, também ele se confessou enfermo e aprendiz em busca da felicidade e sabedoria que aconselhava³¹. Mas, não estará ele a cumprir este projeto de ação terapêutica mediante o recurso a uma subtil estratégia retórica genialmente conseguida sem dar nas vistas? Lógica, ética e patética retóricas juntamente concorrem para persuadir Lucílio a transformar as lágrimas de tristeza no doce e alentado prazer da memória do amigo, e a dor da perda, na satisfação de valorizar mais a amizade expressa em vida. A lógica de cada um dos argumentos é eticamente sustentada pela crescente empatia manifesta, e é eficazmente demonstrada por toda uma sinestesia de emoções que o estilo gnómico, diatríbico e paradigmático juntamente despertam.

3 Paulo: Carta de exortação aos Gálatas

Gálatas é seguramente uma das epístolas mais vigorosas e expressivas do apóstolo Paulo. A sua linguagem é vívida, e os argumentos são fortes do princípio ao fim. Considerada por uns uma carta apologética e por outros uma carta de denúncia e exortação, esta epístola combina elementos de retórica forense e deliberativa. Tanto a estrutura como a dinâmica argumentativa da sua mensagem são de cunho vincadamente retórico.

Em sintonia com as recomendações de Demétrio para cartas desta natureza, o estilo é veemente³² e a relativa brevidade marcada pelo uso da ênfase e da alegoria. Ao contrário do que se verifica noutras epístolas, as frases são penetrantes e breves e a harmonia do conjunto é sustentada por figuras de construção simples como a inclusão, a antítese e o quiasmo. Vemos

³¹ “É como companheiro de sanatório que eu falo contigo da nossa comum enfermidade e te dou parte dos medicamentos que uso. Escuta, portanto, as minhas palavras como se me estivesses ouvindo a falar com os meus botões; é como se eu te permitisse o acesso aos meus segredos e discutisse comigo mesmo na tua presença...” (27.1). Cf. 68.9.

³² Demétrio, *Eloc.* 240-304.

neste discurso epistolar como Paulo desenvolve cada tema enunciado no proémio, como os sustenta e expande ao longo do discurso relacionando-os no epílogo em justaposição, e como afinal o conclui de forma tão dramática como o começou.

Abertura epistolar e proémio (1:1-12)

Depois de saudar os leitores, Paulo costuma elogiá-los e agradecer por eles. Nesta carta, porém, é diferente. Não há referências à oração nem ao louvor nem a qualquer tipo de encorajamento. Pelo contrário, no proémio exprime espanto face à conduta dos Gálatas e lamenta os falsos mestres que os perturbam. Profere também um anátema solene sobre os que entre eles mudaram a face do evangelho. O *pathos* atingido nos versículos 8-9 é elevado, incluindo expressões de juízo, o recurso à hipérbole, a repetição variada das condicionais³³. Este *êthos* emocional forte é continuado por duas questões retóricas em 1:10 e atinge o seu clímax na *stasis*³⁴.

Postulando a origem e razão ética do evangelho que anuncia, Paulo declara o carácter normativo do mesmo em tese duplamente entimemática. A afirmação, “Eu declaro-vos, irmãos, que o evangelho que por mim vos foi pregado não é um evangelho de origem humana”, é confirmada negativa e positivamente nos seguintes termos: “Pois não o recebi nem o aprendi de homem algum, mas recebi-o por uma revelação de Jesus Cristo” (1:11-12).

Assim como afirmou no princípio a origem divina da sua chamada apostólica, também agora sustenta a do evangelho que proclama. E o faz com a narração dos factos: o que aconteceu antes da sua conversão, na sua conversão e depois da sua conversão.

Narração (1:13-2:21)

A vida de Paulo no judaísmo era a de um defensor fervoroso das tradições dos seus pais e um feroz perseguidor da igreja. Afrontava os cristãos e ousava destruir os fundamentos das suas comunidades³⁵. O contraste entre os versículos 13-14 e 15-16 é, entretanto, abismal. Assevera Paulo que foi Deus

³³ Conforme Aristóteles sugere em *Re.* 1413b.

³⁴ Enunciação do ponto fulcral da questão (1:11-12).

³⁵ Cf. *Actos dos apóstolos* 8:3; 26:10.

quem fez a diferença na sua vida, ao chamá-lo pela sua graça, ao revelar-lhe o seu próprio Filho. Como afirma e sustenta: Deus separou-o para si antes mesmo de ter nascido; chamou-o misericordiosamente no clímax da sua luta espiritual contra Cristo e seus discípulos; revelou-lhe enfim o seu próprio Filho. O Cristo que antes via como impostor, desvendou-se aos seus olhos como o próprio Messias, o Filho de Deus, o Salvador do mundo.

Nem conversão nem apostolado tiveram origem humana, como também a não tiveram a formação que recebera após a conversão e a mensagem que passou a proclamar. É o que mostra a seguir com três álibis (1:16b-24): Não voltou a Jerusalém para se encontrar com os que eram apóstolos antes dele; só passados três anos por ali passou para se avistar com Pedro e nada mais (1:16-19), seguindo duas semanas depois para as regiões da Síria e da Cilícia (20-24); e só passados catorze anos lá voltou para ver confirmadas a autenticidade do seu evangelho e a graça que lhe fora dada a favor dos gentios (2:1-10). O seu fanatismo pré-cristão, a iniciativa divina da sua conversão e a distância face aos líderes da igreja de Jerusalém são por si prova insofismável da origem divina da sua mensagem. Várias figuras retóricas concorrem para dar realce a esta verdade; figuras como o parêntesis, o hipérbato, a ironia, a metonímia e a metáfora.

Qualquer desvio deste evangelho era a seus olhos intolerável. Paulo estava, por isso, determinado a defendê-lo a qualquer custo. Daí a tautologia de 2:16 em quiasmo: obras | fé || nós cremos || fé | obras; seguida, aliás, de uma interrogação retórica em 2:17, a aumentar o grau de tensão emocional que culmina na personificação vívida do próprio pecado³⁶. Confirmam-no também a metáfora do edifício em 2:18, a alegoria da morte para a lei e vida para Deus em 2:20. Duas orações em antítese formam uma espécie de quiasmo (“vivo | na carne || na fé | vivo”)³⁷, que em clímax patético termina a raciocínio central (2:21): “pois se a justiça é mediante a lei, segue-se que Cristo morreu em vão”³⁸. Em conjunto, os versículos 16-21 tomam a forma de um argumento completo bem próximo da elaboração de uma *cria*, em seis partes: tese (16a); razão (16b); contrário (17); analogia: edifício (18); exemplo: eu retórico (19);

³⁶ Cf. Aristóteles, *Retórica* 3.11.3-4; Demétrio, *De elocutione* 81; Quintiliano, *Institutio oratoria*, 8.6.11-12). Na frase ἁμαρτίας διάκονος, o termo ἁμαρτία é personificado. Retratar objectos ou conceitos inanimados como seres animados torna o assunto ainda mais vívido (ἐνέργεια).

³⁷ Ζῶ ἐν σαρκί, ἐν πίστει ζῶ.

³⁸ Foi este incidente que aparentemente precipitou o concílio de Jerusalém descrito em Actos 15, e salvou de vez a face do Cristianismo nascente na sua confrontação com os que teimavam em transformá-lo numa seita do próprio Judaísmo.

conclusão (21). É de realçar no versículo 20 a antítese artisticamente construída.

No trânsito da narração para a argumentação, Paulo deixa claro que a justificação pela fé não é mera ficção legal, mas transformação real (2:17-21). E descreve a metamorfose em termos de morte e ressurreição para uma nova vida. Se alguém insiste que a justificação é pelas obras e que pode ganhar a salvação pelo mérito, está simplesmente a anular a graça divina e a tornar inútil a morte de Cristo.

Prova (3:1-6:10)

A prova é complexa. Envolve unidades de persuasão que em crescendo concorrem para sustentar a tese proposta. As duas unidades que a enformam são mediadas por uma digressão sobre a lei e a promessa: confirmação (3:1-4:31) e refutação (5:1-6:10).

Na primeira unidade de argumentação, a experiência espiritual dos gálatas é por si evidência probatória da justificação da fé (3:1-5), como o são também os argumentos de exemplo (3:6-9) e as citações de autoridade (3:10-14) que se seguem. “É o caso de Abraão, que creu em Deus e isso lhe foi creditado como justiça”. Pois, como diz a Escritura, “por meio de ti serão abençoados todos os povos da terra”³⁹.

Em digressão didática, Paulo afirma a seguir que a lei é boa mas não pode dar vida (3:15-25). A lei foi adicionada por causa das transgressões até que a promessa fosse cumprida. Assistiu-nos enquanto menores, à semelhança do pedagogo. Mas, quando passámos a ser filhos de pleno direito, deixámos de estar sob a tutela do pedagogo, como filhos da promessa. É o que os quatro argumentos finais desta unidade vão demonstrar; argumentos de memória, analogia, amizade e alegoria.

À metáfora do pedagogo, Paulo acrescenta a do baptismo como revestimento, para lembrar aos gálatas que a sua união com Cristo resultou de se revestirem dele como quem veste uma peça nova de vestuário (3:26-29). Como que a resumir dois mil anos de história, o apóstolo sublinha três factos

³⁹ Mais do que um simples exemplo histórico, esta citação assume o estatuto de profecia como prova necessária, e culmina numa série de outras quatro citações de autoridade. Com base nelas Paulo confirma a bênção prometida a Abraão e a declara cumprida em Jesus Cristo; para dizer afinal que, se todas as nações são abençoadas no patriarca de Israel, então a bênção deve vir pela fé, pois foi pela fé que Abraão recebeu o favor de Deus.

que em larga medida explicam a essência matricial do Cristianismo: Deus fez a Abraão a promessa de abençoar com a sua descendência todas as famílias da terra; Deus deu por Moisés uma lei que, longe de anular a promessa feita a Abraão, ainda a tornou mais urgente e necessária; Deus cumpriu essa promessa em Jesus Cristo para abençoar com ela todos os que confessam o seu nome.

Pois, assim como o herdeiro em nada difere do escravo enquanto é menor, também nós estávamos servilmente sujeitos aos rudimentos do mundo, acrescenta (4:1-11).⁴⁰ À condição do homem sob a lei (1-3) opõe-se agora a acção de Deus através de Cristo (4-7). E o resultado só pode ser um: liberdade em Cristo e herança com Deus (8-11). Os versículos 4-5 descrevem muito bem esta intervenção divina em quiasmo: A – Mas quando chegou o tempo devido, Deus enviou o seu **Filho**; B - Nascido de mulher, nascido sob a **lei**; B' - Para resgatar os que estavam debaixo da **lei**; A' - A fim de recebermos a adopção de **filhos**.

Paulo lembra a seguir o estado de enfermidade em que se encontrava quando conheceu os gálatas, e a forma extremamente generosa como o receberam. Enquanto prova de grande amizade (4:12-20), este argumento é um apelo patético recheado de artifícios retóricos como a hipérbole (14), a dupla interrogação retórica (15) e a metáfora dramática (19).

O argumento que encerra esta primeira unidade (4:21-31) representa uma reviravolta na estratégia probatória de Paulo. O apóstolo usa a interpretação alegórica⁴¹ para mostrar por contraste que os judeus se

⁴⁰ O pensamento de Paulo parece estar aqui a obedecer ao seguinte raciocínio: Há ensinamentos elementares que fazem parte da cultura ou tradição básica dos povos, e uma forma desses ensinamentos elementares é a lei de Moisés. Os judeus estavam sujeitos a uma forma desses ensinamentos elementares ao passo que os gentios estavam sujeitos a outra. Ambos, porém, partilhavam da mesma condição de escravos em sujeição a esses mesmos ensinamentos. E, para um cristão gentílico, submeter-se agora à lei de Moisés seria o mesmo que voltar atrás na sua experiência cristã e ficar de novo sujeito aos rudimentos do mundo que antes haviam deixado. Ora se os próprios judeus foram libertados das doutrinas rudimentares que seguiam durante o período da sua menoridade espiritual depois que se converteram à fé cristã, muito menos os gentios deviam consentir em submeter-se aos ensinamentos que já nem os judeus estavam obrigados a observar.

⁴¹ O uso da interpretação alegórica era vulgar entre os filósofos, nomeadamente os estoicos. É o que Paulo aqui faz ao interpretar a história, não na linha da sua compreensão literal, mas na de chegar a uma conclusão exactamente oposta: que os judeus não são descendentes de Sara mas de Agar; não todos os judeus, é óbvio, mas aqueles que não reconheceram o seu Messias e o não confessaram. Como justifica Paulo esta conclusão? Porventura, por o monte Sinai, lugar onde a Lei foi dada, se situar na Arábia (4:25), e este lugar ser parte do território ocupado pelos nabateus, descendentes de Ismael filho de Agar. O efeito retórico desta interpretação alegórica compara-se ao de uma fábula como a entende Téon de Alexandria, ao defini-la como uma falsa história ou a construção falseada de uma história que retrata uma verdade, e recomendar que ela se use no final de uma cadeia de argumentos.

comportavam como filhos da escrava, ao passo que os da fé é que eram os verdadeiros filhos da promessa⁴². Ele confronta os judaizantes e os refuta no próprio terreno, expondo por esta via a inconsistência da posição deles. E fá-lo em três momentos: o primeiro é histórico, o segundo alegórico e o terceiro pessoal. Nos versículos que traçam o fundo histórico (22-23), Paulo lembra-lhes que Abraão teve dois filhos: Ismael, filho de uma escrava, e Isaac, filho de uma mulher livre. Nos versículos alegóricos (24-27), ele argumenta que estes dois filhos com suas mães representam duas religiões: uma religião de escravidão, que é o judaísmo; e uma religião de liberdade, que é o cristianismo. Nos versículos pessoais (28-31), ele faz a aplicação da alegoria: se somos verdadeiramente cristãos, não somos escravos como Ismael, mas livres como Isaac. A interpretação alegórica conduz o apóstolo a uma conclusão oposta à da interpretação literal, tornando os judaizantes descendentes de Agar e não de Sara, pelo seu apego escravizante à letra da lei (ANDERSON,1996, p. 151-161).

No primeiro parágrafo da segunda unidade de prova (5:1-12), Paulo evidencia os riscos que os gálatas corriam, denunciando a postura insinuante dos judaizantes que entre eles se infiltravam. E fá-lo em tom de apelo a uma clara tomada de posição. Ou os gálatas permaneceriam em Cristo aceitando de vez o dom de liberdade na fé que actua pelo amor, ou se sujeitariam à servidão da lei, em claro repúdio dos dons escatológicos do Espírito. Neste seu emotivo argumento contra a aceitação da lei judaica, o apóstolo socorre-se de figuras retóricas tão variadas como a antítese, a ênfase, a interrogação retórica, o quiasmo, o clímax e o provérbio, conforme o recomendam os cânones de estilo epistolar⁴³.

No mesmo tom de exortação (5:13-6:10), o apóstolo apela de novo à liberdade que se opõe à vida libertina do não crente em quatro planos: no culto da liberdade responsável (5:13-15); no exercício das virtudes cristãs (15:16-25); no exercício da humildade (5:26-6:5); e na prática diligente do bem (6:6-10). Em cada uma destas unidades impera a argumentação parenética e protréptica fundadas umas vezes no silogismo retórico, e outras na simples máxima. Numa palavra, estar em Cristo é ser livre do jugo da lei, não para

⁴² Trata-se do tipo de argumento usado nas escolas rabínicas dos judeus a que poderíamos chamar argumento *ad hominem*.

⁴³ Demétrio, *Eloc.* 223-229; Quintiliano, *Inst.* 9.4.19.

ceder aos impulsos da carne, mas para servir o próximo em amor, na cultura atenta de uma liberdade responsável e solidária.

Epílogo e conclusão epistolar (6:11-18)

A concluir o argumento na defesa do evangelho, Paulo sublinha os temas que este encarna. Recapitulando o contraste entre si e os judaizantes, e o dos sistemas religiosos que ambos representam, coloca a seguir duas questões sobre a essência da fé cristã. O cristianismo não é uma religião de cerimônias externas, mas sim algo interior e do coração. Tem basicamente a ver com a obra de Deus no crente e com os frutos que daí emanam. Numa palavra, a característica mais autêntica do evangelho é “a graça de nosso Senhor Jesus Cristo” (6:18).

Do princípio ao fim, esta carta segue a rigor os cânones da retórica, sobretudo os do gênero forense e deliberativo. Paulo começa por mostrar que o seu evangelho se apresenta investido de autoridade sobrenatural, que a justificação é uma graça divina mediante a fé, e que o problema a resolver é o da escolha entre a justificação pela fé e as obras da lei. Com o testemunho da sua experiência pessoal sobre a autenticidade do evangelho que confessa e proclama e a densa argumentação que a sustenta, fica clara a prova de que o evangelho da justificação pela fé é o verdadeiro evangelho. Fortes e incisivos são também os apelos de retorno à sua fé primeira com base no exemplo, na autoridade da Escritura e na autoridade que ele próprio recebera do Senhor. No seu epílogo, o *pathos* torna-se ainda mais intenso, como que a cumprir na perfeição cada passo do que a retórica clássica recomenda.

Considerações finais

Comparativamente, estes três tratados são evidência clara da presença retórica na literatura epistolar da antiguidade, sobretudo em cartas de cariz pedagógico e literário. Eles são igualmente exemplo do que de melhor se produziu nesta arte em tempos, problemáticas situações e contextos bem distintos. Ilustram também a abrangência da aplicação retórica no mundo antigo, dando manifesta razão a Aristóteles quando, com singular saber, afirma “que a retórica não pertence a nenhum gênero particular e definido”, mas está ao serviço de todos os saberes (1355b). Flexível e multifacetada como se apresenta, a retórica antiga foi mais do que uma arte. Foi, no

entender de Isócrates, Cícero e Quintiliano, uma ciência geral da produção de discursos e textos ao serviço de todas as causas, incluindo a literatura epistolar.

Referências

ANDERSON, R. Dean. **Ancient Rhetorical Theory and Paul**. Kampen, The Netherlands: Kok Pharos Publishing House, 1996.

BETZ, H. D. **Galatians**. Philadelphia: Fortress Press, 1979.

BETZ, H. D. The Literary Composition and Function of Paul's Letter to the Galatians. **New Testament Studies**, v. 21, p. 353-379, 1974-75.

DEISSMANN, A. **Light from Ancient East**. Grand Rapids, MI: Baker, 1978.

DOTTY, William G. **Letters in Primitive Christianity**. Philadelphia: Fortress, 1978.

_____. The Classification of Epistolary Literature. **Catholic Biblical Quarterly**, v. 31, p. 183-199, 1969.

GÖRGEMMANS, Herwig. Epistle. Vol. 4. In: **Brill's Encyclopaedia of the Ancient World: New Pauly, Antiquity**, de Hubert Cancik and Helmuth Schneider, 1141. Leiden: Brill, 2004.

GOLDSTEIN, J. A. **The Letters of Demosthenes**. New York: Columbia University Press, 1968.

GUILLEN, C. On the Edge of Literariness: The Writing of Letters. **Comparative Literature Studies**, v. 31, n. 1, p. 1-23, 1994.

HANSEN, G. W. **Abraham in Galatians: Epistolary and Rhetorical Contexts**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1989.

HARDING, Mark. **Tradition and Rhetoric in the Pastoral Epistles**. New York, Bern, Paris: Peter Lang, 1998.

KENNEDY, George A. (tr.). **Progymnasmata: Greek Textbooks of Prose Composition and Rhetoric**. Traduzido por George A. Kennedy. Atlanta, GA: Society of Biblical Literature, 2003.

KENNEDY, George A. **New Testament Interpretation Through Rhetorical Criticism**. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1984.

KOSKENNIEMI, Heikki. **Studien zur Idee und Phraseologie des griechischen Briefes bis 400 n. Chr.**, Helsinki/Wiesbaden: Suomalainen Tiedakatamie/Otto Harrassowitz, 1956.

MALHERBE, Abraham J. **Moral Exhortation: A Greco-Roman Source-book**. Philadelphia: Westminster, 1986.

PETER, H. **Der Brief in der römischen Literatur: Literargeschichtliche Untersuchungen und Zusammenfassung**. Leipzig: Teubner, 1901.

REED, Jeffrey T. The Epistle. In: **Handbook of Classical Rhetoric in the Hellenistic Period 300 B.C - A.D. 400**, de Brill, 171-193. Leiden/New York/Köln: Brill, 1997.

RICHARDS, Randolph E. **The Secretary in the Letters of Paul**. Tübingen: Mohr, 1991.

STIREWALT, M. L. **Studies in Ancient Greek Epistolography**. Atlanta: Scholars Press, 1993.

STOWERS, Stanley K. **Letter Writing in Antiquity**. Philadelphia: Westminster, 1986.

THRAEDE, Klaus. **Grunzüge griechisch-römischer Brieftopik**. München: Beck, 1970.

VETSCHERA, R. **Zur Griechischen Paränese**. Smichow: Rohlisek & Sievers, 1912.

WEICHERT, Valentinus (ed.). **Typoi epistolikoi und Epistolimaioi characters**. Leipzig: Teubner, 1910.

WHITE, John L. Light from Ancient Greek Letters. In: **De Greco-Roman Literature in the New Testament**. Atlanta: Fortress Press, 1988.

_____. Saint Paul and the Apostolic Letter Tradition. **Catholic Biblical Quarterly**, v. 45, n. 3, p. 434-435, jul. 1983.

PRESTAÇÃO DE CONTAS E PATERNALISMO: ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NA DESPEDIDA DE LULA À NAÇÃO

Marcos Roberto Cândidoⁱ
Fernando Aparecido Ferreiraⁱⁱ

Resumo: O perfil paternalista encarnado de forma explicitada pelo presidente Lula, ao final do seu mandato, representa a imagem edificada de um protetor dos trabalhadores. O orador em questão integra a história política democrática brasileira e exprime uma grande popularidade construída “nos braços do povo”. O discurso “Despedida à Nação”, exibido em forma de vídeo e veiculado na TV em rede nacional no dia 23 de dezembro de 2010, ainda que seja uma prestação de contas, expõe a sensação de que o governo havia atendido ao clamor popular. O objetivo deste artigo é depreender as estratégias argumentativas presentes nesse discurso. Sendo assim, o arcabouço teórico está associado às concepções da Retórica construídas por Aristóteles (2003), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) e Meyer (2007). As técnicas argumentativas aplicadas por Lula ressaltam o sentimento de identidade e intimidade entre o chefe de Estado e a população brasileira que assiste ao pronunciamento.

Palavras-chave: Argumentação. Retórica. Discurso Político. Paternalismo.

Abstract: The paternalistic profile incarnated explicitly by President Lula at the end of his mandate represents the consolidated image of a protector of workers. The speaker in question is part of the Brazilian democratic political history and expresses a great popularity built "in the arms of the people". The speech "Farewell to the Nation", exhibited in video and aired on TV on national broadcast on December 23, 2010, even though being an accountability report, exposes the feeling that the government had attended the popular clamour. The objective of this article is to uncover the argumentative strategies presented in this discourse. Thus, the theoretical framework is associated to the rhetorical concepts proposed by Aristotle (2003), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) and Meyer (2007). The argumentative techniques applied by Lula emphasize the feeling of identity and intimacy between the head of state and the Brazilian population that watches the statement.

Keywords: Argumentation. Rhetoric. Political speech. Paternalism.

i Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). Mestre em Linguística pela Universidade de Franca (UNIFRAN). E-mail: historia.marcos@gmail.com.

ii Docente da Universidade de Franca (UNIFRAN). Doutor em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: fferreiradg@uol.com.br.

Introdução

A temática que envolve governantes e governados é um campo de estudo que pode contemplar várias ciências. Desde a Grécia Clássica, a intenção de compreender como governantes desejam ser vistos e quais estratégias se utilizam para atingir um auditório¹ estimulam os questionamentos dos pesquisadores. Um dos imponentes monarcas da história, Luís XIV, o Rei Sol, atentou para a importância das imagens produzidas no imaginário dos súditos. Estátuas e pinturas traduziam um homem poderoso, inviolável, divino e absoluto. A imagem do estado absolutista estava encarnada no personagem em questão. Sem discurso, não há política, ou seja, o discurso político contribui para o estabelecimento do espaço público e é condição necessária para o estabelecimento da “coisa pública”.

O Estado e as instituições vivem dos discursos políticos e dos meios de persuasão dos “homens públicos”. É por meio de seus discursos que o corpo administrativo de uma nação faz-se interpretar e permite ao auditório optar no momento de seu voto. As preferências eleitorais são estabelecidas a partir do discurso político. Para o campo da propaganda política eleitoral ou governamental, o bom discurso é aquele em que o orador seduz o auditório previamente e consegue a adesão dele a partir de sua defesa. Em um campo de imprecisão na vida cotidiana, o discurso político bem construído encaminha para a esperança.

A prática do discurso político contribui para construir a idealização dos atores políticos por eles mesmos, visando a alcançar os anseios da massa para solidificá-los por meio dos programas partidários. Ao expor problemas e oferecer sugestões, o discurso político conquista o apoio e a contribuição da população para que as investidas da máquina administrativa mostrem-se eficazes em benefício de todos. O orador, sabendo que o auditório quase sempre é muito disperso, procura transmitir em seus discursos gestos, atos e falas que estabeleçam a ligação e a afetividade necessárias para que a credibilidade seja garantida.

¹ Em retórica, o auditório é aquele ou o “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22).

“Despedida à Nação”² é o último pronunciamento oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao final de seu segundo mandato presidencial. O discurso basicamente se concentra na sua pessoa falando ao povo brasileiro, num enquadramento em primeiro plano, com uma música de fundo. O cenário é um gabinete, com uma estante de livros ofuscada atrás da figura do presidente. O início do discurso, no formato audiovisual, traz o Palácio do Planalto ao fundo, além da bandeira do Brasil e o título “Despedida à Nação”. Uma contagem regressiva de cinco segundos, com imagens de crianças, adultos e idosos demonstrando felicidade, antecede o início da fala. Lula começa seu discurso agradecendo e expondo a passagem da faixa presidencial para Dilma, ressaltando a importância e a marca histórica desse momento. Por meio de exemplos de sua vida pessoal e política, destaca a participação de cada brasileiro no que ele apresenta como um processo positivo de crescimento econômico, político e social durante seus dois mandatos.

O discurso segue expondo as obras, programas e projetos realizados entre os anos de 2003 e 2010, nas mais diversas áreas da administração pública: saúde, educação, tecnologia, estradas, indústria, energia, etc. Imagens, gráficos e textos aparecem com o propósito de reafirmar a fala do presidente durante a explanação. Lula, durante essa parte do discurso, destaca os programas sociais criados durante o período, em especial, o programa Bolsa Família. A enumeração dos atos governamentais termina com a exaltação do Brasil como país sede da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Os minutos finais são dedicados a pedidos de apoio à presidente eleita, seguidos do agradecimento pelo companheirismo e de uma promessa de estar sempre junto ao povo brasileiro.

As técnicas argumentativas empregadas na construção do discurso buscam convencer o auditório de que o orador obteve um resultado positivo em seus mandatos. Porém, como é um discurso produzido como uma propaganda governamental, imagens, gráficos, números e trilha sonora completam esse discurso e garantem a mobilização do imaginário coletivo.

² Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=M863_v7baSk>. Acesso em: fev. 2015. A transcrição completa do discurso pronunciado nesse vídeo – utilizada neste trabalho – encontra-se disponível no site da Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/20-mandato/2010/20-semester/23-12-2010-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-do-final-de-ano/view>>. Acesso em: fev. 2015.

Sem medo de revelar ou despertar emoções, do exórdio à conclusão, verifica-se a construção de um discurso que soa como verdadeiro frente ao auditório.

1 O *ethos* de Lula

A construção da imagem do sujeito político por ele próprio é essencial para garantir a aceitação de sua pessoa como governante eficiente, austero, sério e competente. O marketing político trabalhou a figura de Lula para construir seu carisma e convencer a população brasileira sobre sua capacidade de liderança social. Para se sustentar politicamente, Lula se utilizou do discurso político como elemento importante na construção de seu *ethos*. Quando o povo deseja mudança, ele apresenta-se como a mudança. Quando o povo quer credibilidade, apresenta números de realizações, apoiados por expressões enfáticas, como “nunca na história desse país”. Quando o povo quer afago, coloca-se como a esperança. Quando o povo está indefeso, quer ser o protetor. Quando o povo está sozinho, promete a salvação. É a linguagem em ação e a serviço da construção de uma imagem.

O discurso político é amplo em sua forma de comunicação e direciona-se aos indivíduos aos quais pretende fazer chegar suas mensagens. A capacidade persuasiva manifesta-se em comícios, passeatas, spots de rádio e programas televisivos, entre outros espaços e recursos que contribuem para a idealização do orador, para a construção de seu *ethos*. Para Meyer (2007, p. 34) “o *ethos* é uma excelência que não tem seu objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, o que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e segui-lo”. A retórica do discurso político assenta-se bem no que diz Meyer, ou seja, é pela concretização da fala do orador que o auditório decide por este ou aquele candidato, aprova ou desaprova um governo, segue ou abandona um posicionamento.

De acordo com Meyer (2007, p. 48) “o *ethos* se apresenta ao auditório e visa captar sua atenção a respeito de uma questão”. Nem sempre os discursos produzem os efeitos esperados, mas é importante que o orador estabeleça o caminho pelo qual pretende promover a identificação do auditório consigo. Para tanto, é necessário que o orador apresente credibilidade, sensatez e simpatia. Reboul (2004, p.48) observa que “o fato de alguém parecer sincero, sensato e simpático, sem o ser, é moralmente constrangedor; no entanto, ser

tudo isso sem saber parecer não é menos constrangedor, pois assim as melhores causas estão fadadas ao fracasso”.

O discurso proferido pelo presidente Lula, em 23 de dezembro de 2010, ratifica o *ethos* do presidente lutador, perseverante e companheiro. O referido *ethos* foi utilizado em quase todo o período em que o político esteve à frente do governo do estado brasileiro. Cartazes, *outdoors*, comícios, bandeiras e *spots* apresentaram o homem que saiu das condições miseráveis e soube superar os preconceitos e desencontros para se tornar o comandante maior de uma nação. O público que o assiste às vésperas do Natal de 2010 configura-se como um auditório universal. Homens e mulheres de diferentes lugares, classes sociais e histórias de vida. Lula não tem controle total das variáveis expostas acima, portanto, fala de maneira geral com um alvo específico: os beneficiários de sua política social, desenvolvida durante o seu mandato.

O discurso proferido em dezembro de 2010 constrói um *ethos* do governante sempre preocupado com os desvalidos da pátria, o que lhe oferece crédito e justifica sua posição como sendo o “único” capaz de mudar as mazelas sociais dos menos privilegiados. O orador toma uma linguagem nitidamente social, porém sustenta o argumento de que se trata de um governo que, alinhado a um projeto realizador, trabalha em benefício daquele que mais precisa, transformando a sua realidade.

Administrando de maneira afirmativa sua fala e amparado pela linguagem audiovisual, em seu discurso de despedida, Lula destaca-se pelo controle de seu relacionamento com o auditório, embora fisicamente distante dele. As expressões saem das telas e chegam a cada brasileiro como se o próprio presidente estivesse presente no interior de suas residências, abraçando-os, protegendo-os e afiançando o governo que virá, por meio do *slogan* que reitera: a esperança continuará a vencer o medo.

2. Prestação de contas e paternalismo: estratégias argumentativas na despedida de Lula

A apresentação dos argumentos no discurso político atende ao gênero deliberativo, tipo no qual, de acordo com Aristóteles (2005, p. 290), é adequado utilizar a exemplificação. Além disso, esse gênero evidencia atenção ao que se diz, pois se algo é dito falsamente, colocará em risco todo o restante do discurso. Sabendo que o gênero deliberativo refere-se ao futuro, esse é um

cuidado necessário para o discurso político, pois, demasiadas vezes visualizamos um orador embaraçado, sendo acusado, embora haja falta de provas, ou ainda, pretendendo desviar-se de acusações relativas às causas de sua fala. Ademais, o discurso político deve apontar para o estímulo a fazer ou não fazer algo, ou seja, escolher entre o conveniente e o prejudicial.

Quando nos referimos aos discursos políticos de Lula, sabemos da importância que exerce a disposição e o desenrolar dos argumentos apresentados. A obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca fornece-nos elementos essenciais para compreender as estratégias argumentativas que produzem a eficácia do discurso desenvolvido no vídeo “Despedida à Nação”. O *Tratado da Argumentação* apresenta-se como uma lógica de probabilidade que se realiza por meio dos argumentos baseados na estrutura do real e os que fundamentam a estrutura do real, visando com veemência à adesão do auditório.

Aumentar a intensidade da adesão, eis a tarefa primordial do orador na argumentação, por isso partilha com o auditório a possibilidade da anuência e um futuro posicionamento negativo ou positivo sobre as ações. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 5), um raciocínio pode convencer sem ser calculado, pode ser rigoroso, sem ser “científico”.

2.1 Os argumentos quase-lógicos

O discurso “Despedida à Nação” apresenta alguns elementos que podem ser identificados como argumentos quase-lógicos. Por que quase-lógicos? Pois apesar do esforço da demonstração formal, quem analisa percebe as diferenças entre as argumentações e as demonstrações formais.

O que caracteriza a argumentação quase-lógica é, portanto, seu caráter não-formal e o esforço mental de que necessita sua redução ao formal [...] em todo argumento quase-lógico convém pôr em evidência, primeiro, o esquema formal que serve de molde à construção do argumento, depois, as operações de redução que permitem inserir os dados nesse esquema e visam torná-los comparáveis, semelhantes, homogêneos (PERELMAN; OLBRECTHS-TYTECA, 2005, p. 220).

Introduzimos nossa análise nesse quesito falando sobre a estrutura lógica da contradição. Nos princípios do “Tratado da Argumentação” esse elemento é considerado uma incompatibilidade do discurso. Perelman e Olbrecht-Tyteca (2005, p. 222) sustentam que a incompatibilidade está

vinculada à retorção e depende da natureza das coisas e das decisões humanas. No discurso em questão descobrimos a autofagia, no qual o argumento utilizado se desfaz por si mesmo. No transcorrer do discurso, o orador cita que o Brasil tem hoje um dos maiores e mais modernos programas de transferência de renda do mundo. Lula diz que entre estes programas está “[...] o Bolsa Família, que beneficia quase 13 milhões de famílias pobres e é aplaudido e imitado mundo afora”. Porém a autofagia deste argumento aparece no trecho em que Lula diz: “Geramos 15 milhões de empregos, um recorde histórico, e hoje começamos a viver um ciclo de pleno emprego”.

Partindo de um pressuposto simples: como um país que possui um programa de transferência de renda (Bolsa Família), atendendo em 2010 a faixa de 13 milhões de famílias pobres, pode ter uma situação de pleno emprego? Considerando que a renda familiar é fator eliminatório do programa Bolsa Família, os argumentos são incompatíveis. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 228-233), a autofagia é um tipo de incompatibilidade, na qual a generalização de uma regra conduziria ao impedimento da sua aplicação, à sua destruição e ao princípio da não-contradição – ato que implica o que as palavras negam, uma vez que uma proposição pode ser a negação da outra. Isso é evidente nos trechos acima expostos. A contradição é apontada como incompatibilidade a partir do momento em que, interpretando o texto, o auditório decide apoiar ou renunciar aos argumentos.

O programa Bolsa Família permite uma sensação de autonomia financeira ao distribuir os recursos aos seus atendidos. Porém, não supera a exploração do trabalhador, pois o consumo decorrente dos benefícios adquiridos por meio do programa não somente sustenta como alimenta o sistema de tributos do país, incidindo sobre os contribuintes. Eis o elemento lógico do argumento em contradição. Portanto, a tese defendida por Lula, de que chegamos à situação de pleno emprego, não se sustenta pelas afirmações de que o país atende a 13 milhões de família pelo assistencialismo do programa Bolsa Família.

No discurso de despedida de Lula, percebe-se ainda outro tipo de argumento, aquele fundamentado na natureza das coisas, denominado argumento de reciprocidade. As condições de aplicação de argumentos de reciprocidade não são puramente formais e dependem da apreciação de elementos que distinguem situações. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 251) advogam que “baseados nas relações entre o antecedente e o

consequente de uma mesma relação, parecem, mais do que quaisquer outros argumentos quase-lógicos, ser ao mesmo tempo formais e fundados na natureza das coisas”.

Tomemos como exemplo de argumento de reciprocidade o seguinte trecho do discurso de despedida: “Fortalecemos a economia sem enfraquecer o social; ampliamos a participação popular sem ferir as instituições; diminuimos a desigualdade sem gerar conflito de classes [...]”. As argumentações de Lula registram a aplicação simétrica fundamentada na reciprocidade. Segundo o orador, nenhuma conquista desprestigiou um grupo em detrimento do outro, aliás, em suas palavras, as conquistas vieram pela justiça aplicada a todas as pessoas e instituições do país. Para apresentar o que foi justo aos olhares da sociedade, Lula usufrui da simetria nos argumentos, ponderando com reciprocidade, o que “permite eliminar certos fatores, como o prestígio de um dos interessados, capazes de falsear a simetria” (PERELMAN; OLBRECTHS-TYTECA, 2005, p. 252).

As condições de aplicação de argumentos de reciprocidade não são puramente formais e dependem da apreciação de elementos que distinguem situações. Sem disputas entre os grupos e, segundo Lula, imerso em uma rede de dependência mútua, o Brasil teria superado os embates entre crescimento e distribuição de renda, entre o povo e as instituições de direito, entre igualdade e a luta de classes e entre a ação do estado e a liberdade democrática.

É visível ainda, no discurso “Despedida à Nação”, o emprego dos argumentos de transitividade (inclusão, divisão e comparação), apoiados em regras matemáticas. Para criar noções de integração, superioridade e paridade, o orador utiliza-se de mecanismos para persuadir e convencer o auditório. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 262-265), os argumentos quase-lógicos da inclusão da parte no todo se limitam a confrontar o todo como uma de suas partes, não atribuindo nenhuma qualidade particular a certas partes nem ao conjunto: tratam como igual cada uma de suas partes; analisam-se apenas as relações que permitem uma comparação quase-matemática entre o todo e suas partes.

Variados trechos do discurso “Despedida à Nação” apontam para o papel do governo frente às conquistas do povo brasileiro, como identificamos neste trecho: “Construímos, juntos, um projeto de nação baseado no desenvolvimento com inclusão social, na democracia com liberdade plena e na

inserção soberana do Brasil no mundo”. E, ainda, no trecho: “Se governamos bem, foi, principalmente, porque conseguimos nos livrar da maldição elitista que fazia com que os dirigentes políticos deste grande país governassem apenas para um terço da população [...]”. Ao individualizar as realizações, Lula se coloca como mediador dos conflitos sociais existentes no país, ao mesmo tempo em que, por meio de verbos na primeira pessoa do plural, pressupõe que as conquistas foram ações conjuntas da população e do governo.

Como se observa, em nenhum momento realça as partes, apenas qualifica a importância do todo na construção do país. É uma forma de provocação do auditório que passa a aderir ao orador pela aproximação e pela sensação de que está inserido no processo, apresentado pelo presidente no discurso. A sensação de estar inserido na proposta produz efeito de grupo, de união e companheirismo. Esses fatos são explorados retoricamente por Lula em toda a sua trajetória política.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 265-274) afirmam que, no argumento por divisão, as partes devem poder ser relacionadas de um modo exaustivo, mas que podem ser escolhidas como se quiser e de modo muito variado, contanto que sejam suscetíveis, mediante sua adição. A divisão possibilita tirar uma conclusão sobre o todo, depois de se ter analisado cada uma das suas partes. Todos os argumentos por divisão implicam evidentemente, entre as partes, certas relações que fazem que a soma delas seja capaz de reconstituir o conjunto. Lula esforça-se para provar a existência da ideia de conjunto, como no trecho: “Minha fé se alicerça em três fundamentos: as riquezas do Brasil, a força do seu povo e a competência da presidenta Dilma”.

Após relatar as conquistas alcançadas durante seu governo, Lula orienta-se na divisão do todo em suas partes, garantindo, por meio dos argumentos que apresenta no trecho destacado, a continuidade dos projetos como uma certeza. A afinidade entre as partes citadas pelo presidente alcançou o conjunto da obra, ou seja, garantir as conquistas alcançadas e avançar para o crescimento. A soma dos três elementos confirma a importância da adição para estabelecer uma ideia de todo, como descrita por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 266), “o mais das vezes, porém, ele se converte em argumento por divisão, pois encaramos as espécies como reconstruindo, com sua adição, o gênero”.

Seguindo a linha da argumentação quase-lógica, o discurso de despedida apresenta os argumentos de comparação. Expostos como constatações de fatos, são diferentes dos argumentos de identificação ou de raciocínio por analogia, e podem ocorrer por oposição, ordenamento ou ordenação quantitativa.

A escolha dos termos de comparação deve levar em conta o acordo prévio com o auditório. O argumento de comparação é uma constante nas falas do presidente em sua vida política, principalmente, no que se relaciona aos seus antecessores. Não poderia faltar no discurso de despedida, como identificamos no trecho: “Inauguramos 214 escolas técnicas federais, mais do que foi feito em 100 anos [...]”. A ostentação feita por Lula engrandece suas realizações ao mesmo tempo em que procura desqualificar os governos anteriores, como pode ser verificado no seguinte trecho do discurso: “Temos, quase 300 bilhões de dólares de reservas internacionais próprias – dez vezes mais do que tínhamos no início do nosso governo”.

Os trechos destacados podem ser interpretados como oposição ou ordenação quantitativa. É evidente a utilização do superlativo, com argumentos que promovem a excelência, o enaltecimento e a ostentação dos anos do governo Lula. O populismo brasileiro, inaugurado com Getúlio Vargas na década de 1930, é símbolo dessa ostentação. O então presidente Vargas concedia benefícios, mas poucos direitos, garantindo a manutenção da massa sob sua tutela, o que perpetuava a ideia de que somente ele poderia salvar a sociedade brasileira, principalmente os trabalhadores. Suas realizações eram exaltadas pelo seu Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Lula não é diferente. Com uma propaganda ainda mais organizada e um discurso afinado ao clamor popular, sente-se seguro ao comparar-se aos demais governantes do Brasil.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 279) apresentam o argumento de comparação como algo a manifestar-se igualmente pelo uso do superlativo. Assim, entendem que “este se expressa reputando algum objeto, seja superior a todos os seres de uma série, seja incomparável e, por isso, único em seu gênero”. O discurso “Despedida à Nação” tem a pretensão de apresentar um governo “único em seu gênero”, seguindo os desejos do orador.

Outro argumento quase-lógico presente no discurso em estudo é a argumentação pelo sacrifício. Do ponto de vista de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 282-290), o argumento pelo sacrifício é o típico argumento de

comparação que utiliza um sistema de trocas para medir o valor atribuído àquilo por que se faz o sacrifício. Se o objeto do sacrifício é conhecido e seu valor é fraco, cai o prestígio dos que se sacrificaram. Estamos diante de algo utilizado demasiadamente pelo orador em questão. A própria narrativa de Lula já é uma história sustentada pelo argumento pelo sacrifício, o tal martírio do migrante-operário que virou presidente. O discurso está carregado desses argumentos, pois é preciso ressaltar a virtude do presidente nos oito anos de mandato, um verdadeiro sacrifício pelo povo brasileiro, como propõe logo no início do discurso, presente no trecho: “Foram oito anos de luta, desafios e muitas conquistas”.

Em outros trechos do discurso de despedida encontramos mais evidências de argumento pelo sacrifício: “Meu sonho e minha esperança vêm das profundezas da alma popular - do berço pobre que tive e da certeza que, com luta, coragem e trabalho, a gente supera qualquer dificuldade. E quando uma pessoa do povo consegue vencer as dificuldades gigantescas que a vida lhe impõe, nada mais consegue aniquilar o seu sonho, nem sua capacidade de superar desafios”.

Os trechos desejam destacar um Lula enfático sobre as dificuldades de administrar o país durante os dois mandatos presidenciais. De acordo com o orador, nada fora por acaso, havia um significado nessa luta: a vitória do povo brasileiro. Segundo o discurso, os caminhos trilhados tiveram alguns obstáculos tidos pelo orador como intransponíveis, mas superados dada a parcela de sacrifício do presidente que soube superar a dor e as adversidades para bem governar o Brasil, como também pode ser observado no trecho: “Foi com esta energia no peito que nós, brasileiros e brasileiras, afugentamos a onda de fracasso que pairava sobre o país quando assumimos o governo”.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 284) postulam que “o valor do fim que se persegue através do sacrifício se transforma igualmente, no decorrer da ação, por causa dos próprios sacrifícios aceitos”. Para Lula não temos aqui a hipótese de um sacrifício inútil, o que desvalorizaria sua realização, mas sim um argumento pelo sacrifício com tom recompensador. A exaltação das cobranças, das lutas, dos desafios, do berço pobre e do fracasso são elementos compensatórios para que o sacrifício produzisse efeitos positivos. A cobrança virou estímulo para fazer mais. As lutas e desafios inspiraram coragem e esperança. O berço pobre se tornou a “manjedoura” da salvação.

O fracasso, outrora anunciado, foi superado pelo encontro do Brasil com o mundo globalizado e em desenvolvimento.

2.2 Os argumentos baseados na estrutura do real e os argumentos que fundamentam a estrutura do real

Sobre os argumentos baseados na estrutura do real, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 298) confirmam que “o que nos interessa aqui não é uma descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes; podendo estas, aliás, ser tratadas, quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções”. O orador Lula vale-se da experiência para celebrar o acordo com o auditório.

Observa-se, no discurso “Despedida à Nação”, a presença de argumentos baseados na estrutura do real, entre estes, a causalidade. Ao relacionar dois acontecimentos sucessivos ou uma sucessão constante de fatos, pode-se chegar à causalidade, sem se preocupar com o rigor científico. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 300) elucidam que essas argumentações, sujeitas à intervenção do vínculo causal a partir de um dado acontecimento, podem aumentar ou diminuir a crença em algo que poderia lhe conferir valor científico de causa e efeito.

Tomemos como exemplo a citação feita no discurso: “Também estamos fazendo os maiores investimentos mundiais no setor de petróleo, principalmente a partir da descoberta do pré-sal, que é o nosso passaporte para o futuro”. Ao se referir aos investimentos realizados no setor petrolífero, considerando as possíveis riquezas recém-descobertas do pré-sal, Lula reproduz que esse é o nosso passaporte para a prosperidade econômica e também é a solução para as mazelas sociais. Por que é causal? O trecho do discurso provoca a “transferência do valor de uma consequência para a sua causa” (ABREU, 2009, p. 58).

Temos clara, na sequência anterior, a ideia de que o investimento efetivado e os que se ainda serão realizados servem para convencer o auditório de que o passaporte para a riqueza e a geração de empregos virão da lucrativa exploração da camada do pré-sal. O discurso político de Lula pretende mostrar que o auditório pode estreitar os laços com o orador, pois as consequências citadas inspiram satisfação nele. Podemos considerar o

argumento em questão como pragmático, principalmente, ao reportar aos efeitos a apreciação de um acontecimento.

A atividade de exploração do pré-sal não é uma tarefa simples, assim como não é nada suave vencer o desemprego e a falta de investimentos em saúde e educação. Porém, o trecho reproduzido do discurso apresenta essas conquistas desejáveis como algo que está sendo alcançado com pouco esforço e sugere ainda que tudo isso não fora feito até então pela inoperância dos governantes que o precederam.

O discurso de Lula é forte nos argumentos de superação, nos quais a finalidade tem papel essencial e ratifica algo que poderia ser inacessível, o que o transforma numa conquista maior, “um progresso sem fim”. As dificuldades aparecem como caminho e salvação. Observamos a utilização do argumento de superação, quando Lula diz: “Meu sonho e minha esperança vêm das profundezas da alma popular, do berço pobre que tive e da certeza que, com luta, coragem e trabalho a gente supera qualquer dificuldade. Quando uma pessoa do povo consegue vencer as dificuldades gigantescas que a vida lhe impõe, nada mais consegue aniquilar o seu sonho nem sua capacidade de superar desafios”. E no trecho a seguir temos praticamente uma síntese da superação: “E quando um país como o Brasil, cuja maior força está na alma e na energia popular, passa a acreditar em si mesmo, nada, absolutamente nada detém sua marcha inexorável para a vitória”.

Aqui o discurso indica que é possível ir mais longe. Todo o trabalho realizado até aquele momento poderá produzir ainda uma “marcha inexorável para a vitória”, pois, como salientam Perelman e Olbrechts-Tyteca, (2005, p. 328), “o que vale não é realizar certo objetivo, alcançar certa etapa, mas continuar, superar, transcender, no sentido indicado por dois ou vários pontos de referência”. Acreditar em si mesmo é superar desafios, eis a máxima de Lula para persuadir seu povo a confiar na sua energia para chegar ao sucesso esperado. Porém, para o orador é preciso coragem, luta e trabalho, elementos sistemáticos e eficazes para quebrar barreiras, transpor obstáculos. Apelar ao berço pobre parece óbvio para traduzir a dificuldade monstruosa que quebrar-se-á quando o povo acreditar em si mesmo. Então, algo que era obstáculo transforma-se em meio para as possíveis conquistas.

Lula apresenta-se como modelo através de um discurso prestigioso e recheado de números. A glorificação dos números impõe um modelo a ser seguido, conforme descrevem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 414) “o

modelo glorificado é proposto para a imitação de todos”. O discurso político de Lula é enfático no seu papel de modelo. As características de um homem revestido de esperança, lutas, companheirismo e coragem reforçam o modelo para os desprestigiados do Brasil. Assim, buscar o prestígio é seguir o modelo de Lula.

A habilidade do discurso político de Lula, proferido e veiculado às vésperas do Natal, também apresenta argumento de autoridade. Usando certa perspicácia, ele emprega o recurso da autoridade ao referir-se às conquistas e explicar o que, segundo ele, “brasileiros e brasileiras” fizeram para espantar o medo e a falta de esperança, conforme se verifica no trecho: “Foi com essa energia no peito que nós, brasileiros e brasileiras, afugentamos a onda de fracasso que pairava sobre o país quando assumimos o governo. Agora estamos provando ao mundo e a nós mesmos que o Brasil tem um encontro marcado com o sucesso”.

Para provar a tese do sucesso econômico do Brasil, Lula exalta o papel do povo no processo de consolidação da democracia, da economia e do mercado interno. Ele alerta que, para isso, brasileiros e brasileiras foram essenciais, pois “Ao receber ajuda e apoio, o nosso povo deu uma resposta dinâmica e produtiva, trabalhando com entusiasmo e consumindo com responsabilidade, ajudando a formar uma das economias mais sólidas e um dos mercados internos mais vigorosos do mundo”. O final do trecho é emblemático: a autoridade conferida ao povo pelo presidente Lula, associada ao governo e somada às características de entrega pelo trabalho, darão a vitória necessária ao Brasil.

Em variadas partes do discurso aparece o argumento pelo exemplo. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 406) conferem que “na argumentação pelo exemplo, o papel da linguagem é essencial”. Esse é um dos argumentos que não se baseia na estrutura do real, mas ao criá-la, permite compreender nexos não visualizados anteriormente. Abreu (2009, p. 60) diz que “argumentação pelo exemplo acontece quando sugerimos a imitação das ações de outras pessoas”. Seguir o exemplo do operário que virou presidente. Os percalços da vida fizeram a trajetória do migrante nordestino transformar-se, literalmente, em história de cinema³.

³ Em 2009, foi lançada nos cinemas a produção nacional “Lula, o filho do Brasil”, dirigido por Fábio Barreto.

Depois das provações da vida, da luta sindical e das várias eleições disputadas, o orador destaca que a perseverança e a esperança o levaram à vitória eleitoral em 2002. É o menino de Garanhuns que deixou de ser mais um migrante nordestino em São Paulo para ser o presidente do Brasil, como citado no seguinte trecho do discurso de despedida: “É profundamente simbólico que a faixa presidencial passe das mãos do primeiro operário presidente para as mãos da primeira mulher presidenta”. É a argumentação pelo exemplo sendo usada para balizar as chances de as camadas excluídas fazerem parte da grandeza do país. O presidente reforça seu *ethos* tornando-se o exemplo a ser seguido. A vitória da presidente Dilma representa mais uma quebra de tradição. Um país que só elegera homens até então, coloca a faixa presidencial em uma mulher. “Excluídas” na sociedade, as mulheres são utilizadas como referendo para que todos os marginalizados possam sonhar e sonhar alto.

Outro argumento que fundamenta a estrutura do real e que aparece no discurso “Despedida à Nação” é o do raciocínio pela analogia. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 440), em algumas fases da argumentação, pode se aproveitar que uma “analogia parece aceita e pedir que se aceite também o seu desenvolvimento”. No discurso de Lula temos, por várias vezes, tal artifício sendo utilizado, como encontramos no trecho: “Se governei bem foi porque, antes de me sentir um chefe de Estado, me senti sempre um chefe de família, que sabia das dificuldades dos seus irmãos para colocar comida na mesa, para dar escola para seus filhos, para chegar em casa todas as noites a salvo dos perigos e da violência”.

O trecho citado é marcado pela argumentação analógica. Lula procura ser taxativo ao colocar que um chefe de família tem os compromissos de levar o pão de cada dia ao seu lar. Assim como o chefe de família é o chefe de estado (presidente) que tem a obrigatoriedade de garantir a milhares de pessoas seu sustento diário. Ao se comparar ao chefe de família, Lula quer reforçar sua preocupação paternal com o povo brasileiro, mas, ao mesmo tempo, garante que quem é capaz de gerir bem uma família é capaz de gerir bem o Estado. O argumento por analogia empregada nesse trecho do discurso suficientemente é forte para persuadir o auditório.

Para reafirmar ao auditório a responsabilidade do Governo pelo crescimento do país, Lula diz que se comportou como um brasileiro comum, um chefe de família e, principalmente, um homem do povo que se livrou das

amarras da sociedade elitista e, portanto, soube entender os clamores do povo brasileiro. Cada narrativa feita tem um toque do sofrimento do brasileiro ao tentar superar seus obstáculos de vida. Considerando que o discurso em questão foi ao ar no horário nobre da televisão, ao se comparar com um pai de família, Lula ganha atenção de um auditório que começou a luta diária no raiar do sol, trabalhou, enfrentou o trânsito e mal se alimentou. Portanto, esse público espectador se sente valorizado pelo discurso, pois Lula, por meio do argumento pela analogia, se agrupa a esse trabalhador.

A tese principal defendida pelo orador é mostrar a governabilidade como vitória de um projeto do povo brasileiro. Quando Lula menciona que “Se governamos bem foi, principalmente, porque conseguimos nos livrar da maldição elitista que fazia com que os dirigentes políticos deste grande país governassem apenas para um terço da população[...]”, o seu auditório pode ficar ainda mais satisfeito, pois o presidente destaca que o Brasil progrediu porque a renda, que antes era distribuída a poucos, agora pode pertencer à maioria do povo brasileiro: homens comuns e chefes de família.

É relevante considerar que o discurso político de Lula deixou as ruas e foi para as telas durante o seu mandato político. A referida analogia o aproxima dos homens comuns e chefes de família. Piovezani Filho (2007, p. 110) fala sobre o deslocamento do discurso político dos palanques para a televisão e destaca as questões relativas às noções de proximidade do discurso. A “distância próxima” se dá quando o discurso é proferido nas ruas, onde o auditório verifica a *performance* do político. Já a televisão considera a proximidade distante e, assim, o político está sujeito ao olhar apaixonado do eleitor, estabelecendo um encontro com a liderança, que também pode ser interpretado como ilusão, em decorrência do aproveitamento da capacidade de associar a imagem ao movimento e ao som.

Considerações finais

O sentimentalismo é a tônica do último pronunciamento oficial de Lula, enquanto governante, para o povo brasileiro. Como o seu discurso de despedida tem caráter exibicionista, com marcas de elogios e intenção de provar o mérito, por isso notamos que a clareza se apresenta como um de seus elementos articuladores do discurso. A organização do texto, os termos empregados e a hierarquia estabelecida refletem a busca para angariar a

atenção do auditório em todo o decorrer das prestações de contas feitas pelo presidente da República.

O discurso aponta para as razões da credibilidade, identificadas pelo presidente Lula no âmbito de seus dois mandatos. A aparência de uma comunicação honesta e transparente viabilizou a construção do *ethos* do orador. A análise do discurso contido no vídeo “Despedida à Nação” nos permite concluir que Lula, por meio de uma oratória carismática e uma retórica eficiente, adaptou-se ao seu auditório, buscando a comunhão com o mesmo.

Os recursos argumentativos quase-lógicos acionados foram de comparação, reciprocidade, transitividade, sacrifício e autofagia. Esse último, ainda que indique um ponto frágil do discurso, não compromete a proposta do orador. Para os argumentos baseados e fundados na estrutura do real encontramos causalidade, superação, modelo, exemplo e analogia. A análise do derradeiro discurso de Lula nos proporcionou interpretar o processo de utilização desses argumentos para justificar a conclusão de que seu discurso é persuasivo. O arremate dos recursos argumentativos se alicerça na exposição que o presidente faz do desalento em que se encontrava o país e na superação alcançada por ele, considerado modelo da boa conduta de um “chefe de família”. As técnicas argumentativas empregadas por Lula visam ao relacionamento entre orador e auditório, destacando o companheirismo e a parceria com a população, marcas de líderes que fundam sua tese na “salvação” de seu povo.

Lula transfere seu *ethos* carismático para o discurso e, linguisticamente, fortalece a imagem de um orador que conhece o seu auditório e sabe o que este quer ouvir às vésperas do Natal. As técnicas argumentativas empregadas na construção do discurso buscam convencer o auditório do anunciado resultado positivo de seu mandato presidencial. Ao “celebrar” a ideia do salvador da Pátria no seu discurso de despedida, Lula procurou incorporar a imagem positiva frente às emoções e aos sentimentos do povo brasileiro, considerando, especialmente, as camadas menos favorecidas.

Referências

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 13. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

CÂNDIDO, Marcos Roberto; FERREIRA, Fernando Aparecido. Prestação de contas e paternalismo: estratégias argumentativas na despedida de Lula à nação. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 188-205, jun.2015.

ARISTÓTELES. **Retórica das Paixões**. Tradução de Introdução, notas e tradução do grego por Isis Borges B. Da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHETS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PIOVEZANI FILHO, Carlos. Políticas da voz no discurso político: efeitos da substância da expressão no horário de propaganda eleitoral gratuita. **Soletras**, ano 7, n. 13. São Gonçalo: UERJ, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/soletras/13/10.pdf>>. Acesso em: ago. 2014.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

(RE)PRODUZIR O INQUESTIONÁVEL: NOMINALIZAÇÃO, GENERALIZAÇÃO E NATURALIZAÇÃO NO DISCURSO NEOLIBERAL

Patrick Alfred Dahletⁱ

Resumo: O discurso neoliberal é profundamente ideológico apesar de absolutamente não aparentar sê-lo. Tal desdobramento resulta fundamentalmente de um autoapagamento da própria discursividade. Um dos efeitos desta autodissimulação é que, embora a doutrina neoliberal seja onipresente na chamada grande mídia, os seus suportes e as suas articulações tendem a permanecer despercebidos: ouve-se, lê-se e vê-se o discurso neoliberal, mas não se repara. São focalizadas aqui as formas e os efeitos da operação de nominalização. Mostra-se como, ao parecer atuar fora de qualquer marca de enunciação (apagamento das marcas do sujeito enunciator, dos agentes e pacientes, das causas e consequências do processo), esta operação, aliada a determinação definitiva e a uma esquematização do acontecido enquanto escapando ao comando humano, naturaliza as tomadas de posições neoliberais, espalhando-as como meras evidências e expressão intangível da realidade.

Palavras-chave: Nominalização. Pré-construído. Obviedades. Naturalização.

Abstract: Neoliberal discourse is deeply ideological, although it does not appear to be so in any way. That is mainly the result of the deliberate self-effacement of its own discursive quality. One effect of this self-dissimulation is that, although the neoliberal doctrine is ubiquitous in the dominant media, its supporting elements and articulations tend to go unnoticed: the neoliberal discourse is heard, read and seen, but it is not perceived. We focus here on the forms and effects of the nominalization processes. The intention is to show how, while appearing to act outside the sphere of any enunciation marker (erasing all traces of the enunciator, and of the agents and patients, causes and consequences of the process), this operation, coupled with the definitive determination and the representation of what happens as being beyond human control, naturalizes neoliberal positions, distributing them everywhere in the guise of mere intangible evidence and expressions of reality.

Keywords: Nominalization. Preconstructed. Truisms. Naturalization.

ⁱ Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor em Ciências da Linguagem pela Université de Paris X e livre-docente pela Université des Antilles et de la Guyane. E-mail: pdahlet@voila.fr.

*Ne recevoir jamais aucune chose pour vraie,
que je ne la connusse évidemment être telle
(René Descartes, Discours de la Méthode)*

1 Questionar a transparência

O discurso neoliberal é profundamente ideológico apesar de absolutamente não aparentar sê-lo, na medida em que, ao mesmo tempo, divulga uma visão partidária do mundo e disfarça que o faz. Tal desdobramento resulta fundamentalmente de um autoapagamento da própria discursividade, que naturaliza as tomadas de posições neoliberais como meras evidências e expressões intangíveis da realidade. Um dos efeitos desta autodissimulação é que, embora a doutrina neoliberal seja onipresente no espaço discursivo público (midiático, político, empresarial), os seus suportes e as suas articulações tendem a permanecer despercebidos: ouve-se, lê-se e vê-se o discurso neoliberal, mas não se repara. Isso explica também que cidadãos sem compromissos com os tópicos neoliberais, e mesmo adversários, estão expostos a retomá-los por sua conta no fio dos seus próprios discursos.

Nestas condições, a pergunta mais adequada em relação à penetração generalizada, até os territórios mais íntimos das pessoas, dos preceitos neoliberais não é, portanto, aquela que questiona a relevância e as conexões explícitas da sua argumentação. Embora tal questionamento não deixe de ser essencial, mais urgente e sobretudo, talvez, mais útil, é indagar através de quais procedimentos enunciativos um dispositivo altamente conflituoso de deslocalização da governança democrática nas prerrogativas do mercado pode ser tão radicalmente integrado que seus tópicos fundantes (os imperativos da proeza econômica e do gozo consumista, os dois movidos pela mesma exigência de superação constante dos sujeitos, enquanto microempreendedores de si mesmo), não obstante as desigualdades extremas e até devastadoras de seus efeitos, não aparecem mais como ideológicos e ordenados por uma oligarquia financeira, mas como materialização intocável da própria natureza, independentemente das entidades que a cometem e a dirigem, e qualquer que seja sua deriva.

Não são poucos os procedimentos que, no discurso neoliberal, conformam implicitamente as representações coletivas ao categorizar e, portanto, ao fazer existir, na ordem discursiva, fatos e processos supostamente externos a tal ordem. Já abordei anteriormente alguns destes

procedimentos, tais como a *eufemização*, a *substituição semântica*, a *denegação invertida* ou o *esvaziamento de posições enunciativas* (cf. Dahlet 2003 e no prelo), que pretendem todos dizer, sem dizê-lo, o sentido universal e pacificado da concretização neoliberal do mundo.

Gostaria de focalizar aqui o impacto e funcionamento de outra operação enunciativa, a *nominalização* (doravante NMZ), e isso por duas razões: porque ela é *obviamente* muito produzida e de uma extrema produtividade no discurso neoliberal, como em todo discurso chamado de constituinte, por Maingueneau e Cossutta (1995), por instaurar circularmente a sua própria criação cognitiva enquanto encarnação compartilhada da realidade. Além disso, e sobretudo, porque ela é fundante, inclusive no sentido literal do termo, na medida em que a NMZ, aliada à sua *determinação definida*, parece-me concentrar o próprio paradigma do discurso neoliberal, no ponto em que a complexidade da sua racionalidade e a coerção de suas injunções tornam-se integradas ao pensamento comum e se confundem virtualmente com a transparência de puras verdades, subtraídas a qualquer necessidade de argumentação ou possibilidade de contra-argumentação, mas agindo sobre todas e instruindo mediante a sua vertiginosa repetição inter e intradiscursiva.

Portanto, considerando que, diferentemente dos poderes mantidos pela opressão física e a propaganda explícita, o neoliberalismo tem que alcançar uma adesão consentida e voluntária dos cidadãos à economia de seus valores, a hipótese que guia esta contribuição é que a NMZ argumenta o mundo com termos sobre os quais não se contra-argumenta porque a forma oculta de sua enunciação coloca-os fora do alcance de qualquer argumentação, pretendendo o discurso neoliberal transformar assim, sistematicamente, as peças de um empreendimento econômico-ideológico em *verdades óbvias* destinadas a impor-se a todo mundo enquanto incontestáveis articulações do bom sentido.

Nesta perspectiva o nosso estudo se distribui em duas etapas. Apresentarei primeiro uma esquematização teórica da NMZ enquanto operação enunciativa de veridicção finalizada pela transformação dos tópicos do discurso neoliberal em necessidades de pensamento e de comportamento. Isso antes de analisar as modalidades e os efeitos de uma série de realizações desta operação no discurso midiático, uma vez que, se a catequese neoliberal penetra hoje em todos os interstícios da vida coletiva e pessoal, pode-se dizer que é, sem dúvida, graças ao protagonismo decisivo deste discurso, que a

banaliza e a suaviza ao se espalhar e se reciclar dentro de uma multiplicidade de rubricas exógenas ao campo político ou econômico de origem.

2 A nominalização e o ideal do conhecimento óbvio

Conforme a tradição descritiva, o termo *nominalização* (NMZ) designa, como se sabe, o procedimento que consiste em produzir um nome a partir de uma base verbal (*ele muda a =>a mudança de*), adjetival (*ser ágil =>a agilidade*) ou mesmo nominal (*o fato de ser jovem =>a juventude*). Em todos os trabalhos, sejam de orientação gramatical e/ou linguística, a NMZ aparece como um lugar de passagem entre um verbo e um nome, que reduz uma oração a uma palavra ou a um grupo de palavras.

Sem entrar na complexidade do fenômeno (diversidade das marcas, definição das categorias morfológicas implicadas, identificação da forma de partida, estatuto das derivações, variedade dos níveis de incidência – constituinte, palavra, proposição, enunciado) que deu origem a numerosos estudos de natureza morfossintática e semântica (Balvet et al., 2012; Kerleroux, 1999, 2008, 2012; Fradin, 2012; Mir-Samii, 2007, entre outros), contentarei-me de iluminar aqui o interesse específico dos mecanismos da NMZ para a análise do discurso. Nesta perspectiva, destacarei três propriedades notáveis da NMZ, com referência especial a abrangência e relevância das análises inaugurais de Patrick Sériot (1985 & 1986) sobre o funcionamento da NMZ no discurso político soviético.

A primeira propriedade retoma a identificação da NMZ a um lugar de passagem, que já frisamos. Ela corresponde ao fato que a NMZ é antes de tudo a cristalização de uma relação entre uma forma e outra, sendo o produto de um enunciado que ela condensa. É esta função de condensação que, ao permitir articular várias ideias numa única forma, explica sua recorrência na escrita, sobretudo no discurso teórico (devido a sua obrigação de densidade conceitual) e no discurso midiático (onde cada signo tem seu preço). E é esta mesma função de condensação que leva a qualificar a NMZ como sendo constitutivamente paráfrase, equivalência e ligação do discurso a um exterior.

Isso define a segunda propriedade da NMZ que quero sublinhar: trata-se de uma ligação que é mascarada, ao mesmo tempo enquanto tal e no plano da significação singular daquele exterior que se vê inserido no discurso pela NMZ. De fato, a NMZ está caracterizada pela desaparecimento mais ou menos integral

das marcas da enunciação. A transformação nominal autoriza a não mencionar nem os agentes e pacientes do processo, nem o momento, e ainda menos as causas e consequências. Um dos efeitos deste apagamento, total ou parcial, das marcas enunciativas é de assimilar a nova formação nominal apenas a um vestígio de uma antiga formulação, por isso ao mesmo tempo legitimada a não remeter ou a remeter só parcialmente ao enunciado original, deixando indeterminada a posição de sujeito e possibilitando, portanto, também uma posição de sujeito diferente daquela do desaparecido sujeito da enunciação origem. Assim, um título como “Ainda há resistência” (*Correio Brasiliense, Cidades*, edição de 11 set. 2014, p.23) não diz nada sobre o que tematiza a NMZ *resistência*, o que induz uma *operação de percurso*, em referência a um conceito culioliano, dos agentes, pacientes, causas e consequências possíveis de tal *resistência*. É unicamente após a leitura do artigo que se pode (esperar) preencher este vácuo: a *resistência* viria do *Judiciário* que, ao se recusar a decidir sobre um caso de injúria racial, não acata as resoluções do Ministério Público para enfrentar o racismo. Só que, como esta significação resulta de uma inferência não analítica, não se descartam, mesmo após a leitura, outras saturações semânticas potenciais, fazendo dos dois, “branco rico” que ofendeu o “negro pobre”, os protagonistas da *resistência*, e, portanto, de uma boa parte da sociedade, uma vez que o próprio autor conclui o seu artigo, esperando que “toda a sociedade se comprometa com essa luta”. Pode-se dizer neste sentido que a NMZ antecipa e instrui atos de (re)orientações de sua estrutura semântica, sem, porém, articulá-los e sem produzir qualificações virtuais que seriam necessariamente selecionadas por sua continuação textual.

Dá a terceira propriedade da NMZ que deve ser destacada. Ao remeter a enunciados subjacentes, a NMZ induz sempre um efeito de pré-construído que corresponde, segundo a famosa definição de Pêcheux a “o que remete a uma construção anterior, exterior, e em todo caso independente, em oposição ao ‘construído’ pelo enunciado”, como se este último “fosse pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’” (Pêcheux, 1990 [1975], p. 193 e 221). Tudo acontece assim como se a NMZ emergisse sempre implicitamente acompanhada de uma instrução de identificação a um *já dito* em outro lugar que, embora seja indeterminado, orienta a leitura e determina, sem que o sujeito se dê conta desta (in)determinação, a significação do que está dito, agora, no momento da enunciação.

E é justamente porque ela remete a um exterior, que ao mesmo tempo ela não nomeia e reativa repetitivamente de um discurso ao outro, que a NMZ impõe suas significações não como verdades a serem analisadas, mas como evidências, ou seja *verdades óbvias* e irrefutáveis, a serem recebidas como tais por cada um, de maneira que, relembrando o processamento cognitivo da verdade segundo Descartes, “não se tenha nenhum motivo de duvidar dela” (Descartes, 1992 [1637], p. 40).

A NMZ proporciona e assegura assim a obviedade do dito e, consecutivamente, sua incontestabilidade, porque ela subtrai literalmente a qualquer contra-argumentação os termos de sua argumentação, uma vez que pertencem a um pré-construído invisível, e é altamente aleatório, e até impossível, reencaixar sua significação, para avaliá-la em relação aos enunciados dos quais a NMZ aflorou e, portanto, de reincorporar as predicções remanescentes dos enunciados subjacentes em questão. Mas a impossibilidade da reconstrução analítica do pré-construído não é só linguística. É igualmente simbólica, por expor quem se arriscaria a questionar a natureza e o impacto de uma NMZ a deflagrar uma catástrofe discursiva e a ser rejeitado nas margens do bom sentido comum.

Vamos agora confrontar estas considerações teóricas com o funcionamento e os efeitos de algumas NMZ no discurso jornalístico, para poder apreciar o quanto suas realizações, ao subtrair ao sentido a responsabilidade de quem o enuncia, incorporam ao discurso, na forma de *verdades óbvias*, componentes-chave da racionalidade neoliberal, na qual ele está (ou deve parecer) mergulhado, para satisfazer ao pensável que procede desta racionalidade.

3 Nominalização e teleonomia neoliberal do discurso midiático

No contexto contemporâneo de ultrafinanciarização da economia, o papel do discurso midiático, fortemente vinculado aos tópicos neoliberais pelos monopólios empresariais em que ele se inscreve, extrapola a pura reprodução da ideologia que se empossou do mundo.

Legitimado nesta tarefa por seu contrato deontológico, que não se resume a um compromisso com a verdade dos fatos relatados, mas se prescreve em oferecer ao público esquemas acessíveis de interpretação do mundo, o discurso da chamada grande mídia funciona como maior mediador e

implementador da topologia neoliberal na opinião pública, que aliás não tem outra existência que os contornos da mídia que a convoca.

De fato, o discurso midiático não só incorpora a economia neoliberal do mundo no seu empreendimento informativo, como reconstrói e entrega a complexidade, e até o esoterismo, de seus tópicos de maneira compreensível e esclarecedora para que qualquer um possa integrá-los na sua própria narrativa, assumindo simultaneamente uma função de patrulhamento e cerceamento semântico, que impede de ver nestes tópicos o que eles são, ou seja, nada mais que meros produtos ideológicos.

Sustentando a pregnância da operação de NMZ nesta tarefa profunda e dissimulada de difusão-acreditação do discurso neoliberal pela mídia, destacarei agora as dimensões principais da atuação desta operação. Eu me apoiarei sobre um número limitado de exemplos extraídos da produção jornalística brasileira recente, portanto sem outra pretensão que a de concretizar a caracterização conceitual anterior da NMZ e os efeitos de sentido de sua recorrência midiática, suficientemente estáveis para poderem ser identificados e questionados como potencialmente ativos em qualquer realização dos grandes monopólios midiáticos. Nesta perspectiva, localizarei o paradigma operatório da NMZ sucessivamente na conjunção de quatro procedimentos notáveis: *reinterpretação globalizante obviamente pré-construída, autonomização do objeto produzido por sua determinação definida, configuração deôntica e naturalização de suas significações*.

Primeiramente a *reinterpretação globalizante*. Ela corresponde a uma reclassificação dos pontos de vista sobre o acontecido através da construção de uma nova entidade referencial procedente do percurso de homogeneização de dois objetos anteriormente dissociados, como o ilustra bem o seguinte fragmento:

Empresários cobram crescimento. O setor produtivo do Distrito Federal acompanha com muita atenção a sucessão ao Palácio do Buriti. Representantes de importantes segmentos do mercado local querem respostas para problemas que impedem o crescimento e a consolidação de uma estrutura privada forte e competitiva e deixam a economia dependente do setor público. São demandas que vão desde a desburocratização de projetos e alvarás, passando pela regularização de terras, acesso ao crédito até a redução da carga tributária. A incerteza quanto ao futuro da economia da capital do país levou vários segmentos a convidarem os candidatos para debater nas federações e sindicatos patronais o que planejam para o setor produtivo (F. Maja, *Correio Brasiliense*, 12.09.14, Cidades 19).

Neste exemplo, “O setor produtivo”, “a economia dependente” e “a incerteza quanto ao futuro da economia” correspondem respectivamente a redução de “O setor é produtivo”, “a economia é dependente do setor público” e “O futuro da economia é incerto”, sendo que esta predicação resulta ela mesma da condensação nominal de “A economia tem futuro”. Quanto às manifestações “o crescimento e a consolidação de uma estrutura privada forte e competitiva”, “a desburocratização de projetos e alvarás”, “a regularização de terras”, “o acesso ao crédito” e “a redução da carga tributária”, são nominalizações que resultam respectivamente da redução de “uma estrutura privada tem que crescer e consolidar-se”, “os projetos e alvarás tem que ser desburocratizados”, “as terras tem que ser regularizadas”, “o crédito tem que ser acessível” e “a carga tributária tem que ser reduzida”.

Ao reduzir um conjunto de processos verbais a uma série de nomes, todas as ocorrências de NMZ que aparecem aqui (e cujo vertiginoso número – mais de uma dúzia neste único fragmento – comprova a alta funcionalidade da operação num discurso instituinte de sua ideologia) vedam qualquer contra-argumentação da predicação verbal subjacente, uma vez que a transformação nominal zera literalmente a formulação desta predicação, e cria estruturalmente uma agregação necessária, qualificada pela união orgânica de seus termos.

Quaisquer sejam as formas das NMZ, ao substituir a predicação de uma determinada qualidade atribuída a um evento ou uma pessoa, todas impõem a produtividade de uma relação constitutiva e, portanto, subtraída a qualquer rejeição argumentativa, entre este evento e pessoa e aquele atributo.

Falar de “O setor produtivo” ou de “A redução tributária” é pressupor a existência de uma classe de setor necessariamente produtivo e de uma carga tributária a finalizar necessariamente como reduzida (o caráter “produtivo” e o “a ser reduzido” pertencem intrinsecamente às noções que ele qualifica), dificultando assim as iniciativas de contestação de tal constituição. É muito mais difícil negar que a redução deve caracterizar a carga tributária na formulação condensada “a redução da carga tributária” do que quando se enuncia: “a carga tributária é para ser reduzida”. O que poderá ser discutido é muito mais o volume de tal redução que a redução como característica da política tributária.

Ao ser estabelecida a existência da *carga tributária* e admitido, sem discussão possível (uma vez que a propriedade está englobada no ato da NMZ, não sendo objeto de uma predicação suscetível de contestação), o seu exagero (não só porque se infere do uso do termo *redução* que a cobrança é alta demais, mas também por causa do semantismo negativo de *carga* que tende a apresentar o imposto como um fardo indevido e não como uma contribuição consentida ao bem estar da coletividade), não se pode fazer outra coisa que se entregar à obviedade do dito. Resta somente ao indivíduo a adesão à significação que a NMZ, ao enunciar-se, faz existir enquanto *verdade óbvia*, para não fugir da pauta comum (apesar de ser seletiva) do bom sentido e permanecer assim com o sentimento de sua plena e legítima integração ao coletivo. O sujeito assujeitado pela obviedade do seu consentimento, nem precisa mesmo liberar a sua adesão pela exclamação interior, “É isso mesmo, é óbvio!”, tematizada por Althusser (1976) como marca do seu salto na racionalidade ideológica, já que a repetição insaciável dos termos que nominalizam, como sendo a coisa mais comum, a visão neoliberal economista do mundo pré-construída pelos monopólios midiáticos, torna invisível a ideologia que ela capitaliza.

Por isso eles não só fazem um uso extraordinário da NMZ, mas também não hesitam em criar novas denominações e, no momento desta criação, destacar a significação que, doravante, virá com ela como *verdade óbvia*. É o caso desta declaração do Grupo Globo:

As Organizações Globo agora se chamam Grupo Globo. A nova denominação não é apenas uma mudança de nome. Ela reflete a integração entre as empresas do grupo [...], segundo explicou ao **Valor** João Roberto Marinho, vice-presidente da companhia. [...] Enfim, “somos produtores de conteúdo” (Heloisa Magalhães, *Valor Econômico*, edição de 11 set. 2014, Capa)

Produto da transição de uma NMZ para outra (A Globo que era uma Organização é agora um Grupo), esta nova denominação, ao identificar um dos maiores monopólios midiáticos do mundo a um “contador de histórias” e a um grupo de parceiros, simboliza perfeitamente a contribuição da NMZ para a fabulação de uma obviedade global da qual o discurso neoliberal encarrega o discurso midiático.

O segundo procedimento está vinculado à determinação sistemática aqui das NMZ pelo artigo definido *o/a* que indica que uma pessoa ou uma coisa já foi identificada e verificada. Consecutivamente o novo saber instalado pela

NMZ se confunde com um estágio mais conceitualizado e com valor generalizante de um saber que a determinação definitiva liga globalmente a circunstâncias apagadas, mas existentes, que o autenticam globalmente como sendo verdadeiro. As operações de NMZ e de determinação definida se encontram assim (será muito mais rara a ocorrência de “um crescimento de uma estrutura privada” que “o crescimento”) para fazer crer que se trata de um fenômeno já confirmado e de cuja necessidade não se pode duvidar.

Mas não é só isso. A funcionalidade fundamental de NMZ generalizantes, como “a economia dependente” ou “o crescimento e a consolidação de uma estrutura privada forte e competitiva” é de construir como uma verdade a denominação de um fenômeno e, no mesmo movimento, permitir que ela possa ser dita e retomada como tal por cada um. Não tem nada mais significativo nesta perspectiva que manchetes, por isso tão frequentes, do tipo:

O desemprego tende a aumentar ainda mais devido à fraqueza da atividade produtiva (A.Temóteo & R. Costa, *Correio Brasiliense*, 27.02.15, Economia 6).

Não obstante o fato de que a constatação vale manifestamente por um contexto singular, a determinação definitiva dos termos “desemprego”, “fraqueza” e “atividade produtiva” leva a generalizar o sentido das três nominalizações e a inferir leis interpretativas com validade global da reclassificação do acontecido estabelecida pela correlação enunciativa das três.

Nestas condições, pode se dizer que, sob o efeito das determinações definidas destas NMZ, passamos de simples possíveis do mundo em uma certa situação a leis do mundo, uma vez que “uma lei é a maneira pela qual um futuro que não terá fim tem que continuar a ser” (Peirce, 1978, p. 115), sem que o dedo seja “evidentemente” colocado nas feridas do desemprego. É assim que uma constatação de uma correlação conjuntural sem sujeitos emerge enquanto correlação estrutural concernente a todos os sujeitos.

Tal correlação implica frequentemente um *dever fazer*. Esta configuração deontica corresponde ao terceiro procedimento anunciado da NMZ. De fato, em um número importante de contextos, onde a significação da NMZ está estruturada por um complemento, o vínculo deste complemento com a NMZ é de tipo relacional mais que determinativo propriamente dito. A modalidade deontica aparece então como um valor afetado pelo complemento do

enunciado nominalizado ao saber que ele classifica. Convocar os “problemas que impedem o crescimento e a consolidação de uma estrutura privada forte e competitiva” é acrescentar ao pressuposto da existência de uma *estrutura necessariamente privada, forte e competitiva*, a obrigação de *fazê-la crescer e de consolidá-la*. Da mesma maneira, a função relacional da preposição *de/da* nos sintagmas nominalizados desde “desburocratização de projetos e alvarás, passando pela regularização de terras, acesso ao crédito” até “a redução da carga tributária” dá a instrução que os complementos *projetos e alvarás, terras e carga tributária* têm que ser ligados às NMZ que eles determinam, independentemente mesmo da vontade individual.

Contudo, a pré-construção de saberes compartilhados e a homogeneização de um *dever fazer* são necessariamente inscritas em tensões contraditórias. Como Sériot (1985 & 1986) o demonstrou ao reconstruir a heterogeneidade dissimulada atrás da forma aparentemente monolítica e consensual das NMZ no discurso soviético, as transformações nominais do discurso neoliberal também podem ser vistas como as “máscaras de uma polêmica da justificação” (Sériot, 1985, p. 340).

Neste sentido, é importante notar que, no caso das NMZ implicando um *dever fazer*, como “a desburocratização dos projetos”, o leitor, ou melhor, todos nós estamos induzidos a articular a conclusão subentendida de que “os projetos têm que ser desburocratizados”, com um pressuposto polêmico tipo “os projetos são burocratizados”.

Um funcionamento pressuposicional deste tipo é sintomático dos antagonismos recobertos pelas NMZ, uma vez que implica toda uma trama argumentativa infradiscursiva que seria aqui: *os projetos são destinados a ser desenvolvidos, mas (os seus portadores) estão impedidos de fazê-lo, por causa de uma burocracia (nociva), o que por sua vez atrapalha o crescimento (benéfico) da estrutura privada*.

E é justamente para conter, na medida do possível, a manifestação de subunidades contraditórias e conflituosas no percurso consensual globalizado pelo jogo sem marcas de enunciação de suas NMZ que o dispositivo midiático controla os efeitos configuracionais das tensões que ele esconde, mobilizando o quarto e o último procedimento que evocarei aqui, e que pode ser definido como uma *naturalização* das classificações operadas pelas NMZ.

Como o indica o termo, a *naturalização* designa a apresentação dos rumos neoliberais do mundo, desenhados pelas NMZ, como extensivos da

natureza mesma, particularmente quando eles aparecem caóticos e carregados de ameaças para a sua própria alquimia. Emprestando o conceito de *esquematisação* ao modelo lógico-discursivo de Grize (1990 e 1996), em que ele designa a forma tipificada (e distinta do suposto original), que toma o mundo no “universo de discurso” de um locutor em função de suas representações e crenças e daquelas que ele imagina e pretende determinar no universo discursivo de seu interlocutor, e remetendo também à distinção de Goffman (1981) entre dois tipos de quadros explicativos primários - um que vincula o acontecido a um diretório humano, e outro que não identifica a intervenção do homem atrás de um evento – pode-se dizer então que a mediação do mundo neoliberal preenche a relação causa-consequência deixada vazia pela NMZ, substituindo uma explicação da lógica neoliberal por um comando humano, uma (não) explicação pela *própria natureza*.

A necessidade da independência dos bancos centrais tem sido colocada no contexto da própria natureza da política monetária [...] a independência do BC protege a política monetária de pressões naturais relacionadas aos ciclos eleitorais, já que há sempre a tentação de utilizá-la para gerar episódios efêmeros de crescimento [...]. (Gustavo Loyola “Um debate necessário”, Opinião, *Valor econômico*, 4-6.14, A31).

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a nuvem cinza colocada sobre o país começa a se dissipar por conta da retomada do crescimento e da redução da inflação (Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/economia-brasileira-cresce-15-no-2-trimestre-diz-ibge.html>>. Acesso em: 30 ago. 2013).

O ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, rebateu críticas [...]: “A oposição ficou um bom tempo dizendo que ia ter uma tempestade perfeita, nós tivemos um verão muito tranquilo. Agora estão falando em vendaval, em tsunami. Eu acho que o único tsunami que tivemos foi a gestão pública em alguns governos do passado”, afirmou o ministro (Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/mercadante-o-unico-tsunami-que-tivemos-foi-a-gestao-publica-em-alguns-governos-do-passado/MI>>. Acesso em: 15 jun. 2014).

Estes três exemplos ilustram nitidamente esta focalização em uma *esquematisação* naturalizante. Portanto me limitarei a três comentários.

Primeiro, o universo de validação do sistema explicativo de tal *esquematisação* é manifestamente o dos fenômenos climáticos, como o atesta a recorrência do paradigma lexical das perturbações climáticas: *verão muito tranquilo*, *nuvem cinza*, *vendaval* e *tsunami*. Todo o funcionamento do mercado aparece assim como uma grande metáfora de uma dinâmica climática, como o marca a aparição dos hiperônimos *pressões naturais*, *ciclos eleitorais* e

episódios efêmeros. A conjuntura não está identificada de outra maneira, a não ser pela mescla com a natureza, e em primeiro lugar o clima. Trata-se manifestamente aqui de uma manipulação das lógicas explicativas disponíveis (ação reflexiva dos homens ou efeitos descontrolados da natureza) para impor a representação do domínio econômico como campo natural à qual não se pode (nem mesmo se deve, nas versões fundamentalistas) opor.

O segundo comentário é que tal *esquematisação* é quase sempre a de forças naturais hostis e antagonistas. Com esta explicação, quaisquer sejam os fracassos das políticas neoliberais e as catástrofes que eles podem gerar, nunca são da responsabilidade dos homens. Ao contrário, todos os homens estão, em caso de *crise* (hiperentidade nominalizada, onipresente, quase supranatural, sem agente nem paciente), juntos, vítimas dos elementos naturais e, por isso, o pior, ou seja, uma desapareção apocalíptica da humanidade, não pode ser descartado:

Se houver uma mudança climática global e a América do Sul virar um deserto, aí realmente não tem jeito (Entrevista de Márcio Zimmermann, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, *Valor Econômico*, A3, edição de 11 set. 2014).

Nestas condições, o que está implicitamente zerado é a atuação de todos os movimentos altermundialistas, uma vez que o poder cego da natureza torna fútil, inútil ou irrisório qualquer vontade de acabar com a injustiça de seus efeitos. Falta ainda constatar neste plano que é tamanha a penetração deste paradigma naturalizador, que informa não só a discursividade dos aficionados do neoliberalismo, mas contamina também os que se apresentam como defensores, mais ou menos radicais, de um modelo do Estado social (cf. Mercadante e Mantega).

O terceiro comentário é só para destacar que este processo de metaforização natural explicativa das flutuações da economia e do mercado argumenta explicitamente (e está argumentado por) não só uma concepção naturalizada e essencialista da política (cf. *a própria natureza da política monetária*), mas também do potencial humano mesmo, o que conduz a justificar a desigualdade social por uma suposta desigualdade natural, quando se escreve por exemplo que “o público a que se destina [o ensino médio] está naturalmente mais propenso a trocar o estudo pelo trabalho ou a simplesmente não buscar nem um nem outro” (R. Mariz, *Correio Brasiliense*,

Política 8, edição de 11 set. 2014), estabelecendo assim, frente a lei natural, a existência de comunidades mais iguais que outras.

A interação constante desta *esquematisação* natural com seus componentes, em todas as mídias, paradoxalmente talvez, uma vez que inclui a (im)previsibilidade de todo tipo de abalos sísmicos, ao remeter à experiência que cada um tem dos fenômenos naturais, acentua assim as *verdades óbvias* implementadas pelas NMZ: apesar de implicar mecanismos muito complexos (por isso objeto de ciências econômicas inacessíveis ao cidadão comum), as coisas que acontecem não são difíceis de entender, porque acontecem como na natureza e são relatadas como tais, mas são muito difíceis de evitar, porque reeditam a fatalidade dos fenômenos naturais.

4 Devolver a opacidade

A análise do(s) discurso(s) não revela a ninguém nenhum “verdadeiro sentido” que ficaria preservado e intocado, atrás de uma midiatização em *trompe-l’oeil*. Ela não acorda um suposto “sentido autêntico” que se esconderia no fundo dos discursos, até porque, para ela, a profundidade do discurso é sempre de superfície, variando com as relações que seus termos contratam entre si e com os pontos de fuga do reconhecimento subjetivo das significações deste jogo.

Não, a análise do(s) discurso(s) não procura nem desvenda (felizmente!) o segredo das coisas, mas ela nos mostra, em contrapartida e à contracorrente da ilusão-desejo de que as palavras fossem o reflexo das coisas, que o sentido do mundo e dos sujeitos que somos, entre outros, faz-se e se desfaz nos discursos. E isso não é pouco, bem pelo contrário, uma vez que devolve ao leitor o potencial criativo da opacidade do discurso, salientando que as evidências que ele desenrola, são, antes de tudo, significações que encontram nos discursos sua (im)própria explicação e, portanto, as matrizes de sua relatividade.

É esta relatividade que pretende precisamente negar a estabilização dos tópicos neoliberais no esquema de enunciados nominalizados semanticamente não saturados, a não ser pela (falsa) eternidade das *verdades óbvias* que eles espalham no mundo, funcionando assim como peças-chave da narrativa naturalizante do discurso neoliberal promovida pela mídia dominante.

Ao afetarem aos tópicos neoliberais todos os traços de uma inconfundível preexistência, as NMZ reforçam esta topicalização por seu enraizamento no ciclo natural e inevitável da ordem das coisas, convertendo-os então em *verdades óbvias* fundantes do bom sentido comum mesmo.

Nesta perspectiva, o horizonte crítico de uma leitura, que devolve sua opacidade aos saberes infinitamente reciclados pelas NMZ e pela *naturalização* de seus dizeres, seria alcançado se ela pudesse contribuir, de uma maneira ou outra, com o enriquecimento da dotação dos atores sociais que somos em recursos e ferramentas para contestar e refutar a “incontestabilidade” que o mundo neoliberal e o ilusionismo da sua utopia por consumo encontram na sua veridicção mediática.

Mas, essa é uma perspectiva que deixa em aberto a questão de saber o que pode obrigar o sujeito-meta desta incontestabilidade a agir conforme a estas verdades óbvias, como se fossem suas, e se há mesmo a possibilidade de abjurar-se de suas subjugações.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Idéologie et appareils idéologiques d'Etat**. Notes pour une recherche. Paris: Editions sociales, 1976. p. 67-125.

BAKHTINE, Mikhail. **Le marxisme et la philosophie du langage**. Paris: Minuit, 1977 [1929].

BALVET, A.; CONDETTE, M-H.; HAAS, P.; HUYGHE, R.; MARIN, R.; MERLO, A. La ressource Nomage, Confronter les attentes théoriques aux observations du comportement linguistique des nominalisations en corpus. **TAL**, Paris, v, 52, n. 3, 2012, p. 1-24.

BOURDIEU, Pierre. Cette utopie, en voie de réalisation, d'une exploitation dans limite. L'essence du néolibéralisme. **Le Monde Diplomatique**, mars 1998.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Paris: Ophrys, 1990 e 1999.

DAHLET, Patrick. Apagar as divisões, celebrar o consenso: a governança discursiva na era neoliberal. **Todas as letras W**, São Paulo, v. 16, n.1, 2014, p. 125-139.

DAHLET, Patrick. O discurso neoliberal: engrenagens de um fazer crer. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO, 2., 2014, Belo Horizonte. **Anais do II SEDIAr**. Ilhéus: UESC, 2015. Disponível em: <<http://www.uesc.br/programas/proeda>>.

DESCARTES, René. **Discours de la méthode**. Suivi d'extraits de La Dioptrique, des Météores, de la Vie de Descartes pas Baillet, du Monde, de l'Homme et de Lettres, éd. Geneviève RODIS-LEWIS, Paris: Flammarion, 1992 [1637].

FRADIN, Bernard. Les nominalisations et la lecture 'moyen'. **Lexique**, Lille, n. 20, p. 129-156, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Les cadres de l'expérience**. Paris: Minuit, 1981.

GRIZE, Jean-Blaize. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1990.

GRIZE, Jean-Blaize. **Logique naturelle et communication**. Paris: PUF, 1996

KERLEROUX, Françoise. Identification d'un procédé morphologique: la conversion, **Faits de langues**, Le Mans, n. 14, p. 89-100, 1999.

KERLEROUX, Françoise. Des noms indistincts. In: FRADIN, Bernard (dir.). **La raison morphologique**. Hommage à la mémoire de Danielle Corbin. Amsterdam: Ed. John Benjamins, 2008. p. 113-132.

KERLEROUX, Françoise. Il y a nominalisation et nominalization. **Lexique**, Lille, n. 20, p. 157-172, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique; COSSUTTA, Frédéric. L'analyse des discours constituants. **Langages**, Paris, n. 117, p. 112-125, 1995.

MIR-SAMII, Reza (dir.). **Nominalisations**. Paris: Ophrys, 2007.

PASSET, René. **L'illusion néolibérale**. Paris: Flammarion, Coll. "Champs", 2000.

PÊCHEUX, Michel. Les vérités de La Palice. Linguistique, sémantique, philosophie [1975]. In: **L'inquiétude du discours**. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

PEIRCE, Charles Sanders. **Écrits sur le signe**. Paris: Seuil, 1978 [1883-1909].

SÉRIOT, Patrick. **Analyse du discours politique soviétique**. Paris: Institut d'Études Slaves, Coll. Cultures et Sociétés, 1985.

SÉRIOT, Patrick. Langue russe et discours politique soviétique: analyse des nominalisations, Paris: **Langages**, n. 81, p. 11-41, 1986.

ANÁLISE DISCURSIVA DE UM “QUADRINHO” A PARTIR DA PERSPECTIVA FRANCESA: A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE PÊCHEUX

Thiago Alves Françaⁱ

Resumo: Neste texto, analisamos, a partir da perspectiva francesa de Análise de Discurso (AD), uma materialidade linguístico-imagética, do gênero Quadrinho, coletada em um site de discussão e militância gay. A partir do corpus, considerando tanto os signos linguísticos quanto os demais signos como materialidade discursiva, problematizamos o modo como a formulação funciona no que diz respeito à (re)produção de sentidos. Para tanto, descrevemos indícios materiais que autorizam algumas interpretações, negando, por sua vez, outras, destacando a contradição que funciona no material selecionado, e analisando alguns efeitos de sentido. Dialogamos, neste texto, com alguns teóricos, a exemplo de Michel Pêcheux, cujas contribuições costumam ser fundamentais para o trabalho que se faz à luz da AD no Brasil.

Palavras-chave: Sentidos. Homofobia. Materialidade discursiva. Posição de sujeito.

Abstract: In this paper, we analyze, through the French Discourse Analysis perspective, a linguistic and visual materiality, of the genre comic strip, collected from an activist gay website and forum. Based on the corpus, considering both the linguistic and the other kinds of signs as a discursive materiality, we are concerned about how the formulation operates in regard to the production and the reproduction of meaning. In order to achieve this goal, we describe the material evidence that authorizes some interpretations, denying others, highlighting the contradiction produced in the selected material, and analysing some effects of meaning. We dialogued, in this text, with some theorists, like Michel Pêcheux, whose contributions are often fundamental to the research that draws upon Discourse Analysis in Brazil.

Keywords: Meaning. Homophobia. Discursive Materiality. Subject Position.

ⁱ Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Linguística e em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutorando em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: thiagufo@gmail.com.

Introdução

Neste texto¹, apresentamos, à luz da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, uma análise de uma materialidade linguístico-imagética de um Quadrinho (Figura 1) que se encontra disponível no site oficial do Projeto de Lei da Câmara 122/06, projeto este vulgarizado² como lei de combate à homofobia³. Trata-se de um site destinado a um público-alvo homossexual, ou, de forma mais geral, aos interessados pela discussão da criminalização da homofobia, de forma que funciona como um “foco” de militância gay, como reiteraremos adiante.

Já dissemos que o *corpus* selecionado é constituído por uma formulação linguístico-imagética, e, devido à constituição do material que analisamos, achamos necessário lembrar que a possibilidade de analisar formulações linguísticas está em inteira conformidade com a AD desde a sua primeira fase (AD-1), mas que pretender tomar formulações imagéticas como materialidade a ser analisada sob o respaldo teórico da AD implica uma revisão acerca da materialidade do discurso.

Quando em AD, nos textos fundadores, se discute a relação entre língua, discurso e ideologia, diz-se, numa escala descendente, que a ideologia se materializa no discurso, e que o discurso, por sua vez, encontra na língua a sua materialidade. Desse modo, a forma material do discurso seria a língua, e a forma manifesta da ideologia seria o discurso. Não há, pelo menos em AD-1, tampouco na AD-2, um espaço para a imagem, para um discurso que talvez possa se materializar de outra forma que não pela língua.

É, no entanto, em textos da AD-3 que se aponta uma preocupação com a imagem neste processo de materialização do discurso. Vejamos:

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições) (PÊCHEUX, 1983b, p. 55).

Como se nota, Pêcheux (1983b) nos sugeriu que também as imagens são atravessadas por discursos, questionando, assim, a sua transparência, sendo, a

¹ As discussões aqui apresentadas foram extraídas de minha dissertação de mestrado, defendida em fevereiro de 2013, no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), sendo a pesquisa financiada, parcialmente, por essa instituição e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

² Para mais informações sobre a amplitude do Projeto de Lei, ver França (2013).

³ Sobre homofobia, ver Borrillo (2010).

partir daí, possível concebê-las como materialidade discursiva. Além disso, de um outro quadro teórico e com uma outra proposta, mas amplamente pensado no campo largo que se costuma chamar de análise de discurso, Foucault (1969), ao descrever o enunciado (compreendido como função de existência e como unidade do discurso), diz que sua materialidade não é exclusivamente linguística, abrindo espaço para uma visada em outras formas de significação.

Ao falarmos que a materialidade da qual nos ocupamos, neste artigo, é linguístico-imagética, e uma vez que situamos a AD como horizonte teórico de nossas discussões, concordamos também com Maingueneau (2008), para quem o regime do discursivo age não só sobre a materialidade linguística, como as primeiras fases da AD apontavam, mas também sobre outros signos, a exemplo dos imagéticos, e, no caso de nosso trabalho, também os cromáticos.

Considerando a possibilidade de, discursivamente, analisar uma materialidade intersemiótica (MAINGUENEAU, 2008), adiante, apresentamos a formulação, e operamos a descrição-interpretação (PÊCHEUX, 1983a), a fim de explicar como o Quadrinho produz sentidos, filiando-se a discursos-outros, atualizados nesta formulação.

Antes da análise, desejamos, ainda, destacar que a pergunta que fazemos, isto é, “como o texto significa?”, e não “o que o ele significa?” corresponde, desde a primeira fase da AD, àquilo de que devem se ocupar os analistas de discurso, e por isso é que justificamos o nosso interesse pela discursivização da materialidade, isto é, pelo modo como ela funciona, (re)produzindo sentidos a partir desse funcionamento realizado entre uma estrutura e um acontecimento, isto é, entre memórias e atualidades (PÊCHEUX, 1983a).

1 Análise

O Quadrinho (Figura 1), como dissemos, foi encontrado no site oficial do PLC 122/06. Trata-se, como se nota, de um texto intersemiótico (MAINGUENEAU, 2008), isto é, podemos observar nela um entrecruzamento de formulações linguísticas e imagéticas. O entrecruzamento é necessário para que os sentidos se (re) produzam na discursivização, mas apesar de entendermos que é na relação que os sentidos na materialidade se (re)produzem, por uma questão metodológica, trataremos, por vezes, da materialidade linguística em separado da materialidade imagética. Fazemo-lo, porém, por uma questão de método, como dissemos.

FIGURA 1 – Quadrinho divulgado no site oficial do PLC 122/06



Fonte: site oficial do PLC 122/06. Disponível em: <<http://www.plc122.com.br>>.

Na materialidade em questão, percebemos dois personagens que representam homens que aparecem em todos os quadros. Um dos personagens, o da esquerda, traja camisa rosa enquanto o da direita, azul. Os planos de fundo do Quadrinho alternam entre branco com uma parte azul de tonalidade clara, e todo azul, de um tom mais escuro.

No primeiro quadro, há uma formulação linguística, no balão, pronunciada pelo personagem que traja azul: “Eu não gosto do seu tipo de gente”. Esta formulação não indica, linguisticamente, a que se refere o personagem com a expressão “tipo de gente”. No entanto, sabemos que a formulação linguístico-imagética circulou, como dissemos, em site “gay” e de caráter ativista, uma vez que discursiviza favoravelmente sobre o projeto vulgarizado como de combate à homofobia.

O lugar de circulação da formulação não é desconsiderado quando da leitura que se faz, uma vez que, tomando o site como lugar de memória discursiva, a partir de Fonseca-Silva (2007), compreendemos também que há seleção neste lugar, de modo que nem tudo pode ser materializado ali. Considerando isto, o fato de a formulação ter circulado em site de militância gay indica o “tipo de gente” a que se refere o personagem “azul”: o tipo gay.

A formulação linguística, como dissemos, não dá pistas suficientes para que o “tipo de gente” seja definido. Considerar o site é entender que o

discurso não se (re)produz sem condições de produção (PÊCHEUX, 1969) que propiciam sua realização. Além disto, o entrecruzamento do linguístico com o imagético é fundamental para que o tipo de gente homossexual seja definido.

A cor rosa, assim como a cor azul, exceto por um processo de endoculturação⁴, nada têm que ver com a mulher e com o homem, e não têm a ver também com a sexualidade dos indivíduos. Ainda assim, culturalmente, associa-se o rosa à mulher e o azul ao homem. No quadro, no entanto, não temos um homem e uma mulher. Há, como se nota, a representação de dois homens, diferenciados: i) pela cor do traje – rosa e azul; ii) pela posição no quadro – o homem da esquerda e o homem da direita, além de outras características. Há, na sequência do Quadrinho, um “embate” entre o personagem que traja rosa e da esquerda e o personagem de traje azul e da direita.

Só no primeiro quadro, com a descrição que realizamos, muitos sentidos podem ser descritos: o primeiro – e por puro acaso ou efeito do inconsciente damos o primeiro lugar à questão – é que ao homem homossexual cabe o rosa na mesma medida que o azul cabe ao homem heterossexual. Podemos dizer, entretanto, em nossa cultura, que o rosa cabe antes à mulher, mesmo porque é com base no sexo que, por exemplo, um recém-nascido veste, se menina, a cor rosa, e não baseado na sexualidade.

No Quadrinho, na ausência de uma mulher, associa-se o rosa ao personagem homossexual. Mas por quê? Porque o rosa, pensamos, diz, em nossa cultura, mais sobre gênero que sobre sexo (FRANÇA, 2010). O gênero e, no caso, o feminino se associa tanto à mulher quanto ao homem homossexual, muito embora não haja nada de natural nesta associação. Trata-se, antes, de endoculturação (LARAIA, 2001), como dissemos.

A cor rosa, marcada culturalmente como representativa do feminino, é fundamental para que se perceba que tipo de conflito há entre os personagens. Defendemos que, trajasse o personagem de camisa rosa a cor verde, por exemplo, a verificação do sentido que se (re)produz seria dificultada ou, a depender do leitor, impossível. Neste caso, a cor teria de ser “rosa” e nenhuma outra em seu lugar, o que nos remete à questão foucaultiana do acontecimento⁵.

⁴ Endoculturação é compreendida aqui no sentido apresentado por Laraia (2001), isto é, como um aprendizado.

⁵ Em “Arqueologia do Saber”, Foucault discute sobre a singularidade do enunciado, quando um é formulado e quando nenhum outro poderia estar em seu lugar.

O efeito que se produz com o “rosa” não é o mesmo que se produziria com um roxo, por exemplo. Em suma, por mais arbitrário que seja, em nossa cultura, nenhuma outra cor representa tanto a feminidade quanto a cor rosa. Ao azul, idem: nenhuma outra cor representa tanto a masculinidade, na nossa cultura, quanto ela.

Há que se destacar, porém, o fato de que ser reconhecido como “rosa” e também não ser reconhecido como “azul” não é, segundo a formulação linguístico-imagético, problemático para os homossexuais – para os que se identificam com este discurso –, uma vez que se pode ler que é por identificação com a posição de sujeito gay-militante que tal representação do homem homossexual é veiculada em um site de militância gay. Além disso, há outros indícios, como, por exemplo, um grupo organizado do Distrito Federal de militância gay, que se nomeia “Cia Revolucionária Triângulo Rosa”⁶.

Se a cor rosa é associada à feminilidade, e esta, por sua vez, à homossexualidade, e se os homossexuais, no caso do site, se representam de tal forma, isto é, por meio dessa cor, ocorre uma tomada da palavra (FOUCAULT, 1979) por parte dos homossexuais, que dizem, portanto, em que medida a cor rosa os caracteriza e que coisas isto implica.

A noção de sujeito como uma posição numa conjuntura dada (PÊCHEUX, 1969) nos ajuda a compreender os diferentes usos e efeitos produzidos. Uma vez que é no interior de uma posição de sujeito que os sentidos são possíveis, dizer-se rosa, de uma posição gay-militante (FRANÇA, 2013), não é, embora haja relações de interdiscursividade outras, equivalente à associação do indivíduo gay ao rosa produzida de uma posição de sujeito outra, que interpreta a homossexualidade pejorativamente.

A partir do momento em que tomamos não só a língua como base material do discurso, mas também formas não verbais, como a imagem e as cores, não se pode também entendê-las como transparentes e “literais”. Uma vez que a forma material do discurso traz inscrições da contradição histórica

⁶ O triângulo rosa invertido, durante o nazismo, conforme Elídio (2010) nos campos de concentração, identificava os indivíduos capturados por práticas homossexuais. Pelas vicissitudes da história e, por isso, da significação, o triângulo rosa invertido (de cabeça para baixo) passou a ser símbolo do movimento homossexual organizado. Percebemos, neste percurso histórico-significativo, a partir do que observa Foucault (1979), uma tomada de palavra e uma disputa pelo lugar autorizado do dizer: “tomando ao pé da letra tais discursos e contornando-os, vemos aparecer respostas em forma de desafio: está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que nós somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês” (FOUCAULT, 1979, p. 234).

que o constitui, também na cor, como materialidade discursiva, a contradição e a possibilidade de deslize se verificam.

Milanez (2012) designa como cromático-discursivo o movimento entre memória, cores e posições que elas suscitam. De acordo com o autor, esse tripé discursivo permite que se pense a relação da língua com a exterioridade histórica. Entendemos que tomar a cor como materialidade do discurso nos obriga a pensar na relação apontada pelo autor, posto que o cromático aponta para o exterior, o real possível do discurso em sua constituição histórica.

A partir do que foi dito, a cor, na formulação em análise, não é unívoca, posto que é materialidade discursiva. Desse modo, é possível perceber a contradição na cor rosa. Vejamos: dissemos, antes, que o rosa é uma forma de reconhecimento, isto é, do próprio homossexual falar sobre si mesmo. No entanto, o rosa atualiza também sentidos estigmatizados que funcionam na associação do homossexual ao feminino, isto é, apontam para sentidos outros, que seriam possíveis em outras posições de sujeito.

Dissemos, em trabalho anterior (FRANÇA, 2010), que, na “homofobia do meio”, a intolerância em relação à feminidade em homens é o principal motivo do preconceito realizado por homossexuais contra homossexuais. No Quadrinho, reatualiza-se um estigma que não só motiva o preconceito de não-gays contra gay, mas também uma prática que divide o próprio movimento LGBT.

Não há como recortar em definitivo a memória discursiva que, no caso, é a constituição e discursivização históricas do rosa. A cada vez que o rosa é formulado, os sentidos à cor associados são paradigmaticamente abertos. Há, nessa abertura, não só sentidos afins, mas também concorrentes. Esta disputa política (ORLANDI, 2002) pela significação se mostra na materialização, que apresenta a possibilidade de marcar uma identidade gay, usando o rosa em causa própria, mas também a possibilidade de reforçar e reatualizar a feminilidade (que pode ser um estigma) compulsória em homens homossexuais, dita por outros, por não-gays.

Um outro sentido passível de identificação na análise do Quadrinho diz respeito ao posicionamento – se esquerda ou direita – e a memória que acompanha, num terreno político, estes termos. O gay é o da esquerda e o não-gay, o da direita. Revolvendo sentidos acerca do que seja ser de esquerda, pode-se dizer que as ditas minorias, incluindo mulheres, negros, homossexuais etc., são preocupação, sobretudo, da Esquerda. Aos de Direita não se associa uma disputa a favor das “minorias”.

O atual terreno político nacional aponta-nos alguma dificuldade para a definição do que seja Esquerda ou Direita, havendo, como circula em redes sociais, a possibilidade de dizer que parece haver uma tendência à ambidestria. Ainda assim, numa perspectiva interdiscursiva, no possível do discurso, a associação entre Esquerda e minoria pode ser formulada.

No atual cenário político brasileiro, um dos partidos com reconhecida agenda gay, digamos assim, é o PSOL, que se reconhece como sendo representativo de Esquerda. No caso da formulação em análise, a relação entre esquerda e minoria homossexual é reatualizada.

Não está em questão, da perspectiva da AD, se o responsável pelo Quadrinho quis ou não (re)produzir os sentidos que há pouco apresentamos. Na verdade, não importa o que quis ou o que fez sem querer, e com isto não se nega que o indivíduo tenha uma intenção ao elaborar, por exemplo, um Quadrinho como este. Nega-se, isto sim, o controle que tal indivíduo tem sobre o que formula, porque este é caracterizado por uma ilusão de consciência e de controle sobre o que diz (PÊCHEUX; FUCHS, 1975).

A possibilidade de, na descrição do Quadrinho, identificarmos tais sentidos, não diz, portanto, nada sobre o que quis o “autor” da “obra”, o que, aliás, deixa de ser uma questão desde a primeira fase da AD, como se pode ler em Pêcheux (1969). A interpretação com a qual trabalhamos aponta, antes, e independentemente da vontade do “enunciador”, para sentidos possíveis na sociedade, como, por exemplo, os que indicamos: a) a associação entre a cor rosa e a feminilidade, e, com isso a associação entre a homossexualidade e a feminilidade atribuída ao “rosa”; b) as questões de partidos ditos de Esquerda em sua associação com os grupos ditos minoritários.

Sigamos com a descrição da Figura 1. Ainda no primeiro quadro, o personagem não-gay traz, em sua camisa, uma representação de um crucifixo, o que, em nossa cultura, é rapidamente associado à questão religiosa judaico-cristã. Esta imagem construída acerca do religioso judaico-cristão se confirma no segundo quadro, quando o personagem não-gay afirma que o fato de ele não gostar de homossexuais encontra respaldo na Bíblia (Sabe por quê? Por causa de um livrinho chamado Bíblia).

Voltemos à suposta produção deste Quadrinho e à sua recepção e circulação: feito por e para público gay, e circulado em site para o mesmo público. Da posição de sujeito que chamaremos aqui de posição de militância gay, não se está autorizado a desprestigiar os homossexuais, nem em nome

de escrituras sagradas. Há, portanto, uma razão, que não a ratificação das passagens bíblicas, para que, neste Quadrinho, sejam tratadas as questões religiosas judaico-cristãs.

Ducrot (1987), ao discutir a ironia no que diz respeito à polifonia, não se ocupa de determinar posições de sujeito, no sentido que em AD se postula. Ainda assim, formula sobre o “discurso-outro” que está em cena quando a ironia se produz. Mesmo compreendendo que é necessário um deslocamento em relação à Teoria da Enunciação, afirmamos que a questão religiosa judaico-cristã no Quadrinho produz-se em um jogo de ironia, que marca, necessariamente, um sentido concorrente com aquele que a superfície linguística (o *intradiscurso*) parece apontar.

Este sentido de ironia, ou de não identificação com a posição que chamaremos de judaico-cristã-religiosa percebe-se na forma de designação da escritura sagrada. Diz-se “livrinho”, e, embora saibamos, como falantes do português, que o diminutivo pode, em nossa língua, apontar para um efeito de cuidado, de carinho, o diminutivo também marca a depreciação. Não se trata de um respeitável livro, mas de um livrinho.

O dito “livrinho” é como, supostamente, o personagem gay compreende a Bíblia. Notamos, então, um jogo de imagens, de modo que não se trata, aqui, do que são, concretamente, gay, não-gay e bíblia, mas de *formações imaginárias* que funcionam em relação a estes. Assim, temos algo que, parafraseando Pêcheux (1969), corresponderia ao efeito de sentido produzido entre uma imagem de homossexual, uma imagem antecipada do que o outro (não gay, religioso) pensaria acerca do homossexual, e sobre a suposta imagem que o outro teria do que o gay pensaria acerca da bíblia.

Na formulação, segundo nossa compreensão, o discurso-outro, ou “de um outro, colocado em cena pelo sujeito” (PÊCHEUX, 1983c, p. 313) é formulado no interior do discurso concorrente, de uma posição judaico-cristã-religiosa. Pensando, novamente, no jogo de imagens (PÊCHEUX, 1969), que é necessário para a produção do discurso, a imagem que se (re)produz da posição judaico-cristã-religiosa é a do homossexual como aquele que questiona a verdade da Bíblia, pondo em causa sua característica de verdade revelada, transformando o livro revelado, por isso inquestionável, em um mero livro opinativo (um livrinho).

A partir da AD, em relação ao conceito de Formação Discursiva como aquilo que regula o que pode e o que não pode ser dito, lido, interpretado,

feito (PÊCHEUX, 1975), e também de acordo com o que Foucault (1971) diz em relação ao fato de nem todo mundo estar autorizado a dizer qualquer coisa, devemos destacar que nem tudo poderia ser formulado neste Quadrinho, que produz, mais regularmente, efeitos pró-homossexual. Sendo assim, existe uma condição especial para que o discurso contra a homossexualidade seja apresentado na formulação em análise. Neste caso, a condição de existir se dá pelo efeito de ironia, isto é, tal afirmação, possível em um outro lugar, é materializada no discurso oposto a ela, ridicularizando o outro enquanto o repete, produzindo a ironia, que é também condição de possibilidade.

O quadro três representa a agressão física praticada pelo não-gay contra o gay. Esta agressão se dá com a utilização de um instrumento: a Bíblia. É, então, a Bíblia que machuca o personagem gay, e é, como vimos na discursivização linguístico-imagética, também ela é a motivadora de tal ato. Vejamos a sequência da fala do personagem não-gay no terceiro quadro: “Você é mau! Deus te odeia! Eu te odeio! Você não merece direitos!”.

Como falantes de língua portuguesa e possuidores de competência textual, podemos preencher algumas lacunas onde caberiam “conectivos” que fazem da fala do personagem uma sequência como a seguinte: Você é mau, por isso Deus te odeia. Se Deus te odeia, eu também te odeio. Alguém mau, odiado por Deus e, em consequência, por mim, não merece direitos; merece, sim, apanhar.

Poderíamos defender, não compreendendo o processo discursivo que segue (re)produzindo sentidos na formulação linguístico-imagética, que a motivação da revolta do não-gay e da posterior agressão contra o personagem gay não seria a Bíblia, mas a maldade do personagem-gay, uma vez que o terceiro balão inicia com “você é mau”. No entanto, o terceiro quadro é precedido pelo segundo quadro, em que há uma formulação linguística que indica que não gostar de homossexual tem respaldo na Bíblia. Esta afirmação, é necessário destacar, não é realizada por um religioso (ou de um lugar judaico-cristão), por exemplo, mas é encenada como se fosse enunciada deste lugar. Mais uma vez, é o discurso de um outro lugar sendo atualizado, funcionando como um simulacro (POSSENTI, 2004).

Verificamos, no Quadrinho três, diferente dos demais, um atravessamento de um discurso jurídico, uma vez que é formulada a questão dos “direitos” (Você não merece direitos!). Este discurso aparece na discursivização do Quadrinho, e ali se apresenta numa associação com outros

discursos que dizem, por exemplo, sobre o religioso judaico-cristão. Na discursivização do Quadrinho sobre o PLC 122/06, é em nome de Deus que se conclui: os homossexuais não merecem direitos.

Podemos discutir, a partir disso, a impossibilidade de estabelecer limites exatos entre os discursos, embora possamos reconhecê-los, historicamente, em suas singularidades. A questão das fronteiras e dos fechamentos foi problematizada no interior da AD, como sintetiza Pêcheux (1983c). Mesmo discutindo a noção de contradição no interior da FD, ainda assim permanecia algo de fechado, e, devido “à insistência da alteridade” (PÊCHEUX, 1983c, p. 311), a noção de FD é posta em causa.

Não é clara, como dissemos, a fronteira entre os discursos, uma vez que o discurso é a partir do outro. No caso, não é exatamente preciso o limite do discurso jurídico em relação ao religioso judaico-cristão, uma vez que aparecem relacionados em diversos outros funcionamentos. Reiteramos que não são, jurídico e religioso judaico-cristão, um mesmo discurso, porque há diferença. A diferença que se pode notar, contudo, não é suficientemente clara a ponto de podermos dizer exatamente onde um termina e o outro começa.

Os discursos, embora se manifestem materialmente e haja, por isso, uma materialidade a eles associada, não são tangíveis e mensuráveis, não sendo possível estabelecer em definitivo os seus limites. Ainda mais problemática é a questão das fronteiras quando se compreende que o sentido que se produz no quadro 3 do Quadrinho, por exemplo, se dá no entrecruzamento de pelo menos esses dois domínios – o religioso judaico-cristão e o jurídico – e não na justaposição.

Ainda sobre o terceiro quadro, o que se materializa, ali, é “o discurso do sujeito se colocando em cena como um outro” (PÊCHEUX, 1983c, p. 313). Dizemos isto porque é da posição gay-militante que se enuncia que é por razões religiosas judaico-cristãs que o PLC 122/06 não é aprovado, no quadrinho parafraseado como “não merece direitos”. Não são os próprios “religiosos” quem dizem. Sendo assim, não se trata simplesmente de um discurso de um outro colocando em cena pelo sujeito gay-militante, mas de um discurso possível para o sujeito gay-militante apresentado como se fosse de um outro, de uma posição diferente, concorrente, no quadro materializado como enunciado possível para o personagem não-gay e religioso.

No quarto quadro, o personagem gay, com as mãos erguidas e um dos punhos cerrados, reage à agressão exclamando: “Para com isso!”. Somente no quarto quadro, o gay reage, numa reatualização de passividade que é, muitas vezes, associada aos homossexuais, e também às mulheres.

As mãos erguidas não apontam apenas para reação, mas para uma memória corporal-cultural acerca de estar rendido. Acuado, depois de agredido, o personagem gay reage, mas não revidando; apenas ergue as mãos e uma delas apenas cerrada. A outra mão, numa configuração que parece, não fosse o polegar erguido, a de “paz e amor”, serve para compor também a imagem politicamente correta do personagem gay: ele não revida com agressão; apenas, verbalmente, se defende. O punho cerrado, em posição favorável ao soco, contrabalança-se à outra mão em versão estilizada de “paz e amor”.

Neste quadro, há uma desestruturação da memória do religioso judaico-cristão, até então associada ao personagem que traja azul. A desestruturação diz respeito ao fato de o personagem gay, na oposição do Quadrinho, não religioso, agir com mansidão. É o personagem não-gay religioso quem agride, enquanto o personagem gay não revida, o que é uma paráfrase possível para o “dar a outra face”.

Há também uma contradição funcionando no quarto quadro, uma vez que a mansidão da qual falamos pode também ser lida como passividade, que é uma das imagens cristalizadas que se costuma ter em relação a homossexuais, e também a mulheres.

No quarto quadro, o não-gay, com feição diferente da dos quadros anteriores, demonstra incompreensão em relação à atitude do personagem gay e, com a Bíblia contra o crucifixo que está em seu peito, exclama: “Ai, Jesus! Tô sendo vítima de opressão!”. Este quadro encerra com o efeito de ironia, como já havíamos antecipado.

Considerações finais

O Quadrinho analisado é uma reformulação de outras formulações que amplamente circulam na mídia porque discursivizam sobre a liberdade religiosa, que é, segundo algumas leituras, o nó para a aprovação do PLC 122/06 no Senado Federal. Nessa discursivização, a defesa da liberdade de

expressão religiosa oculta o direito “legítimo” de degradação do homossexual, degradação esta realizada em nome de Deus.

Ironizar, por vezes, é ridicularizar, e este é um dos efeitos produzidos na formulação. No Quadrinho (Figura 1), por meio da ironia, ridiculariza-se o suposto direito de insultar e agredir homossexuais, isto é, o “legítimo” direito de ser homofóbico autorizado pela discussão jurídica de liberdade de expressão religiosa e de crença.

Na análise, tratando de um tema contemporâneo, pudemos mostrar, décadas mais tarde e mesmo com a virada do século, a atualidade das ideias de Michel Pêcheux, cujos postulados ainda se mostram úteis às condições de produção de agora, e em relação a materialidades que, de alguma forma, extrapolam as analisadas por ele. Este filósofo ainda tem muito a nos dizer quando o tomamos como referência para ler e compreender, nas mais diversas materialidades discursivas, as (re) produções de sentidos nos dias de hoje.

Referências

BORILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ELIDIO, Thiago. **A perseguição nazista aos homossexuais: o testemunho de um dos esquecidos da memória**. 2010. 95f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária), Universidade de Campinas, Campinas, 2010.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: Maria da Conceição Fonseca-Silva; Sírio Possenti. (Org.). **Mídia e redes memória**. 1. ed. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007b. p. 11-37.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Edição original: 1969.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2007. Edição original: 1971.

_____. Não ao sexo rei. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007, p. 229-242. Edição original: 1979.

FRANÇA, Thiago Alves. Análise discursiva de um “quadrinho” a partir da perspectiva francesa: a atualidade do pensamento de Pêcheux. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p.222-235, jun.2015.

FRANÇA, Thiago Alves. **Memória, constituição e discursivização de G Magazine: a homofobia, o assumir-se gay e a militância**. 2010. 142f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2010.

_____. **Discursos sobre o PLC 122/06**. 2013. 109f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MILANEZ, Nilton. O nó discursivo entre corpo e imagem: que identidade para o brasileiro é essa? **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 29, 2012.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 59-158. Edição original: 1969.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. Edição original: 1975.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983a.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57. Edição original: 1983b.

_____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 307-315. Edição original: 1983c.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 159-249. Edição original: 1975.

POSSENTI, Sírio. Simulacro e interdiscurso em slogans. In: _____. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar edições, 2004, p. 155-166. p. 195-203.

TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO COMO EPISTEMOLOGIA APLICADA

Cristián Santibáñezⁱ

Resumo: Neste artigo discute-se a concepção da teoria da argumentação como epistemologia aplicada. O ponto de partida é a descrição de quatro perspectivas consideradas fundadoras da moderna teoria da argumentação – Naess, 1966 [1941]; Crawshay-Williams, 1947, 1957; Toulmin, 1958; Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2000 [1958] –, a fim de observar se há entre elas um conceito similar ou se elas forneceram padrões para essa teoria. Em seguida, reflete-se sobre as razões pelas quais os estudiosos posteriores deram ênfase às discussões em torno dessa perspectiva e procura-se destacar como as novas tendências da teoria da argumentação como um tipo de trabalho epistemológico aplicado propõem esse trabalho.

Palavras-chave: Argumentação. Dialética. Epistemologia. Lógica informal.

Abstract: In this paper the conception of argumentation theory as applied epistemology is discussed. The point of departure is the description of four perspectives that are considered as founders of the modern theory of argumentation – Naess, 1966 [1941]; Crawshay-Williams, 1947, 1957; Toulmin, 1958; Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2000 [1958] –, in order to observe whether there was a similar concept in those theories or if they provided the patterns to go into that direction. Further on the reasons why contemporary scholars have emphasized the discussions around this perspective and seeks to highlight how new trends in argumentation theory as a kind of epistemological work applied propose this work.

Keywords: Argumentation. Dialectics. Epistemology. Informal logic.

ⁱ Professor Doutor do Centro para o Estudo da Argumentação e Raciocínio (CEAR), da Faculdade de Psicologia da Universidade Diego Portales, Santiago, Chile. E-mail: cristian.santibanez@udp.cl.

1 Considerações iniciais

A teoria da argumentação tem experimentado crescimento e desenvolvimento exponenciais. Tematizada em Filosofia como problema de lógica, incorporada em Sociologia como um dispositivo metodológico (como um tipo de análise do discurso), compreendida como uma área de pesquisa em Psicologia Cognitiva, ou ensinada em Linguística como uma expressão da corrente pragmática. Isso ocorreu apesar de não haver uma historiografia exata do conceito *teoria da argumentação*. Com efeito, talvez esse seja um indício que permitiu parte do *mainstream* das ciências sociais e humanas assumir uma posição cética ou cautelosa diante de um cenário acadêmico em vertiginosa ascensão que, beneficemente, apresenta-se como uma resposta disciplinar ou especializada aos problemas de natureza científica e social, como será visto adiante¹.

Embora a tradição em retórica e dialética e as explicações lógicas no século XX da linguagem natural em termos de demonstração e estrutura silogística não façam referência direta à noção de *teoria da argumentação*, obviamente compõem o substrato básico a partir do qual essa teoria obtém a sua força.

De acordo com algumas perspectivas do estado da arte nesse campo de estudo (BLAIR, 2011; CANTÚ e TESTA, 2006; VAN EEMEREN, GARSSSEN, VAN HAFTEN e KRABBE, 2012; JOHNSON, 2000; REHG, 2009; WALTON, REED e MACAGNO, 2008; WALTON, 2007), nas quais se atesta a convergência das dimensões tradicionais mencionadas a outros avanços mais recentes (Psicologia Cognitiva, Filosofia da Linguagem, Pragmática, Teoria da Comunicação), evidencia-se que o conceito de teoria da argumentação não só tem uma gênese difusa, mas também um uso mais recente, provavelmente a partir de alguns trabalhos reflexivos de alemães e holandeses que, por volta do final de 1970, utilizaram o conceito de forma explícita e constante (BERK, 1979; KOPPERSCHMIDT, 1980; ÖHLSCHLÄGER, 1979; VAN EEMEREN, GROOTENDORST e KRUIGER, 1978; SCHECKER, 1977). No entanto, um rastreamento bibliográfico mais cuidadoso encontraria a publicação do retórico e filósofo americano Johnstone (1968), que utiliza a noção de *teoria*

¹ Este trabalho é parte dos resultados da participação na pesquisa intitulada *O enredo do argumento: principais conceitos e implicações filosóficas*, patrocinado pelo Ministério da Ciência e Inovação de Espanha, e cujo diretor era Professor Luis Vega Renon National Open University (UNED), em Madrid.

da argumentação para se referir, precisamente, à revalorização do trabalho filosófico, atendendo a critérios retóricos e argumentativos.

Certamente, a cronologia bibliográfica é secundária na compreensão do auge disciplinar da teoria da argumentação, especialmente quando houve movimentos estruturais nas academias americana e europeia que foram na contramão das demandas sociais após as mudanças nos currículos universitários. No Canadá, na década de 1970, o movimento da lógica informal já havia dado frutos substanciais no estudo do raciocínio, das falácias e do argumento como um tipo de *produto* mental e social (JOHNSON, 2000; BLAIR, 2011 e WALTON, 2007, por exemplo), em função das alterações requeridas nos departamentos de Sociologia, Psicologia e Filosofia, no final dos anos 1960. Em meados da década de 1980, utilizavam-se em língua inglesa, quase sem distinção, as noções de lógica informal, teoria da argumentação e/ou teoria do argumento (GOVIER, 2010 e WALTON, 2007, entre outros) para se referir ao conjunto de iniciativas reflexivas em torno do raciocínio prático e cotidiano, solicitado pela juventude intelectual das décadas de 1960 e 1970 em grande parte do mundo ocidental.

Nos Estados Unidos houve uma história semelhante à do Canadá: os movimentos sociais na Califórnia deram um impulso incontestável a iniciativas acadêmicas que, até então, eram minoria (como os trabalhos de RESCHER, 1976, 1977, e WENZEL, 1979), que tentaram superar a primazia do estudo da lógica formal como parâmetro para o entendimento da validade filosófica e comunicativa. Mas a reflexão em torno da teoria da argumentação naquele país sempre foi apoiada por uma tradição única na retórica que, provavelmente vinculada a um contexto sociocultural de deliberação sistemática, permitiu uma valorização institucional maior que continua até hoje nos departamentos de comunicação, jornalismo e retórica, nos quais a teoria da argumentação é uma parte obrigatória nos cursos de bacharelado. Não é por acaso, então, que o primeiro ensaio ou livro publicado sob este nome, *A Theory of Argumentation*, tenha ocorrido nos Estados Unidos com o trabalho de Willard, em 1989.

Na França, a proposta de Anscombre e Ducrot (1983), sem referência absoluta aos colegas canadenses ou americanos já mencionados, foi orientada ao estudo da argumentação a partir de uma perspectiva linguística que, no início, tampouco usou a nomenclatura *teoria da argumentação* para se referir ao que eles faziam. Na Europa, foi na Holanda onde a teoria da argumentação

conheceu o programa mais ambicioso e interessante, cujos criadores, talvez por volta de 1996, van Eemeren e Grootendorst não deixaram dúvidas a respeito de que a pragmatialética era uma teoria da argumentação e não apenas uma abordagem do discurso argumentativo. Esse programa não parou de crescer e ainda não se verifica um enfraquecimento significativo no seu trabalho. Mas como costuma acontecer, a escola pragmatialética tem dúvidas teóricas inegáveis que poderiam ser resumidas aos seguintes nomes: Hamblin (1970), em relação ao problema de falácias; Barth e Krabbe (1982), no que se refere à dimensão normativa e à lógica do diálogo; e Searle (1969, 1979), acerca da ênfase pragmática no uso da linguagem.

Além da comunidade específica dedicada à teoria da argumentação, há quatro nomes que ainda não foram mencionados, mas que são citados em muitas áreas e discussões das disciplinas das ciências sociais e humanas, uma vez que tratam dos princípios desse campo: Arne Naess, Rupert Crawshay-Williams, Chaim Perelman e Stephen Toulmin, cujos trabalhos serão aprofundados posteriormente. Com efeito, sendo mais ou menos explícito o reconhecimento, em qualquer proposta dentro do que contemporaneamente se chama de teoria da argumentação, essas referências são inevitáveis, e este trabalho não será a exceção.

Mas, no contexto dessa ampla comunidade de origem, e em virtude de diferentes ênfases entre as abordagens, ainda persistem questões básicas, a saber: o que é a teoria da argumentação?, uma construção dentro dos campos de estudo da comunicação?, um conjunto de ideias decorrente da preocupação com o discurso?, uma explicação do raciocínio em termos sociais?, uma explicação dialógica do funcionamento das controvérsias?, um novo nome para uma velha preocupação na Retórica?, a versão linguística e filosófica do trabalho na argumentação jurídica?, uma versão linguística e filosófica da teoria da decisão e da psicologia cognitiva?, ou uma proposta epistemológica relativa à revisão e à justificação de crenças?.

Porque não é possível, nem desejável, responder a essas perguntas com uma única resposta, pois seria tudo de uma vez e nada em específico, optamos por tratar aqui em particular do caso da teoria da argumentação como expressão de uma epistemologia aplicada. Para esse fim, na próxima seção descreve-se o estado geral da comunidade científica que abriga os estudos de argumentação, para observar seu grau de maturidade; na terceira seção apresentam-se e discutem-se os conceitos básicos dos quatro teóricos

fundamentais dessa teoria referidos acima, a fim de preparar a discussão específica e observar o que herdaram as abordagens contemporâneas; e na quarta seção, reflete-se especificamente sobre a visão e a definição da teoria da argumentação como epistemologia aplicada. Na seção de conclusões, retomam-se os pontos essenciais e novas perguntas são projetadas com o objetivo de discutir e abrir outras linhas de pesquisa e análise, em particular aquelas relativas ao problema socioepistêmico da teoria da argumentação.

1 O panorama dos estudos da argumentação

É possível observar que, no campo dos estudos contemporâneos da argumentação no século XX, três das quatro perspectivas (NAESS, 1966 [1941]; TOULMIN, 1958 e PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2000 [1958]) que abriram a reflexão reagiram, de uma forma ou de outra, às crises causadas pelas duas Guerras Mundiais, à ascensão política de regimes totalitários no leste europeu e ao uso maciço de propagandas políticas e comerciais. As consequências desses eventos estão presentes nos trabalhos e nas respostas científicas para os problemas contingentes (o estudo da propaganda política no século XX tem recebido atenção especial entre analistas de discurso que têm utilizado quadros teóricos oriundos de modelos de análise da argumentação, como retórica e pragmática). Como exposto na introdução, a teoria da argumentação tem sido apresentada como um reforço acadêmico à prática deliberativa para a obtenção de uma democracia saudável (como é a crença de Johnson). Não é um mistério, na árdua discussão em âmbito sociológico, que a tentativa de Habermas para nos fazer entender o funcionamento da pragmática universal foi consoante à necessidade de uma ética discursiva, com base em regras de argumentação e no sucesso da relevância comunicativa e da compreensão intersubjetiva. Observa-se que, nesse sentido, Habermas cita Toulmin.

Em 1941, o filósofo e lógico norueguês Arne Naess publicou em sua língua materna *Comunicação e argumento. Elementos de Semântica Aplicada*, que em 1966 foi traduzido para o inglês, assentando algumas bases para uma teoria dialógica dos *jogos conversacionais* que foram retomadas pelos formalistas do diálogo e pelos pragmatialéticos. Mas o que há nesse trabalho que o faz pública ou socialmente relevante? O que procura responder? Do ponto de vista social, sem dúvida, a importância do seu trabalho está no fato

de que ele formulou as primeiras regras para um debate público e crítico em contextos de uso da linguagem natural, muito à frente das propostas contemporâneas a ele. Um fato não menos importante sobre o trabalho de Naess é que ultrapassa as preocupações da lógica, direciona-se ao ecologismo e torna-se o fundador precoce do movimento “ecologia profunda”, o que não é um acaso ou um capricho pessoal: Naess foi um daqueles filósofos e cidadãos que faziam de seu pensar e agir uma parceria coerente com as demandas do contexto em que estava inserido.

Talvez menos traços de harmonia entre a sua vida intelectual e a época em que vivia podem ser observados na biografia do britânico Rupert Crawshay-Williams, que, no entanto, publicou duas monografias que revelam claramente uma intenção de acordo com um inconformismo acadêmico: *The Comforts of Unreason* (1947) e *Methods and Criteria of Reasoning. An Inquiry into the Structure of Controversy* (1957), sendo este último o antecedente às tentativas de identificar as formas de uso da linguagem como instrumento da razão para a definição de temas e descobertas científicas.

Por sua vez, Chaim Perelman e Lucien Olbrechts-Tyteca, na Bélgica, e Stephen Toulmin, na Inglaterra, em 1958, deram um impulso às suas propostas pensando sempre em descrever e criticar o modo como a tarefa científica estava se desenvolvendo, desmascarando os fantasmas e as ilusões que criaram tanto a ênfase exacerbada na razão da lógica matemática na reflexão científica, como o desconhecimento das formas específicas que assumiram os argumentos na ciência e as estratégias retóricas utilizadas em sua busca. Enquanto Perelman e Olbrechts-Tyteca reformularam a contribuição da retórica, sistematizando figuras clássicas sob novas categorias e conceitos para indicar a diferença fundamental existente entre demonstração e argumentação, Toulmin optou, como parte de um ensaio sobre o estado epistemológico das ciências de comportamento, pelo desmembramento da estrutura do argumento, mostrando o quão próxima está a razão das ciências de uma lógica jurídica generalizada, em vez da lógica matemática. Tanto quanto sabemos, o acaso possibilitou que as obras principais desses autores fossem publicadas no mesmo ano: 1958. Os títulos originais são: *La Nouvelle Rhétorique: Traité de l'Argumentação* para o texto de Perelman e Olbrechts-Tyteca, e *The uses of argument* para o texto Toulmin. Nenhum foi apresentado em termos de uma “teoria da argumentação”.

Depois disso, como toda a crítica especializada destaca, os desenvolvimentos na Europa e nos EUA floresceram. Associando-se esses desenvolvimentos a ângulos diferentes, conforme foram se recapitulando trabalhos da retórica, da dialética e somando os da pragmática – e até mesmo alguns da semiótica –, a teoria da argumentação foi ganhando reputação, por um lado, pelo seu forte interesse reflexivo, pois se apresentou como um campo acadêmico específico – embora haja confluência de muitas áreas disciplinares – e, por outro, por seu inabalável compromisso de aplicação prática, porque surgiu como corpo teórico com metodologias a serviço da resolução de problemas reais em análises de textos, discursos e comunicações em geral, em particular a serviço da análise e da avaliação do debate racional.

Deve-se notar que, para muitos, a argumentação como um campo de estudo também deve a sua renovação a uma série de esforços de organização disciplinar e curricular. Em 1979, a *Speech Communication Association* dos Estados Unidos organizou uma conferência sobre a argumentação em Utah, sendo suas atas uma mostra geral sobre o estado da questão à época; todavia, em 1986, e sob os auspícios da *Internacional Society for the Study of Argumentation (ISSA)*, foi realizada a primeira conferência de argumentação com sede na da Universidade de Amsterdã, Holanda, que a cada quatro anos reúne os estudiosos mais prestigiados da área em um só lugar. Apesar disso, a partir de uma perspectiva estritamente acadêmica, é a *Ontario Society for the Study of Argumentation (OSSA)*, com base na Universidade de Windsor, no Canadá, que desde 1995, e a cada dois anos, realiza a conferência de maior impacto intelectual na área, reunindo especialistas para apresentar os seus trabalhos temáticos a respeito de um tópico em especial².

Atualmente, os grupos de pesquisa mais influentes (como a escola de Lugano, Amsterdam, Dundee, Windsor, Chicago, entre outras) estão orientando teses de doutorado e projetos de pesquisa para áreas específicas, com vínculos estreitos com os problemas sociais, tais como a aplicação de técnicas argumentativas a serviço da comunicação em saúde, no sistema

² Por exemplo, a conferência de 1995 foi intitulada *Argumentação e Educação*; a de 1997 *Argumentação e Retórica*; a de 1999 *Argumentação na virada do século*; a de 2001, o *Argumentação e suas aplicações*; um caso especial foi o de 2003, que comemorou o 25º aniversário do primeiro colóquio em *Lógica Informal*; também a de 2005 foi especial porque foi dedicada a Stephen Toulmin, intitulada simplesmente como *Os usos do argumento*; para a de 2007 foram convocados especialistas sob o título de *Dissenso e a Pesquisa por uma Base Comum*; em 2009, o título foi *Argumento e Culturas*; e, recentemente, em 2011, os pesquisadores reuniram sob o título de *Cognição e Comunidade*.

financeiro, em aplicações tecnológicas, nas reformas dos sistemas jurídicos, nos programas educativos e na reflexão política sobre a democracia deliberativa. Como se observa, os esforços nesse campo têm desembocado nas áreas de discussão social mais sensíveis de uma época na qual os questionamentos e a ação cidadã renovaram suas forças.

2 Os primeiros esboços contemporâneos

Como se observa, a disseminação da teoria da argumentação segue os três caminhos habituais: extensões teóricas que vinculam reflexões e domínios científicos (psicologia, sociologia, gênero, linguística, inteligência artificial, etc.), testes empíricos (para observar, por exemplo, se os falantes de uma língua natural usam ou não determinados esquemas argumentativos, acusam a recepção e reprovam movimentos falaciosos, usam e percebem enviesamentos argumentativos, etc.) e as aplicações e as intervenções na sociedade (tanto tecnológicas – por meio de softwares educacionais –, como em virtude da criação de protocolos para mediações legais, ou metodologias de intervenção médica).

Todo esse quadro promissor teve um começo, ou pelo menos um renascer temático, em um curto período. Não é necessário voltar aos gregos ou aos medievais, mas, ao contrário, a cena contemporânea é, até certo ponto, autossuficiente em suas aberturas e direções. E, na verdade, a partir das quatro propostas que serão resumidas a seguir, várias das extensões mencionadas poderiam ser explicadas em seus pontos principais.

2.1 A semântica aplicada de Arne Naess

Naess pode ser classificado como um filósofo experimental, corrente que hoje tem tido um *renascimento* vigoroso e o apoio dos departamentos de Sociologia e de Psicologia Experimental. Sob essa perspectiva, seus pesquisadores consideram que os questionários e entrevistas – as metodologias das ciências sociais em geral – são a melhor maneira de obter informações para entender qual é o sentido de uma expressão em um determinado contexto e quais, finalmente, são os problemas de raciocínio importantes de serem confrontados. Em seu empirismo semântico inicial, Naess promoveu três conceitos básicos para uma teoria da argumentação, que logo foram efetivamente integrados pela teoria pragmatológica. Esses

conceitos e ideias foram: 1) antes que um desacordo possa ser resolvido, as incompreensões entre aqueles que discutem devem ser eliminadas; para isso, Naess (1966) propõe uma série de regras de procedimentos dialéticos; 2) para garantir o esclarecimento, é necessário realizar um processo de “precisação” (neologismo que vem a ser a tradução de *precization* do inglês), que significa um ato de interpretação no qual se designa uma proposição a uma formulação, proposição que deve estar em acordo com (ser aceitável para) os envolvidos e as circunstâncias (*precisação* é, assim, uma estratégia comparativa no contexto de um diálogo); 3) para resolver uma diferença de opinião, aqueles que debatem devem apresentar tanto evidências a favor, como evidências contrárias ao ponto de vista que defendem para, desse modo, dar conta do peso de sua posição. Neste último, Naess segue a dialética clássica.

Para Naess, a qualidade das evidências em um processo argumentativo, que possa realmente resolver uma diferença de opinião, depende da sua força de justificativa e da sua *defensibilidade* (tenability), e a *defensibilidade* de uma evidência depende, por sua vez, de seu valor de verdade, correção e plausibilidade. Segundo Naess (1966, p. 108), a força de justificativa de uma evidência é medida pelo seu potencial de prova, ou seja, por sua relevância.

Um dos problemas básicos que Naess ataca é o de distinguir cuidadosamente entre alcançar um acordo e ter um real desacordo. Simplesmente, no mundo real, lembra-nos Naess (1966, p. 83), tendemos a ficar satisfeitos por alcançar pseudoacordos (ou pseudodesacordos), que são causados porque não verificamos o significado e o alcance das expressões, por não revisarmos todas as consequências de uma expressão, por não equilibrarmos (ouvirmos) todas as posições que possam ser importantes em uma disputa, pelo uso sustentado e invariável de *eulogismos* e/ou *dislogismos* (isto é, expressões com forte ênfase emocional positiva ou negativa, respectivamente).

Assim, Naess vê a necessidade de promover alguma noção de código de conduta, tanto cognitiva como eticamente, para realizar com sucesso um intercâmbio argumentativo. Do ponto de vista cognitivo, havia para ele duas formas de processamento argumentativo: *pro-et-contra* (a favor e contra), e *pró-aut-contra* (a favor ou contra). No primeiro, o argumentador deve listar os argumentos a favor e contra uma conclusão; nesse contexto, salienta Naess, o falante, em contextos naturais, não chega a uma conclusão realmente, mas

adverte, por meio de um exercício, como se fosse um observador externo, as possibilidades disponíveis para um fluxo argumentativo. No segundo caso, no entanto, o falante sintetiza os argumentos mais importantes para convencer em um dado momento, utilizando um ou mais deles a favor ou contra uma tese específica. Geralmente, é o que fazemos em contextos reais. Esse exercício, de fato, permite que se apresente uma conclusão. Ambas as formas devem pressupor, no entanto, o uso preciso das formulações. Com essa distinção tão básica, o que Naess faz é unicamente fornecer uma técnica elementar para que se assuma o comando do raciocínio teórico, por uma parte, e do raciocínio prático, por outra.

A respeito de um código de conduta ética, Naess (1966, p. 121) apresenta-o como *princípio para uma discussão efetiva*. Para o intercâmbio de conteúdos cognitivos, cujo objetivo é o convencimento, esses princípios ou padrões são bases mínimas, mas não exaustivas: 1) evitar referências tendenciosas a um único lado, de modo a atribuir-lhe um conteúdo específico; 2) evitar a interpretação tendenciosa sobre os conteúdos da outra parte; 3) evitar a ambiguidade; 4) evitar obter conclusões tendenciosas de um argumento; 5) evitar o uso tendencioso de nossos próprios relatos ou informações em primeira mão (não abusar do testemunho ou argumento de autoridade); e 6) evitar o uso tendencioso do contexto. Como se observa, com isso Naess estava, inclusive, adiantando-se às reflexões entorno do enviesamento cognitivo estudado em Psicologia Social e Cognitiva que, a partir da década de 1970, teve um *boom* com base na noção de heurística.

Naturalmente, nem toda proposta de Naess é consistente e válida para o desenvolvimento de uma teoria da argumentação. Por exemplo, há uma confusão do autor em relação ao uso da ideia de *relevante*. Em relação a esses seis princípios de natureza ética, denomina a conduta respeitosa como *relevante*, e antes já havia utilizado a noção relacionando-a à força de justificativa de uma evidência. Do mesmo modo, os princípios são de tal grau generalistas que dificilmente se observa uma prática argumentativa não tendenciosa (esse é justamente o ponto dos estudiosos da heurística e da racionalidade limitada). Contudo, e, obviamente, o seu forte interesse na definição contextual de termos para uma discussão, a necessidade de haver princípios fundamentais que orientem o ato argumentativo, a urgência por desvendar pseudoacordos, bem como a urgência para estudar o problema semântico da comunicação sob a cautela da responsabilidade intelectual

aberta à prática real fazem desse esforço inicial uma pedra angular na teoria da argumentação contemporânea. Na verdade, a pragmadialética é, em certo sentido, a sua extensão e deve bastante à sua memória.

2.2 Controvérsia e necessidade metodológica em Rupert Crawshay-Williams

Por que certos tipos de controvérsias teóricas e sociais são tão irritantemente intratáveis? Por que algumas divergências dificilmente são resolvidas? Duas perguntas que qualquer cientista social faz para si mesmo continuamente e que Crawshay-Williams, na década de 1950, começou a responder. Certamente, sua contribuição não chegou a uma resposta satisfatória, uma vez que as dúvidas persistem cultural e tecnicamente, mas ele avançou em duas direções interessantes.

Em primeiro lugar, ele sustentou que a falta de resolução é produto da inexistência de critérios a partir dos quais um julgamento pode ser testado. E, porque não há entre os falantes um critério-base, as incompreensões se aprofundam. Em segundo, em nível técnico, defendeu que uma categorização preliminar de critérios permite pensar tridimensionalmente por intermédio de: um critério lógico, um critério convencional e outro empírico.

O primeiro ponto refere-se às regras de raciocínio aceitas, tácita ou explicitamente, pelas partes e que são pensadas como orientadoras de inferências válidas (por exemplo, as partes consideram que os raciocínios que apelam para a ignorância são inválidos, ou aqueles nos quais se afirmam e cujos resultados sejam fracos). Ademais, utilizar um critério convencional é usar uma proposição ou um juízo a respeito do que a outra parte está de acordo de forma prévia, e esse acordo sobre julgamentos compartilhados pode se referir a definições aceitas por ambos, a procedimentos já estabelecidos ou por efeito de uma negociação. Por fim, o critério empírico pode ser entendido quando dividido em duas dimensões: o critério objetivo, isto é, as proposições devem ser coerentes com os fatos, e o critério contextual, ou seja, a forma como os fatos foram descritos deve ser coerente com a finalidade da proposta apresentada (CRAWSHAY-WILLIAMS 1957, p.34-36). Para que não restem dúvidas acerca de um objetivismo ingênuo em Crawshay-Williams, uma diferença nunca pode ser resolvida apenas pela observação da correspondência entre o estado de verdade de uma proposição

e os fatos que diz ocupar, mas é sempre necessário observar a finalidade para a qual esses acontecimentos são descritos, em outras palavras, o critério contextual deve ser aplicado.

A outra direção de trabalho aberta por Crawshay-Williams parte do dado real de que, em situações cotidianas, as discussões apresentam, de forma abundante, sentenças indeterminadas. Isso leva obviamente, ao perigo de mal-entendidos entre os falantes, porque a partir do momento em que os contextos de expressões permanecem muitas vezes implícitos ou não especificados (que é também o problema de imprecisão), as interpretações e abusos interpretativos são gerados rapidamente. Para resguardar esse impasse, o autor propõe que os participantes de uma discussão devam considerar os diferentes contextos de uma proposição. Ainda que pareça uma banalidade, em termos de tempo real, o que raramente acontece é que os participantes realmente deixem explícito qual é o contexto que têm em mente para cada proposição. Obviamente, temos a tendência a igualar nosso contexto da proposição ao contexto universal ou àquele que não suscita dúvida.

Tanto de um ponto lógico, convencional ou empírico, muitas regras específicas desses critérios têm uma *necessidade metodológica*. Por *necessidade metodológica*, o autor entende a existência de níveis de ordenação e hierarquia. Isso significa o seguinte: se a lógica nos ensina que “uma proposição não pode ser ao mesmo tempo falsa e verdadeira” (princípio da não contradição), isso só é possível se as partes tiverem acordado, tácita ou explicitamente, esse princípio e tiverem-no usado.

Assim, um dos grandes corolários da posição do britânico é que a validade de vários princípios e critérios no mundo real depende de considerações metodológicas, e que os participantes de uma discussão negociam ou aceitam tacitamente ao fazerem parte de uma comunidade de fala. Em outras palavras, Crawshay-Williams traz para o debate da racionalidade, dentro da teoria da argumentação, duas ideias estruturantes: 1. a racionalidade argumentativa para falantes nativos deve ter uma base convencional *intersubjetiva*; 2. deve ter também uma base contextual *objetiva*.

2.3 Audiência e persuasão em Perelman

O trabalho intelectual de Perelman foi proffcuo, erudito, relevante e politicamente comprometido. Assim o atesta sua recepção na jurisprudência, na teoria da comunicação, na semiótica, na teoria política, na reflexão histórica e, claro, na teoria da argumentação. Imediatamente, pode-se afirmar que uma das suas maiores contribuições para a teoria da argumentação, *La Nouvelle Rhétorique: Traité de l'Argumentação* (2000), escrita conjuntamente com Lucien Olbrechts-Tyteca, os autores citam Arne Naess e Rupert Crawshay-Williams, seus antecedentes.

Com efeito, como indica o título da obra, seu trabalho é conhecido sob o nome de *neorretórica*, porque é a versão contemporânea dos esforços gregos e latinos. A linha inaugurada por Perelman e Olbrechts-Tyteca caracterizou-se por sua forte ênfase na ideia de que o estudo da argumentação destina-se a distinguir o conjunto de técnicas dispostas em um discurso por um orador para conquistar a adesão do auditório. Como evidenciado pelas referências do livro, a obra foi a consequência natural de uma longa carreira acadêmica que, aparentemente, começou quando o autor investigava a relação entre Direito, Retórica e Lógica, derivando, a partir daí, para os problemas de comunicação, do discurso e da argumentação. Destacaremos um aspecto do extenso quadro apresentado por esses autores belgas.

Na terceira parte do livro, que trata das técnicas de argumentação, são apresentadas cinco seções dedicadas aos mecanismos mais importantes que Perelman e Olbrechts-Tyteca sistematizaram (2000, p. 187). Refletir sobre as *técnicas de argumentação* é preocupar-se com as articulações reais que os falantes constroem para fazer de seus discursos eficazes. Algumas delas funcionam de forma inconsciente, como parte de uma competência geral, e outras são usadas deliberadamente, calculando-se os espaços e as possíveis manobras argumentativas. Ao mencionar e explicar brevemente as técnicas estruturais expostas a seguir, procura-se mostrar o leque de distinções que Perelman e Olbrechts-Tyteca conceberam:

1) os *argumentos quase-lógicos*: nessa categoria são explicados os problemas da contradição e incompatibilidade dos argumentos; os temas da identidade, definição, analiticidade e tautologia dos argumentos; as noções de transitividade, inclusão e divisão dos argumentos; e o problema da regra de justiça e reciprocidade;

2) os *argumentos baseados na estrutura do real*: distinção que se fundamenta nos modos de ligação entre os argumentos e na qual são apresentadas as noções de: ligações por sucessão, por coexistência, a dupla hierarquia e as diferenças de ordem nas ligações;

3) os *argumentos que se fundamentam na estrutura do real*: isto é, aqueles argumentos que, a partir de um caso, permitem generalizações, sendo os conceitos-chave: exemplo, ilustração, modelo, analogia e metáfora;

4) a *dissociação de noções*: que se concebe como uma técnica de transformação de incompatibilidades dos conceitos envolvidos nos argumentos;

5) a noção de *interação de argumentos*: que faz alusão à conexão e à interação constantes entre os argumentos (em termos de quantidade, ordem e adequação), tanto nos que constituem a audiência como no espaço mental do orador que tenta mostrar-se coerente e, assim, conquistar a adesão.

Em ciência há muitos exemplos para mostrar cada uma dessas técnicas. Em particular, os argumentos que fundamentam a estrutura do real são frequentemente utilizados: as metáforas são propícias para explicar fenômenos físicos e químicos³; em filosofia, há uma tendência semelhante na expressão por meio de analogias, de *jogos de linguagem*⁴. Outro uso comum, por exemplo, no debate público (político ou cultural), é o que acontece quando um orador coordena seu discurso sob a estratégia da definição, isto é, usando um argumento a partir do qual se desenvolve uma escolha particular do sentido e do alcance de um problema em uma proposição.

Para mostrar o percurso que leva à ação e ao conhecimento na ciência, Perelman e Olbrechts-Tyteca defendem a singularidade de que todo processo de convencimento envolve contato intelectual. Esse lugar comum deve ser repetido: argumenta-se para um auditório específico e, nesse esforço, a distinção dos valores que uma comunidade compartilha e a assimilação das bases de acordo do contexto são procedimentos básicos para se obter

³ Reynoso desmonta grosseiramente, e muitas vezes de forma ácida, as propostas das ciências sociais de, por exemplo, Latour e Morin, acusando-os não só de lerem incorretamente a teoria alheia, mas também, sobretudo, de criarem metáforas fracas e ingênuas para explicar os fenômenos sociais.

⁴ Há uma vasta literatura em estudos metafóricos, Lakoff e Johnson reabilitaram o tema a partir do que eles chamam de uma epistemologia experiencialista. O raciocínio analógico, a partir da perspectiva psicológica do raciocínio e dos estudos do pensamento crítico, com forte ênfase experimental, tem deixado bem claro o papel desse modo de expressão do raciocínio.

sucesso. No entanto, a tendência a superestimar esse aspecto da atividade argumentativa - ou seja, a dependência em relação ao contexto e à audiência - nos faz esquecer a reflexão de Perelman e Olbrechts-Tyteca em torno da categoria de *auditório universal*, cujo significado vincula-se à ideia de que um discurso racional ou razoável, para ser compreendido e aceito por todos, apela, inevitavelmente, àqueles que são capazes de aceitar razões e provas. Como se observa, essa ideia, finalmente, está ligada a um padrão epistêmico que possui duas entradas: aquele que produz o discurso - no caso da ciência, aquele que visa a produzir conhecimento - terá que apresentar uma boa prova a seu favor; aquele que recebe um argumento com pretensões de validade universal deve estar inclinado a aceitá-lo quando for compelido pelas forças da boa razão. *Boa prova a seu favor* tem aqui uma denotação flexível. Poderia, inclusive, estar ligada à noção de *um código de conduta argumentativo*, como proposto por Naess. *Um código de conduta argumentativo* significa que, em virtude de alguma discussão - particularmente na ciência -, o orador somente deveria utilizar algumas estruturas argumentativas, especialmente aquelas que evitem falácias – tais como os argumentos de autoridade, ou aqueles que apelam ao gosto popular; do mesmo modo, o orador deveria esforçar-se para expor certos esquemas argumentativos – não é tão simples inserir um argumento causal em explicações no âmbito das ciências sociais.

O controle do auditório é um problema crucial em Perelman. Ele enfatiza que não se deve esquecer de que um orador não necessariamente, e sob toda circunstância, dirige-se a um auditório presente ou explícito, uma vez que pode ser parte de sua intenção e estratégia dirigir-se a um auditório ausente ou futuro (fazem-no os políticos, por exemplo). O importante para Perelman sempre foi enfraquecer a posição filosófica e social que assumiu um racionalismo cartesiano sem matizes, já que, em sua opinião, nessa tradição havia uma rejeição da possibilidade de deliberar a partir de argumentos plausíveis. Considerar como primordial a categoria de verdade como critério para julgar e avaliar argumentos nunca foi um dos seus pressupostos.

2.4 Toulmin: O argumento é como um organismo

Toulmin escreveu em 1958: *An argument is like an organism* (*O argumento é como um organismo*). Conforme já haviam advertido Perelman e Olbrechts-Tyteca em relação ao uso de técnicas que fundamentam a estrutura do real

(no âmbito das ciências e das humanidades), com essa metáfora Toulmin não somente ilustrou analogicamente seu conceito de argumentação, mas revelou sua visão geral da linguagem, em uma obra que tem sido considerada fundadora no campo de estudos da argumentação: *The Uses of Argument*. (*Os usos do argumento*).

Sua visão geral foi fortemente marcada por um enfoque pragmático, tanto no sentido de praticidade como no de utilidade. Essa visão considerava essencial perguntar-se pelas condições reais e vitais nas quais cada ação humana começa e, em particular, nas quais constrói suas coordenadas de validade. Esse foi o produto fidedigno, senão impulsor, da virada linguística e levou a sério o desafio de investigar a ideia de que *o significado da linguagem é o seu uso*, apresentado por um de seus professores: Ludwig Wittgenstein.

A consistência metafórica implicada nessa oração foi extremamente bem cuidada por Toulmin ao longo desse texto e em outras de suas obras, uma vez que concebeu que os argumentos possuem partes (como a forma ou o esqueleto de um organismo), que os argumentos se movem por campos argumentativos - tais como os da ciência, da economia ou da arte -, que os argumentos são reproduzidos com mais facilidade em determinados contextos - como em conferências científicas, ou reuniões de negócios ou nos tribunais -, que os argumentos têm *doenças* (as falácias), que os argumentos têm alguma longevidade, definida de acordo com sua abertura à crítica - a qual lhes dá maior expectativa de vida, e que Toulmin definiu como argumentos *substanciais*, ou os que são cegos e surdos às críticas - o que os faz diluírem-se com mais rapidez porque não se adéquam a muitos contextos, os quais Toulmin designou de argumentos *analíticos*. Todo esse enquadramento metafórico, em particular em *The Uses of Argument (Os Usos do Argumento)*, centra-se na tarefa de revelar como as ciências do comportamento (Sociologia, Antropologia, Psicologia etc.) estruturam seu conhecimento, justificam suas pretensões e respaldam os seus julgamentos.

Concordamos imediatamente que o que está em seu texto é um modelo que distingue as partes de um argumento para a compreensão do procedimento racional nas ciências. No entanto, em comparação com a recepção, especialmente a dos departamentos de retórica e comunicação da academia norte-americana, Toulmin *et al* publicou em 1979 um livro no qual tenta indicar de que aspectos uma teoria da argumentação deveria tratar. Nesse segundo texto, os autores definem *argumentação* e *argumento*, tratam

de *falácias*, de *esquemas argumentativos*, aplicam o modelo em diferentes contextos e casos, aprofundam-se nos conceitos de *campo invariável* e *campo variável*, de *força* e *critério*, e distinguem diferentes âmbitos de raciocínios - o jurídico, o científico, o ético, o econômico e o artístico. A partir de então Toulmin adotou o modelo original e os conceitos de suas publicações posteriores como um conjunto teórico específico. O conceito-chave para entender a posição geral de Toulmin permanece, no entanto, o da lógica factual. Por essa terminologia deve-se compreender que a argumentação é um procedimento substancial, nunca formal, regido pelos padrões factuais desdobrados em cada contexto de proposições e racionalidade (em estudos com perfis mais históricos e sociológicos, Toulmin substitui o conceito de “racionalidade” por “razoabilidade” para enfatizar a dimensão prática do raciocínio verdadeiramente importante). O modelo serve, então, para evidenciar o apoio substancial de cada argumento, sua origem, sua força e seus critérios de aplicação. Cada categoria do modelo – a saber, dados, qualificadores modais, condições de refutação, de conclusão, de garantia e de respaldo -, tem um papel fundamental na desconstrução dos argumentos, mostrando uma engrenagem que tem pouco a ver com a lógica silogística e muito com o raciocínio habitual de jurisprudência (os avanços mais importantes do modelo e a perspectiva de Toulmin foram analisados em um volume editado por Hitchcock e Verheij, no qual pesquisadores de áreas distintas discutiram criticamente aspectos epistemológicos, retóricos e lógicos da proposta toulminiana).

A proposta de Toulmin é uma discussão epistemológica da tarefa científica, não só porque o autor declara-a explicitamente (1958, p. 211-252), mas também porque e, essencialmente, tenta mostrar como se justifica uma crença. Mais especificamente, para Toulmin, as situações epistemológicas suscitam questões de diferentes naturezas. Uma coisa é levar adiante uma reivindicação por saber, outra é criar relações de justificativa entre razões e reivindicações por saber, outra coisa é observar se a justificativa dada responde a um padrão, se merece ser aceita ou se deve ser rejeitada. Intuitivamente, os falantes quando desenvolvem uma proposição, com a pretensão de saber o que é verdade, fazem com que as razões que poderiam expor em apoio a isso sejam relevantes e tenham força. Muitas vezes a força das razões é independente do campo em que se encaixa uma pretensão,

porque podem se vincular à forma de asseveração, mas a relevância depende do contexto, já que a sua adequação é uma questão de critério de uso.

Um dos grandes problemas enfrentados pela teoria epistemológica, em geral, é o que Toulmin chama de *tipo lógico*. Por exemplo, podemos fazer declarações sobre o futuro e apoiá-las com dados do presente e do passado; fazemos afirmações sobre a natureza e as apoiamos nos resultados de experimentos e observações particulares; isto é, enquanto apresentamos as proposições que consideramos conhecidas a partir de um tipo lógico, os apoios e dados vêm do outro. Como se resolve esse problema? Toulmin não dá uma resposta definitiva ao assunto que aborda (o mesmo já havia acontecido com Naess e Crawshay-Williams em seus respectivos temas), mas chama a atenção para que não se confundam os contextos em que são colocados em causa esses vínculos aparentemente inadequados (por exemplo, respaldar afirmações sobre o futuro com base em dados do passado). Toulmin explica com o seguinte exemplo: “Um homem olha para frente de dentro de seu carro e vê que o caminho está livre, então, faz um sinal para que o carro de trás ultrapasse-o. Ver a estrada livre proporciona-lhe uma razão para agir dessa forma: o primeiro é a justificativa do segundo. Mas, mesmo que ver consista em uma coisa e fazer sinais em outra, não há uma “descontinuidade” entre o ato de ver e o de fazer sinais: há apenas uma diferença. Para justificar nosso sinal, precisamos apenas olhar para o estado da estrada: não temos também que a preencher a lacuna entre a visão e ação. A questão prática agora não é: O ato de sinalizar pode se tornar, por si mesmo, equivalente a ver, ou o de ver ao de sinalizar?, mas Em que casos o fato de ver algo justifica uma atividade (inteiramente distinta) de sinalização? (1958, p. 251)

3 O argumento como epistemologia aplicada

A questão prática de Toulmin é a pergunta que a epistemologia aplicada tenta responder. O que é epistemologia aplicada? De acordo com Fumerton (2006), é aquela que se detém ao problema de que é o que sabemos e como o sabemos (o que está envolvido no ato de saber), enquanto, em contraposição, a metaepistemologia se pergunta o que é o conhecimento propriamente dito, reflete metateoricamente sobre o que se pode chegar a nomear como o conhecimento e o que significa, para um agente, possuir conhecimento de algo: o que é ter a certeza de conhecer algo e como uma crença é concebida.

As analogias, mais uma vez, ajudam a entender o que se discute - à custa de certa simplificação: enquanto a ética se pergunta pelas distinções entre o bom e o mau comportamento, a metaética pergunta-se pelas propriedades intrínsecas ou naturais do comportamento bom ou mau, no caso de essas propriedades realmente existirem. A epistemologia aplicada, desse modo, pergunta: sabemos e/ou conhecemos, ou acreditamos justificadamente que fazemos - e se assim, como? - proposições sobre o passado, o futuro, o mundo externo, outras mentes? Muitas vezes, as pessoas atravessam as fronteiras para o benefício de ambos os lados: a epistemologia aplicada tem em seu cerne discussões de ordem metarreflexiva e a preocupação metarreflexiva utiliza proposições de primeira ordem para alcançar consistência teórica.

No caso da teoria da argumentação isso se traduz a um domínio no qual se investiga como a crença é justificada e se lê o *output* da argumentação como o resultado da apresentação de (bons) motivos para que se aceite e acredite em uma declaração. É fundamental compreender que a própria prática argumentativa está epistemologicamente orientada quando vinculada à premissa de conhecimento tanto como crença justificada como com condições de verdade. Simplificando: um falante não somente diz que sabe algo porque tem uma boa razão para justificar o que ele sabe, mas também porque considera implícita ou explicitamente que essa crença atende a determinadas condições de verdade, condições que podem estar contidas no tipo de ato de fala por meio do qual a proposição foi expressa (geralmente uma afirmação). Obviamente, um falante pode dizer que sabe algo, sabendo ao mesmo tempo que é uma mentira, mas esse fato já o faz suspeitar de que sua argumentação é ruim, fraca ou facilmente criticável. Apenas se autoenganam epistemologicamente aqueles agentes que estão sujeitos a severas restrições de algum tipo (psicológicas e/ou sociais).

A partir desse ponto de vista, não é difícil ver o legado dos quatro pilares da teoria da argumentação discutidos na seção anterior. Cada autor busca contribuir para a noção da boa argumentação, analisando estratégias dialéticas e retóricas para atingir seus objetivos, definindo quadros metodológicos para resolver certos problemas, observando e tentando esclarecer problemas básicos na ecologia argumentativa, enfatizando a necessidade de contextualizar a prática argumentativa e a análise conceitual.

Também não é uma coincidência que alguns pesquisadores atuais da área (BATTERSBY, 1989, 2006), retomando esse legado, concebam que a

tarefa da teoria da argumentação é saber guiar-se pela prática argumentativa contextualizada, pois é ali que estariam os desafios teóricos e as regras específicas de uma boa argumentação. É claro que, na literatura contemporânea, não há acordo absoluto em relação ao que caracteriza uma boa argumentação (GOVIER, 1999, 2010; LUMER, 2005). Hamblin (1970, p. 224-252), por exemplo, considerou que uma boa argumentação deveria atender a três critérios: 1) critério alético: que as razões do argumento sejam verdadeiras, e que as razões levem logicamente à conclusão; 2) critério epistêmico: o ouvinte sabe que as razões são - ou podem ser - verdade e que a tese é claramente decorrente de tais razões; e 3) o critério retórico: o ouvinte aceita as razões. Estritamente falando, nenhum desses critérios é satisfatório do ponto de vista epistemológico. O problema fundamental é que não se introduz nesses critérios o raciocínio plausível, aquele cujas premissas não são totalmente conhecidas como verdadeiras nem tampouco se sabe se podem chegar a sê-lo, mas que, ainda assim, apresenta um conhecimento confiável, baseado em um respeito às informações básicas do *banco de dados* do qual provém o argumento (LUMER, 2005, p. 194). *Banco de dados*, aqui, significa contexto.

Dentro das visões da teoria da argumentação como um tipo de trabalho epistemológico aplicado, as diferenças também são observadas (BATTERSBY, 1989, 2006; BIRO e SIEGEL, 1997, 2006; GOLDMAN, 1994, 1997, 1999, 2003, 2009, 2010; FREEMAN, 2005; JOHNSON, 2000). Onde, sim, existe consenso, é na necessidade de incluir uma subteoria geral da falácia dentro de qualquer quadro teórico da argumentação.

Uma teoria da falácia é a contrapartida negativa à ideia de boa argumentação. Certamente, sobre a definição de falácia há nuances. Uma posição agnóstica da falácia sustentaria que se trata de um procedimento geral utilizado para fixar crenças as quais possuem uma elevada e inaceitável tendência para gerar crenças falsas ou infundadas; ou uma posição funcional definiria a falácia como o ato de fala que dificulta a resolução crítica de uma diferença de opinião (van EEMEREN e GROOTENDORST, 1996), ou como o desvio de uma manobra estratégica (van EEMEREN, 2010); uma definição mais geral e comum de falácia é a que a concebe como um argumento que *parece* válido, mas não é (HAMBLIN, 1970). Qualquer que seja a definição, o importante é ressaltar que o uso da noção de falácia, assim como simples ideia

de uma boa argumentação no cerne da teoria da argumentação, é indicativo de sua orientação normativa *sine qua non*.

A teoria da argumentação é um tipo de epistemologia aplicada porque distingue os critérios normativos desde e para a prática argumentativa, discursiva e contextualmente situada. Suas distinções provêm tanto da caracterização abstrata do funcionamento da linguagem e de categorias analíticas (como a descrição dos atos de fala), como do levantamento e da análise da validade intersubjetiva, ou seja, dos padrões que os falantes nativos consideram apropriados ou inapropriados em uma interação e que, de acordo com algumas pesquisas (van EEMEREN, GARSSSEN e MEUFFELS, 2009), coincidem em diversas ecologias argumentativas. Inclusive se observarmos nossa própria atividade argumentativa, teríamos, então, uma evidência favorável a essa posição e, além disso, teríamos algumas das funções-padrão para o desenvolvimento de uma argumentação: 1) levar o ouvinte a uma crença racional ou razoavelmente justificada (como se acredita estar fazendo agora), isto é, guiar o ouvinte no processo de aceitação ou que, em alternativa, reconheça a verdade ou a aceitabilidade da tese (a “alegação” na nomenclatura de Toulmin); e 2) desenvolver, caso seja necessário ou uma demanda da interação, as razões que nos fazem pensar porque algo é um bom argumento, ou seja, explicitar os critérios que distinguem, em certos contexto e objetivo, um argumento eficaz.

Do acima exposto, deve-se esclarecer uma prova teórica sensível e que muitas vezes tende a confundir, dado que a noção de argumento pode ser marcada por uma ambivalência, a qual faz pensar, dessa forma, que é sinônima tanto da noção de crença como da noção de argumentação. Há um estado cognitivo no fato de ter uma crença, que tradicionalmente se conhece em filosofia da mente como um tipo de estado intencional e o processo mental que acolhe um sujeito, que poderiam compartilhar a noção de argumento e manifestar uma representação (às vezes inclui a disposição inicial para um curso de ação), mas uma vez que se dispara algum processo de revisão de tal crença, frequentemente impulsionado por uma irritação externa, alguma informação do ambiente ou enviada por outros agentes, passa-se a confirmar ou contestar seu status de verdade e a atender a certos critérios mínimos de aceitabilidade para uma audiência ou ouvinte. Só então, o estado intencional *crença*, como representação cognitiva, deixa de ser o estado intencional representado. Dito de forma mais direta: se o estado

intencional *crença* é uma tese com orientação argumentativa, o processo para justificá-la converte-a em argumento e sua dimensão social -para uma audiência - converte-a em argumentação. De modo que o processo frugal de funcionamento das crenças no que diz respeito à tomada de decisões automáticas e intuitivas não é, obviamente, o objeto natural e básico da teoria da argumentação.

A direção retórica de Perelman a respeito do que faz de algo bom um argumento, a aceitação por parte da audiência teria potencialmente um critério epistêmico. E quando Toulmin et al (1979, p. 13) definiram *argumentos* como a cadeia de raciocínio ou sequências interconectadas entre pretensões e razões que estabelece o conteúdo e a força da posição a partir da qual um orador argumenta, e *argumentação* como a totalidade da atividade de exposição das pretensões, de desafiá-las, de apoiá-las, produzindo razões, e novamente criticando essas razões, não fizeram outra coisa que descrever um fenômeno distinto em relação ao estado intencional de *crença*. Colocar socialmente à prova nossa tese *entre* os agentes racionais é o único processo que permite uma mudança no conteúdo e na força da posição de um agente, é pouco comum que, mesmo no mais inteligente dos agentes, seja produzida alguma alteração em seu isolamento cognitivo. Não é por acaso que, na psicologia cognitiva, tenha-se chegado a essa mesma conclusão depois de muitos anos de resultados experimentais.

Quando os autores fundadores da teoria da argumentação descreviam e explicavam a atividade de avaliação de pontos de vista entre os falantes nativos como uma expressão de uma interação dialógica, não somente incluíam uma intuição sociológica, a saber, sua condição social, mas também uma psicológica, no sentido de que assumiram que a atividade argumentativa é marcada tanto pelo caráter crítico-cognitivo do agente envolvido no processo, como pela condição de autoconvicção do agente, ao pensar que seu ponto de vista é o melhor (mais forte, mais aceitável, mais razoável, mais relevante) do que o de seu oponente, pois, caso contrário, um agente não participaria desse tipo de atividade comunicativa. É precisamente esta dupla condição, social e psicológica, o que proporciona a base normativa que caracteriza a argumentação.

Vários autores contemporâneos da teoria da argumentação veem nesse último o ponto central da teorização geral, esse campo como epistemologia aplicada: o problema da função, ou da funcionalidade, da argumentação. Um

dos reconhecimentos mais claros dessa tendência é a concepção sobre a lógica informal e a argumentação nos trabalhos da Escola de Windsor (JOHNSON, JOHNSON e BLAIR, WALTON, 2007). Certamente, há nuances entre os pesquisadores que constituem esse grupo, como é o caso de alguns que desconfiam se, de fato, a teoria da argumentação pode ser considerada somente como epistemologia (JOHNSON, 2000). No entanto, a definição da lógica informal e da argumentação nessa posição manifesta um funcionalismo característico. Por lógica informal entende-se um braço da lógica cuja função, tarefa e objetivo são desenvolver padrões não formais, critérios e procedimentos para a análise, interpretação, avaliação, crítica e construção da argumentação no discurso cotidiano. Um dos elementos teóricos fundamentais dessa aproximação é que o modelo informal destaca-se como uma alternativa à noção de validade dedutiva, ao enfatizar três critérios para avaliar a relação entre premissas, conclusões e audiência: 1) relevância, 2) suficiência e 3) aceitabilidade. O primeiro critério diz respeito ao exame da existência ou não de relação significativa, pertinente, relevante entre as premissas e a conclusão; o segundo aponta para a verificação de se, por acaso, as premissas fornecem evidências suficientes para que se chegue à conclusão; e o terceiro está ligado a um exame para saber se as premissas são, como tais, verdadeiras, prováveis ou enganosas e se influenciam na circunstância em que foram utilizadas. Inclusive, mais contundente em sua avaliação a respeito dos benefícios funcionais da argumentação, Johnson sustenta que os envolvidos em uma argumentação aumentam seu poder racional, desenvolvem um senso de respeito pela evidência, desenvolvem também um senso de respeito pelas diferenças de opinião e um apreço pelo comportamento crítico. Goodwin (2007), ao contrário, questiona sem hesitar que a argumentação, e o argumento, em particular, tenham os benefícios e os efeitos que assumem. Goodwin, discutindo a posição pragmática e normativa de Walton (2007), duvida que o contexto de um argumento deva ser concebido como uma *joint activity* (atividade conjunta), que tal atividade conjunta tenha a função alcançar um valor social, e que a exposição de argumentos siga uma conduta normativa a respeito da qual os falantes estejam, consciente ou inconscientemente, seguindo. Patterson, por sua vez, confronta as ideias de Goodwin, destacando que o funcionalismo na teoria da argumentação, como em vários campos científicos, só pode ser falsificado desde que se tenha uma teoria específica a partir da qual os dados reais venham a questioná-lo ou desmenti-lo.

Da psicologia cognitiva também tem havido perspectivas sobre esse assunto. Recentemente, alguns autores (MERCIER & SPERBER, 2011), questionaram todos os avanços provenientes da teoria da argumentação entre sociólogos, linguistas e filósofos, ao defenderem que a argumentação e a inteligência caminham por módulos paralelos e nem sempre funcionam de maneira coordenada, de modo que os resultados de um processo argumentativo não são determinados por uma avaliação estritamente crítica, pela via de uma depuração racional; da mesma forma, sustentam que os seres humanos argumentamos sempre com um enviesamento de confirmação e que a evidência em psicologia cognitiva nos últimos quarenta anos mostra que, devido a esse enviesamento, os humanos argumentamos sobre aquilo que podemos justificar e não com base no que sabemos que seria uma opinião melhor ou e em um argumento. Segundo esses autores, a argumentação não garante a ninguém quaisquer benefícios e funções positivas que frequentemente se atribuem a ela, e não caberia teorizá-la como expressão ou manifestação epistêmica, pois não é regida por qualquer padrão normativo de valor. Uma das conclusões que chama a atenção para a posição de Mercier e Sperber (2011) e sua equipe é que os seres humanos, em princípio, acreditam naqueles em quem confiam, mas assim que passam a desconfiar deles o suficiente, resolvem, então, analisar cuidadosamente o conteúdo dos argumentos, pondo em prática uma verificação da coerência e da relevância da declaração.

Conclusões

No cenário otimista, em que a argumentação é uma atividade cuja natureza mostra uma normatividade orientada à *bondade*, ou no cenário pessimista, no qual o argumento é matéria de enviesamentos, fica a impressão, totalmente justificada, de que a ideia da teoria da argumentação como epistemologia aplicada é, finalmente, derivada de uma abordagem social. Em outras palavras, a abordagem adequada para a argumentação, a partir de um ponto de vista epistemológico, seria o coletivo. Na verdade, há quem defenda que essa posição seria a única que fornece bons retornos para reflexão epistemológica geral (GILBERT, 2004; TAYLOR, 1985), e para a teoria da argumentação em particular (GOLDMAN, 2003).

Esta seção final irá retornar às questões apresentadas na introdução, assim como às respostas dos teóricos fundadores e contemporâneos, a partir

de um contraponto à perspectiva da epistemologia social, para observar um paralelo que abre novas linhas de pesquisa.

Por epistemologia social, deve-se entender (GOLDMAN, 2009, 2010) o estudo das propriedades epistêmicas dos indivíduos que aparecem quando eles interagem uns com os outros. As raízes desse ramo de estudo em Filosofia e Sociologia têm uma notável dispersão. Todavia, cabe mencionar que em Charles Taylor (1985) e Margaret Gilbert (2004) encontram-se algumas das premissas fundamentais (no entanto, esses autores intitularam sua abordagem como “epistemologia coletiva”). O fluxo central da reflexão epistemológica tem considerado que os agentes epistêmicos são exclusivamente individuais, que os conceitos normativos são justificação, racionalidade e conhecimento, que os padrões normativos têm uma validade objetiva, que os conceitos normativos designados resultam na *verdade*, que a verdade é um estado de coisas independente do agente, que o cerne da preocupação é a dimensão doxológica da tomada de decisões. Contra isso, os epistemólogos sociais tomaram três caminhos de críticas: revisionismo, preservacionismo e expansionismo, respectivamente.

Os proponentes do revisionismo consideram que o conhecimento é tema de constante discussão, por isso que mal cabe a possibilidade de encontro com a verdade, que as crenças são uma questão de saberes institucionalizados, histórica e culturalmente localizados, contexto no qual só cabe como prática a consulta a parâmetros relativos às fronteiras das declarações do discurso sob análise. Nessa posição, o relativismo e o contextualismo encontram um terreno fértil. As contribuições da sociologia da ciência, a pós-modernidade, a análise do discurso, entre outros domínios, reforçaram essa forma de compreender a construção do conhecimento. Não seria, por acaso, a teoria da argumentação uma subproposta dessas tentativas epistemológicas, uma vez que se considera as práticas coletivas como formas básicas? Se a resposta for positiva, a teoria da argumentação seria uma teorização, produto de um movimento mais amplo das ciências sociais, e seu crescimento seria devido à sua forte ênfase operacional, metodologicamente falando, já que facilitaria destrinchar uma atividade que é, por natureza, social: argumentar. A neorretórica de Perelman tem claramente essas pretensões, e Toulmin, às vezes, considera-se tributário de certo contextualismo. Se a resposta for negativa, então seria necessário construir uma teoria da

argumentação que deixe bem claro que aspectos da atividade de argumentação dependem do mental e quais dependem do social.

No preservacionismo, como o próprio nome sugere, preservam-se algumas noções da epistemologia tradicional, em particular a ideia de que o processo de formação e revisão de crenças é algo individual. O que se agrega é a prova social com a qual os indivíduos desenvolvem tais processos. Duas fontes de evidência coletiva parecem ser fundamentais nesse ato: o testemunho e a discordância por pares. Por meio do testemunho, um agente epistêmico não somente forma uma crença a partir de uma fonte indireta em relação ao conteúdo específico de sua proposição, mas também vai fortalecendo um procedimento de justificação: a confiabilidade do relatório de terceira mão. A discordância por pares situa o problema da revisão de crenças à luz de agentes que utilizam a mesma evidência para nos contradizerem e têm, por sua vez, as mesmas habilidades cognitivas que nós. Desse modo, o preservacionismo considera que o fator social tem um papel central tanto no jogo da justificação como na racionalidade em que são obtidas as crenças. Crawshay-Williams teve parte dessa preocupação.

No expansionismo epistêmico, os teóricos estão preocupados com a resolução sobre o que conta como prova nova em um processo comunicativo, e como ela deve ser introduzida em um diálogo. A teoria da argumentação poderia ser considerada uma forma de tratamento, precisamente, dessa questão epistemológica. A proposta de Walton e Krabbe sobre os tipos de diálogos, os compromissos dialógicos envolvidos e os conceitos básicos do raciocínio em interação que subjazem a eles, pode ser classificada como uma modelagem que explica o fenômeno. Note-se que, nisso, os autores citam Naess e apoiam substancialmente a visão pragmatialética da argumentação que tem trabalhado para criar uma teoria crítica da resolução de diferenças de opinião e na qual é privilegiada a ordem comunicativa. A dimensão social dessa noção - o expansionismo - é dada em virtude da seguinte explicação: porque os agentes procuram aumentar a utilidade – subjetiva – esperada em qualquer processo de tomada de decisão, então os agentes, evidentemente, introduzem novas informações, de acordo com certos graus de confiança e razoabilidade, para tomar a decisão mais consistente segundo determinado contexto. Confiança e razoabilidade aqui se referem à estimativa das fontes de informação, às habilidades cognitivas dos envolvidos e aos custos sociais, o

que significa não introduzir novas informações (evitar ser acusado de “negligência epistêmica”).

O que enfatiza a epistemologia social, a partir do ponto de vista da comunicação, é que a justificação de crenças razoáveis é um problema de *justificação interpessoal*, ou seja, um problema dialético. O postulado preconiza o seguinte: S é pessoalmente justificado a crer em P se e somente se ele tem, ou poderia ter, sucesso em justificar interpessoalmente P em oposição àqueles que o desafiam, real ou potencialmente. Esse axioma, que, sem contexto, pareceria ingênuo, baseia a sua força também em um princípio comunicativo implícito: a confiança de que quem desafia uma proposição mudará a sua opinião, se o agente S lhe der boas razões para isso. Pode ser o caso de que um agente esteja imbuído de bons motivos, mas o ouvinte, por razões psicológicas ou institucionais de diferente ordem, recusa-se a aceitar a boa prova e/ou justificativa. Qualquer que seja o processo subsequente destinado a fazer um sujeito teimoso a mudar de opinião (mesas de discussão, consulta a especialistas, tribunais, mediação, negociação, entre outros tipos de diálogos), mostra que esse fato coletivo tão humano é que substitui o critério de *validade* pelo de *legitimidade*. O mesmo princípio subjacente que parece ser promovido por Naess, Crawshay-Williams, Perelman e Toulmin em suas apostas sociais e aplicadas.

Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'Argumentation dans la langue**. Liege: Pierre Mardaga, 1983.

BARTH, Else M.; KRABBE, Erik C.W. **From axiom to dialogue**. A philosophical study of logics and argumentation. Berlin: de Gruyter, 1982.

BATTERSBY, Mark. Critical thinking as Applied Epistemology: Relocating Critical Thinking in the Philosophical landscape. **Informal Logic**, Windsor, v. 11, n. 2, p. 91-100, 1989.

_____. Applied Epistemology and Argumentation in Epidemiology. **Informal Logic**, Windsor, v. 26, n. 1, p. 41-62, 2006.

BERK, U. **Konstruktive Argumentationstheorie**. Suttgart: Frommann-Holzboog, 1979.

SANTIBÁÑEZ, Cristián. Teoria da argumentação como epistemologia aplicada. Trad. Alexandre Marques Silva. Rev. Trad. Daniel Mazzaro Villar de Almeida. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 236-265, jun.2015.

BIRO, John; SIEGEL, Harvey. Epistemic Normativity, argumentation and fallacies. **Argumentation**, n. 11, p. 277-292, 1997.

_____. In defense of the Objective epistemic Approach to argumentation. **Informal Logic**, Windsor, v. 26, n. 1, p. 91-102, 2006.

BLAIR, Anthony. **Groundwork in the theory of argumentation**. New York: Springer, 2011.

CANTÚ, Paola; TESTA, Italo. **Teorie dell'argomentazione**. Milano: Bruno Mondadori, 2006.

CRAWSHAY-WILLIAMS, Rupert. **The comforts of unreason**. London: Routledge and Kegan Paul, 1947.

_____. **Methods and criteria of reasoning**. An inquiry into the structure of controversy. London: Routledge and Kegan Paul, 1957.

EEMEREN, Frans van. **Strategic Maneuvering in Argumentative Discourse**. Extending the Pragma-dialectical Theory of Argumentation. Amsterdam: John Benjamins, 2010.

_____; GROOTENDORST, Rob.; KRUIGER, Tjark. **Argumentatietheorie**. Utrecht: Het Spectrum, 1978.

_____; GROOTENDORST, Rob. Developments in argumentation theory. In: BENTHEM, Johan van; EEMEREN, Frans van; GROOTENDORST, Rob; VELTMAN, Frank. **Logic and argumentation**. Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 1996. p. 9-26.

_____; GARSSSEN, Bart; MEUFFELS, Bert. **Fallacies and Judgments of Reasonableness**. Empirical Research concerning the pragma-dialectical discussion rules. New York: Springer, 2009.

_____; GARSSSEN, Bart; HAFTEN, van P.; KRABBE, Erik C. W. **Fundamental of argumentation theory**. New Jersey: LEA, 2012.

FREEMAN, James. **Acceptable Premises**. An epistemic approach to and Informal logic problem. New York: Cambridge University Press, 2005.

FUMERTON, Richard. **Epistemology**. London: Blackwell Publishing, 2006. [Tradução brasileira: **Epistemologia**. Tradução de Inês Albornoz Stein e Ramon Felipe Wagner. Petrópolis: Vozes, 2014].

GILBERT, Margaret. Collective epistemology. **Episteme**, v. 1, n. 2, p. 95-107, 2004.

GOLDMAN, Alvin. Argumentation and social epistemology. **Journal of Philosophy**, n. 91, p. 27-49, 1994.

_____. Argumentation and interpersonal justification. **Argumentation**, n. 11, p. 155-164, 1997.

SANTIBÁÑEZ, Cristián. Teoria da argumentação como epistemologia aplicada. Trad. Alexandre Marques Silva. Rev. Trad. Daniel Mazzaro Villar de Almeida. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 236-265, jun.2015.

_____. **Knowledge in a Soacial World**. Oxford: Clarendon, 1999.

_____. An epistemological Approach to Argumentation. **Informal Logic**, Windsor, v. 23, n. 1, p. 51-63, 2003.

_____. Social epistemology: theory and applications. **Royal Institute of Philosophy Supplement**, n. 64, p. 1-18, 2009.

_____. Why Social Epistemology is real epistemology. In: HADDOCK, Adrian; MILLAR, Alan; PRITCHARD, Duncan (Ed.) **Social Epistemology**. Oxford University Press, 2010. p. 1-28.

GOODWIN, Jean. Argument has No function. **Informal Logic**, Windsor, v. 27, n. 1, p. 69-90, 2007.

GOVIER, Trudy. **A practical study of argument**. 5. ed. Belmont: Wadsworth, 2010.

_____. **The Philosophy of argument**. Newport: Vale Press, 1999.

HAMBLIN, Charles. **Fallacies**. London: Methuen & Co. Ltd., 1970.

JOHNSON, Ralph H. **Manifest rationality**. A pragmatic theory of argument. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

JOHNSTONE, Henry. Theory of argumentation. In: KLIBANSKY, Raymond (Ed.). **La philosophie contemporaine**. Firenze: La Nuova Italia Editore, 1968, p. 177-184.

KOPPERSCHMIDT, Josef. **Argumenttaion**. Stuttgart: Kohlhammer, 1980.

LUMER, C. Introduction: A map. **Informal Logic**, Windsor, v. 25, n. 3, p. 189-212, 2005.

MERCIER, Hugo. SPERBER, Dan. Why do human reason? Arguments for an argumentative theory. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 34, n. 02, p. 57-74, 2011.

NAESS, Arne. **Communication and argument**. Elements of applied semantics. London: Allen and Unwin, 1966.

ÖHLSCHLÄGER, Günther. **Linguistische Überlgungen zu einer Theorie der Argumentation**. Tübingen: Niemeyer, 1979.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **The new rhetoric. A treatise on argumentation**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2000. [Tradução brasileira: **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.]

REHG, William. **Cogent science in context**. The science wars, argumentation theory and Habermas. Cambridge: The MIT Press, 2009.

SANTIBÁÑEZ, Cristián. Teoria da argumentação como epistemologia aplicada. Trad. Alexandre Marques Silva. Rev. Trad. Daniel Mazzaro Villar de Almeida. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 236-265, jun.2015.

RESCHER, Nicholas. **Plausible reasoning**: An introduction to the theory and practice of plausible inference. Assen: Van Gorcum, 1976.

_____. **Dialectics**: A controversy-oriented approach to the theory of knowledge. Albany: State University of New York Press, 1977.

SEARLE, John. **Speech acts**. An essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. **Expression and meaning**. Studies in the theory of speech acts. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SCHECKER, Michael. **Theorie der Argumentation**. Tübingen: Narr, 1977.

TAYLOR, Charles. **Human Agency and language**, New York: Cambridge University Press, 1985.

TOULMIN, Stephen. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 1958. [Tradução brasileira: **Os usos do argumento**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006].

_____; RIEKE, Richard; JANIK, Allan. **An introduction to reasoning**. New York: Macmillan, 1979.

WALTON, Douglas. **Media argumentation**. Dialectic, persuasion and rhetoric. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____; REED, Chris; MACAGNO, Fabrizio. **Argumentation schemes**. New York: Cambridge University Press, 2008.

WENZEL, Joseph W. Jürgen Habermas and the dialectical perspective on argumentation. **Journal of the American Forensic Association**, n. 16: p. 83-94, 1979.

WILLARD, Charles Arthur. **A theory of argumentation**. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 1989.

Tradução:

Alexandre Marques Silva

Doutorando em Letras pela Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: alexandremarques@usp.br

Revisão da tradução:

Daniel Mazzaro Villar de Almeida

Docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)

E-mail: letrasdaniel@yahoo.com.br

RESENHA DE *POLITICAL DISCOURSE ANALYSIS: A METHOD FOR ADVANCED STUDENTS*, DE ISABELA FAIRCLOUGH & NORMAN FAIRCLOUGH

Gabriel Valdez Foschachesⁱ

FAIRCLOUGH, Isabela; FAIRCLOUGH, Norman. **Political Discourse Analysis: a Method for Advanced Students**, London: Routledge, 2012.

Em *Political Discourse Analysis*, Fairclough & Fairclough (2012) propõem uma nova abordagem para o discurso político, enfatizando seu caráter argumentativo. Diferentemente de outras análises sobre o tema, os autores privilegiam o texto como forma de ação, e não apenas como representação. Assim, eles mostram como as representações se conectam com a agência humana, e como elas funcionam como razões para agir.

Desse modo, Fairclough & Fairclough (2012) expandem e refinam o modelo de trabalho de obras anteriores (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough; Fairclough, 2010; Fairclough, 2003) por meio de um novo enfoque sobre a argumentação, principalmente sobre a argumentação prática no gênero deliberação. A argumentação prática é, portanto, o cerne da obra. Basicamente, esse tipo de argumentação refere-se ao que se deve fazer diante de um problema prático. Assim como a narrativa e a descrição, a argumentação prática pode ser considerada um pré-gênero. Segundo os autores, a argumentação prática ainda pode ser vista como: estrutura (premissa-conclusão); atividade (dar e receber justificativas); ou como um ato de fala complexo (cujo efeito perlocucionário é o convencimento).

ⁱ Mestrando em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: gbvafo@gmail.com.

Em relação aos trabalhos anteriores na ADC, Fairclough & Fairclough (2012) inovam ao criar uma estrutura conceitual que permite mostrar como as razões podem funcionar como causas de ações. Nos modelos anteriores (cf. Fairclough, 2000), os métodos oferecidos não permitiam conectar a *representação* discursiva com a *ação* dos agentes sociais. Para superar essa limitação, os autores apresentam um sólido modelo de análise da argumentação prática, que incorpora a análise da representação. Com esse enfoque inovador, Fairclough & Fairclough (2012) oferecem um método de análise discursiva que pode ser replicado em diferentes tipos de pesquisa.

Assim, a obra é destinada a estudantes avançados nos estudos da linguagem. Todavia, pela natureza transdisciplinar da Análise de Discurso Crítica (ADC), o livro também é de grande valia para estudantes de ciências políticas, comunicação, economia política e de outras áreas das ciências sociais. De modo geral, a obra é destinada àqueles que têm interesse em desenvolver pesquisas acerca do discurso político, com foco na argumentação prática.

A despeito de terem como público-alvo estudantes com um certo nível de conhecimento sobre os estudos discursivos, os autores retomam conceitos fundamentais na ADC, principalmente na primeira metade da obra. Portanto, mesmo os estudantes com pouca familiaridade com a disciplina conseguirão ter acesso às reflexões dos autores sobre o discurso político.

Os textos usados para a análise discursiva são retirados de respostas políticas para a crise financeira e econômica que começou em 2007 e perdurou até a época em que o livro foi escrito (2010-11). Fairclough & Fairclough selecionaram esses textos a fim de destacar a importância da argumentação prática, uma vez que ela alimenta a tomada de decisões políticas que visam à superação da crise. Segundo os autores, a argumentação prática é baseada em dois principais modelos de explicações para a crise: 1) sistêmico, em que as origens e causas da crise derivam da natureza do sistema econômico, seja em relação a como o capitalismo vem sendo praticado, seja em relação ao capitalismo em si; 2) não-sistêmico, em que as origens e causas da crise derivam de atributos periféricos do sistema econômico, como a regulação dos mercados ou a capacidade intelectual e moral de pessoas com responsabilidade dentro do sistema econômico. O entendimento desses dois modelos é de suma importância para as discussões nos capítulos a seguir.

No capítulo 1, os autores definem o que torna sua abordagem do discurso político diferente das outras abordagens (foco na tomada de decisão

e na ação), bem como a diferença do discurso político dos outros discursos. Seu foco é no gênero deliberativo, uma vez que uma das principais preocupações da política é a tomada de decisão.

Sua abordagem se preocupa tanto com o que é quanto com o que deveria ser o discurso político, isto é, ela é descritiva e prescritiva ao mesmo tempo. Para os autores, a política lida não apenas com o dissenso em sociedades pluralistas, mas também com ambientes de incerteza, informações incompletas e riscos. Dessa forma, o papel da deliberação é crucial. As decisões tomadas na democracia deliberativa tendem não apenas a ser mais legítimas – considerando a diversidade de perspectivas –, mas também tendem a ser qualitativamente melhores. As boas democracias deliberativas, portanto, podem gerar melhores respostas para os problemas políticos.

No capítulo 2, Fairclough & Fairclough (2012) diferenciam dois tipos de raciocínios: o prático e o teórico (epistêmico). Este procura razões para acreditar e aquele razões para agir. Enquanto as conclusões do raciocínio prático são normativas (qual é a melhor ação a ser tomada), as conclusões do raciocínio teórico são descritivas (qual conhecimento seria verdadeiro). Os dois tipos de raciocínio se inter-relacionam no discurso político.

O foco da obra está no raciocínio prático. Desse modo, além dos argumentos dedutivos e indutivos, os autores trazem à baila os condutivos, predominantes na argumentação prática. Nesses argumentos, a conclusão deriva da pesagem dos prós e contras de determinada decisão. Assim, com esse tipo de raciocínio, diferentes pessoas chegam a diferentes conclusões, dependendo de seus valores e metas.

Fairclough & Fairclough (2012) frisam que argumentos práticos são argumentos plausíveis, isto é, são argumentos prováveis. Ainda que a probabilidade seja alta em condições de incerteza, as conclusões dos argumentos plausíveis sempre podem ser invalidadas. O questionamento crítico das premissas e, principalmente, das conclusões é fundamental no raciocínio prático, pois produz argumentos fortes e conclusões bem fundamentadas.

Nos argumentos práticos, as circunstâncias e as metas – que não necessariamente correspondem ao desejo voluntário dos agentes – são premissas, cuja conclusão (decisão sobre a ação a ser tomada) delas decorre. Ao escolher uma forma de ação (meio), os atores sociais procuram transformar seu contexto atual (circunstâncias) com vistas a alcançar um estado de coisas diferente (metas). Os valores dos atores não influenciam

apenas nas metas a serem perseguidas, mas também na interpretação das circunstâncias a serem mudadas. Assim, os fatos empíricos são inseparáveis dos valores dos agentes sociais.

Para tornar a argumentação prática mais sólida, é necessário ter como premissa, além das metas e circunstâncias, as prováveis consequências negativas da escolha por determinada ação. Assim, considerando os contra-argumentos, os atores sociais podem chegar a conclusões mais confiáveis, porém ainda incertas, sobre determinado tipo de ação.

No capítulo 3, os autores discutem como as avaliações dos argumentos contribuem para o desenvolvimento da ADC, bem como da relação entre a (trans)disciplina e a ciência social crítica. A análise social crítica é: 1) normativa, pois avalia as crenças e as práticas sociais como verdadeiras ou falsas, benéficas ou maléficas etc.; e 2) explanatória, pois explica porque as realidades sociais são como são e como elas são transformadas e mantidas.

Nesse capítulo, Fairclough & Fairclough (2012) explicam o arcabouço teórico da ADC – que pode ser visto com mais detalhes em Chouliaraki & Fairclough (1999) e Bhaskar (1998). Os autores mostram como as representações podem figurar como premissas em argumentos e como podem ser avaliadas criticamente. Para isso, usam o discurso do ex-primeiro-ministro Tony Blair, ilustrando toda a discussão desenvolvida nos capítulos anteriores. A análise é particularmente interessante por mostrar que, para se construir uma boa argumentação prática, não basta mostrar várias possibilidades de decisões, é necessário que as possibilidades sejam argumentos ou contra-argumentos genuínos, isto é, que não sejam puramente retóricos, como é o caso do texto monológico de Blair – em que os argumentos são apresentados de forma a fortalecer sua própria conclusão, e não de modo a buscar caminhos alternativos. O estudo do texto já havia sido realizado em outra obra de Fairclough (2010), com enfoque na representação (representação da mudança); a diferença nesta análise se dá em ver a representação como uma premissa na argumentação prática

Nesse capítulo, Fairclough & Fairclough (2012) propõem um uso mais restrito do conceito de legitimação, uma vez que o termo tem sido empregado de forma muito ampla na ADC. Segundo os autores, a legitimação é um tipo particular de justificação argumentativa (justificação pública), em que as ações podem ser justificadas em termos de razões e essas razões podem ser justificadas como coletivamente aceitas e reconhecidas. Assim, dar

uma razão pode legitimar uma ação proposta apenas se a razão tiver uma razão (um segundo nível de justificação) que possa ser publicamente defendida, p.e.: “Nós devemos fazer x, porque é justo; e a justiça é um valor publicamente compartilhado com o qual estamos comprometidos”.

Os autores ainda distinguem o “poder para” e o “poder sobre”. O “poder para” é uma capacidade humana, que pode ou não ser exercida, para mudar a realidade. O “poder sobre” é um tipo específico de “poder para”, pois implica uma relação assimétrica de poder, em que a pessoa detentora do poder consegue fazer com que outras pessoas façam algo que elas de outra maneira não fariam.

Fairclough & Fairclough (2012) também diferenciam poder no discurso – escolher como os eventos serão discutidos, como eles serão representados etc. – e poder por trás do discurso – a habilidade de compelir as escolhas dos outros, impelindo as pessoas a viverem de um certo modo. Esses poderes estão diretamente relacionados com a teoria da argumentação prática. Exercer poder sobre uma pessoa equivale a dar razões para ela agir de uma forma que, em circunstâncias normais, não agiria. Essas razões podem ser prudenciais, baseadas no interesse do indivíduo, ou deônticas, baseadas em uma força (moral, institucional) externa.

No capítulo 4, Fairclough & Fairclough (2012) se detêm na análise dos principais argumentos práticos do antigo governo trabalhista e do governo de coalizão, entre os apoiadores e oponentes da austeridade em um contexto de crise. Os autores buscam identificar as metas, circunstâncias e valores que sustentam as ações propostas por cada um, avaliando os argumentos com base em perguntas críticas e na abordagem dialética apresentada no capítulo 2.

Nesse capítulo, os autores retomam a distinção entre os raciocínios prático e teórico. Enquanto o raciocínio prático se ocupa do que deve ser feito, o raciocínio teórico cuida da predição do que pode acontecer a partir das decisões em determinadas circunstâncias. Os textos apresentados são submetidos à análise crítica de suas premissas (metas, circunstâncias e valores). Ao analisar os textos do ponto de vista normativo, os autores postulam que os argumentadores não deveriam estar preocupados apenas em achar razões para apoiar suas propostas, mas também em achar razões contra elas, isto é, pensar em por que uma determinada ação não deveria ser realizada. Quando contra-argumentos são apresentados nos textos, o são de forma retoricamente conveniente. Apesar de essa escolha retórica fortalecer o argumento no

sentido de persuadir as pessoas, ela o torna dialeticamente mais fraco. Dar conhecimento dos possíveis impactos negativos de uma decisão aumenta tanto a aceitabilidade dialética quanto retórica do argumento, bem como torna a política mais honesta e com maior credibilidade.

Segundo os autores, argumentos são diferentes de explicações. Enquanto nas explicações uma proposição é tida como incontroversa – como fato –, o argumento pressupõe uma proposição controversa, fornecendo razões favoráveis ou contrárias a ela. Os argumentos só são completamente refutados depois que a decisão é tomada e as consequências se mostram negativas. Mesmo que os argumentos sobre as prováveis consequências negativas de determinada decisão sejam fortes, é possível que a estratégia alcance as metas estabelecidas.

Nessa esteira, uma ação pode ajudar a alcançar alguma meta sem que seja obrigatoriamente necessária, e uma ação pode ser necessária, mas não suficiente para alcançar uma meta. As estratégias do partido conservador são representadas como necessárias e suficientes para se alcançar a meta (recuperação econômica) sem, contudo, cogitar outros meios possíveis para isso. O debate se desenrola opondo o discurso do partido dos trabalhadores e do partido dos conservadores, este a favor de lidar com o déficit financeiro (por meio de medidas de austeridade) e aquele por estimular o crescimento (por meio do gasto público). Ao final do capítulo, Fairclough & Fairclough (2012) concluem que a estratégia do governo atual não se assentou em argumentos racionais o suficiente que resistissem a uma análise crítica.

No capítulo 5, Fairclough & Fairclough (2012) analisam os valores como premissas nos debates públicos sobre os bônus dos bancos¹. Segundo eles, as razões para ação dividem-se em: 1) aquilo que as pessoas querem fazer (razão interna); e 2) aquilo que as pessoas são levadas a fazer (razão externa), de acordo com a ordem institucional ou moral da qual fazem parte, seja por uma obrigação, seja por uma promessa. Existem dois tipos de raciocínio prático: o prudencial (imperativo hipotético) e o moral (imperativo categórico). O argumento prudencial leva em conta os desejos, necessidades e interesses do agente como premissas. Assim, se o agente deseja um certo resultado, a ação é recomendável; senão, não há razão para agir. Argumentos morais não

¹ O capítulo é uma versão revisada de Fairclough & Fairclough (2010).

possuem essa estrutura hipotética, as ações são necessárias independentemente do desejo do agente, pois é a coisa certa a ser feita.

Desse modo, é feita uma análise de um debate público sobre os benefícios que os bancos, a despeito de serem os grandes responsáveis pela crise, recebem. A favor dos bancos é usado o argumento prudencial, qual seja: se os bancos não receberem bônus altos, eles deixarão de fazer negócios no país. Nessa perspectiva, a desigualdade deve ser tolerada, pois assim todos se beneficiarão dos lucros excessivos dos bancos, inclusive os mais pobres. O argumento prudencial é, portanto, a favor da desigualdade e em desfavor do bem comum.

Os argumentos morais contra a desigualdade baseiam-se em uma razão externa (independente do desejo), em que os políticos e o Estado estão normativamente compromissados com a justiça, como parte de um contrato social com os cidadãos. Assim, as razões externas deveriam motivar a ação, apesar de falharem em fazê-lo.

No capítulo 6, o gênero deliberação é efetivamente abordado. Fairclough & Fairclough (2012) procuram identificar as características específicas do debate parlamentar. Na perspectiva dos autores, o debate parlamentar constitui um tipo de atividade (Eemeren, 2010) que emerge do gênero deliberação. O que diferencia este capítulo do anterior é o contexto institucional em que ocorre o debate. Neste capítulo, ele é instanciado no gênero deliberação. Apesar de o debate público sobre os bônus dos banqueiros também ser orientado para algum tipo de decisão (e.g., cortar seus bônus), não se pode realmente cumpri-la, uma vez que o debate é realizado fora de um contexto institucional que permita que a ação seja tomada.

Durante a campanha eleitoral de 2010, os liberais haviam prometido não aumentar as taxas. Apesar de a promessa ser uma razão para agir (uma razão externa), ela não foi observada. Assim, para lidar com o déficit, o governo propôs cortar o orçamento da educação e taxar os estudantes. Os parlamentares contrários advogaram que a decisão colocaria em grande risco a mobilidade social, além de não considerar outros meios de lidar com o déficit – como a taxação dos bancos ou das companhias que se beneficiam dos serviços prestados pelos graduados. Como não houve tempo para a discussão da matéria e para a análise de propostas alternativas, o debate se mostrou como uma receita para uma má política.

De um ponto de vista normativo, o melhor argumento deve ganhar em um debate; sem o tempo necessário para o desenvolvimento de contra-

argumentos, não é possível tomar a melhor escolha. No contexto institucional parlamentar, a fase final do debate não finda com a resolução da discordância, no sentido de que todos os participantes adotam a mesma opinião, mas com uma decisão baseada na maioria dos votos, mantendo-se a discordância. Assim, o processo de tomada de decisão, cuja etapa de encerramento é a votação, constitui uma forma de agir em um contexto de persistente dissenso.

Na conclusão, Fairclough & Fairclough (2012) retomam o que foi tratado nos capítulos anteriores e salientam que o fato de a argumentação e a deliberação na política nem sempre serem racionais não significa que o discurso político não seja argumentativo e deliberativo por natureza, mas apenas que, às vezes, maus argumentos e razões prevalecem.

Referências

BHASKAR, Roy. Societies. In: ARCHER, Margaret; BHASKAR, Roy; COLLIER, Andrew; LAWSON, Tony; NORRIE, Alan (Org.). **Critical Realism**. Essencial Readings. London: Routledge, 1998, p. 206-257.

CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

EEMEREN, Frans Hendrik van. **Strategic Maneuvering in Argumentative Discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **New Labour, New Language**. London: Routledge, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Isabela; FAIRCLOUGH, Norman. Practical reasoning in political discourse: moral and prudential arguments in debate over banker's bonuses in British press. **Seventh Conference of the International Society for the study of Argumentation**. Anais (Coord. Frans Hendrik van Eemeren). Amsterdam, 2010. Disponível em: <<http://rozenbergquarterly.com/issa-proceedings-2010-practical-reasoning-in-political-discourse-moral-and-prudential-arguments-in-the-debate-over-bankers-bonuses-in-the-british-press/>>. Acesso em: nov. 2014.

FAIRCLOUGH, Isabela; FAIRCLOUGH, Norman. **Political Discourse Analysis: a Method for Advanced Students**, London: Routledge, 2012.

RESENHA DE LA PALABRA Y EL PUÑO. PERFILES DE LA RETÓRICA NAZISTA EN EL MEIN KAMPF DE ADOLFO HITLER, DE GERARDO RAMIREZ VIDAL

Maria Helena Cruz Pistori¹

RAMIREZ VIDAL, Gerardo. **La palabra y el puño**. Perfiles de la retórica nazista en el *Mein Kampf* de Adolfo Hitler. Instituto de Investigaciones Filológicas: México, 2013.

Recentemente, ao tratar dos 50 anos da morte do primeiro ministro do Reino Unido, Winston Churchill, a *Folha de S. Paulo* publicou artigo que faz retomada biográfica e bibliográfica sobre o líder inglês no mesmo período da Segunda Guerra em que se destacou a verve retórica nazista. A oratória de Churchill - o “guerreiro das palavras”, segundo o colunista João Pereira Coutinho - foi fundamental para o sucesso britânico contra Hitler (*Folha de S. Paulo*, Ilustríssima, 25/01/2015)².

Em outras palavras, ao longo do século XX, apesar de termos vivido duas grandes guerras, a Guerra Fria e inúmeras outras menores, a palavra exerceu papel de destaque.

Qual o poder da palavra? Questão sempre atual, frequentemente esse mesmo poder é confrontado com o poder da força. Aristóteles, em sua *Arte retórica*, ensinava que a palavra é mais própria ao homem do que seu corpo, motivo pelo qual seria vergonhoso o homem saber se defender com a força física, e não saber fazê-lo por meio de suas possibilidades oratórias. De grande importância na Antiguidade grega, o uso da palavra era ensinado nas aulas de retórica, visando ao preparo do cidadão para a participação político-democrática.

¹ Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-doutoranda em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Brasil. E-mail: mhcpist@uol.com.br.

² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/205386-o-guerreiro-das-palavras.shtml>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

Na Atenas dos séculos V e IV a.C, grandes políticos eram denominados retores, nos ensina Vidal, no artigo “La dimensión política de la retórica griega” (*Rétor*, 1(1), p. 85-104, 2011)¹.

Sem dúvida, a profunda formação classicista destaca e valoriza os textos de Gerardo Ramirez Vidal, atualmente pesquisador do Centro de Estudios Clásicos do Instituto de Investigaciones Filológicas, na Universidad Nacional Autónoma de México, e autor de *La palabra y el puño. Perfiles de la retórica nazista en el Mein Kampf de Adolfo Hitler*. Aliás, o estudo dessa íntima conexão entre retórica e política também é tema privilegiado por ele em várias de suas obras, como *El debate sobre el parlamentarismo en México* (México, Cámara de Diputados, LVII Legislatura, 2000); *La palabra y la flecha. Análisis retórico de textos literarios de la Grecia antigua* (México, UNAM, 2005); *Jenofonte. La constitución de los atenienses* (México: UNAM, 2005). Dessa forma, não é surpreendente seu interesse pela retórica nazista, especialmente a do Führer, expressa em *Mein Kampf*: se a retórica é a arte da controvérsia, que controvérsia poderia haver num regime violentamente autoritário?

Nesta obra de Ramirez Vidal, a capa do pequeno livro (de bolso), nas cores da bandeira alemã, é o que primeiro nos chama a atenção; e não só pelo título - *La palabra y el puño. Perfiles de la retórica nazista en el Mein Kampf de Adolfo Hitler* -, escrito em letras brancas sobre o fundo vermelho, mas pela frisa grega logo abaixo do nome do autor, que está na parte superior central da capa. Sobre um fundo amarelo-creme, as gregas em preto sobressaem: mas são gregas de um tipo especial, formadas por uma fileira de suásticas unidas. Se, por um lado, as suásticas sempre nos chocam, por outro, a frisa expressa visualmente com precisão o conteúdo do texto: a retórica grega será o fundamento teórico-metodológico para a análise da retórica nazista. E a convicção enfaticamente antiautoritária e democrática do autor sobressai na dedicatória da obra: “a quienes con valentia y perseverancia han luchado en contra de la dictadura priísta”.

Com farta referência bibliográfica, que dá conta tanto de edições, resenhas e comentários de *Mein Kampf* quanto dos tratados e estudos que se fizeram sobre o texto hitleriano, o período histórico, a personagem e a própria retórica, Vidal introduz a obra retomando motivos já levantados para explicar como um “don nadie” conseguiu exercer tamanha influência sobre as massas.

¹ Disponível em: <<http://www.revistaretor.org/pdf/Revista-R%C3%A9tor-%20Ram%C3%ADrez-Vidal.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2011.

Reconhecendo que são inúmeras as causas que se conjugam naquele momento e espaço histórico, o autor detém-se, contudo, em uma delas: a reconhecida e “impressionante elocuencia” do ditador nazista, um “comunicador de massas por excelencia”. Ele introduz a tese que vai defender dizendo que *Mein Kampf* pode ser vista como um manual prático de retórica, que expressa os princípios e conteúdos dessa “técnica discursiva caracterizada por mezclar la palabra y la acción violenta para alcanzar los objetivos” (p. 14); como uma *ars rhetorica sui generis*, sob a ótica da retórica tradicional, a obra pretendia ensinar aos dirigentes do partido nacional-socialista como propagar, de maneira eficaz, a ideologia de Hitler.

Na busca da compreensão da retórica nazista, o autor mexicano inicia seu livro com um retrospecto da formação do Führer (no exército, realizou um breve curso de oratória), e afirma não ser ele um grande conhecedor da teoria retórica. Isso nos remete mais uma vez a Aristóteles, quando este afirma que todos os homens usam a palavra mais ou menos ao acaso, por hábito ou espontaneamente. Este é justamente o motivo que levou o filósofo grego a investigar teoricamente a causa do êxito e/ou fracasso dos oradores, objetivo de sua *Arte Retórica*. Aliás, esta é uma das questões básicas às quais sempre se voltaram os antigos: o grande orador o é por natureza, dom e talento, ou por conhecimento da teoria?

Após a Introdução, o capítulo inicial do livro (Capítulo I) oferece ao leitor esclarecimentos sobre *Mein Kampf*, começando, na primeira parte, com informações a respeito da circunstância sociopolítica em que o texto foi produzido. A partir disso, pode-se compreender como, após a derrocada econômica da Alemanha que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, a obra se constituiu um instrumento de enorme importância na ascensão e consolidação no poder do Führer (e admirar-se com o crescente êxito editorial do livro: de 23 mil exemplares entre 1925 a 1929 a cerca 10 milhões em 1943!). Vidal observa que, ao escrever, Hitler estava atento às condições externas - a atmosfera política, social e econômica, buscando adequar-se a ela e alcançar o destinatário, que dela partilhava, a fim de provocar os efeitos pragmáticos pretendidos. Segundo o autor, isso significa conhecimento (ainda que intuitivo) dos recursos macrorretóricos (p. 35): apresentando-se como um orador que se insere na situação, destaca dela os elementos que servem a seu projeto, enquanto refuta, reduz ou anula aqueles que lhe são incompatíveis.

Na segunda parte deste primeiro capítulo – *Un “manual” de retórica*, o autor detém-se na questão da finalidade com que o texto nazista foi escrito: “oferecer a los seguidores una serie de principios fundamentales, de doctrinas que debían utilizar en su trabajo propagandístico” (p. 38). Seria, então, uma obra de consulta, convertida num livro para as massas apenas a partir da ascensão de Hitler. Quanto ao gênero, conforme já adiantado, Vidal a considera um *tratado de retórica*, na medida em que o autor expõe de maneira razoavelmente sistemática, completa e com fins didáticos uma série de ensinamentos acerca do modo como se deve construir um texto oral ou escrito de natureza política para a propagação eficaz da ideologia nazista (p. 43). O estudo dos procedimentos retóricos estrategicamente utilizados para atingir tal objetivo está exposto no capítulo seguinte (Capítulo II) – *Elementos de la retórica nazista*.

O segundo capítulo encontra-se dividido em quatro partes, todas destinadas a tratar dos elementos retórico-aristotélicos da prova, aqueles que vão persuadir o auditório: o *ethos* do orador e o *pathos* do auditório, aliados na busca dos argumentos – a *inventio*; a *elocutio* e a *actio* (Vidal não trata da *dispositio*). Começando pelo *ethos* do “ótimo orador”, Vidal nos apresenta tanto os dotes físicos como as deficiências naturais do líder alemão – a voz, os gestos e a aparência não explicam seu sucesso como orador que inflama as massas; destaca, entretanto, que, ao exhibir-se como exemplo e tecer a narrativa de suas ações, constrói sua imagem no discurso. Assim, na primeira parte de *Mein Kampf*, Hitler apresenta seus pensamentos e ações como paradigma a ser seguido, colocando-se como o “orador racista por excelência”; isso funciona argumentativamente como meio de persuasão. Daí decorre também o estímulo ao “culto à personalidade”. Assim, embora pareça um discurso epidítico de louvor (a si mesmo), o propósito do texto é antes político, mostrar como se persuade acerca do que é útil ou prejudicial para todos ou para a maioria: “Para Hitler la retórica es, específicamente, el arte de conducir a las masas, y en ello consiste el arte de gobernar” (p. 67). Essa condução é “unidireccional, erística e perversa”, não admite réplica e pressupõe a destruição do adversário. Como modelo extremo de discurso autoritário de organizações e partidos de direita, os recursos retóricos de *Mein Kampf* só lograram êxito porque a eles se agregou a violência física: “El poder se basa en una conjunción de la palabra y el puño” (p. 77).

Ao tratar dos lugares do discurso político na obra nazista, Vidal apresenta os tópicos do nacional-socialismo ensinados e defendidos na obra a partir de uma perspectiva retórica. Observa que, na retórica democrática, a ordem dos argumentos é a seguinte: lógicos-éticos-patéticos; mas, na autoritária, a ordem é éticos-patéticos-lógicos. O autor destaca, então, a importância que Hitler concede à conquista do “corazón de las masas” na busca emocional da consecução de seus objetivos. Apenas para exemplificar, duas das premissas a partir das quais o líder nazista desenvolve entimemas são: “la mayor sabiduria del mundo será siempre inutil si no tiene una fuerza que la proteja y defienda; [...] la diosa de la paz puede aparecer sólo al lado del dios de la guerra, para significar que la paz necesita de la protección de la guerra” (p. 85).

Vidal aborda a *elocutio* do discurso hitleriano a partir da teoria dos três estilos, mostrando como o ditador busca o estilo humilde para se aproximar das massas ao enfatizar as virtudes da adequação e da clareza; e ainda trata das figuras mais frequentes dentre o amplo arsenal utilizado pelo nazista. É importante ainda destacar, para maior compreensão da retórica nazista, o último item desse segundo capítulo, que trata da *actio*. Embora *Mein Kampf* seja um texto escrito, nele o líder nazista aponta com clareza as distinções entre a expressão oral e a escrita, enfatizando o papel da oralidade altissonante na produção de mudanças significativas no outro, conjugada a elementos paraverbais suntuosos que buscam impressionar aliados e adversários. Segundo Vidal, para o orador nazista, “la calma, la condescendencia, la explicación detenida son contraproducentes” (p. 137).

Na conclusão, o autor resume e retoma os dados apresentados, agora com ponderações mais amplas, salientando as contribuições de sua análise. Lembra a importância do discurso, independentemente da situação, isto é, mesmo diante da força e da violência que prevaleceram durante o período nazista alemão; sem esquecer, porém, sua relação com as condições do contexto em que se insere. Nesse sentido, alerta para a necessidade tanto do reconhecimento das características dos discursos de regimes totalitários e intolerantes quanto de ações efetivas de participação cidadã na resolução dos problemas oriundos da situação sociopolítica e econômica – para que seja possível se opor a eles com uma retórica democrática, do diálogo, da tolerância e do respeito, a fim de sempre fortalecer o debate aberto. Vidal relaciona essa necessidade ao contexto atual da sociedade mexicana, em que

há grande desconfiança em relação aos políticos e à política, situação que também enfrentamos no Brasil.

Na verdade, essa reflexão final recupera plenamente a importância que a disciplina grega exerceu desde seus primórdios: a preparação do homem para o exercício da cidadania. Isso se faz na produção do discurso, que era o objetivo primeiro na Antiguidade, mas também no ensino da retórica para a compreensão desses mesmos discursos, pois é a partir deles que as ideias circulam. E é exatamente com essa preocupação que ele conclui sua obra: “La formación retórica del ciudadano es esencial para una vida democrática y crítica plena. [...] Sólo la educación cívica y el respeto a las leyes pueden evitar que el discurso totalitario se apodere del ciudadano y lo lleve a participar en acciones que violenten la civilidade de nuestros pueblos” (p. 144).

Enfim, para todos que se interessam pela retórica, pela argumentação, pelos estudos discursivos e, ainda, pela educação e pela democracia, e que buscam compreender cada uma delas mais profundamente no amplo contexto político e social em que vivemos, é recomendável a leitura da obra de Gerardo Ramirez Vidal. Ela permite o acesso e a reflexão sobre as ideias fundamentais do discurso nazista, visto sob a ótica de uma teoria retórica que a contradiz justamente em seus princípios: o princípio da controvérsia, responsável pela convivência democrática e civilizada entre os diferentes grupos e indivíduos na sociedade. Além disso, a atualidade do tema torna-se mais relevante quando nos lembramos de que, em 27 de janeiro deste ano, foram comemorados os 70 anos da libertação de Auschwitz, o campo de concentração nazista onde se estima que cerca de um milhão de judeus morreram².

² Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/01/libertacao-de-auschwitz-completa-70-anos.html>>. Acesso em: 10 fev. 2015.



Universidade Estadual de Santa Cruz

Reitora: Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro
Vice-Reitor: Evandro Sena Freire



Departamento de Letras e Artes

Diretor: Isaías Francisco de Carvalho
Vice-Diretor: Fernando José Reis de Oliveira

Rodovia Jorge Amado (BA-415), km 16
Campus Soane Nazaré de Andrade
CEP 45662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil
Endereço eletrônico: letras@uesc.br
Sítio eletrônico: <http://www.uesc.br/dla/index.php>
Fone/Fax: 55 73 3680-5088



EID&A

Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

ISSN 2237-6984

Editores

Eduardo Lopes Piris

Emília Mendes

Isabel Cristina Michelan de Azevedo

Moisés Olímpio Ferreira

Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Endereço eletrônico: revista.eidea@gmail.com

Sítio eletrônico: <http://www.uesc.br/revistas/eidea>